

Diaspore. Quaderni di ricerca 7

Mobilidade humana e circularidade de ideia

Diálogos entre a América Latina e a Europa

editado por
Luis Fernando Beneduzi
Maria Cristina Dadalto



Edizioni
Ca' Foscari

Mobilità umana e circolarità de ideia

Diaspore
Quaderni di ricerca

Collana diretta da | A series edited by
Susanna Regazzoni
Ricciarda Ricorda

7



Edizioni
Ca' Foscari

Diaspore

Quaderni di ricerca

Direttori | General editors

Susanna Regazzoni (Università Ca' Foscari Venezia, Italia)

Ricciarda Ricorda (Università Ca' Foscari Venezia, Italia)

Comitato scientifico | Advisory board

Shaul Bassi (Università Ca' Foscari Venezia, Italia) Enric Bou (Università Ca' Foscari Venezia, Italia) Luisa Campuzano (Universidad de La Habana, Cuba) Ilaria Crotti (Università Ca' Foscari Venezia, Italia) Antonio Fernández Ferrer (Universidad de Alcalá, España) Rosella Mamoli Zorzi (Università Ca' Foscari Venezia, Italia) Emilia Perassi (Università degli Studi di Milano, Italia) Eduardo Ramos Izquierdo (Université de Paris IV Sorbonne, France) Melita Richter (Università degli Studi di Trieste, Italia) Daniela Rizzi (Università Ca' Foscari Venezia, Italia) Silvana Serafin (Università di Udine, Italia)

Comitato di redazione | Editorial staff

Margherita Cannavacciuolo (Università Ca' Foscari Venezia, Italia) Ludovica Paladini (Università Ca' Foscari Venezia, Italia) Alberto Zava (Università Ca' Foscari Venezia, Italia)

Lettori | Readers

Rosanna Benacchio (Università degli Studi di Padova, Italia) Luis Fernando Beneduzi (Università Ca' Foscari Venezia, Italia) Anna Boschetti (Università Ca' Foscari Venezia, Italia) Silvia Camilotti (Università Ca' Foscari Venezia, Italia) Alessandro Cinquegrani (Università Ca' Foscari Venezia, Italia) Adriana Crolla (Universidad Nacional del Litoral, Argentina) Biagio D'Angelo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil) Monica Giachino (Università Ca' Foscari Venezia, Italia) Marie Christine Jamet (Università Ca' Foscari Venezia, Italia) Adriana de los Angeles Mancini (Universidad de Buenos Aires, Argentina) Pia Masiero (Università Ca' Foscari Venezia, Italia) Maria del Valle Ojeda Calvo (Università Ca' Foscari Venezia, Italia) Patrizio Rigobon (Università Ca' Foscari Venezia, Italia) Michela Rusi (Università Ca' Foscari Venezia, Italia) Alessandro Scarsella (Università Ca' Foscari Venezia, Italia) María Carmen Simón Palmer (CSIC – Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, España) Alessandra Trevisan (Università Ca' Foscari Venezia, Italia) Michela Vanon Alliaia (Università Ca' Foscari Venezia, Italia) Elisa Carolina Vian (Università Ca' Foscari Venezia, Italia)

Direzione e redazione | Editorial office

Università Ca' Foscari Venezia

Dipartimento di Studi Linguistici e Culturali Comparati

Ca' Bernardo

Dorsoduro, Calle Bernardo, 3199

30123 Venezia

Mobilidade humana e circularidade de ideia

Diálogos entre a América Latina
e a Europa

editado por
Luis Fernando Beneduzi
Maria Cristina Dadalto

Venezia

Edizioni Ca' Foscari – Digital Publishing

2017

Mobilidade humana e circularidade de ideia: Diálogos entre a América Latina e a Europa
Luis Fernando Beneduzi, Maria Cristina Dadalto (editado por)

© 2017 Luis Fernando Beneduzi, Maria Cristina Dadalto (texto)

© 2017 Edizioni Ca' Foscari – Digital Publishing (edição)

Qualunque parte di questa pubblicazione può essere riprodotta, memorizzata in un sistema di recupero dati o trasmessa in qualsiasi forma o con qualsiasi mezzo, elettronico o meccanico, senza autorizzazione, a condizione che se ne citi la fonte.

Any part of this publication may be reproduced, stored in a retrieval system, or transmitted in any form or by any means without permission provided that the source is fully credited.

Edizioni Ca' Foscari – Digital Publishing

Università Ca' Foscari Venezia

Dorsoduro 3246

30123 Venezia

<http://edizionicafoscari.unive.it/>

ecf@unive.it

1a edizione maggio 2017

ISBN 978-88-6969-122-5 [ebook]

ISBN 978-88-6969-123-2 [print]

Agradecimentos:

- as instituições que financiaram o evento que deu origem à presente obra: Comissão de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES), Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES), Secretaria de Relações Internacionais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em História da UFES, Centro de Ciências Humanas e Naturais da UFES,
- ao Departamento di Studi Linguistici e Culturali Comparati, da Università Ca' Foscari Venezia, pelo financiamento da presente publicação,
- aos professores e alunos dos Programas de Pós-Graduação em História e Ciências Sociais (UFES), em especial Bruno César Nascimento, Madson Gonçalves Silva, Raul Félix Barbosa e Akilla Lonardelli, que colaboraram na organização do evento que originou esta publicação.

Revisão dos capítulos em língua portuguesa realizada por Edenize Ponso Peres.

<http://edizionicafoscari.unive.it/it/edizioni/libri/978-88-6969-123-2/>

DOI 10.14277/978-88-6969-122-5

Mobilidade humana e circularidade de ideia

Diálogos entre a América Latina e a Europa

editado por Luis Fernando Beneduzi e Maria Cristina Dadalto

Sommario

Apresentação

Luis Fernando Beneduzi, Maria Cristina Dadalto 7

Os contatos entre os dialetos italianos e o português no Espírito Santo

Edenize Ponzo Peres 17

Imigração e língua em uma perspectiva de gênero

Lená Medeiros de Menezes 29

As mulheres imigrantes portuguesas sob o véu da invisibilidade

Um balanço historiográfico

Roseli Boschilia 41

Memoria y relato

La migración Italia Argentina

Susanna Regazzoni 55

«Com tinta do meu sangue»

Redes e mobilidades através das cartas de um imigrante italiano

Maíra Ines Vendrame 67

O branqueamento da raça

A política imigratória imperial brasileira e a ‘qualidade’ dos imigrantes

Luíza Horn Iotti 79

Brasileiros em Portugal e nos Estados Unidos

Semelhanças e diferenças nos dois destinos

Sueli Siqueira, Maria Lucinda Fonseca,
Mauro Augusto Santos, Patrícia Falco Genovez 87

Intelectuais no exílio: algumas notas sensíveis

Adelia Miglievich 99

Santos: múltiplas experiências, ações e olhares

Cidade-porto, febril, saneada e imaginada

Maria Izilda Santos de Matos 109

Cidades brancas? Fronteras urbanas en clave transatlántica Enric Bou	123
Livros, leituras e circulação de saberes nas teses médicas sobre a epidemia de cólera da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (C.1855): notas preliminares de pesquisa Sebastião Pimentel Franco, André Nogueira	137
As águas da capitania de Minas Gerais no relato dos estrangeiros: século XVIII e XIX Rita de Cássia Marques	149
A arte da sangria Circularidade de ideias e práticas (Rio de Janeiro, I metade do século XIX) Tânia Salgado Pimenta	161

Mobilidade humana e circularidade de ideia

Diálogos entre a América Latina e a Europa

editado por Luis Fernando Beneduzi e Maria Cristina Dadalto

Apresentação

Luis Fernando Beneduzi

(Università Ca' Foscari di Venezia, Italia)

Maria Cristina Dadalto

(Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Este livro é uma Co-Produção da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) com a Universidade Ca' Foscari Venezia. Resultado de um projeto de cooperação realizado entre o Departamento de Estudos Linguísticos e Culturais Comparados e do Centro Interdepartamental de Escrituras e Escritoras Migrantes da Universidade Ca' Foscari Venezia e os Programas de Pós-Graduação em História e em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, contou com os apoios da Secretaria de Relações Internacionais da UFES, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Fundação de Amparo a Pesquisa do Espírito Santo (FAPES).

O desafio colocado para o grupo de pesquisadores envolvidos, e articulados numa perspectiva de pesquisa em rede, se cristalizou no Primeiro Colóquio Internacional Mobilidade Humana e Circularidade de Ideias, realizado na UFES, em Julho de 2015. O objetivo foi a discussão dos processos de deslocamento de pessoas e movimento de ideias em países da América Latina – especialmente Brasil – e Europa. A proposta amadurecida durante os dois anos de realização do projeto se configura neste livro com o estreitamento de laços entre os pesquisadores da rede, com a ampliação das inter-relações acadêmicas, especialmente entre Itália e Brasil.

Entendemos assim que este livro se apresenta como produto do percurso que vimos construindo desde 2011, quando realizamos um primeiro seminário sobre Estudos Migratórios na UFES. O convívio, a discussão e a produção desde então trouxeram desafios coletivamente enfrentados, cujo aprendizado uniu ainda mais os integrantes do projeto, mesmo diante de toda dificuldade imposta pela distância entre os países. Desse percurso, chegamos a 2015 com novas problemáticas de pesquisa, velhos e novos parceiros e o propósito de manter nossa integração no desenvolvimento de pesquisas que somem esforços para dar maior amplitude e profundidade ao estudo da mobilidade humana e da circularidade de ideias na América Latina e na Europa.

Diaspore 7

DOI 10.14277/6969-122-5/DSP-7-0

ISBN [ebook] 978-88-6969-122-5 | ISBN [print] 978-88-6969-123-2 | © 2017

Nesta perspectiva, delineamos como eixos articuladores para discussão e que se consolida na produção dos artigos aqui organizados, as seguintes questões:

- a. como os processos de mobilidade humana e movimentos de ideias na América Latina e na Europa foram e são influenciados reciprocamente?
- b. como esses processos de mobilidade se diferenciam segundo as ideias em circulação?
- c. que variáveis estruturais, histórico-sociais e culturais condicionam o modo de organização do movimento de pessoas e pensamentos nos países estudados?

A questão central que fundamenta a discussão do grupo relaciona-se diretamente à dinâmica fortemente dialética que envolve a mobilidade humana e a circulação de ideias. Se por um lado o deslocamento de pessoas constrói imagens sobre os lugares de onde se chega e daqueles de onde se sai, por outro, as ideias-imagens são produtoras de mobilidade, na medida em que alimentam imaginários e representações que funcionam como propulsores do agir humano.

Desse modo, os contatos entre a Europa e a América Latina nos remetem aos últimos anos do século XV, quando os navios de Castela e Aragão chegaram à região central do continente, na ilha batizada como Hispaniola. Dava-se, então, início a um processo inexorável de iberização do subcontinente americano, como afirma Carmagnani (2003),¹ o qual foi seguido, a partir do século XIX, por uma dinâmica de europeização. As relações entre os dois lados do Atlântico principiaram um duplo movimento entre os dois continentes, tanto de deslocamento de pessoas (da colonização-ocupação à imigração) quanto de circulação de projetos políticos, sociais, culturais, de percepções de mundo, de representações.

Se por um lado a América Latina transformou-se em um ‘outro ocidente’, conceito utilizado por Marcello Carmagnani, ou num ‘extremo ocidente’, como assevera Alain Rouquié,² por outro, a Europa viveu forte mudança material e imaterial desde os primeiros contatos com ‘as terras de além-mar’. Poder-se-ia dizer que, desde os primeiros passos desse relacionamento, ambos os continentes viveram o fenômeno da circulação e da interpenetração na construção de suas realidades contemporâneas. Na discussão desta obra busca-se, entender partes destes processos de interação que deram vida à sociedade latino-americana hodierna, assim como à europeia e, também, como estes contatos produziram conceitos

1 Carmagnani, Marcello (2003). *L'altro Occidente. L'America Latina dall'invasione europea al nuovo millennio*. Torino: Einaudi.

2 Rouquié, A. (2000). *L'America Latina. Introduzione all'Estremo Occidente*. Milano: Bruno Mondadori.

políticos, sociais, econômicos e culturais caros aos dois continentes, que, mesmo em estruturas híbridas, os colocam em diálogo ainda hoje.

A discussão de três dos fenômenos que atravessam os últimos 130 anos de deslocamentos entre Europa e América Latina dão a dimensão da importância do objeto de investigação deste projeto. Primeiro, a grande imigração europeia de massa de finais do século XIX. Em segundo, o crescimento da emigração latino-americana nos últimos vinte anos e o aumento da emigração europeia (também em direção à América Latina, em particular, aquela dos países do mediterrâneo) na primeira década do século XXI. Por fim, a conjuntura migratória internacional, que envolve processos de integração e reelaboração identitária, tanto pensando nas comunidades de latino-americanos no exterior – as quais repensam as suas identidades nacionais e continentais – quanto nos processos de interação com as comunidades locais, que forjam processos múltiplos de identificação.

É relevante destacar, ainda, que, os deslocamentos humanos promovem movimentos de ideias e construções de imaginário – que muitas vezes ultrapassam o círculo dos continentes aqui em destaque. Os processos imigratórios trouxeram consigo um fluxo de viajantes, políticos, intelectuais que produziram narrativas não somente em relação aos espaços de imigração, mas, também, forneceram olhares diferenciados sobre os Estados nos quais os imigrantes se instalaram. Produziram-se literaturas sobre as experiências de ambos os lados do Atlântico, colaborando, neste sentido, na produção de quadros imagéticos que passaram, pouco a pouco, a ser socialmente compartilhados e a constituir emblemáticas representações do outro.

No que concerne à imigração histórica, ou seja, àquela de finais do século XIX, muito já se produziu tanto no que se refere à realidade brasileira, às transformações aportadas pelos imigrantes ao cenário político-econômico nacional, e também sociocultural, quanto àquela considerada na individualidade de cada Estado hispano-americano receptor de imigrantes (maiormente Argentina, Uruguai, Chile, Peru e México). A relevância da presente discussão é pensar essas dinâmicas em uma perspectiva continental e percorrer os processos de mudança que foram atravessando contemporaneamente os dois continentes e como uma relação dialética de interinfluência se construiu.

Com relação ao incremento no processo emigratório latino-americano, deve-se ressaltar que o fenômeno adquiriu tamanha relevância em âmbito continental que, inclusive, estimula novas relações internacionais entre esses países. No Brasil, criou-se a Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB), em 2007, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, com a função de colaborar na construção de políticas públicas que venham ao encontro das necessidades dos imigrantes brasileiros presentes nos diferentes países. Além disso, mais recentemente, no dia 15 de Junho de 2010, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o

Decreto nr. 7.214 que, entre outras medidas, estabelece os princípios e as diretrizes da política governamental para as comunidades brasileiras no exterior. Em uma demonstração da importância que a população brasileira não residente no país tem assumido em âmbito governativo, o Decreto instituiu as Conferências dos Brasileiros no Mundo (CBM) e criou o Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior (CRBE).

No âmbito da Europa, o caso italiano pode ser visto como exemplar. Entre a última década do século XX e a primeira do século XXI se observa o contínuo crescimento do debate sobre a imigração extra e intracomunitária, ganhando ares muito preocupantes. A problemática migratória tem adquirido sempre mais espaço nos meios de comunicação italianos e o preconceito com relação ao outro, sobretudo, o chamado 'extracomunitário', encontra-se em franco crescimento. O aumento do fluxo de sujeitos provenientes do norte da África e do Oriente Médio, a causa de conflitos armados e/ou de problemas socioeconômicos, não faz outra coisa que aumentar esta desconfiança do outro (especialmente por causa do medo crescente do terrorismo) e este medo da perda de controle sobre o território nacional.

Em contraste com o crescimento de uma espécie de xenofobia no contexto europeu, a América Latina e, em modo especial o Brasil, tem assumido (faz-se referência à primeira década do século XXI) um papel relevante na economia e na política internacional, o que colabora para a positividade da figura do imigrante brasileiro, através de um encantamento com as políticas levadas adiante nas 'antigas colônias'; ainda mais considerando este momento histórico de crise nos Estados centrais do sistema (*Core Countries*) e a situação relativamente controlada da periferia. Cabe ressaltar todavia que - nos últimos anos - diferentes situações nacionais latino-americanas, como consequência da própria crise internacional, mas também de crises políticas internas, tem alterado esta imagem de terra da promessa e produzido novas leituras sobre a região no mundo Ocidental.

Como terceiro fenômeno, observa-se o aumento das partidas de cidadãos em busca de melhores condições na sociedade europeia contemporânea, e especialmente por aquela do sul do continente: fenômeno mais relevante a partir dos anos 1980-90, e com certo declínio na primeira década do século XXI. Em direção à América Latina, mesmo que não se note a mesma intensidade de fluxo, como os milhões de imigrantes do final do século XIX, verificou-se um deslocamento consistente de milhares de europeus (mão de obra qualificada e *brain drain*) em direção ao subcontinente, na primeira década deste século. Mais uma vez se reforça no imaginário da velha Europa a figura do subcontinente como a terra da *cuccagna*: espaço de grandes oportunidades e uma sociedade aberta para a acolhida.

São estes fenômenos e ideias que circularam e permanecem circulando entre América Latina e Europa, que não estão restritas a latinos-americanos e europeus, mas envolvem todos os sujeitos e grupos que transitam

nestes espaços-tempos e lugares, que apresentamos nos artigos coligidos nesta coletânea, produzidos por pesquisadores de universidades brasileiras e da Universidade de Veneza.

Assim, em «Os contatos entre os dialetos italianos e o português no Espírito Santo», Edenize Ponso Peres apresenta parte da história dos contatos entre os dialetos italianos e o português no Espírito Santo – estado da região sudeste do Brasil – que recebeu milhares de imigrantes do norte da Itália em fins do século XIX. Pelo fato de os imigrantes terem se fixado em áreas isoladas, em meio à floresta, os dialetos italianos puderam ser mantidos por muitas décadas. Atualmente, esses dialetos estão deixando de ser falados, mas o contato linguístico deixou marcas no português dos descendentes, principalmente no nível fonético-fonológico. Com respeito à história social desses contatos, as pesquisas levadas a cabo no estado registram as causas para o fim da transmissão dos dialetos às gerações seguintes: as lembranças tristes que a terra e também a língua ancestral evocavam; o uso do dialeto apenas para a conversa de adultos, mantendo as crianças afastadas dos assuntos dos mais velhos; a proibição de se falarem línguas estrangeiras no país, no período do Estado Novo, com Getúlio Vargas, de 1937 a 1945; e o preconceito e a discriminação, que geravam vergonha nos imigrantes e seus descendentes. Assim, depreende-se a importância dos fatores sociais para a preservação ou o desaparecimento das línguas minoritárias nas comunidades de imigração, partindo do caso dos italianos no Espírito Santo.

Discutindo a questão imigratória, em consonância com o papel e os conceitos de língua materna e estrangeira, Lená Medeiros de Menezes, em «Imigração e língua em uma perspectiva de gênero», aborda o papel do idioma nos processos imigratórios, privilegiando a categoria gênero. Para isso, retrata o drama vivido por três mulheres imigrantes ao chegar a um país desconhecido e encontrar-se na difícil situação de integrar-se à nova sociedade. Por meio de entrevistas de dois jovens e de três mulheres – duas falantes nativas de espanhol e uma de italiano – a autora retrata o desafio, envolto em medo e sofrimento, relacionado à necessidade de estabelecer-se em um país estrangeiro e à aprendizagem de uma nova língua, ao mesmo tempo em que ocorre o abandono de sua língua materna e de sua identidade cultural. Comparando-se os papéis femininos e masculinos tanto na sociedade de origem quanto na de chegada, a autora conclui que resta às imigrantes o aconchego – mas também o isolamento – do lar, cabendo aos filhos o papel de elo entre elas e a língua e a sociedade estranha.

Seguindo a senda dos estudos de gênero, em seu artigo intitulado «As mulheres imigrantes portuguesas sob o véu da invisibilidade»: um balanço historiográfico, Roseli Boschilia traça o percurso historiográfico de pesquisas a respeito da mulher e/imigrante, especialmente a portuguesa. Assim, a autora relaciona importantes trabalhos acadêmicos em que a personagem feminina – sua vida pessoal, familiar e laboral, na terra de

origem e/ou na de destino – ganha foco. Com esse objetivo em mente, na primeira parte do artigo, Boschilia expõe um resumo de obras que tratam de questões pertinentes ao gênero feminino, família, trabalho e produção, entre outros, no Brasil e no exterior; na segunda parte, a autora reúne e apresenta pesquisas relacionadas às anteriores, mas voltadas especificamente para a imigrante portuguesa; e, na terceira e última parte, temos a apresentação de congressos internacionais e de criação de grupos de pesquisa que fomentaram as investigações também a respeito de mulheres e/imigrantes portuguesas, mas realizadas recentemente, no século XXI. Por fim, a autora conclui que, não obstante as dificuldades em se retratar a mulher e/imigrante portuguesa, quer pela superioridade numérica masculina, quer pela ausência de dados documentais, nas duas últimas décadas houve um notável esforço para evidenciar o seu lugar de sujeitos realmente atuantes no processo e/imigratório.

Passando da narrativa historiográfica sobre o outro imigrante para àquela literária, Susanna Regazzoni analisa em «Memoria y relato. La migración Italia Argentina» os textos de escritores do início do século XX sobre o processo migratório da Itália para a Argentina e como esta narrativa é marcada por uma construção identitária. Deste modo, em seu estudo propõe entender como a experiência migratória é um fenômeno que se testemunha por meio da memória coletiva e que se relaciona com a narração da história e da memória individual expressas em relatos de recordação. Neste particular, se apropria da produção de uma nova geração de escritores e escritoras que se ocupam do papel que a imigração europeia tem na imaginação Argentina contemporânea, numa reflexão que busca interpretar o passado para compreender o presente. E deste modo, compreender a própria identidade e aquela do outro.

Maíra Ines Vendrame, no artigo «‘Com tinta do meu sangue’: redes e mobilidades através das cartas de um imigrante italiano», seguindo a perspectiva das narrativas sobre o imigrante, colocando o olhar sobre as ‘escritas de si’, procura refletir sobre as estratégias de deslocamento e reunificação familiar através das cartas do imigrante italiano Paulo Rosato. Maíra busca deste modo destacar a importância destas fontes para apreender a complexidade da experiência migratória para o Brasil, bem como compreender como elas permitem acompanhar as expectativas e escolhas dos atores antes e depois das experiências migratórias. Seu argumento é que do além-mar, os imigrantes, por meio da constituição de ‘pontes de tinta’, ligaram o local de destino com o de origem, possibilitando, nas últimas décadas do século XIX, a circulação de informações, objetos e pessoas.

Um outro tipo de narrativa está relacionada àquela do poder público, sobre as posições assumidas e as políticas adotadas pelo Estado brasileiro em relação ao tipo e à ‘qualidade’ dos imigrantes que seriam aceitos para ingressar no país, bem como as prováveis alterações que as mesmas

sofreram no decorrer do tempo. Estes são os objetivos de discussão de Luiza Horn Iotti no texto «O branqueamento da raça: a política imigratória imperial brasileira e a ‘qualidade’ dos imigrantes». Para tal, utiliza como fonte a legislação brasileira sobre imigração e colonização, promulgada entre 1822 e 1889, partindo do pressuposto que a análise da legislação permite, entre outras coisas, identificar os diversos interesses dos grupos sociais, nas diferentes fases pelas quais passou o processo migratório e de colonização no Brasil.

Voltando à discussão sobre ‘escritas si’, porém no contemporâneo e com o uso das narrativas orais, Sueli Siqueira, Maria Lucinda Fonseca, Mauro Augusto Santos e Patrícia Falco Genovês trazem a cena no artigo «Brasileiros em Portugal e nos Estados Unidos: semelhanças e diferenças nos dois destinos» a experiência migratória de brasileiros nestes dois países, colocando em relevo narrativas de brasileiros no período pós-crise 2008. Período que juntamente ao aumento da ação de fiscalização dos agentes imigratórios nos Estados Unidos provocou uma ampliação no sentimento de medo e insegurança dos indocumentados. Tal situação, argumentam os autores, teve como ingrediente nos dois destinos a crise econômica e com ela a perda de postos de trabalho e, para muitos, o retorno para o Brasil.

Partindo da situação específica de um intelectual no exílio e seguindo a senda da ‘autobiografia’, em «Intelectuais no exílio: algumas notas sensíveis» Adélia Miglievich-Ribeiro se compromete em produzir um exercício de invenção sobre a experiência de 12 anos de exílio de Darcy Ribeiro após o Golpe Militar de 1964 no Brasil. A partir de fragmentos de relatos esparsos sobre suas viagens e confissões sobre o exílio propriamente, propõe a *invenção* de um texto capaz de ligar os depoimentos de Darcy, como se ele o tivesse escrito de uma só vez. Retoma assim o tema do intelectual exilado sob a inspiração de Theodor Adorno e de Edward Said a fim de concluir sobre o significado dos deslocamentos na experiência ‘prejudicada’ do exílio. Desse modo, descobre em Darcy Ribeiro e na sua abertura à ‘alteridade’, que foi capaz de perceber como ‘semelhança’, a conquista de sua qualidade humana que minimizou para ele o afastamento *eu-outro* bem como o distanciamento histórico entre Brasil e países vizinhos na Ibero-América.

No âmbito do discurso sobre o espaço urbano e as questões imigratórias, Maria Izilda Santos de Matos no artigo «Santos: múltiplas experiências, ações e olhares: Cidade-porto, febril, saneada e imaginada» questionar as transformações e tensões na cidade-porto de Santos em parte do século XIX e décadas iniciais do XX, analisando, entre outros documentos, os relatos de viagem. Sua análise encontra-se organizada em três tópicos intitulados: o porto febril: epidemias; o porto: saneamento e controle e a cidade-porto: conexões, viagens e olhares; por fim, algumas considerações finais, denominadas ‘olhares, relatos e representações’.

Na mesma linha, Enric Bou Maqueda em «Cidades brancas? Fronteras urbanas en clave transatlántica» parte das reflexões propostas por Joseph Roth, Walter Benjamin, Sigfried Kracauer e Claudio Guillén, nos quais se apresenta o conceito de ‘cidade branca’, ligado a ideia de fronteira e a centralidade, para concluir que a ‘cidade branca’ é desfocalizada e periférica, invadida e rebelde, modelo (senão o projeto) e inferno (pesadelo ou o caos). O conceito se aplica ao exame de quatro cidades ‘brancas’ a propósito de sequências significativas de quatro filmes: *Los olvidados* (1950) de Luis Buñuel, *Pizza, birra, faso* (1998) de Bruno Stagnaro e Israel Adrián Caetano, *Dans la ville blanche* (1983) de Alain Tanner e *Biutiful* (2010) de Alejandro González Iñárritu.

No que concerne a perspectiva dos ‘olhares estrangeiros’, em «Livros, leituras e circulação de saberes nas teses médicas sobre a epidemia de cólera da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (ca. 1855): notas preliminares de pesquisa», Sebastião Pimentel Franco e André Luis Lima Nogueira propõem uma discussão sobre a produção das teses médicas apresentadas à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ) que dissertaram acerca do cólera-morbus à época em que a epidemia chegou ao Brasil (ca. 1855). O objetivo é perceber a influência de determinados autores estrangeiros, lentes da Faculdade, paradigmas médicos, além dos cânones impostos para a confecção do trabalho de final de curso dos ‘doutorandos’. Esses olhares os aproximam de algumas questões como à ‘história da leitura e do livro’ que, apenas mais recentemente, têm sido pensadas pelos historiadores que se debruçam sobre o ‘livro médico’. Isto sobretudo para as formas de ‘circulação’ de saberes médicos para a produção dos trabalhos de final de curso dos doutorandos da FMRJ no contexto da chegada da epidemia de cólera ao Império.

Na mesma trilha, Rita de Cássia Marques em «As águas da capitania de Minas Gerais no relato dos estrangeiros: século XVIII e XIX» discute como os primeiros relatos de estrangeiros no Brasil, especificamente na região de mineração de Minas Gerais, exploram as riquezas minerais sempre as relacionando com a água, com a saúde e com a doença. Em Minas Gerais, estado com muitas nascentes de água mineral, desde o século XVIII há registros de curas milagrosas como resultado do consumo e banho. Os relatórios destas pesquisas foram escritos por europeus no Brasil, nos séculos XVIII e XIX, dentre eles o médico dinamarquês Theodore Langgaard, que preocupado com o uso indiscriminado, descreve as propriedades e prescreve as águas minerais para diferentes situações e doenças. No século XIX, havia cidades que se desenvolveram como centros terapêuticos baseados na exploração de águas minerais despertando o interesse econômico do governo e de um químico alemão.

Em «A arte da sangria: circularidade de ideias e práticas (Rio de Janeiro, primeira metade do século XIX)» Tânia Salgado Pimenta descreve como a sangria era bastante usada e entendida como fundamental por parte dos

médicos acadêmicos e da população da Europa ocidental para se atingir o equilíbrio em casos de doença. Analisa como em Portugal e seus domínios, desde o século XIII, tentou-se regulamentar e fiscalizar as práticas médicas, a princípio voltada para o exército. Desde modo, a partir de 1808, com a transferência da Corte e as instituições da burocracia para o Brasil, essa fiscalização passou a ser mais efetiva nas cidades maiores do território brasileiro. E como, nesse mesmo ano, a Fisicatura-mor foi recriada com sede no Rio de Janeiro e todas as questões sobre regulamentação e fiscalização relacionadas às artes de curar seriam decididas ali.

A todos desejamos uma boa reflexão sobre essas dinâmicas de deslocamentos e circulações, de pessoas e de ideias que atravessaram gerações de homens e mulheres em todos os cantos do mundo, em diferentes zonas geográficas, mas que aqui são pensadas com o olhar direcionado à América Latina e à Europa, em suas múltiplas leituras entrecruzadas. Boa leitura!

Mobilidade humana e circularidade de ideia

Diálogos entre a América Latina e a Europa

editado por Luis Fernando Beneduzi e Maria Cristina Dadalto

Os contatos entre os dialetos italianos e o português no Espírito Santo

Edenize Ponso Peres

(Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Abstract This paper presents part of the history of the contacts between the Italian dialects and Portuguese in Espírito Santo - State of southeastern Brazil - which has received thousands of immigrants from the North of Italy in the late nineteenth century. As immigrants set up in isolated areas, in the woods, the Italian dialects were preserved for many decades. Currently, these dialects are no longer being spoken, but the language contact that remained left a mark on the Portuguese's descendants, especially on the phonetic-phonological level. With respect to the social history of these contacts, the research caused in the state register the end of transmission of the dialects to the following generations: the sad reminders that the land and also the ancestral language evoked; the use of dialect for adult conversation only, keeping children away from older issues; the prohibition to speak foreign languages in the country, the New State period, Getúlio Vargas, 1937-1945; and prejudice and discrimination, which generated shame immigrants and their descendants. Therefore, it appears the importance of social factors for the preservation or the disappearance of minority languages in immigrant communities, from the case of the Italians in the State of Espírito Santo.

Sumário 1 Apresentação. – 2 Breve histórico dos contatos linguísticos no Espírito Santo. – 3 Os imigrantes no Espírito Santo. – 4 O contato entre os dialetos italianos e o português no Espírito Santo. – 5 As consequências linguísticas e sociais do contato entre os dialetos italianos e o português. – 6 Considerações finais.

Keywords Language contact. Italian dialects in Espírito Santo. Language maintenance. Language shift.

1 Apresentação

O estado do Espírito Santo, localizado na região Sudeste do Brasil, recebeu, a partir do século XIX, milhares de imigrantes italianos, que vieram colonizar as suas desabitadas serras. Aqui enfrentaram as florestas virgens, os animais selvagens, a escassez de instrumentos de trabalho e de comida, as diferenças geográficas e culturais e a saudade dos que ficaram na Itália. Mas, vencidos os grandes desafios que se impuseram aos primeiros imigrantes, atualmente seus descendentes desempenham um importante papel dentro da sociedade espírito-santense.

Diaspore 7

DOI 10.14277/6969-122-5/DSP-7-1

ISBN [ebook] 978-88-6969-122-5 | ISBN [print] 978-88-6969-123-2 | © 2017

As marcas da Itália se fazem presentes em diversas localidades do estado, quer nas feições da população, quer na cultura – na comida, nas cantigas, nas danças, nas festas para homenagear os pioneiros imigrantes. Com relação aos dialetos falados pelos italianos, eles sobrevivem entre os idosos, principalmente no campo. Por sua vez, os traços dialetais ainda se fazem presentes na linguagem dos descendentes mais jovens, a depender da intensidade do contato com o português.

Dessa forma, o presente trabalho tem por objetivo apresentar a história dos contatos entre os dialetos italianos e o português no Espírito Santo, tanto no nível linguístico – os traços dialetais presentes na língua portuguesa falada por descendentes de imigrantes – quanto no nível social – as causas do fim da transmissão da língua ancestral às gerações seguintes. Para isso, são apresentados os resultados de pesquisas recentes realizadas no estado, de cunho Variacionista (Labov 1972) e do Contato Linguístico (Weinreich [1953] 1970; Appel, Muysken 1996; Baker, Jones 1998; Coulmas 2005; etc.). Entretanto, para melhor compreendermos a situação sociolinguística do estado, é preciso remontar aos primórdios da colonização da então capitania do Espírito Santo, para compreendermos a sua situação, quando da chegada dos primeiros imigrantes, e também como se deram os contatos linguísticos desde o seu início. Esse é o nosso primeiro tópico. Em seguida, apresentaremos o contexto histórico da imigração italiana, para então abordarmos as consequências linguísticas e sociais do contato entre os dialetos italianos e o português.

2 Breve histórico dos contatos linguísticos no Espírito Santo

A colonização do Espírito Santo foi marcada pelo encontro de indígenas, portugueses, negros escravos, brasileiros de outras localidades e imigrantes estrangeiros. A seguir, então, exporemos resumidamente esse processo.

A colonização do estado teve início no dia 23 de maio de 1535, quando os portugueses, sob o comando de Vasco Fernandes Coutinho, aportaram no que é hoje o município de Vila Velha; entretanto, somente em 1558 eles realmente ocuparam o território (Daemon 2010). Sobre os povos indígenas que habitavam a capitania – sobretudo o litoral – é certo que aqui viviam tupiniquins, goitacazes, tupinambás e temiminós, que falavam o tupi, sendo esta a língua de comunicação entre eles e os jesuítas, na catequese. Por outro lado, Moreira e Perrone (2007) incluem ainda nessa listagem os aimorés, localizados sobretudo na região norte do estado, e afirmam que aqui se falavam línguas de dois principais troncos: tupi e macro jê.

Também é certo que havia indígenas no interior da capitania, dados os registros históricos que comprovam as frequentes incursões de jesuítas ao interior, em busca de nativos para serem trazidos para o litoral e catequizados (Saletto 2011). Contudo, a dizimação da população indígena

e sua aculturação, a partir do século XVI, ocasionaram que, hoje em dia, além dos empréstimos lexicais ao português, praticamente nada de suas línguas restou. A exceção fica para o guarani, ainda falado por esse povo, o qual chegou ao Espírito Santo na década de 1970, depois de uma caminhada de décadas por Paraguai, Argentina e estados do Sul do Brasil (Calazans 2014).

Os negros escravos, por sua vez, chegaram a partir de 1621, no governo de Francisco Aguiar Coutinho (Medeiros 1997). Eles eram encaminhados às grandes fazendas, muitas de propriedade de jesuítas ou de pessoas ligadas a religiosos, que se localizavam no litoral ou pouco adentradas no interior, próximas a rios navegáveis, para facilitar a escoação da produção (Conde 2009). Fato importante para a análise dos contatos linguísticos no Espírito Santo é que, de acordo com Conde (2009) e Moreira e Perrone (2007), a capitania não estava ligada ao tráfico negreiro internacional, isto é, os escravos que habitavam as fazendas, na segunda metade do século XIX, época da chegada dos imigrantes, estavam lá há várias gerações. Tratava-se de casais com muitos filhos e estes também tinham prole extensa, todos convivendo juntos, sendo que praticamente todos tinham parentesco com algum indivíduo da fazenda.

As características da escravidão, destacadas no parágrafo anterior, levam-nos a pensar que o contato entre o português e as línguas africanas, no Espírito Santo, se deu no século XVII e não foi mantido, com a vinda de novos escravos. Assim, vemos que as línguas africanas não entraram em contato direto com os dialetos falados pelos imigrantes italianos.

Outro fator importante para a nossa análise foi a condição imposta ao estado de servir como defesa natural contra invasores estrangeiros e ladrões do ouro da região de Ouro Preto, em Minas Gerais. Por isso, durante mais de um século, proibiu-se a construção de estradas para oeste (Oliveira 2008). Igualmente, a descoberta dessas jazidas, no início do século XVIII, provocou uma corrida do ouro entre os que aqui viviam. Assim, o Espírito Santo, que já era pouco povoado, viu seu contingente populacional ainda mais reduzido. Como consequência desses fatos, temos que, no início do século XIX, 90% das terras capixabas eram cobertas pela Mata Atlântica (Moreira, Perrone 2007).

Segundo Moreira e Perrone (2007), o Espírito Santo permaneceu nessa situação até o ano de 1813, quando o então presidente da capitania, Francisco Rubim, com o intuito de estimular a ocupação da terra, trouxe dois grupos de açorianos para abrir uma estrada que ligaria Vitória a Ouro Preto. Nesse mesmo ano, chegaram 34 espanhóis, que se estabeleceram no litoral norte do Espírito Santo. Entretanto, a imigração estrangeira realmente se iniciou em 1847, com a vinda de 163 prussianos para a Colônia de Santa Isabel. Na década de 1850, foi estabelecida a Colônia de Santa Leopoldina, sendo-lhe destinados primeiramente 140 suíços, mas, em 1865, a Colônia já contava com imigrantes de diversas etnias. E, em

1856, foi fundada a Colônia de Rio Novo, para onde se dirigiu uma grande parte dos imigrantes italianos que chegaram à província¹ do Espírito Santo (Oliveira 2008).

No quadro a seguir, adaptado de Franceschetto (2014), observamos os cinco maiores contingentes de imigrantes chegados ao estado.

Quadro 1. Imigrantes chegados ao Espírito Santo e as respectivas entradas nos séculos XIX e XX

Países	séc. XIX	séc. XX	Total
Itália	35.033	1.633	36.666
Alemanha	4.013	853	4.866
Espanha	2.942	527	3.469
Portugal	2.080	1.347	3.427
Polônia	699	898	1.597

Fonte: Franceschetto 2014 (adaptado)

Dentre os italianos, segundo dados do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (2007),² 40% dos imigrantes eram oriundos do Vêneto, 20% da Lombardia, 14% do Trentino Alto Adige, 10% da Emilia Romagna, 5% do Piemonte, 4% de Friuli-Venezia Giulia e 7% de outras regiões. Dos imigrantes vênéticos, 31% eram de Treviso, 28% de Verona, 13% de Vicenza, 10% de Padova, 8% de Venezia, 7% de Belluno e 3% de Rovigo. E, dentre os imigrantes lombardos, 24% eram oriundos de Mantova, 20% de Cremona, 20% de Bergamo, 12% de Brescia, 12% de Pavia, 5% de Milano e 7% de outras localidades.

Antes, porém, de prosseguirmos, é importante esclarecer que ainda não se sabe para quais localidades do Espírito Santo esses imigrantes foram levados, o que implica dizer que ainda se desconhece, em boa parte, como se travaram os contatos entre os dialetos italianos no Espírito Santo. Nos vários livros de memórias dos imigrantes de que dispomos, além das entrevistas realizadas em diversas comunidades, não se encontram informações e depoimentos acerca de barreiras linguísticas entre os imigrantes, de modo que os impedissem de se comunicar uns com os outros. Portanto, podemos pensar que os grupos de imigrantes que chegavam das diferentes regiões da Itália mantinham-se unidos, em lotes de terra próximos uns dos outros.

1 No Brasil, as capitanias foram transformadas em províncias no ano de 1821, e estas foram transformadas em estados com a Proclamação da República, em 1889.

2 O Arquivo Público do Estado do Espírito Santo constantemente atualiza seus dados referentes à imigração no estado. As últimas informações referentes às localidades de origem dos imigrantes italianos datam de 2007.

3 Os imigrantes no Espírito Santo

Conforme o quadro 1, acima, os milhares de imigrantes que chegaram ao Espírito Santo vinham sobretudo da Europa. Essa situação foi comum aos imigrantes destinados às demais localidades brasileiras, mas o Espírito Santo reunia característica que o diferenciavam de outras províncias: sua população era extremamente escassa e se concentrava em poucos pontos do litoral, sendo que o interior era totalmente coberto por florestas. Por isso, os imigrantes, para chegar a seus lotes, tiveram que vencer muitas dificuldades.

As vias de acesso ao interior eram as fluviais, distribuídas de forma mais ou menos regular ao longo da costa. Elas permitiam a navegação em canoas por um percurso que variava de acordo com o rio, geralmente em torno de 40 km. Daí por diante, os imigrantes caminhavam por alagadiços e picadas nas densas matas virgens, subindo e descendo serras, guiados por tropeiros. Muitos dormiam em troncos de árvores, forrados com algumas folhas, e passaram fome e frio, não apenas homens, mas também mulheres e crianças (Derenzi 1974). Por fim, depois de instalados, verificaram que suas terras não eram tão férteis como lhes havia sido prometido na Europa e também não receberam a assistência que deveriam receber do Governo brasileiro.

As particularidades da colonização do Espírito Santo, somadas às características geográficas do estado e às dificuldades de locomoção pelo seu interior, propiciaram o isolamento da maioria das comunidades de imigrantes, ao passo que algumas outras, localizadas às margens de estradas, entraram em contato com os brasileiros já no início do século XX.

As situações descritas nos parágrafos acima originaram uma diversidade linguística no estado das mais interessantes. Atualmente, após 200 anos da chegada dos primeiros imigrantes, várias comunidades pomeranas ainda conservam a língua de herança, mesmo entre as crianças (Bremenkamp 2014); algumas cidades colonizadas por italianos mantêm as tradições ancestrais, em festas e grupos de dança e de canto; nas zonas rurais, os descendentes de italianos mais idosos ainda falam a língua dos antepassados, aprendida na infância (Cominotti 2015, Loriato 2015); na zona urbana, apenas alguns traços das línguas ancestrais perduram (Avelar 2015, Loriato 2015); e, finalmente, temos muitas comunidades/etnias sobre as quais nada sabemos.

A fim de descrever as consequências sociolinguísticas da imigração estrangeira no Espírito Santo – especialmente a italiana – foram realizadas diversas pesquisas abordando os contatos linguísticos que aqui ocorreram. Esse é o tema da próxima seção.

4 O contato entre os dialetos italianos e o português no Espírito Santo

Tendo em vista a história da colonização do Espírito Santo, podemos inferir que o português aqui falado entrou em contato com as línguas indígenas e com as africanas nos séculos XVI e XVII e, a partir daí, não teve contato direto com elas. Também pela forma como se deu a ocupação deste território, os imigrantes de diferentes etnias que aqui chegaram estiveram relativamente afastados do convívio com os brasileiros, falantes de português, durante décadas, a depender da localização geográfica da comunidade.

Dessa forma, até o final da década de 1960, em boa parte das regiões do estado colonizadas por italianos, ainda se falava majoritariamente o dialeto ancestral (Derenzi 1974). Por isso, esses dialetos imprimiram suas marcas na linguagem dos ítalo-descendentes, diferenciando-a da linguagem atual das localidades que não receberam um número maciço de imigrantes.

Para tentar descrever a diversidade linguística do Espírito Santo, em 2010 elaboramos um Projeto de Pesquisa que tinha por objetivos: a) formar bancos de dados de fala nas comunidades colonizadas por imigrantes, sobretudo italianos; b) identificar traços das línguas de imigração no português falado pelos atuais moradores dessas localidades; c) descrever a importância de variáveis não linguísticas, como o sexo, a faixa etária e o grau de escolaridade dos indivíduos, bem como os seus sentimentos a respeito de suas origens, para a manutenção ou a substituição das línguas de imigração pelo português.

Nestes anos, dezessete localidades foram estudadas, entre zonas rurais e urbanas, principalmente as colonizadas por imigrantes italianos. As pesquisas têm por referencial teórico a Sociolinguística, na vertente da Teoria da Variação e Mudança ou do Contato Linguístico, e versam basicamente sobre dois objetos: a) as influências fonético-fonológicas das línguas de imigração sobre o português falado nessas comunidades; b) as causas do fim da transmissão intergeracional dos dialetos pelos italianos. Este último objeto se faz relevante, haja vista que a língua pomerana e o hunsrück ainda hoje são falados por descendentes desses imigrantes de todas as idades em diversas comunidades do estado. Os dados dos estudos variacionistas foram tratados estatisticamente por meio do programa Goldvarb X (Sankoff, Tagliamonte, Smith 2005). Os resultados obtidos por essas pesquisas aparecem descritos a seguir.

5 As consequências linguísticas e sociais do contato entre os dialetos italianos e o português

As pesquisas sobre contato linguístico levadas a cabo nas diferentes comunidades colonizadas por imigrantes italianos, no Espírito Santo, evidenciam várias diferenças fonético-fonológicas entre o português resultante do contato e aquele que não sofreu influência dos dialetos – por exemplo, o português falado na capital do estado, Vitória. Entretanto, cabe ressaltar que o português resultante do contato se diferencia entre as comunidades. Assim, aquelas localizadas nas zonas rurais dos municípios apresentam mais traços dialetais, em todas as gerações; ao contrário, nas zonas urbanas, esses traços se fazem mais presentes no português falado pelos mais idosos, diminuindo ou mesmo inexistindo entre os mais jovens. O quadro a seguir sintetiza as principais diferenças entre o português de contato e o português falado em Vitória.

Quadro 2. Características de duas variedades do português falado no Espírito Santo

Português Falado em Vitória	Português de Contato
Há vogais orais e nasais	Há apenas vogais orais
Há ditongo nasal [ãw̃]	Não há ditongo nasal [ãw̃]
Há alçamento de vogais médias átonas finais	Não há alçamento de vogais médias átonas finais
Fonemas /t, d/ diante de /i/: [tʃi], [dʒi]	Fonemas /t, d/ diante de /i/: [ti], [di]
Consoante lateral em coda silábica: [w]	Consoante lateral em coda silábica: [l]
Realização do fonema /r/: [h, ʁ]	Realização do fonema /r/: [r, r, ɹ]

Os resultados obtidos pelas pesquisas variacionistas aparecem a seguir:

- a. A influência dos dialetos italianos na pronúncia do ditongo nasal foi estudada em uma comunidade colonizada por imigrantes vênets da zona rural de Alfredo Chaves (Picoli 2015). A pronúncia marcada, ou seja, com influência do dialeto, se faz mais presente nas palavras funcionais *não*, *tão*, *então* e nas palavras de mais de uma sílaba. Os resultados indicam ainda que as pessoas acima de 50 anos, do sexo masculino e com até 05 anos de estudo são aquelas que mais pronunciam o ditongo nasal com influência dialetal.
- b. A realização dos fonemas /t, d/ diante da vogal /i/ foi estudada na zona urbana de Santa Teresa (Avelar 2015), o primeiro município a receber imigrantes italianos, no Espírito Santo. O programa Goldvarb X selecionou como significativas apenas as variáveis não linguísticas: a pronúncia de /t, d/ diante de /i/ com influência do dialeto é favorecida pelos informantes com mais de 50 anos, do sexo masculino e com baixa escolarização.

Os resultados acima evidenciam que os homens, os indivíduos menos escolarizados e os informantes acima de 50 anos favorecem a manutenção dos traços dialetais no português. Esta última variável também evidencia que está havendo mudança em progresso, ou seja, que a influência dos dialetos está se perdendo. Assim, depreende-se a importância dos fatores sociais para a preservação ou o desaparecimento dos traços das línguas ancestrais no português falado atualmente nas comunidades colonizadas pelos imigrantes italianos no Espírito Santo, mesmo as mais afastadas dos centros urbanos e, por conseguinte, que recebem menos intensamente as pressões uniformizadoras da linguagem. Dessa forma, fez-se relevante investigar as causas sociais da substituição dos dialetos italianos pelo português, nessas comunidades.

Os estudos de Contato Linguístico apontam diferentes fatores necessários à manutenção ou à substituição das línguas de imigração. Aqui iremos nos reportar aos fatores externos, ou seja, aqueles que não dependem diretamente das atitudes ou dos sentimentos dos falantes para atuar.³ Resumidamente, entre eles, temos:

- *O isolamento geográfico da comunidade.* As comunidades rurais costumam manter por mais tempo os traços da cultura e da língua ancestral do que as zonas urbanas.
- *O número de falantes.* Os pequenos grupos tendem a substituir sua língua materna mais frequentemente do que aqueles com uma grande quantidade de membros.
- *A religião.* Quando a língua minoritária é também a língua da religião, isso deverá servir de ímpeto para sua manutenção.
- *Os casamentos interétnicos.* Em se tratando de casamentos em que estão envolvidas duas línguas distintas, uma delas provavelmente será preterida em favor daquela que goza de maior prestígio dentro da comunidade.
- *O contato com a comunidade de origem.* Se os membros de um grupo minoritário têm a oportunidade de visitar seu país de origem e/ou de ter contato com seus conterrâneos, de forma que usem sua língua frequentemente, esta terá mais chances de ser mantida.
- *O apoio institucional.* O apoio institucional a uma língua minoritária - que é a sua utilização, por exemplo, pelos veículos de comunicação de massa, pela administração pública, pela Igreja e pela escola - podem garantir a sua sobrevivência.
- *As semelhanças entre a língua e a cultura do grupo e do país receptor.* Se a língua e a cultura do grupo e do país de destino forem diferen-

3 Ao falarmos em *fatores externos*, não estamos retirando a força das atitudes ou dos sentimentos dos falantes para a atuação de alguns dos fatores que listamos. Estamos, sim, assumindo que os fatores considerados *externos* se dão de forma mais independente das avaliações dos grupos sociais.

tes, maiores serão as chances de a cultura - e, por conseguinte, a língua - minoritária ser mantida.

A título de ilustração, comparamos três línguas minoritárias do Espírito Santo e os fatores externos que favorecem a manutenção ou a substituição linguística: o guarani (Calazans 2014), o pomerano (Bremenkamp 2014) e os dialetos italianos (Peres 2014, Cominotti 2015, Loriato 2015).

Quadro 3. Fatores externos de manutenção/substituição de línguas minoritárias do Espírito Santo

Fatores Objetivos	Guarani	Pomerano	Dialetos Italianos
Isolamento Geográfico Da Comunidade	Não	Sim	Sim
Número De Falantes	Pequeno	Pequeno	Grande
A Língua Da Religião	Sim	Não	Sim ¹
Casamentos Interétnicos	Não	Sim ²	Sim
Contato Com A Comunidade De Origem	Sim	Não	Sim ³
Apoio Governamental	Não	Não	Não
Semelhanças Entre A Cultura Minoritária E A Majoritária	Não	Não	Não
Manutenção Da Língua	Sim	Sim	Não

1 Os imigrantes italianos, durante muitos anos, realizavam celebrações e rezavam o terço em dialeto.

2 Seguindo as tradições pomeranas, os casamentos interétnicos não são frequentes; quando acontecem, eles se dão preferentemente com descendentes de imigrantes germânicos e luteranos.

3 O fluxo de imigrantes italianos, originários principalmente de três províncias do norte da Itália, continuou até o início do século XX.

Pelo quadro acima, vemos que os dialetos italianos teriam muitas chances de se manter - e, por conseguinte, de as comunidades se tornarem bilíngues - mas não foi isso o que aconteceu. Dois trabalhos recentes buscaram determinar as causas do término da transmissão desses dialetos às gerações seguintes: Cominotti (2015), que estudou a comunidade rural de São Bento de Urânia, no município de Alfredo Chaves; e Loriato (2015), que realizou estudo semelhante nas zonas rurais e na zona urbana de Santa Teresa.

Os resultados de Cominotti (2015) evidenciam que a comunidade estudada mantém a cultura italiana, quando se trata de comida, música e alguns jogos e brincadeiras. Contudo, com respeito ao dialeto, ele é falado por uma minoria dos moradores, quase sempre idosos. Por outro lado, os entrevistados demonstram ter sentimentos positivos em relação a seus antepassados, e os jovens manifestam o desejo de haver aprendido a língua dos ancestrais. O estudo de Cominotti (2015) revela, assim, que o momento atual requer atenção e cuidado para com o dialeto, se não quisermos que ele desapareça totalmente, na comunidade.

Os resultados de Loriato (2015) se assemelham aos obtidos por Cominotti (2015), ou seja, os dialetos⁴ foram sendo perdidos ao longo das gerações: na atualidade, o seu uso acontece majoritariamente com os informantes mais idosos, quando se encontram com outros falantes. E, assim como em outras localidades do estado, os descendentes de imigrantes italianos de Santa Teresa valorizam suas origens, sua cultura e a língua dos antepassados, e revelam o desejo de que ela seja recuperada e mantida pelos mais jovens.

Nas pesquisas realizadas nas comunidades espírito-santenses, foi perguntado aos entrevistados por que a língua minoritária não foi transmitida às gerações mais novas. As razões para isso, segundo eles, foram:

- a. a terra ancestral evocava lembranças tristes, fazendo com que os imigrantes e seus descendentes diretos abandonassem o dialeto assim que tiveram contato com o português;
- b. o dialeto era usado apenas em conversas entre os pais, quando estes não queriam que os filhos compreendessem o que estava sendo falado;
- c. as línguas estrangeiras foram proibidas no país, no período ditatorial de Getúlio Vargas (1937 a 1945) e, por conseguinte, seu uso foi duramente reprimido;
- d. o preconceito dos brasileiros contra os falantes de uma língua estrangeira gerava vergonha nestes. Particularmente por isso, alguns informantes relataram que as mães incentivavam o uso do português em casa, na tentativa de evitar que seus filhos passassem por constrangimento e discriminação.

Essas causas demonstram que, em situação de contato linguístico, os fatores externos, objetivos, têm muito menos força do que os sociais, para a manutenção de uma língua minoritária.

6 Considerações finais

A história do Espírito Santo mostra que os dialetos italianos foram falados por muitos anos, principalmente nas localidades mais afastadas dos centros urbanos, mas a escola e a entrada mais intensa dos meios de comunicação de massa às comunidades, além da migração interna dos descendentes de imigrantes, fizeram com que o contato dos dialetos com o português fosse crescendo gradativamente. Com isso, os dialetos italianos deixaram de ser transmitidos às gerações seguintes.

Por outro lado, a quase totalidade de nossos entrevistados demonstra um sentimento muito positivo com relação às suas origens italianas,

⁴ Santa Teresa se caracteriza por ser um município colonizado por imigrantes de diversas regiões do norte da Itália, ao contrário de outras localidades, que receberam imigrantes de apenas uma região italiana.

valorizando sua cultura e os dialetos falados pelos ancestrais. Com respeito a estes últimos, os informantes jovens lamentam a ruptura de sua transmissão, reconhecem sua importância e dizem querer aprendê-los. Dessa forma, vislumbramos uma chance de tentar recuperá-los, evitando o seu desaparecimento entre esses descendentes de imigrantes. Embora a valorização das línguas minoritárias no país tenha se dado tardiamente, a partir de 2010, cremos que poderemos nos valer dos Decretos recentes para garantirmos o respeito e a valorização da diversidade linguística no Espírito Santo.

Para alcançarmos os nossos objetivos, é necessário tentar erradicar o preconceito e valorizar essas línguas e seus falantes. Além disso, é preciso investir em mais pesquisas sobre outras comunidades colonizadas por imigrantes – italianos e de outras etnias – no Espírito Santo. Ainda sabemos muito pouco a respeito delas. Há, entre as serras do estado, muitas comunidades de que sequer temos conhecimento. Dessa forma, é preciso um trabalho bastante árduo para resgatar essas histórias e descrever a linguagem resultante do contato entre a língua estrangeira e o português, neste estado. Estamos fazendo uma pequena parte, mas há ainda um imenso trabalho a ser feito.

Bibliografia

- Appel, R.; Muysken, P. (1996). *Bilingüismo y contacto de lenguas*. Trad. de Anxo M. Lorenzo Suárez y Clara I. Bouzada Fernández. Barcelona: Ariel.
- Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. URL <http://www.ape.es.gov.br> (2016-10-11).
- Avelar, D.S. (2015). *A realização variável das consoantes oclusivas dentais por descendentes de imigrantes italianos de Santa Teresa* [Dissertação de Mestrado]. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo.
- Baker, C.; Jones, S.P. (1998). *Encyclopedia of Bilingualism and Bilingual Education*. Clevedon: Multilingual Matters.
- Bremenkamp, E.S. (2014). *Análise sociolinguística da manutenção da língua pomerana em Santa Maria Jetibá, Espírito Santo* [Dissertação de Mestrado]. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo.
- Calazans, P.C. (2014). *Para uma sócio-história da língua guarani no espírito santo: uma análise sob a perspectiva sociolinguística* [Dissertação de Mestrado]. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo.
- Cominotti, K.S.S. (2015). *O contato linguístico entre o vêneto e o português em São Bento de Urânia, Alfredo Chaves, ES: uma análise sócio-histórica* [Dissertação de Mestrado]. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo.

- Conde, B.S. (2009). «Senhores de fé e de escravos: a escravidão nas fazendas jesuíticas do Espírito Santo» [online]. *Anais do 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba: UFPR, 1-10. URL: <http://www.escravidaoe-liberdade.com.br/site/images/Textos4/brunosantosconde.pdf> (2016-10-11).
- Coulmas, F. (2005). *Sociolinguistics: the Study of Speakers' Choices*. Cambridge: Cambridge Press.
- Daemon, B.C. (2010). *Província do Espírito Santo; sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. 2a ed. Vitória: Arquivo Público do Espírito Santo. URL: <http://www.ape.es.gov.br> (2016-10-11).
- Derenzi, L.S. (1974). *Os italianos no Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Artenova.
- Franceschetto, C. (2014). *Imigrantes: base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.
- Labov, W. (1972). *Sociolinguistic patterns*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press.
- Loriato, S. (2015). *Mi parlo taliàn: uma análise sociolinguística do bilinguismo português-dialeto italiano no município de Santa Teresa, Espírito Santo* [Dissertação de Mestrado]. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo.
- Medeiros, R. (1997). *Espírito Santo: encontro de raças*. Vitória: Editora Reproarte.
- Moreira, T.H.; Perrone, A. (2007). *História e geografia do Espírito Santo*, vol. 8. Vitória: [s.n.].
- Oliveira, J.T. (2008). *História do Estado do Espírito Santo*, vol. 3. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. URL <http://www.ape.es.gov.br> (2016-10-11).
- Peres, E.P. (2014). «Aspectos sócio-históricos do contato entre o dialeto vêneto e o português no Espírito Santo». *Revista (Con)textos linguísticos (UFES)*, 10, 53-71.
- Picoli, S.A. (2015). *O ditongo nasal tônico -ão falado por ítalo-descendentes de Santa Maria do Engano/ES: uma análise sociolinguística* [Dissertação de Mestrado]. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo.
- Saletto, N. (2011). *Donatários, colonos, índios e jesuítas; o início da colonização do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. URL: <http://www.ape.es.gov.br> (2016-10-11).
- Sankoff, D.; Tagliamonte, S.; Smith, E. (2005). *GoldVarb X - a Multivariate Analysis Application*. Toronto; Ottawa: Department of Linguistics; Department of Mathematics.
- Weinreich, U. [1953] (1970). *Language in Contact; Findings and Problems*. Paris: The Hague Mouton.

Mobilidade humana e circularidade de ideia

Diálogos entre a América Latina e a Europa

editado por Luis Fernando Beneduzi e Maria Cristina Dadalto

Imigração e língua em uma perspectiva de gênero

Lená Medeiros de Menezes

(Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil)

Abstract Discusses the role of language in the immigration process, focusing on gender. For this, portrays the drama of three immigrant women coming to an unknown country and find themselves in the difficult situation to integrate into the new society. Through interviews of two young men and three women – two native speakers of Spanish and Italian – the author portrays the challenge, wrapped in fear and suffering related to the need to settle in a foreign country and learning a new language at the same time it is the abandonment of their native language and their cultural identity. Comparing the female and male roles both in the society of origin as at the finish, the author concludes that remains to immigrant warmth – but also the isolation – the home, leaving the children link the role between them and the language and strange society.

Sumário 1 Sobre ser estrangeiro(a) na terra de acolhida. – 2 Introduzindo o objeto de estudo. – 3 A complexidade do aprendizado de outra língua. – 4 Sobre Juana, Angelina e Teodora.

Keywords Migratory Processes. Immigration Women. Language. Isolation. Integration.

Considerando-se a questão das invisibilidades nos processos de deslocamentos, é importante lembrar, de imediato, que várias são as dimensões que atingem as mulheres. Imersas em processos que se situam para além do simples ato de transpor fronteiras físicas, elas vivenciam também deslocamentos sociais, culturais e, em especial, afetivos. Esses deslocamentos tendem a fazê-las experimentar a sensação de ‘não pertencimento’, com intensidade e dimensões diferenciadas dos homens, quer em relação ao lugar de partida, quer em relação ao lugar de chegada.

1 Sobre ser estrangeiro(a) na terra de acolhida

Com relação à mulher imigrante, por tanto tempo negligenciada pela historiografia, muitas são as dimensões que restam por ser analisadas, desde seu protagonismo nos processos migratórios aos desafios e problemas na tessitura de uma nova vida em terra estrangeira. Nesse processo, é possível dizer que elas vivem, de forma significativamente particular, os processos de adaptação e aculturação, em parte, por conta dos papéis sociais a elas atribuídos.

Diaspore 7

DOI 10.14277/6969-122-5/DSP-7-2

ISBN [ebook] 978-88-6969-122-5 | ISBN [print] 978-88-6969-123-2 | © 2017

A partir do conceito de *dupla exterioridade*, cunhado por Todorov (1991), pode ser observado que as mulheres experimentam, em geral, um sentido particular de exterioridade, principalmente aquelas que reproduzem, na terra de chegada, papéis ligados aos cuidados com marido e filhos. Nesse caso, o lar torna-se seu lugar de abrigo, refúgio e de preservação identitária.

Tanto com relação aos homens quanto com relação às mulheres, porém, ser *estrangeiro* é, inevitavelmente, uma experiência que envolve muitas dificuldades. Segundo Duroselle (2000, 49), o conceito de *estrangeiro* ainda não mereceu a atenção devida por parte dos historiadores, embora ele seja fundamental na análise das relações travadas com respeito àquele que vem de fora e sobre o qual recai, regra geral, alguma forma de discriminação. ‘Amigo ou inimigo’, o estrangeiro, segundo o autor:

é um homem ‘diferente’ e, conseqüentemente, com comportamento estranho, até imprevisível. É o homem que [...] ‘introduz o aleatório’.

O estrangeiro representa a diferença, mas não toda a diferença e nem sempre as mesmas diferenças. Estas têm origem frequentemente na ‘raça’ [...]. Muitas vezes ainda ela se apega à ‘língua’ [...]. A diferença provém muitas vezes da religião [...]. Finalmente, a longa sequência de ‘acazos da história’ – sucessões, guerras, movimentos de populações e de trocas, que fixaram fronteiras – criou também a diferença. E quanto mais o tempo passa, mais formam, de uma parte e da outra, aquilo que o geógrafo Jean Gottman chama [...] de ‘iconografias’ – sistemas de imagens, de valores que se distanciam uns dos outros e criam ‘diferença’. (Duroselle 2000, 50)

Com relação à questão das diferenças entre o *eu*, natural da terra, e o *outro*, que vem de fora, é possível distinguir, segundo o mesmo autor (51-2), entre o estrangeiro *conhecido* – que causa menores estranhamentos – e o estrangeiro *desconhecido*: «o misterioso, o longínquo, muitas vezes aquele que vem do mar e aparece bruscamente».

No caso do estrangeiro conhecido, este teria maiores proximidades com a cultura do país de acolhida. Dessa forma, não seria tão *outro* quanto o estrangeiro desconhecido, já que este estaria marcado por diferenças mais visíveis, passíveis, em grau extremo, de fertilizar processos xenófobos, pois, segundo Duroselle (2000, 51): «quanto mais nos distanciamos, mais o estrangeiro [tende a se tornar] monstruoso».

O estrangeiro, portanto, representa a diferença, assumindo, conseqüentemente, a posição da *outrocidade* (Rezende 2011) com relação à língua, à religião ou a outros valores culturais. Quando esse estranhamento assume o sentido de ameaça, acaba por implicar atitudes de vigilância, controle e, até mesmo, de combate.

Ainda que não se atenha à questão da imigração, o conceito de *poética do espaço*, cunhado por Bachelard, é um bom ponto de partida para

analisar como as iconografias de que fala Gottman estão inscritas em um espaço sujeito a sistemas de representação. Essa poética do espaço assim aparece descrita por Said, citando Bachelard (1996, 65):

O interior de uma casa [...] adquire um sentido de intimidade, segredo e segurança, real ou imaginário, por causa das experiências que parecem ser apropriadas para tal espaço. O espaço objetivo de uma casa – seus cantos, corredores, porão, quartos – é muito menos importante do que aquilo de que está poeticamente dotado, que costuma ser uma qualidade com um valor imaginativo ou figurativo, que podemos nomear e sentir: assim, uma casa pode ser assombrada, ou como um lar, ou como uma prisão, ou mágica. Da mesma maneira o espaço adquire um sentido emocional ou até racional por meio de um tipo de processo poético, que faz a distância ser convertida em um significado para nós. O mesmo processo ocorre quando lidamos com o tempo.

As representações de tempo e de espaço, dessa forma, são, inevitavelmente, permeadas pela subjetividade, sendo possível inferir que, no contexto das relações com o estrangeiro, colocam-se em contato – e muitas vezes em oposição – diferentes iconografias, tão ou mais distanciadas quanto maiores ou menores são as diferenças culturais.

2 Introduzindo o objeto de estudo

Inserido no quadro dos deslocamentos sociais, culturais e afetivos que afetam os indivíduos que – por opção ou necessidade – transpõem fronteiras nacionais, tornando-se o *outro* em terra estrangeira, este artigo é desdobramento de pesquisa mais ampla sobre portugueses, espanhóis e italianos na cidade do Rio de Janeiro.¹ A partir desse contexto mais amplo, o trabalho propõe uma abordagem que, dentre os ícones culturais, destaca o papel da língua nos processos migratórios, privilegiando o recorte de gênero.

As questões discutidas no trabalho estão apoiadas principalmente em três entrevistas, que colocam o foco na voz de mulheres que, um dia, deixaram sua terra natal para se aventurarem no desconhecido. Ao rememorem o passado, suas lembranças estabelecem pontes com o processo de adaptação em terra estrangeira, processo no qual a língua aparece como registro de dificuldades.

Os problemas apontados surgiram de forma espontânea nas entrevistas; ou seja, as perguntas a elas dirigidas, em nenhum momento, estiveram

1 O projeto é apoiado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, através do PROCIENTIA, e recebe taxa de bancada do Programa Cientista do Nosso Estado, da Fundação Carlos Chagas de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

orientadas pela questão das dificuldades com a língua. Foram as depoentes que, convidadas a falar sobre suas dificuldades ao chegar ao Brasil, deram centralidade à questão da língua, demonstrando seu peso no processo de reinvenção da vida em terra estrangeira, embora, nos três casos, se tratasse de línguas latinas, e não de troncos linguísticos desconhecidos ou com maior distanciamento das línguas românicas.

As três depoentes – duas nascidas na Itália e uma na Espanha – narraram, em grau muito próximo, as dificuldades que enfrentaram no difícil processo de aprendizagem de uma nova língua, que lhes parecia *incompreensível* nos contatos iniciais, vindo a causar-lhes inúmeros constrangimentos. Ainda que as línguas maternas por elas faladas fossem próximas ao português, se comparadas com outras, aprender uma segunda língua ofereceu-lhes expressivas dificuldades, marcadas para sempre em suas lembranças.

É necessário que se atente, assim, para o amplo significado que a língua assume para emigrantes, que, muitas vezes, travam contato com outra língua apenas no contexto do próprio deslocamento, o que colabora para que a língua falada no país de acolhida pareça, pelo menos nos momentos iniciais, obstáculo quase sempre gerador de angústia e sofrimento.

No caso das mulheres entrevistadas, elas eram, em última instância, estrangeiras *conhecidas*. Afinal, oriundas da Europa do Sul, tinham origem latina, e a estrutura e muitas palavras da língua por elas falada tinha proximidades com o português. Levando-se em conta, porém, os depoimentos que a seguir serão analisados, essa condição de proximidade não as eximiu de enfrentar dificuldades, ainda que estas se distanciassem significativamente daquelas enfrentadas, por exemplo, por alemães, chineses, japoneses, russos e tantos outros.

Bem sabemos que o processo de adaptação em terra estrangeira tem uma temporalidade que varia segundo os distanciamentos existentes. Nesse processo, as diferenças iniciais tendem a ser minimizadas por conta dos processos de adaptação e aculturação, embora, para muitos, as formas de falar os mantenham, ao longo da vida, como o *outro*. Essa permanência de uma *outrocidade* visível, por outro lado, não atinge apenas povos com língua ou cultura mais distanciadas. Em muitos casos, a diferença se expressa através de poderosos estereótipos, presentes, por exemplo, em designações pejorativas, como *carcamano* ou até mesmo *galego*. Neste último caso, longe de a palavra significar um simples gentílico – natural da Galícia –, ela passa a nomear aquele que se sujeita aos trabalhos desqualificados e mal remunerados (cf. Silva 2006).

3 A complexidade do aprendizado de outra língua

Uma breve análise sobre o complexo processo em que se constitui a aquisição de outra língua é não apenas importante mas também necessário, principalmente quando o(a) imigrante é colocado(a) em foco, obrigado(a) à necessidade de construir uma nova vida, na qual se vê na contingência de falar e pensar em *língua estrangeira*.

A primeira advertência feita pelos linguistas com relação a esse processo é a de que a língua não é um simples instrumento de comunicação; tampouco ela se constitui em algo que é aprendido de forma mecânica e progressiva, ou seja, assimilada em etapas passíveis de levar o indivíduo a um nível de domínio considerado ideal.

Segundo Revuz (1997, 215 in Pereira 2001, 59), a língua materna forma a própria psique do sujeito. Para a autora, «as palavras são impregnadas de um sistema de valores», pois:

muito antes de poder falar, a criança é falada intensamente pelo seu ambiente, e não há uma palavra que não seja, a um só tempo, designação de um conceito e discurso sobre o valor atribuído a esse conceito pelo ambiente. Esse sistema de valores impregna completamente o sistema lingüístico. Ele diz aquilo que se pode dizer e aquilo que não poderia ser dito; ele manifesta uma relação com a própria língua e o saber que ela permite construir. (Revuz 1997, 215 in Pereira 2001, 59)

Nesses enquadramentos, a aquisição de uma língua estrangeira - estranha e externa, portanto - implica, necessariamente, importantes deslocamentos. Para além de sociais e culturais, estes são também emocionais e psíquicos. Dessa forma, aprender *outra* língua é, antes de mais nada, um processo desequilibrador, que remete à construção de novas conexões cerebrais e de uma nova identidade. Nesse processo, a língua materna - carregada de afetividade - nunca é esquecida.

Esse estar já-aí da primeira língua é um dado ineludível, mas essa língua é tão onipresente na vida do sujeito que se tem o sentimento de jamais tê-la aprendido e o encontro com uma outra língua aparece efetivamente como uma experiência totalmente nova. (Revuz 1997, 215 in Pereira 2001, 59)

Com relação à novidade em que se constitui o aprendizado de outra língua, a autora nos diz que esta experiência *nova* «não está no encontro do fenômeno lingüístico como tal, mas nas modalidades desse encontro», tendo em vista que:

a língua estrangeira é, por definição, uma segunda língua, aprendida depois e tendo como referência uma primeira língua, aquela da primeira

infância. Pode-se apreender uma língua estrangeira somente porque já se teve acesso à linguagem através de uma outra língua. (Revuz 1997, 215 in Pereira 2001, 59)

O exercício requerido pela aprendizagem de uma LE se revela tão delicado porque, ao solicitar a um tempo nossa relação com o saber, nossa relação com o corpo e nossa relação com nós mesmos enquanto sujeito que se autoriza a falar em primeira pessoa, solicitam-se as bases mesmas de nossa estruturação psíquica e, com elas, aquilo que é, a um mesmo tempo, o instrumento e a matéria dessa estruturação: a linguagem, a língua materna. (Revuz 1997, 215 in Pereira 2001, 56)

Considerando-se que toda aprendizagem é, por si só, desestabilizadora, o aprendizado de outra língua – principalmente para o(a) imigrante – representa a maximização desse processo, tendo em vista que ele imprime a necessidade de ver, sentir e nomear o mundo de forma diferente do que nele foi inscrito em língua materna.

Nesse sentido, Pereira (2001, 55) norteia seu trabalho sobre o papel da língua materna na aquisição da língua estrangeira através de duas perguntas principais:

- É possível esquecer a língua materna para aprender a língua estrangeira?
- Haveria um campo psíquico específico para a aquisição de língua materna e outro para a língua estrangeira?

Perguntas como estas ainda não foram satisfatoriamente respondidas, indicando o quanto ainda há a ser pesquisado sobre o tema, de forma que possam ser estabelecidas as possíveis relações cognitivas e físico-cerebrais entre uma primeira e uma segunda língua.

Observe-se, em acréscimo, que as reflexões da autora tomam como eixo de reflexão o aprendizado realizado em ambiente escolar, não se voltando, assim, para as formas espontâneas e não sistematizadas do aprendizado realizado pelo(a) imigrante. Nesse cenário, é possível encaminhar outros alcances para as perguntas formuladas sobre as relações estabelecidas entre língua materna e língua estrangeira.

Essa situação diferenciada se repete na escola, quando se trata de crianças e adolescentes imigrantes, que enfrentam uma situação de sala de aula inscrita em uma língua que, para ele, é estrangeira; ou seja, a língua falada no espaço de aprendizagem em que ele se insere não é sua língua materna.

As dificuldades por eles enfrentadas na escola podem ser demonstradas pelo jovem Léonard Rudloff. Filho de casal franco-brasileiro (pai francês e mãe brasileira), ele nasceu na França (Beaumont), em 31 de Dezembro de 2001. Com um ano e meio, deslocou-se com a família da França para a

Inglaterra e foi alfabetizado em língua inglesa. Após pouco menos de nove anos neste país – o que fez com que o inglês se constituísse, para ele, na verdadeira língua materna – os pais foram transferidos para a Tailândia; depois, para o México e, finalmente, para o Brasil. A cada novo país, Léonard era obrigado a adaptar sua forma de ver o mundo, de falar e de se comunicar, mesmo frequentando escolas internacionais.

Ainda que a mãe sempre tenha falado com ele em português, possibilitando que ele compreendesse perfeitamente a língua, o contato com as formalidades de uma língua latina deu-se apenas em uma escola internacional no México, onde eram ministradas disciplinas em espanhol, em atendimento à legislação do país. Desde seu ingresso, portanto, ele foi obrigado a ler e escrever em espanhol, entrando também em contato com uma cultura completamente diferente; cenografia que, ademais, seria transitória.

Certamente muitos são os benefícios que o contato com várias línguas e culturas possibilitou ao jovem. Isso não descarta, porém, as dificuldades e o sofrimento inerentes ao processo de adaptação – linguísticas, culturais, emocionais e cerebrais – que permitissem que ele rompesse a exclusão social.

O contato formal com a língua portuguesa veio a oferecer novas dificuldades, incluindo, dentre outros, registros diferentes para um mesmo fonema e a acentuação. Passados um pouco mais de dois anos da chegada ao Brasil, a gramática – mais mecânica – foi razoavelmente assimilada, mas as dificuldades continuam a estar centradas na interpretação, o que levanta a hipótese de que ele continua a pensar em língua inglesa, embora palavras nessa língua não mais invadam textos por ele escritos em língua portuguesa.

Segundo palavras do próprio Léonard, a cada país e a cada escola nova, seu sentimento inicial era sempre o de medo:

Tinha medo de não conseguir fazer amigos, porque não podia me comunicar. Tinha medo de não me dar bem na escola. Chegava sempre muito nervoso na escola e não gostava de ir à aula. (Rudloff 2015)²

Se o medo era companheiro de Léonard ao entrar em uma nova escola, o desconforto experimentado nos encontros iniciais com outra língua nos é dado pelo depoimento de Enrique Babio, espanhol da aldeia de Sada, em La Coruña, Galícia:

Senti dificuldade, como eu falo galego, o galego e o português se assemelham, também muita coisa eu não entendi, sobretudo o carioca que

2 Depoimento de Léonard Rudloff, prestado à autora em entrevista realizada, no Rio de Janeiro, em 15 de Outubro de 2015, não publicado anteriormente, constando sua íntegra em documento que integra o acervo pessoal da pesquisadora.

fala muito: 'xx'. Isso aí me atrapalhava e nas obras encontrava o nordestino, que falava de outra maneira. O carioca entendia melhor a nós, do que nós a eles. Porque na cidade sempre tem o ouvido mais adaptado. O carioca, qualquer idioma entende.³

Ainda que seja considerada idílica sua visão sobre o carioca, que, segundo ele, 'qualquer idioma entende', Babio não deixa de ter razão, quando distingue as diferenças de compreensão de um brasileiro frente ao espanhol (ou galego) e de um espanhol frente ao português. Em última instância, um desdobramento das diferenças entre o latim erudito e vulgar e das formas pelas quais essas formas foram absorvidas pelos diferentes povos.

O que se mostra importante no depoimento de Enrique Babio é a indicação implícita das formas que o processo de aquisição de outra língua compreende. Para além do cognitivo, esse processo envolve o emocional, explicando-se, por exemplo, por que, no caso de crianças bilíngues (ou trilíngues), estas tendem a desenvolver a gagueira: expressão de um querer dizer que não encontra - na mesma velocidade do pensamento - palavras apropriadas no ato da enunciação. Explica também por que é relativamente comum que palavras da língua materna invadam a fala em língua estrangeira.

4 Sobre Juana, Angelina e Teodora

O depoimento prestado por Juana Naranjo, espanhola de Sevilha, Andaluzia, demonstra essa *invasão* de palavras no ato da enunciação, em narrativas construídas em outra língua:

São Paulo era feia. Vou falar a verdade. É que eu vinha de uma cidade pequena, já não *es tan pequeña* hoje, Sevilha *ya es una ciudad...* uma cidade que você vai ao centro andando, eu morava no centro, perto da catedral e até o Parque de Maria Luisa, era tranquila. É que meu marido tinha alugado dois cômodos, quarto e cozinha lá no Tatuapé, e a senhora da casa da frente, de Trás dos Montes, de *unos cincoenta y tal*, eu com vinte e três anos... Quando eu escutava ela falar, era choc, choc, choc... No entendia nada, nada... e ela me falava, me falava... *Mi marido salia a las seis horas, cinco e meia*, ele era mecânico, trabalhava na Estrela o dia inteiro e eu ficava sozinha até de tarde, até as seis e meia. E eu escutava aquela mulher e *yo decía, madre mía, de donde salió esta mujer... donde yo me he metido...* (Narajo 2008 in Corner 2012, s.p.)

3 Depoimento prestado a Érica Sarmiento da Silva, em 26 de Maio de 2011, fazendo parte de seu acervo pessoal, gentilmente cedido à autora para menção neste texto.

Pequeña, ciudad, cincuenta, donde, mujer foram, dentre outras, palavras espanholas que invadiram um depoimento prestado em língua portuguesa, embora, nesses casos, os registros fossem bastante próximos. O mesmo se dá com verbos como *salir* e *decir*. Essa *invasão* torna-se mais significativa quando observamos que, no momento do depoimento, já se tinham passado anos desde que Juana chegara ao Brasil, o que a fazia dominar muitas outras palavras, com registros mais distanciados. Ou seja, independentemente dos anos de permanência no Brasil, ela continuava trocando as línguas. Indicaria isso que ela continuava a pensar na língua materna ou seriam outras as explicações para essa forma mista de enunciação? A resposta a essa questão, certamente, foge à proposta deste artigo, por envolver questões ainda em aberto, relativas à elucidação de como se comportam os circuitos cerebrais no caso do aprendizado de outra língua.

Para Juana, sua chegada ao Brasil foi acompanhada por um verdadeiro sofrimento no contato com o *outro*. Segundo o que disse, ela experimentava um verdadeiro desespero quando ouvia a vizinha falar em uma língua que ela não compreendia e que, em seus ouvidos, soava como um ‘choc, choc, choc’ incompreensível, que não fazia, para ela, qualquer sentido.

Outra informação importante no depoimento de Juana é sua observação acerca das diferenças que afetavam os cotidianos vividos por ela e pelo marido, o que influenciava diretamente no aprendizado da nova língua.

Essa diferenciação tudo tinha a ver com os papéis tradicionais por eles desempenhados. No caso do marido – provedor do casal – ele saía às cinco e meia ou seis horas da manhã para o trabalho e ficava fora do lar o dia inteiro. Nessa situação, diariamente mantinha contato com colegas de trabalho e fregueses, e esse contato possibilitou que, rapidamente, ele discriminasse os sons que o cercavam, conferindo-lhes sentido.

Juana, ao contrário, permanecia sozinha em casa, raramente saindo à rua. Era esta sua rotina diária, que se repetia das seis da manhã às seis e meia da tarde, com a possibilidade, apenas ocasional, de ela travar diálogo com a vizinha, que, pelo que demonstra o depoimento da andaluza, não manifestava a mínima preocupação de se fazer entender. Daí o desabafo da entrevistada: «madre mía, de donde salió esta mujer... donde yo me he metido!».

Destaque-se que, no caso de Juana, o que estava em jogo não era a opção de ir à escola para aprender uma língua estrangeira, mas a necessidade imperiosa de se comunicar e, através desse ato, poder melhor sobreviver na nova terra, desempenhando seu papel de esposa e mãe em terra estrangeira. Aprender a língua portuguesa, para ela como para tantas outras, era parte intrínseca e vital da construção de uma nova vida no Brasil, através da vivência de um processo continuado de mudanças que se colocava, no caso específico da língua, para além do enunciar, impondo a necessidade do significar, no sofrido processo de adoção de novos padrões linguísticos e simbólicos.

O difícil processo de adaptação e aprendizagem, vivido pelo(a) imigrante, associava-se sempre ao medo: medo de não ser compreendido, medo da discriminação, medo da galhofa. Estas eram situações que, para as mulheres, acabava por acarretar um processo de refúgio dentro de si, marcado pela opção por pouco falar ou, ainda, de pouco sair e de permanecer no lar, onde podia continuar a falar a língua materna, sem o sofrimento que o contato com a outrocidade linguística acarretava.

Outra depoente, Angelina Amêndola, narra as mesmas dificuldades e o mesmo sofrimento. Nesse caso, fica mais explícita uma situação constrangedora vivida fora de casa, reforçando a representação do lar como refúgio. As dificuldades vividas por Angelina só começaram a ser minimizadas – embora nunca superadas – quando a filha alcançou idade suficiente para frequentar a escola, passando a ensinar à mãe os meandros da língua portuguesa.

Natural do sul da Itália, Angelina Amêndola é uma senhora tímida, recatada e de poucas palavras, que chegou ao Brasil no ano de 1954, com o marido e uma filha pequena, chamada Itália, em homenagem e reverência à terra natal. Diferentemente do marido – com grande eloquência na narrativa de seus sofrimentos durante a Guerra, quando, em um campo de prisioneiros, foi obrigado a se alimentar das cascas de batatas, agradecendo a Deus a oportunidade de trabalhar na cozinha – Angelina falou pouco na entrevista, limitando-se a responder, de forma simpática mas pontual, às perguntas que lhe eram dirigidas, sendo continuamente interrompida pelo marido, que não se afastou da sala onde era realizada a entrevista.

Ao narrar suas dificuldades de adaptação, Angelina enfatizou – imediatamente – as dificuldades com a língua, dizendo que passou muita vergonha enquanto não aprendeu a falar o português. Da mesma forma que Juana, ela marcou as diferenças no cotidiano vivido por ela e pelo marido, afirmando que este aprendeu rápido o português, segundo ela, porque era jornalista e trabalhava o dia inteiro na rua, em contato permanente com os fregueses. Ela, ao contrário, ficava em casa durante todo o dia e tinha receio de sair à rua, pois só sabia falar italiano e tinha medo da rejeição e da discriminação.

Dentre suas lembranças, tem destaque um fato por ela considerado doloroso, que até hoje continua a lhe causar vergonha e constrangimento. Em um determinado dia, ela foi chamada à escola da filha, intimada a justificar as faltas da menina, o que deixara de fazer, por escrito, por não saber ler ou escrever em português. Ao comparecer à escola e tentar explicar os motivos pelos quais a filha faltara às aulas, mencionou que o médico tinha recomendado que a menina permanecesse na casinha, utilizando a forma diminutiva das palavras tão comum entre nascidos na cidade do Rio de Janeiro (cariocas).

Angelina saiu satisfeita do encontro com a professora da filha. Quando, porém, veio a saber que *casinha*, em linguagem popular da cidade, signi-

ficava banheiro, ela morreu de vergonha.⁴ A partir desse momento, e pelo menos até dominar melhor a língua, nunca mais teve coragem de ir à escola.

Após o episódio, Angelina esforçou-se mais em aprender o português, pois não queria passar por nenhum outro desconforto como aquele, que ela considerou um verdadeiro vexame. Sua aprendizagem, porém, deveu-se à própria filha, então em processo de alfabetização. Junto com ela, aos poucos, foi desvendando os segredos da nova língua, passando a expressar-se razoavelmente, embora em casa continuasse a falar italiano, até mesmo para que a menina nunca esquecesse a língua dos pais.

Outra italiana, Laís Consani Scarpa, ao lembrar a avó Teodora, pontuou, em seu depoimento, as dificuldades que esta teve com a língua na terra de acolhida e o fato de a avó nunca ter aprendido «a falar o português, porque não saía de casa». Segundo Laís, sua avó

não falava [o português], era tudo enrolado. Ela falava: '*quattro ore, quattro ore!*' A gente entendia, mas gente de fora não entendia.

Ela disse para as meninas quando chegaram: 'Olha, vocês se virem aí, hein? Vocês tratem de andar com os brasileiros para aprenderem a falar, porque eu..., não vou aprender a falar; não saio de casa'. (Scarpa 2001 in Pereira 2008, 146-7)

Segundo os três depoimentos, as dificuldades enfrentadas pelas imigrantes em seu dia a dia deveram-se, em grande parte, ao fato de elas não saberem falar português. Explícitas, nesse sentido, são as referências, em suas narrativas, das relações existentes entre as dificuldades com o aprendizado da língua, o distanciamento do movimento das ruas e seu recolhimento ao espaço privado.

Pelo fato de os maridos, no caso de Juana e Angelina - e, possivelmente, em tempos passados, também de Teodora - viverem seu dia-a-dia no trabalho e, portanto, no espaço público, eles tinham contato permanente com a língua portuguesa, levando-os a aprendê-la com maior facilidade, incluindo o linguajar popular, caminho principal para sua integração na sociedade.

A importância de circular nas ruas e de entrar em contato permanente com os brasileiros aparece significativamente explicitado no depoimento de Laís, ao reproduzir as palavras da avó: «Olha, vocês se virem por aí, tratem de andar com os brasileiros para aprenderem a falar, porque eu..., não vou aprender a falar, não saio de casa».

Por conta de um cotidiano vivido no lar e do verdadeiro tormento que significava a circulação na rua, enquanto não dominavam suficientemen-

4 O depoimento de Angelina Amêndola foi colhido pela autora, em entrevista realizada em 13 de Junho de 1999, no Rio de Janeiro, fazendo parte de seu acervo pessoal. A terminologia vem do fato de o banheiro, no passado, ser construído fora da casa, constituindo-se assim em um anexo, uma *casinha*, por suas pequenas dimensões.

te o português, as três mulheres – e, como elas, muitas outras imigrantes – acabaram por se condenar a uma espécie de exílio voluntário, marcado pelo pouco ou pelo não falar em público, sempre associado ao medo da discriminação e da vergonha.

Longe de se constituir em instrumento de aproximação com o(a) outro(a), a língua, dessa forma, acabava por se transformar em fator de apartamento, tornando-se o lar o único refúgio por elas considerado seguro, lugar sagrado da preservação de sua identidade original e de sua cultura; espaço onde elas podiam continuar a falar *sua* língua.

O cotidiano vivido no lar passava a representar assim, a um só tempo, obstáculo ao aprendizado da outra língua e caminho de preservação da língua materna e, através dela, dos registros e valores culturais de sua terra e de sua gente. Nesse processo, é possível dizer que, no caso das mulheres, as dificuldades com a língua acabaram por reforçar seu papel de guardiãs das tradições e de suas contínuas ressignificações.

Bibliografia

- Corner, Dolores Martins (2012). «Guerra civil e fome: imigrantes espanhóis em São Paulo». Menezes, Lená Medeiros de; Matos, Maria Izilda Santos de, *Deslocamentos e cidades: experiências, movimentos e migrações*. Rio de Janeiro: UERJ/LABIMI, 236-49.
- Duroselle, Jean-Baptiste (2000). *Todo Império perecerá. Teoria das Relações Internacionais*. Brasília; São Paulo: UNB; Imprensa Oficial do Estado.
- Maingueneau, Dominique (2006). *Cenas de enunciação*. Curitiba: Criar.
- Pereira, Elizabete Francisca de Oliveira (2001). «O papel da língua materna na aquisição da língua estrangeira» [online]. *Inter-Ação; Rev. Fac. Educ. UFG*, 26(2), 53-62. URL revistas.ufg.br/index.php/interacao/article/download/1601/1566 (2016-10-11).
- Pereira, Syrléa Marques (2008). *Entrehistórias, fotografias e objetos: imigração italiana e memórias de mulheres* [Tese]. Universidade Federal Fluminense: IFCH/UFF.
- Resende, Érica Simone A. (2011). *A crítica pós-moderna/pós-estruturalista nas Relações Internacionais*. Boa Vista; Roraima: Universidade Federal de Roraima.
- Said, Edward W. (1996). *Orientalismo: O Oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva, Érica Sarmientod da (2006). *O outro Río: a emigración galega no Río de Xaneiro*. 1a ed. Santiago de Compostela.
- Todorov, Tzvetan (1991). *Nosotros y los otros. Reflexões sobre a diversidade humana*. México; Madrid: Siglo Veintiuno.

Mobilidade humana e circularidade de ideia

Diálogos entre a América Latina e a Europa

editado por Luis Fernando Beneduzi e Maria Cristina Dadalto

As mulheres imigrantes portuguesas sob o véu da invisibilidade

Um balanço historiográfico

Roseli Boschilia

(Universidade Federal do Paraná, Brasil)

Abstract Traces the route of historiographical research on women and/immigrant, especially the Portuguese. Thus, the author lists important academic works in which the female character – their personal, family and working life in the land of origin and/or destination – gains focus. The work is ordered into three parts: an overview of works that deal with issues related to female gender, family, work and production, among others, in Brazil and abroad; queries related to the above, but specifically geared to the Portuguese immigrant; International congress presentation and creation of research groups that fomented investigations also about women and/Portuguese immigrants, but recently held in the twenty-first century. Concludes that, despite the difficulties in portraying the woman and/Portuguese immigrant, whether the male numerical superiority or the absence of documentary evidence, in the last two decades there has been a considerable effort to highlight its place actually acting subjects in the process and migration.

Sumário 1 Introdução. – 2 Desvendando o rosto da mulher imigrante portuguesa. – 3 Os estudos sobre as mulheres imigrantes portuguesas no século XXI.

Keywords Portuguese immigration. Immigrant woman. Historiographic balance.

1 Introdução

A obra *Homens que partem, mulheres que esperam*, publicada em meados da década de 1980 pela antropóloga canadense Caroline Brettell (1991), chama atenção para o caráter majoritariamente masculino da emigração portuguesa.¹

Esse aspecto, longe de constituir uma novidade, tem sido destacado amplamente por autores que há longo tempo vêm se dedicando aos estudos

1 A obra foi publicada originalmente em 1986, pela Princeton University Press, com o título *Men Who Migrate, Women Who Wait. Population and History in a Portuguese Parish*.

acerca da e/imigração.² A presença preponderante de pessoas do gênero masculino nos deslocamentos transoceânicos, fortemente evidenciada na documentação existente nos arquivos portugueses e brasileiros, contribuiu, sem dúvida, para que pesquisadores de diferentes áreas se dedicassem preferencialmente à análise deste grupo em particular, deixando as mulheres à margem desses estudos. Todavia, a socióloga francesa Isabelle Bertaux Wiame observa que, mesmo nos grupos imigratórios em que a equiparação percentual entre homens e mulheres é mais equilibrada, os estudiosos de migração evidenciam maior preocupação com os homens migrantes e, «muito frequentemente, neste tipo de estudo as mulheres são deixadas de lado, quase ignoradas» (Thomson 2002).

Nesse sentido, é singular, na obra de Brettell, o fato de esta autora eleger o tema da emigração para analisá-lo a partir da experiência de um grupo que, embora não participasse dos deslocamentos transoceânicos, estava igualmente envolvido nessa conjuntura. Ao analisar uma comunidade da região norte de Portugal, de onde saiu o maior percentual de emigrantes, a autora se volta para experiência das mulheres que permaneceram nas aldeias, enquanto a maioria dos homens partiu em busca de trabalho.

Ao analisar a questão da e/imigração portuguesa a partir da perspectiva teórica dos estudos de gênero, Brettell problematiza uma série de elementos ligados ao comportamento singular desse grupo emigrante, deslocando seu olhar dos sujeitos que partiam para analisar os desdobramentos e as tensões que o fenômeno da emigração provocava em todo o grupo social envolvido nessa experiência.

Aproximando-se das reflexões de autoras como Joan Scott, Michelle Perrot³ e Natalie Davis, que, a partir da década de 1980, contribuíram para dar maior visibilidade à história das mulheres, Brettell inaugura, com essa abordagem, uma nova forma de olhar os sujeitos envolvidos no processo e/imigratório, na medida em que procura refletir sobre a temática da emigração numa perspectiva relacional, em que homens e mulheres, ainda que separados geograficamente, estão igualmente submetidos aos efeitos do fenômeno emigratório e, nesse sentido, precisam reinventar suas práticas cotidianas e criar novas formas de sobrevivência.

Vale lembrar, entretanto, que, embora num primeiro momento a frase exibida no título, «mulheres que esperam...», possa sugerir a vinculação da figura feminina à passividade, a análise de Brettell é emblemática, na

2 Dentre o vasto elenco de autores dedicados ao estudo desta temática, podemos citar Joaquim Costa Leite, Vitorino Magalhães Godinho, Jorge Arroiteia, Jorge Alves, Henrique Fernandes Rodrigues, Fernando de Sousa, Jorge Malheiros, Maria Norberta Amorim, Maria Beatriz Rocha-Trindade e Isilda Monteiro, entre outros.

3 A obra *Une histoire de femmes, est-elle possible?*, organizada por Michelle Perrot, foi publicada em 1984. Três anos antes Elizabeth Badinter havia escrito a obra *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, publicada no Brasil em 1985.

medida em que contribui para a desconstrução do modelo de organização familiar nas sociedades rurais portuguesas, no qual a mulher, longe de assumir o papel de mera coadjuvante, frequentemente atribuído a ela pela historiografia tradicional, aparece como protagonista.

No Brasil, as primeiras referências à mulher imigrante portuguesa aparecem na obra do cientista social alemão Emílio Willems (1995), que se dedicou aos estudos sobre a família rural brasileira, na década de 1950. Nos relatos coletados por ele, a mulher imigrante aparece não só ocupando as funções a ela destinadas no espaço doméstico, mas também exercendo o papel de 'chefe da casa', na ausência do marido. Em que pese a preocupação evidenciada por esse autor em analisar a atuação das mulheres no interior da família, ainda seria preciso esperar alguns anos para que a mulher brasileira, de modo geral, e as imigrantes, em particular, ocupassem o lugar de sujeitos históricos, sem estarem necessariamente atreladas à figura masculina.

Como se sabe, a adoção dessa nova postura intelectual só ocorreu notadamente a partir do final dos anos Setenta, quando as mudanças paradigmáticas no campo das ciências humanas tornaram possível a escrita de uma história ancorada em conceitos que, além de permitir a problematização de questões anteriormente relegadas ao esquecimento, também passassem a privilegiar grupos minoritários ou excluídos, como escravos, mulheres, crianças, pobres e imigrantes (Silva 1987).

No interior dessa configuração, além do inegável pionerismo de Heleieth Saffiotti,⁴ cabe destacar a contribuição das pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, que, em 1978 - com o apoio da Fundação Ford - deram início a um projeto de pesquisa cujo principal objetivo era dar visibilidade às mulheres brasileiras.⁵

No campo historiográfico, nesse mesmo período, o estudo empreendido por Laura de Mello e Souza, sobre o cotidiano de homens e mulheres pobres da sociedade setecentista, também evidencia o interesse de uma nova geração de historiadores por objetos anteriormente ignorados pela historiografia, como a pobreza, o abastecimento e o dia a dia de pessoas ordinárias (Souza 1983).

A obra *Quotidiano e poder em São Paulo no séc. XIX*, produzida por Maria Odila Leite Dias (1984), pode ser inserida no escopo dessas novas

4 Desde o seu primeiro trabalho acerca das professoras primárias e operárias, publicado em 1969, a autora dedicou sua carreira aos estudos sobre a mulher. Após ter produzido sua obra clássica, *A Mulher na Sociedade de Classe: Mito e Realidade*, publicada originalmente em 1976, Saffiotti escreveu várias obras que tiveram como foco questões ligadas ao trabalho, à exploração, à opressão e à violência de gênero.

5 Os primeiros resultados desse projeto foram publicados a partir de 1980. Ver Bruschini, Rosenberg 1980. Nesse mesmo período, além das reflexões realizadas no interior desse grupo, também merecem destaque as análises realizadas por outras autoras, como Pena 1981, Salem 1981, Moura 1982.

abordagens. Igualmente interessada no estudo do cotidiano de mulheres excluídas do processo formal do trabalho e diante da impossibilidade de encontrar vestígios deixados pelo próprio grupo, Maria Odila Dias fez uso de uma documentação oficial (processos crimes, cíveis, atas da Câmara Municipal, códigos de posturas, registros de ocorrências) para analisar as estratégias de sobrevivência das mulheres paulistas.

O interesse pelo cotidiano de sujeitos anônimos também motivou Rachel Soihet (1985) a se dedicar ao estudo de mulheres pobres no Rio de Janeiro da *belle époque*. Fazendo uso de um *corpus* documental muito próximo daquele utilizado por Maria Odila Dias, Soihet enfrentou o desafio de analisar um tema emblemático e pouco comum para a historiografia daquele período, que eram os crimes de infanticídio cometidos pelas progenitoras.

Numa perspectiva teórica semelhante, que visava questionar modelos naturalizados sobre homens e mulheres, Margareth Rago foi outra historiadora que, na obra intitulada *Do cabaré ao lar*, se debruçou sobre sujeitos comuns, investigando as práticas e as resistências operárias no contexto da Primeira República. Na sua análise, a presença feminina foi fundamental para problematizar as tensões a que a classe trabalhadora estava submetida dentro e fora da fábrica (Rago 1985). Outras duas autoras que também escolheram caminhos sinuosos no interior dos acervos, na tentativa de encontrar documentos que possibilitassem uma análise mais verticalizada sobre mulheres comuns, foram Martha Abreu (1989) e Magali Engels (1989).

Ainda na década de 1980, outro grupo de historiadores que igualmente contribuiu para a emergência das mulheres na historiografia brasileira foram os estudiosos da família e da demografia histórica. Nesse sentido, merecem destaque as contribuições de Eni Mesquita Samara, que, desde a escrita de sua tese sobre a família na sociedade paulista no século XIX, defendida em 1980, se dedicou ao estudo deste tema durante várias décadas (Samara 1993). Na esteira desses estudos, outros pesquisadores, como Carlos Bacellar (1990) e Mariza Corrêa (1993) também se debruçaram sobre o tema.

Diante do crescente interesse por temáticas envolvendo as mulheres, no final daquela década, a Revista Brasileira de História publicou um dossiê, organizado por Maria Stella Bresciani (1989), intitulado *A mulher no espaço público*.

Ainda no que diz respeito à inclusão da figura feminina nas análises historiográficas, a contribuição de estudiosos do período colonial que problematizaram o lugar das mulheres na estrutura socioeconômica da América Portuguesa, numa perspectiva que também buscava privilegiar a história da vida privada, também merece destaque. Nesse sentido, são representativos os estudos realizados desde o início dos anos Noventa por Mary Del Priore (1993, 1997) e Leila Mezan Algranti (1993) sobre a condição feminina no Brasil Colônia, bem como o de Luciano Raposo Figueiredo (1993), enfocando o cotidiano das mulheres pobres em Minas Gerais no século XVIII.

Seguindo essa mesma tendência, os estudos vinculados ao tema da escravidão, no interior da qual os cativos tiveram sua condição subalterna permanentemente associada a outras problemáticas, como as relações de trabalho e poder e exclusão social, motivou análises como a de Sandra Graham (1992), sobre o trabalho feminino na sociedade escravista.

A partir dos anos Noventa, a adoção do enfoque teórico trazido pelos estudos de gênero e já perceptível nos espaços acadêmicos brasileiros, desde a década anterior,⁶ se refletiu nas reflexões realizadas por pesquisadoras que passaram a se dedicar ao estudo de mulheres a partir desse novo referencial, contribuindo para a ampliação das análises que procuravam focar as experiências de homens e mulheres em diferentes perspectivas, sempre na tentativa de recuperar práticas, resistências e lutas cotidianas, até então invisibilizadas pela historiografia. Nessa direção, vale destacar os estudos realizados por Maria Izilda Matos (1994), que, ao problematizar os conflitos entre capital e trabalho nas indústrias de Sacaria de Café, um setor ocupado preferencialmente por homens, pôs em evidência o trabalho quase invisível das mulheres. Numa perspectiva semelhante, Joana Maria Pedro (1994), ancorada em fontes jornalísticas, procurou investigar a construção dos papéis femininos a partir das imagens idealizadas pela imprensa da capital catarinense, espaço ocupado maciçamente pelo gênero masculino. A essas análises vieram somar-se os trabalhos de Etelvina Maria de Castro Trindade, Ana Paula Vosne Martins e Carla Bassanezi Pinski, outras três historiadoras que, à luz desse novo aporte teórico, dedicaram-se, nesse mesmo período, a reflexões envolvendo mulheres comuns. Enquanto Trindade (1996) procurou analisar o lugar ocupado pelas mulheres no contexto da Primeira República, Pinski (1996) e Martins (2002) problematizaram questões ligadas ao universo feminino no período pós-guerra. Além das produções individuais, Trindade e Martins (1997) também contribuíram para dar visibilidade às análises que, já nesse período, vinham sendo produzidas fora do eixo Rio-São Paulo.

A partir desses exemplos, é possível perceber a produção de uma gama de estudos que contribuiu não só para dar visibilidade a diferentes grupos de mulheres, livres, escravas, brancas e negras, mas sobretudo para percebê-las como sujeitos históricos atuando no espaço da casa, nas senzalas e também no espaço público, nos conventos e nas fábricas. Ainda que num primeiro momento essa produção historiográfica não tenha focado particularmente as mulheres imigrantes, ela foi decisiva na luta pela superação do ranço deixado por uma historiografia escrita no masculino.

6 Em 1980, três anos após a publicação da obra de Heleieth Saffiotti, foi criado o primeiro Núcleo de Estudos Sobre a Mulher, na PUC/SP, por iniciativa de Fanny Tabak. Em 1981, surgia, na Universidade Federal do Ceará, o Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher - NEDIM. Sobre o assunto, ver Pedro 2011.

2 Desvendando o rosto da mulher imigrante portuguesa

Em que pesem os avanços obtidos nas diferentes áreas de investigação que buscaram privilegiar a presença das mulheres no Brasil, o grande impulso para a emergência dos estudos voltados especialmente à mulher imigrante portuguesa ocorreu em 1994, por ocasião do Primeiro Congresso Internacional *O rosto feminino da expansão portuguesa*, realizado em Portugal.⁷

Antes disso, uma das primeiras pesquisadoras brasileiras que havia privilegiado as mulheres imigrantes portuguesas como objeto de estudo foi Maria Beatriz Nizza da Silva (1984). Após se dedicar à escrita de artigos sobre casamento e divórcio no Brasil colonial, a autora publicou um texto enfocando especialmente a mulher imigrante, no qual chamava a atenção da comunidade acadêmica para um dos fatores que dificultavam a pesquisa a respeito das mulheres portuguesas, que era justamente a baixa visibilidade desse grupo na documentação escrita:

Não é fácil tratar este tema historicamente, pois a documentação raramente se refere especificamente à mulher e, por outro lado, aquela que diz respeito à mulher no Brasil não discrimina as populações femininas por núcleos de imigração, falando genericamente da mulher brasileira. (Silva 1987)

Apesar da escassez de fontes sobre a imigração feminina, o desejo da autora em dar maior visibilidade às mulheres é perceptível mesmo em obras nas quais o foco não estava direcionado à figura feminina. No estudo que realizou sobre a Caixa de Socorro D. Pedro V, por exemplo, Nizza da Silva (1990) não deixou de destacar a participação dos imigrantes, em geral, e das mulheres, em particular, na formação de movimentos de associativismo e nas práticas ligadas à filantropia no Brasil do século XIX.

A tentativa de minimizar os problemas enfrentados pelos pesquisadores brasileiros diante da ausência de documentação acerca da imigração portuguesa, em geral, e das mulheres, em particular, provavelmente serviu de motivação para que a autora realizasse um levantamento documental sobre a história da imigração portuguesa no Brasil (Silva 1992).

Os trabalhos desenvolvidos no Brasil por Nizza da Silva e pela historiadora portuguesa Miriam Halpern Pereira (1981), que, desde o início dos anos Oitenta, vinham se dedicando ao tema da imigração portuguesa para o Brasil, sem dúvida serviram de estímulo a outros pesquisadores interessados nos estudos envolvendo a mulher imigrante nos dois lados do Atlântico.

7 O congresso foi realizado pela Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. Ver Sousa 1994.

Desse modo, o Primeiro Congresso Internacional *O rosto feminino da expansão portuguesa*, realizado em Lisboa, despertou o interesse de quase uma dezena de pesquisadores. Ao lado de Nizza da Silva, participaram do evento pesquisadoras e pesquisadores brasileiros que, de algum modo, já vinham se dedicando aos estudos envolvendo as mulheres.⁸

É importante mencionar que, para além do interesse da historiografia pelos estudos das mulheres, a partir da década de 1980 o crescente interesse de pesquisadores e pesquisadoras pela utilização de outras tipologias de fontes, anteriormente desprezadas pelas ciências humanas, também contribuiu para dar novo fôlego à história da e/imigração portuguesa.⁹ Como componente desse grupo, que já vinha se dedicando aos estudos sobre a imigração portuguesa, Maria Izilda Matos pode ser referida, ao lado de Nizza da Silva, como uma das precursoras na produção de análises historiográficas voltadas especialmente à problematização do lugar social ocupado pelas mulheres no contexto da e/imigração portuguesa para o Brasil. No texto intitulado *Em busca da árvore das patacas*, Matos reflete sobre a saga de homens e mulheres imigrantes portugueses nas cidades de São Paulo e Santos, no período entre 1890 e 1930, com a intenção de recuperar «a teia de relações cotidianas desses imigrantes e suas dimensões de experiência no mundo do trabalho, recobrando a diversidade e a dinâmica das ocupações que os absorviam» (Matos 1994). O seu interesse em analisar o mundo do trabalho, a partir de uma ótica filiada aos estudos de gênero, tornou possível visualizar as mulheres portuguesas atuando nos armazéns do porto de Santos como catadoras de café ou como costureiras envolvidas na confecção de sacaria destinada à embalagem desse mesmo produto.

Na sequência, outras mulheres portuguesas ganharam visibilidade, a partir das análises empreendidas na área da história e da sociologia, voltadas particularmente a problematizar a presença desse grupo em áreas urbanas, como o Rio de Janeiro e Niterói, nas quais a presença portuguesa fora majoritária desde o início da colonização. Nessa direção, merecem destaque os trabalhos realizados por Rachel Soihet (1995), Vanessa Tavares Dias (1997) e Ana Maria de Moura Nogueira (1998).

Do mesmo modo, o interesse pelas análises centradas na experiência das mulheres imigrantes nas sociedades de acolhimento, bem como no processo de reconstrução de suas memórias, foi o que motivou a antropóloga

8 Participaram do evento pesquisadoras e pesquisadores como Maria Odila Leite Dias, convidada para a conferência de abertura, Beatriz Nizza da Silva, Maria Izilda Matos, Rachel Soihet, Leila Mezan Algranti, Joana Maria Pedro, Luciano Figueiredo, Paulo Miceli e Maria Christina Souza Campos.

9 Nesse sentido, merecem destaque as contribuições de historiadores como Maria Suzel Gil Frutuoso, Maria Manuela Ramos de Sousa Silva, Eulália M. Lahmeyer Lobo e, mais particularmente, Gladys Sabina Ribeiro, que, desde a década de 1980, vem-se dedicando a esse tema.

Bela Feldman-Bianco a focalizar os testemunhos orais de duas gerações de mulheres açorianas, radicadas no estado de Massachusetts, na tentativa de «compreender como essas imigrantes diferentemente reinterpretem e reinventam as experiências vividas na terra natal, em um contexto de mudanças dramáticas nas suas condições de existência, causadas pela imigração» (Feldman, Bianco 1993).¹⁰

Numa perspectiva semelhante, as pesquisadoras Maria Christina Souza Campos, Alice Beatriz da Silva Gordo Lang e Zeila Brito Fabri Demartini, também se dedicaram ao tema da imigração portuguesa em São Paulo, trabalhando com relatos de vida de homens e mulheres, a partir da utilização da metodologia da história oral. Segundo Lang e Demartini, o trabalho com relatos de vida de homens e mulheres permitiu «conhecer a vivência e a experiência dos imigrantes e, em última análise, apreender o sentimento de identidade dos portugueses no Brasil» (Lang, Demartini 2008).¹¹

Outra historiadora que também contribuiu para dar maior visibilidade às mulheres portuguesas, na década de 1990, foi Ana Silvia Volpi Scott. Estudiosa da família, seu tema de tese (Scott 1999), bem como outros textos publicados na sequência, privilegiou as formas de união e reprodução social no Noroeste Português, nos séculos XVIII e XIX, abrindo espaço para a problematização de questões relacionadas ao papel desempenhado pelas mulheres na sociedade portuguesa. A autora mostra que, em decorrência do constante desequilíbrio entre os sexos, causado pela emigração masculina, muitos domicílios, além de serem chefiados por mulheres sós (solteiras, viúvas, com maridos ausentes), também abrigavam a prole bastarda dessas mesmas mulheres (Scott 2015).

3 Os estudos sobre as mulheres imigrantes portuguesas no século XXI

Com o advento do século XXI, o interesse pela temática da imigração portuguesa, suscitado em grande medida pelos projetos de pesquisa que já vinham sendo desenvolvidos desde os anos Noventa, com o objetivo de aprofundar os estudos acerca do processo de reconstrução da identidade dos portugueses no Brasil, contribuiu não só para dar maior visibilidade ao tema, no âmbito dos programas de pós-graduação, mas também para o estabelecimento de convênios e a constituição de novos grupos de pesquisa.

10 Numa perspectiva semelhante, também pode ser referido o trabalho de Campos do 1999.

11 Em 1997, Zeila Brito Fabri Demartini recebeu apoio do CNPq para o desenvolvimento do projeto Famílias portuguesas na área metropolitana de São Paulo (1900-30). Projeto integrado: Portugueses em São Paulo, africanos em Portugal: representações e vivências familiares (século XX).

Nessa direção, vale destacar a investigação acerca das «Famílias portuguesas na área metropolitana de São Paulo (1900-30)», iniciado em 1997 pelas pesquisadoras do CERU. Vinculado a outro projeto mais amplo, intitulado *Portugueses em São Paulo, africanos em Portugal: representações e vivências familiares (século XX)*, esse projeto de pesquisa contou com financiamento do CNPq e foi realizado em parceria com o CEMRI (Centro de Estudos das Migrações das Relações Interculturais) da Universidade Aberta de Lisboa.¹²

Em 2003, por iniciativa de duas imigrantes e pesquisadoras portuguesas, realizou-se na Universidade de Toronto o Primeiro Congresso Internacional *A Vez e a Voz da Mulher Imigrante Portuguesa*. De caráter interdisciplinar, o evento reuniu pesquisadores de vários países, com o objetivo de problematizar questões relacionadas às experiências imigratórias das mulheres portuguesas.¹³

A partir dos debates resultantes desse primeiro evento, constituiu-se uma rede de pesquisadores cujos interesses estão voltados não só à análise dos fatores que provocaram a mobilidade imigratória ou do lugar ocupado pelas mulheres imigrantes nas sociedades de acolhimento, mas também, e acima de tudo, à busca de compreender os efeitos, ou melhor dizendo, as marcas que a experiência diaspórica deixou nessas mulheres. Com o objetivo de fomentar as discussões em torno dessas temáticas, os participantes dessa rede de pesquisa continuam promovendo eventos bianuais, graças ao apoio de diferentes programas de pós-graduação. Na sequência do primeiro evento, outros seis congressos foram promovidos em países como EUA (2005), Macau (2007), Brasil (2009), França (2011) e Portugal (2013, 2015).¹⁴

Outra iniciativa que contribuiu para dar maior visibilidade às mulheres imigrantes portuguesas foi a formulação do projeto *A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil*. Contando com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), o projeto foi implementado através de um convênio entre o CEPESE (Centro de Estudos da População, Economia e

12 Os resultados desse convênio foram publicados em duas obras: Trindade, Campos 2003 e Trindade, Campos 2005.

13 A organização desse congresso foi uma iniciativa das professoras Manuela Marujo (Toronto University) e Aída Baptista (Leitora do Instituto Camões), com o objetivo de comemorar os cinquenta anos da imigração portuguesa para o Canadá. Além de pesquisadores radicados no Canadá, participaram do evento pesquisadores de Portugal, Brasil, Estados Unidos, Reino Unido, China e Austrália.

14 Os resultados das discussões promovidas nesses eventos estão disponíveis nas seguintes obras: Marujo 2000; Adão 2005; Andreatza, Boschilia 2011; Université Paris Ouest 2011; Simas 2014.

Sociedade) ligado à Universidade do Porto, e a FAPERJ (Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro).¹⁵

Um dos principais resultados desse acordo foi a criação de uma base de dados online contendo os registros de emigrantes portugueses que, a partir de 1822, saíram dos distritos do Norte de Portugal com destino ao Brasil. A reunião e a sistematização de informações sobre os emigrantes numa única base de dados, além de facilitar enormemente o acesso às fontes, também possibilitou a formulação de novas problemáticas acerca do fenômeno e/imigratório.

Outro desdobramento desse projeto foi a constituição de um grupo de pesquisa envolvendo dezenas de pesquisadores europeus e brasileiros que têm se dedicado ao tema da e/imigração. Para a divulgação dos resultados desses projetos investigativos, foram realizados dez eventos científicos. A partir das publicações¹⁶ resultantes desses eventos, é possível perceber que, apesar da prevalência de temas ligados à e/imigração masculina, em virtude da sua maior visibilidade na documentação, as mulheres imigrantes vêm gradativamente conquistando espaço nas pesquisas, conforme pode ser evidenciado nas análises realizadas por Maria Aparecida Macedo Pascal (2008), Etelvina Maria de Castro Trindade (2008), Cristina Donza Cancela (2009), Lená Medeiros de Menezes (2010), Maria Izilda Matos (2010) e Nelly de Freitas (2014), entre outras.

Sem a pretensão de esgotar o assunto e tampouco de relacionar todos os trabalhos que fizeram referências às imigrantes portuguesas, o que procuramos evidenciar neste artigo é que, mesmo sob o véu da invisibilidade, imposto, de um lado, pela superioridade numérica do gênero masculino no que diz respeito à história da e/imigração e, por outro, pelo silêncio e pela fragmentação das fontes, é perceptível o esforço realizado nas últimas duas décadas, no sentido de deslocá-las da condição de personagens que ‘esperam’ para o lugar de sujeitos históricos que estiveram efetivamente envolvidos no processo e/imigratório.

15 De acordo com o Professor Fernando de Sousa, responsável pela coordenação do projeto, que durou três anos e envolveu 15 pesquisadores, para a sua implementação foi estabelecido um protocolo com a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Rio de Janeiro, através da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro-FAPERJ, de forma a se levantarem as fontes documentais no Brasil sobre o mesmo tema.

16 As publicações resultantes dos dez eventos realizados no âmbito desse grupo de pesquisa estão disponíveis na página do CEPES.

Bibliografia

- Abreu, Martha Campos (1989). *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Adão, Deolinda (2005). *The Voice and Choice of Women in Portugal and in the Diaspora*. Berkeley: Berkeley University.
- Algranti, Leila Mezan (1993). *Honradas e devotas: mulheres da colônia; condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*. São Paulo: José Olympio.
- Andreazza, Maria Luiza; Boschilia, Roseli (eds.) (s.d.). *Portuguesas na diáspora: histórias e sensibilidades*. Curitiba: Ed. UFPR.
- Bacellar, Carlos de Almeida Prado (1990). «A mulher em São Paulo colonial» [online]. *Espacio, Tiempo y Forma* (Serie IV, Ha. Moderna), 3, 367-86. URL <http://revistas.uned.es/index.php/ETFIV/article/view/3229/3087> (2016-20-11).
- Bresciani, Maria Stella Martins (1989). *As mulheres no espaço público*. 1a ed. São Paulo: ANPUH/Marco Zero.
- Brettell, Caroline (1991). *Homens que partem, mulheres que esperam: consequências da emigração numa freguesia minhota*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Bruschini, Maria Cristina; Rosemberg, Fúlvia (1980). *Vivência: história, sexualidade e imagens femininas*. São Paulo: Brasiliense; Fund. Carlos Chagas.
- Campos, Maria Christina Souza (1999). *Famílias portuguesas em São Paulo e na Renânia do Norte/Westfália*. Texto apresentado no Congresso da ABHO: Belo Horizonte.
- Cancela, Cristina Donza (2009). «Imigração portuguesa, casamento e riqueza em Belém (1870-1920)». Sousa, Fernando de; Martins, Ismênia; Matos, Maria Izilda, *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*. Porto: Afrontamento, 149-61.
- Corrêa, Mariza (1993). «Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil». Corrêa, Mariza (ed.), *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. 2a ed. Campinas: Unicamp.
- Del Priore, Mary (1993). *Ao sul da história do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Brasília; Rio de Janeiro: EdUnb; J. Olympio.
- Del Priore, Mary; Bassanezi, Carla (eds.) (1997). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto; Ed. UNESP.
- Dias, Maria Odila Leite da Silva (1984). *Quotidiano e poder em São Paulo no séc. XIX*. São Paulo: Brasiliense.

- Dias, Vanessa Tavares (1997). *Memórias da casa: um estudo sobre mulheres imigrantes portuguesas no Rio de Janeiro* [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ.
- Engels, Magali (1989). *Meretrizes e doutores*. São Paulo: Brasiliense.
- Feldman-Bianco, Bela (1993). *Entre a saudade da terra e a América: memória cultural, trajetórias de vida e (re)construções de identidade feminina na intersecção de culturas*. Encontros de Antropologia: Curitiba.
- Figueiredo, Luciano Raposo (1993). *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro; Brasília: José Olympio; DF, EDUNB.
- Freitas, Nelly de (2014). «Retrato de mulheres migrantes: o perfil socioeconômico e as trajetórias das imigrantes madeirenses no Estado de São Paulo, 1886-99» [online]. *História*, 33, 2. URL <http://www.scielo.br/pdf/his/v33n2/0101-9074-his-33-02-00288.pdf> (2016-10-20).
- Graham, Sandra (1992). *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Lang, Alice Beatriz da Silva Gordo; Demartini, Zeila Brito Fabri (2008). *Imigrantes portugueses em São Paulo: História Oral*. Bauru (SP): EDUSC.
- Martins, Ana Paula Vosne (2002). *Um lar em terra estranha: a aventura da individualização feminina; a Casa da Estudante Universitária de Curitiba nas décadas de 50 e 60*. Curitiba: Aos quatro ventos.
- Martins, Ana Paula Vosne; Trindade, Etelvina Maria de Castro (1997). *Mulheres na história; Paraná, séculos 19 e 20*. Curitiba: Ed. UFPR.
- Marujo, Manuela (ed.) (2005). *A vez e a voz da mulher portuguesa*. Toronto: University of Toronto.
- Matos, Maria Izilda (1993). «Estratégias de sobrevivência: a imigração portuguesa e o mundo do trabalho». Pereira, Miriam Halpern (org.), *A emigração-imigração portuguesa nos séculos XIX-XX*. Lisboa: Fragmentos, 100-20.
- Matos, Maria Izilda (1994). *Trama e poder, trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café*. Brasília: SESI.
- Matos, Maria Izilda (1994). «Em busca da árvore das patacas: o cotidiano e o trabalho de homens e mulheres imigrantes portugueses no Brasil». *Congresso Luso Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, 3 = *Anais do III Congresso Luso Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, 1.
- Matos, Maria Izilda (2010). «Imigrantes portuguesas: cotidiano, trabalho e resistência (São Paulo 1920-40)». Sarges, Maria de Nazaré dos Santos; Sousa, Fernando de; Matos, Maria Izilda; Vieira Jr, Antonio Otaviano; Cancela, Cristina Donza (eds.), *Entre mares: o Brasil dos portugueses*. Belém: Paka-Tatu, 1.
- Menezes, Lená Medeiros de (2010). «Imigração e comércio: silêncios sobre a mulher». Sarges, Maria de Nazaré dos Santos; Sousa, Fernando de; Matos, Maria Izilda; Vieira Jr, Antonio Otaviano; Cancela, Cristina

- Donza (eds.), *Entre mares: o Brasil dos portugueses*. Belém: Paka-Tatu, 1, 86-194.
- Moura, Esmeralda Blanco B. (1982). *Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*. Petrópolis: Vozes.
- Nogueira, Ana Maria de Moura (1998). *Como nossos pais: uma história da construção de memórias e identidades por imigrantes portugueses, Niterói, 1900-50* [Dissertação de mestrado]. Niterói: UFF.
- Pascal, Maria Aparecida Macedo (2008). «Imigração portuguesa em São Paulo: memórias, gênero e identidade». Matos, Maria Izilda; Sousa, Fernando de; Hecker, Alexandre (eds.), *Deslocamentos e histórias: os portugueses*. Bauru: EDUSC, 1, 283-91.
- Pedro, Joana Maria (1994). *Mulheres honestas, mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Ed. UFSC.
- Pedro, Joana Maria (2011). «Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea» [online]. *Topoi*, 12, 22. URL <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v12n22/1518-3319-topoi-12-22-00270.pdf> (2015.10.15).
- Pena, Maria Valéria Junho (1981). *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Pereira, Miriam Halpern (1981). *A Política Portuguesa de Emigração (1850-1930)*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- Pereira, Miriam Halpern (ed.) (1993). *A emigração-imigração portuguesa nos séculos XIX-XX*. Lisboa: Fragmentos.
- Pinsky, Carla Bassanezi (1996). *Virando as páginas, revendo as mulheres: relações homem-mulher e revistas femininas, 1945-64*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Rago, Luzia Margareth (1985). *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Salem, Tania (1981). *Mulheres faveladas: «com a venda nos olhos» Perspectivas antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Samara, Eni Mesquita (1983). *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense.
- Samara, Eni Mesquita (1989). *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo: ANPUH; Marco Zero; FAPESP.
- Samara, Eni Mesquita (1993). «A mulher e a família na historiografia latino-americana recente». *Revista de Pós-Graduação em História*, 1, 1, 23-48.
- Scott, Ana Silvia Volpi (1999). *Famílias, formas de união e reprodução social no Noroeste português (séculos XVIII e XIX)*. Guimarães: NEPS; Universidade do Minho.
- Scott, Ana Silvia Volpi (2002). *Aproximando a MetrÓpole da Colônia: família, concubinato e ilegitimidade no Noroeste Português (século XVIII e XIX)* [online]. URL http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_His_ST4_Scott_texto.pdf (2015-08-15).

- Silva, Maria Beatriz Nizza da (1984). *Sistema de casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP.
- Silva, Maria Beatriz Nizza da (1987). «A história da mulher no Brasil: tendências e perspectivas» [online]. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 27, 75-91. URL <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/69910/72564> (2015-07-10).
- Silva, Maria Beatriz Nizza da (1990). *Filantropia e imigração: a Caixa de Socorros D. Pedro V*. Rio de Janeiro: Soc. Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V.
- Silva, Maria Beatriz Nizza da (1992). *Documentos para a história da imigração portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Nórdica.
- Simas, Rosa (2014). *A vez e a voz da mulher: relações e migrações*. Lisboa: Colibri.
- Soihet, Rachel (1985). *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Sousa, Fernando de; Martins, Ismênia; Matos, Maria Izilda (2009). *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*. Porto: Afrontamento.
- Sousa, Maria Reynold de (1994). *O rosto feminino da expansão portuguesa = Congresso internacional realizado em Lisboa, Portugal* (21-25 nov. 1994), 2.
- Souza, Laura de Mello e (1983). *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal.
- Thomson, Alistair (2015). «Histórias (co)movedoras: história Oral e estudos de migração» [online]. *Revista Brasileira de História*, 22, 44. URL <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v22n44/14003.pdf> (2015-10-15).
- Trindade, Etelvina Maria de Castro (1996). *Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República*. Curitiba: Fundação Cult. de Curitiba.
- Trindade, Etelvina Maria de Castro (2008). «Três mulheres em seus tempos: vivências de portugueses no Brasil, da colônia aos nossos dias». Matos, Maria Izilda; Sousa, Fernando de; Hecker, Alexandre (eds.), *Deslocamentos e histórias: os portugueses*. Bauru: EDUSC, 1, 273-81.
- Trindade, Maria Beatriz Rocha; Campos, Maria Christina Souza (eds.) (2003). *Olhares lusos e brasileiros*. São Paulo: Usina do Livro; Universidade Aberta; CERU.
- Trindade, Maria Beatriz Rocha; Campos, Maria Christina Souza (eds.) (2005). *História, memória e imagens nas migrações; abordagens metodológicas*. Oeiras: Celta.
- Université Paris Ouest (2011). «Les Femmes portugaises dans la diaspora: en France et dans le monde» [online]. *Resumés V Colloque international Les Femmes portugaises dans la diaspora: en France et dans le monde*. Paris: Univ. de Nanterre. URL <https://sites.google.com/site/femmes-diaspora/home/historique> (2015-11-8).
- Willems, Emílio (1955). *A família portuguesa contemporânea*. São Paulo: Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Mobilidade humana e circularidade de ideia

Diálogos entre a América Latina e a Europa

editado por Luis Fernando Beneduzi e Maria Cristina Dadalto

Memoria y relato

La migración Italia Argentina

Susanna Regazzoni

(Università Ca' Foscari Venezia, Italia)

Abstract Analyzes the texts of writers of the early twentieth century on the migration process from Italy to Argentina and how this narrative is marked by an identity construction. It proposes understand how the migration experience is a phenomenon that we witness through collective memory and that relates to the narration of history and individual expressed in recall reports of memory. Appropriates the production of a new generation of writers and writers dealing with the role that European immigration has in contemporary Argentina imagination, a reflection that seeks to interpret the past to understand the present. And so, understand their own identity and that of others.

Sumario 1 Hibridaciones. –2 La memoria y el relato. – 3 Escritoras. – 4 El siglo XXI.

Keywords Hibridations. Memory and tale. Women writers. XXIst Century.

1 Hibridaciones

El mundo global actual se desenvuelve en un contexto de identidades variables, múltiples, plurales y en muchos casos multiculturales, es decir, conviven en un mismo lugar modos culturales distintos con sus sistemas específicos, sus mitos fundadores, sus estrategias para colocarse en el espacio público.

La hibridación que, con palabras de Néstor García Canclini, indica esos procesos socioculturales en los que estructuras o prácticas discretas, que existían en forma separada, se combinan para generar nuevas estructuras (García Canclini 2001, 14), es el resultado de la convivencia de modalidades culturales diferenciadas y el vector esencial de los procesos culturales globales que trasciende toda fijación cultural y cuestiona las nociones de pureza identitaria, de origen, de autenticidad cultural, etc. a favor de encuentros, desencuentros que modifican el trabajo de la imaginación para la producción y reproducción cultural.

La hibridación modifica las nociones de identidad cultural, etnicidad, fronteras geográficas y muchos modos de entender la política y sus relaciones ambiguas con lo social, lo intercultural y el conocimiento. La novedosa

Diaspore 7

DOI 10.14277/6969-122-5/DSP-7-4

ISBN [ebook] 978-88-6969-122-5 | ISBN [print] 978-88-6969-123-2 | © 2017

dimensión transnacional y transcontinental de las culturas y sus posibles incidencias en las mutuaciones identitarias son debidas a la inevitable condición de incesantes migraciones, diásporas voluntarias o involuntarias, desplazamientos constantes, re-ubicaciones humanas en un mundo conectado por los avances tecnológicos, no unificado en lo económico, ni en lo sociocultural o lo mediático.

Sin duda, existe una dialéctica entre migraciones actuales, procesos de hibridación y los estudios postcoloniales y culturales; esto nos coloca ante lo que el poeta martiniqueño Édouard Glissant llama la *poética de la relación*, es decir «una poética latente, abierta, que pretende ser multilingüe y conectar con todo lo posible, que se legitima mediante el reconocimiento de lo diverso, de las diferencias que confluyen, se ajustan, se oponen, concuerdan y generan lo imprevisible» (Glissant 2002, 98).

El fenómeno migratorio acompaña la identidad argentina desde la Constitución de 1853 donde, en su Preámbulo, se afirma la voluntad de «promover el bienestar general, y asegurar los beneficios de la libertad, para nosotros, para nuestra posteridad y para todos los hombres del mundo que quieran habitar el suelo argentino» (sitio de la Embajada Argentina).

La importancia de la inmigración en Argentina se vuelve a confirmar también en el discurso hecho por Gabriela Mistral, en 1945, en ocasión de la entrega del primer premio Nobel a la literatura en Latinoamérica; allí la poeta señala que: «La Argentina está dando a nuestros países una enseñanza que ellos no quieren oír: la de que un año de inmigración hace más por la raza que diez años de trabajo social gastado en mejorar la carne vieja. Ninguna empresa - educación popular, higiene social, etc. - acelera la evolución de un país nuevo como ésta del injerto» (Mistral, s.p.).

La aluvión migratoria que sufrió América constituye una de las más importantes realizadas en los siglos XIX-XX. Antes de 1830, el número de los que emigraron a las Américas es alrededor de 2,5 millones, cifra que aumenta a 75 millones de persone entre 1835 y 1935 (De Blij, Murphy 2002, 92). Con respecto a los italianos que viajan, los números cambian y son poco fiables puesto que hay que considerar que sólo desde 1876 empieza una recolección sistemática de datos e informaciones para dicho análisis, gracias a la acción de Luigi Bodio (1840-1920), durante el Congreso de Estadística de Florencia en 1867.

A este propósito Fernando Devoto señala que «la inmigración italiana en la Argentina es un tema vasto y complejo. Ya la noción de ‘italiana’ se declina de muy diferentes modos en un mismo momento y más aún en distintas épocas históricas» (2015, 11, 15). Los italianos llegaron en números muy significativos especialmente en relación con la escasa población residente y en el arco temporal de más de un siglo y medio. Ésta se articula en cuatro etapas: la primera que va de 1876 a 1900; la segunda que llega hasta la primera guerra mundial; la tercera que abarca los años del fascismo y la cuarta que va desde la posguerra hasta hoy.

Entre 1861 y 1940 el número de los que abandonan Italia es de casi 20 millones en un país con 33 millones de habitantes en 1901. Las emigraciones aumentan hasta 1910 para disminuir lentamente. El fenómeno, en efecto, presenta características muy marcadas sólo después de la Unidad de Italia (1861) con la crisis económica, sobre todo agraria, que coincide con la necesidad de hombres que ocupen y trabajen el inmenso territorio argentino.

La antropóloga argentina María Susana Azzi señala que entre 1871 y 1914 llegaron al país 5,9 millones de personas. Argentina fue el país que recibió la segunda mayor inmigración entre 1821 y 1932; Estados Unidos ocupó el primer lugar. Entre 1876 y 1976, cerca de 26 millones de italianos emigran; el 75% eran hombres, de los cuales el 80% se encontraba en edad económicamente activa: 5,7 millones fueron a los Estados Unidos de Norteamérica y 3 millones a la Argentina. La base de los italianos se había establecido en Buenos Aires en 1856 y un número considerable llegó en las décadas de 1860 y 1870, antes de la migración masiva que se inició en 1880. En Buenos Aires, en 1869, los españoles constituían sólo el 8% de la población, mientras que los italianos alcanzaban el 24% de la población de la ciudad. El porcentaje de italianos con respecto a la población total, permaneció más alto en los barrios de la Boca y Barracas que en cualquier otra área de la ciudad.

En 1909, y sobre el total de la población de la ciudad de Buenos Aires, había: 29,3% italianos; 17,1% argentinos; 11,2% españoles; 0,4% franceses; 0,4% americanos; 0,1% rusos y 41,5% otros (Azzi 1991). Esta entrada incidió en la conformación identitaria del país ya que como escribe Diego Armus en el prólogo del *Manual del inmigrante italiano*, «desde la conformación de los sectores populares al surgimiento de las actividades industriales, y desde la literatura a las costumbres culinarias y las prácticas políticas, el fenómeno migratorio ultramarino de fines del siglo XIX y comienzos del XX parece cubrir prácticamente todos los niveles y aspectos de la vida argentina del novecientos» (Armus 1983, 5).

Esta avalancha migratoria favoreció el aumento de la población argentina que pasó de 3.995.000 personas en 1895 a 7.885.000 en 1914, el 30% estaba compuesto por inmigrantes.

En los millones que se despalazaron había de todo, desde modestos jornaleros hasta periodistas, arquitectos y pequeños industriales procedentes de casi todas las regiones del país con costumbres y dialectos distintos que no permitían comunicarse entre sí, de forma que a veces estaban obligados a hablar en castellano. Se descubrieron italianos en Argentina; en esa construcción influyeron los grupos comunitarios, sus fiestas y sus asociaciones y sobre todo la mirada de los otros sobre ellos.

2 La memoria y el relato

La experiencia migratoria es un fenómeno que se testimonia a través de la memoria colectiva que se relaciona con la narración de la historia y con la memoria individual que se expresa gracias al relato del recuerdo. Ambas, sin embargo, se constituyen por lugares, fechas y saberes que se heredan del pasado y se reactualizan en el presente. La esencia de todo individuo se forma a través de estos elementos, especialmente para los migrantes o descendientes de ellos, puesto que el tema de los orígenes es fundamental para la construcción del relato de esta experiencia.

Se trata de un acontecimiento que conlleva una modificación o un cambio de identidad con todas las repercusiones que el fenómeno implica.

Todo esto se acompaña con la necesidad de pertenencia que caracteriza al individuo, además de las representaciones simbólicas que dan expresión a esta exigencia y que pueden ser resumidas en la idea de patria, identificada con la tierra de origen, con el país de residencia, con una lengua, una religión, un ideal político, con el recuerdo de la familia.

La literatura de tema migratorio empieza inmediatamente después del fenómeno social, se trata de textos teatrales y narrativos donde se percibe un malestar con respecto al extranjero que va del ataque xenófobo a la comicidad del grotesco pasando por el sarcasmo, obras donde no hay personajes femeninos (Regazzoni 2004). Los italianos que se embarcan en Génova en 1884, hacia el Río de la Plata, son descritos por Edmondo De Amicis en su obra *Sull'oceano* (1889). Acerca del escritor, la autora Griselda Gambaro comenta que: «El autor de *Corazón* recoge, sin embargo, sus mejores frutos en la crónica. En este fresco están todos los que vinieron a América, en su mayoría obreros y campesinos, cada uno con su sueño particular. Y el sueño - y el destrozado del sueño - empieza en el Galileo, como si el barco navegara en un mar de tierra y sus pasajeros, en los múltiples tipos y pasiones, representaran a la humanidad entera» (Gambaro en Malusardi, s.p.).

En Italia hay un grupo de investigadores e investigadoras que han estudiado el tema desde el punto de vista literario. Junto con Vanni Blengino, importante estudioso de la migración italiana en Argentina, Camilla Cattarulla de la Universidad de Roma, Ilaria Magnani de la Universidad de Cassino, Rosa Maria Grillo de la Universidad de Salerno, Emilia Perassi dell'Universidad Estatal de Milán y Silvana Serafin de la Universidad de Udine son los/as investigadores/doras que más han estudiado el tema en Italia, focalizando la mirada sobre todo en el punto de vista de las escritoras y el retrato de los personajes femeninos. Al respecto son importantes, además, el centro internacional sobre literaturas migrantes 'Oltreocea-

no-Cilm' que publica una revista *Oltreoceano*,¹ y el banco de datos sobre escritores inmigrados en lengua italiana (Basili), fundado por Armando Gnisi, de la Universidad La Sapienza de Roma y el Archivio Scritture Scrittrici Migranti de la Universidad Ca' Foscari Venecia, naturalmente hay que recordar también AREIA Audioarchivio delle migrazioni tra Europa e America Latina, que estudia más el aspecto histórico.

La literatura se ha ocupado mucho del tema, en particular a partir de mediados del siglo XX cuando empieza a publicarse una serie de libros que logra comunicar este universo.

Desde finales del siglo XX, en efecto, en Argentina ha surgido una nueva generación de escritores/as que se ocupa del papel importante que tiene el tema migratorio europeo en la imaginación argentina contemporánea. Se trata de lo que Ilaria Magnani llama «Nueva literatura Migrante» (Magnani 1999-2000). Todos ellos/as presentan la elección – como afirma Gina Saraceni – de escribir hacia atrás y conciben la escritura como un espacio de tensión que parte de una mirada retrospectiva para avanzar y llenar el vacío de una ausencia y significarlo (Saraceni 2008). Asimismo reflexionar «hacia atrás» comporta la exigencia de interpretar el pasado para poder comprender el presente, responder a la pregunta de la propia identidad y también de la de los otros.

3 Escritoras

En el panorama migratorio, las mujeres juegan un papel secundario, tanto desde el punto de vista cronológico, como desde el punto de vista cultural y político. En un primer momento no viajan y si lo hacen, lo realizan a la sombra de un hombre, padre, marido, hermano, como anónimas figuras de acompañante. Desde el punto de vista cultural llegan con un nivel muy bajo, y por último, desde el punto de vista político hasta los años Cincuenta no tienen posibilidad de participar en la vida pública del país. Se trata de un ir y venir del que no existe documentación hasta bien entrado el siglo XX. Ellas, en realidad, asumen con el tiempo un rol fundamental porque son las que mantienen la unidad de la célula social primaria de la sociedad en los dos países: el de salida y el de llegada al conservar la unión de la familia cuando el hombre parte hacia el nuevo país o cuando vuelve al país de origen abandonando el núcleo de formación más reciente.

Syria Poletti es la primera novelista que, ya en los años Sesenta del siglo XX, escribe textos – *Gente conmigo* (1962) es el más famoso – donde se narra de historias de mujeres migrantes; otras escritoras y escritores con-

1 Cf. <http://oltreoceano.uniud.it> (2016-11-11).

tinuarán con el tema a partir de los años ochenta.² Entre éstos, Antonio Dal Masetto con *Oscuramente fuerte es la vida* (1990) y *La tierra incomparable* (1994) y *Cita al Lago Maggiore* (2011), Mempo Giardinelli con *Santo oficio de la memoria* (1991), Héctor Tizziani con *Mar de olvido* (1992), Roberto Raschella con *Diálogos en los patios rojos* (1994) y *Si hubiéramos vivido aquí* (1998), Martina Gusberti, *El láud y la guerra* (1996), Patricia Suárez, *La italiana y otros cuentos* (2000) y Griselda Gambaro, *El mar que nos trajo* (2001), éstos son sólo algunos de los más reconocidos autores y autoras de historias de inmigrantes italianos y sobre todo de italianas en Argentina. Como se entiende por los apellidos, se trata de descendientes de italianos o italianos ellos mismos que eligen escribir sólo en castellano como Poletti y Dal Masetto y hoy en día pertenecen a la historia de la literatura argentina. También en Italia el tema continúa y son sobre todo autoras las que escriben sobre la experiencia del viaje de emigración a Argentina. Después del citado clásico Edmondo de Amicis, se encuentran a Mariangela Sedda con *Oltremare* (2004) y *Vincendo l'ombra* (2009), Renata Mambelli con *Argentina* (2004). Sin olvidar los libros escritos por la más famosa Laura Pariani *Quando Dio ballava il tango* (2002), *Patagonia Blues* (2005) hasta el más reciente *Questo viaggio chiamavamo amore* (2015).

Casi siempre se trata de relatos que se construyen a través de una doble mirada que se desarrolla en dos áreas geográficas distintas porque se narra de individuos que pertenecen a un allá y a un acá y que comparten la misma experiencia. El dato más importante en este grupo de escritores/as es la insistente presencia de protagonistas femeninas, con las que de alguna forma se neutraliza la ausencia de estudios y datos desde un punto de vista más socio histórico. Se trata de narradoras descendientes de los/as que emigraron que después de mucho tiempo vuelven con el recuerdo a la experiencia de sus mayores. Ejemplar en este sentido es la narradora de *El mar que nos trajo* de Griselda Gambaro, donde el recuerdo de una niña se convierte en el relato de una narradora, que al final del libro afirma:

La menor de las hijas de Isabella, la que tenía el rostro mate y los cabellos enrulados como el abuelo, escuchó sentada a la mesa ocupando un lugar entre su hermano y su primo, el hijo de Natalia. En esas charlas de sus mayores nunca intervino. Guardó la memoria de Natalia, de Giovanni, y con lo que le contó su madre, Isabella, de odiada y tierna mansedumbre, muchos años más tarde escribió esta historia apenas inventada, que termina como cesan las voces después de haber hablado. (Gambaro 2011, 138)

2 Silvana Serafin es la investigadora que más ha escrito sobre Syria Poletti en Italia.

Las historias de vida resultan importantes en este ámbito porque acercan el lado privado de una Historia que a lo largo de mucho tiempo se limitó a acumular estadísticas y enfoques sociales. Estos relatos son reveladores e insustituibles para el estudio de la formación de la familia argentina y sus costumbres, las cuales sufren un interesante proceso de transculturación debido a la llegada de un amplio número de inmigrantes de distintas culturas en un país con un reducido número de habitantes.

La escritura recoge y apela al recuerdo colectivo brindado por la memoria de los demás, a través del relato oral, es decir, de 'una memoria viva' que a veces no coincide con la historia oficial. La experiencia individual de estas protagonistas se construye a partir de la pertenencia a un grupo y sobre la base de los conocimientos recibidos por los demás. La experiencia vivida es recordada e interiormente retenida. Una memoria que alimenta una identidad que hay que descifrar, interpretar, construir y darle una significación. La memoria es, por consiguiente, componente esencial en la identidad de la persona y en su integración en la sociedad. Esta es el resultado de una producción que testimonia tránsitos entre identidades y productos literarios a través de una lectura del pasado elaborada en el presente de la escritura como expresión de subjetividades.

Se narra de individuos que pertenecen a un allá y a un acá y que, de alguna forma, comparten la experiencia relacionada con la migración, los relatos de estas narradoras/res son el resultado de esta experiencia de conflictos y encuentros que hoy pertenece a la identidad misma del país.

Ellas/os contribuyen a la realización de un proceso de transculturación a partir del cual surge y se desarrolla un fenómeno de hibridación y de integración entre la cultura de quien llegaba y la de quien ya estaba, entre las vertientes vernáculas y las exógenas que dan lugar a la formación de la nación criolla. A este propósito Mabel Moraña, agrega que:

los resultados que derivan del proceso de implantación y adaptación de modelos metropolitanos en América no pueden comprenderse sin una captación más vasta de los problemas que acompañan la experiencia de migración y asentamiento de contingentes europeos [...] en tierras americanas, y del modo en que las prácticas socioculturales de estos sectores afectan a –y son afectados por– la población nativa, indígena y criolla, en diversos niveles de interrelación política y social. (Moraña 2004, 10)

La nueva ola de novelas sobre la migración indica una voluntad de volver a pensar en el pasado migratorio para reflexionar después de los terribles años del Proceso a través de la recuperación de un pasado donde los inmigrantes italianos tienen un papel fundamental. Las declaraciones de la misma Griselda Gambaro a este propósito coinciden con las de otro escritor, Mempo Giardinelli. La primera, en una entrevista a María Malusardi, afirma que:

Creo que a partir de todas las dificultades y las catástrofes que nos pasaron, esto sería una especie de reconocimiento de nosotros mismos. Me parece que nunca han salido tantos libros de nuestra historia, la más cercana y la más lejana, porque hay tanta necesidad de verdad al lado de tanta hipocresía [...] es una señal de crecimiento en la sociedad, y es darle al inmigrante cada vez más ese valor que ha tenido y que nunca se puso en el relieve que correspondía. (Malusardi 2001)

Mientras que el segundo explica las razones que lo movieron a escribir *Santo Oficio de la memoria*:

Lo que me preocupaba era ver no tanto lo que pasaba sino de dónde veníamos. De dónde venía la sociedad argentina para estar aplaudiendo a Galtieri en la plaza, hecho que no aparece ni existe en la novela, pero es lo que de alguna manera dominó la parte anterior. Al mismo tiempo era una especie de prospectiva, de pensar a dónde íbamos a ir. A la vez se me revolvía toda una cuestión cultural, de pertenencia; yo soy hijo de inmigrantes, somos un país aluvional, y de repente me fui dando cuenta, a partir de leer material sobre la historia de las Malvinas, de que había una serie de hechos que en la historia argentina se venían cruzando y que yo quería de alguna manera novelarlos. Yo no soy un ensayista, no soy un filósofo ni un pensador, solamente soy un escritor, un ficcionista, un tipo que tiene algunas ideas de la realidad y le mezcla un poquito de imaginación y hace un cóctel medio bastardo y sale literatura. (Navarrete González 2004)

Las dos declaraciones indican la necesidad de volver a pensar en la historia nacional argentina, a partir de la constitución dinámica de una identidad profundamente herida por los años de la dictadura. Gambaro y Giardinelli prueban, además, la capacidad del país de aceptar el mundo de otras culturas y de contribuir al enriquecimiento de una expresión concreta de una sociedad realizada gracias a un encuentro de culturas extraordinario.

Se trata de una red de relaciones que una vez más afirma una identidad en continuo proceso de formación, contradictoria, ambigua y oscilante. Puesto que como señala Mabel Moraña «Entre los temas más recurrentes que asoman en los 'Pliegues del canon' el de la representación identitaria es quizá, hasta el día de hoy, uno de los más candentes y proteicos. [...] Conceptos como los de subjetividad, alteridad, diferencia, otredad, memoria colectiva, hibridez, heterogeneidad, etc., han abierto el camino para una comprensión más fluida y abarcadora de la trama social y de sus procesos de simbolización» (2004, 36).

La memoria que suele recordar acontecimientos a menudo ausentes en la Historia, contribuye a la formación de la identidad, siendo ingrediente

fundamental en la construcción de la personalidad tal y como emerge a través de las narradoras/res de estos libros.

Antes de finales del siglo XX no se hablaba de literatura migrante, había escritores y escritoras que escribían en la lengua del país de residencia y sus textos no se consideraban fuera de la literatura nacional. El fenómeno de este tipo de escritura en Italia es reciente y sólo a partir de los años Noventa del siglo pasado se empieza una discusión sobre su definición: las propuestas son varias y hay: «Letteratura nascente» (Raffaele Taddeo, Milano), «letteratura italoфона» (Graziella Parati, Darthmonth), «scritture letterarie» (Franca Sinopoli, Roma), «scritture migranti» (Roberto DeroBERTIS, Bari), «letteratura italiana dell'immigrazione» (Silvia Camillotti, Venezia) y Letteratura Mondo-Italia (Rosanna Morace, Roma).

A este propósito, es interesante considerar la distinta relación con el canon literario nacional en los dos países, a la literatura argentina desde siempre pertenecen todos los textos escritos en castellano mientras que, como ya se dicho, en la italiana, donde los fenómenos inmigratorios son más recientes, el problema de la definición de este tipo de escritura es un tema de actualidad (Camillotti 2008).

Más allá de las tipologías descriptivas me parece provechoso recordar los muchos estudios de la memoria que remiten a formas diferentes de relacionarse con el pasado y con los procesos de recuperación y con concepciones diversas sobre el papel de la memoria en la construcción de su representación. Existen en este campo investigaciones variadas, desde perspectivas diferentes como las de historiadores culturales tan diversos como Hayden White o Carlo Ginzburg y muchos más, o la perspectiva filosófica de Paul Ricoeur con sus estudios sobre la fenomenología de las manifestaciones de la memoria y la epistemología de las ciencias históricas. Todos estos abordajes resaltan la necesidad de asociar el estudio del pasado con el tema de su representación en el patrimonio cultural nativo.

Como señala Adriana Crolla: «La reflexión sobre el propio concepto de identidad y de memoria colectiva se vincula con formas de su representación, sea tanto en objetos tangibles: documentos y textualizaciones privadas o públicas, artísticas, históricas o civiles, como en la memoria intangible, construyendo ese patrimonio de voces, luces, ecos y sombras. Se trata de algo importante en especial en sociedades aluvionales como las latinoamericanas, cuyos procesos de reconfiguración tienden a destruir de manera muy rápida las huellas de su pasado» (Crolla 2014, 7).

En el peculiar momento de dispersión y fragmentación de las sociedades occidentales, el peso regulador y desestructurador de las migraciones, voluntarias y forzadas, que aporta la sociedad posmoderna y la determinación del pasado en el presente motivan el estudio de un fenómeno excepcional por la masa numérica de italianos que llegaron al Nuevo Mundo y por su capacidad de mantener su pasado en la nueva realidad en donde se reconocieron desde el primer momento. Se trata de una historia en

parte acabada y en parte todavía vital que sin duda presenta unos rasgos excepcionales que pueden ser estudiados en relación con las nuevas y difíciles experiencias migratorias que vive Europa e Italia, en primer lugar.

4 El siglo XXI

Para concluir quiero recordar que, como señaló Marc Bloch, el pasado siempre pervive en el presente y citar dos libros recientes que estudian el tema y señalan la actualidad del mismo. El primero es de Adriana Crolla, profesora de literatura italiana en la universidad del Litoral (Santa Fe, Argentina) que en 2014 publica en Argentina *Altrocché! Italia y Sant Fe en diálogo. Historia y ciencia, cultura y voces poéticas en la pampa gringa*. Se trata de una investigación que recupera la rica herencia de la inmigración italiana en la provincia y subraya el complejo proceso de interacción entre dos mundos que en realidad fueron muchos mundos. Adriana Crolla, nieta de italianos, se ocupa desde siempre de la presencia de la cultura italiana en la región y es creadora del *Portal virtual de la memoria de la pampa gringa*, en varias ocasiones ha sido profesora invitada en las universidades italianas donde ha enseñado a los estudiantes italianos el pasado migratorio de sus ancestros en Argentina.

El otro libro *Ópera, barcos y banderas. El melodrama y la migración en Argentina (1880-1920)* (2015), publicado en España, es de Aníbal Cetrangolo, musicólogo argentino e italiano a la vez, director del Istituto per lo Studio della Musica Latinoamericana, investigador de las relaciones musicales entre Europa y las Américas, profesor de Storia del teatro musicale en la Universidad Ca' Foscari de Venecia y en la Universidad San Martín de Buenos Aires. En su condición de doble identidad, el autor de este ensayo, estudia la importancia de la música italiana en Argentina, en especial la ópera. Relación heterogénea y múltiple que enseña la vitalidad cultural de los nuevos habitantes que se cruza con y alimenta a una identidad compleja que es el resultado del encuentro entre los dos países.

Estos dos estudiosos pertenecen a esa historia compartida entre Italia y Argentina que continúa hasta hoy y ofrecen una serie de interpretaciones del complejo proceso de interacción entre las dos regiones.

Bibliografía

- AA.VV. (2004). *Il patrimonio musicale europeo e le emigrazioni*. Venezia: Tipografia Cartotecnica Veneziana SRL.
- Armus, Diego (1983). «Prólogo». *Manual del inmigrante italiano*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina.
- Avagliano, Lucio (1976). *L'emigrazione italiana*. Napoli: Ferraro.
- Camilotti, Silvia (2008). *Letterature della migrazione in lingua italiana. Questioni teoriche e pratiche decolonizzanti*. Milano: FrancoAngeli Editore.
- Azzi, María Susana (1991). *Antropología del tango. Los protagonistas*. Buenos Aires: Ed. Olavarria.
- Cattarulla, Camilla (2004). *Di proprio pugno. Autobiografie di emigranti italiani in Brasile e in Argentina*. Reggio Emilia: Diabasis.
- Cattarulla, Camilla (2009). «Migrazioni al Río de la Plata e critica letteraria in Italia». *Altre Modernità*, 2.
- Cattarulla, Camilla; Magnani, Ilaria (2004). *L'azzardo e la pazienza. Donne emigrate nella narrativa argentina*. Enna: Città Aperta Edizioni.
- Cetrangolo, E. Aníbal (2015). *Ópera, barcos y banderas. El melodrama y la migración en Argentina (1880-1920)*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Clementi, Hebe et al. (eds.) (1993). *Yo italiana. Historias de vida de mujeres migrantes*. Montevideo: Patrimonio Inca.
- Crolla, Adriana Cristina (2014). *Altrocchè! Italia y santa Fe en diálogo? Historia, ciencia, cultura y voces poéticas de la Pampa Gringa*. Santa Fe: Ediciones UNL.
- De Amicis, Edmondo (2009). *Sull'oceano*. Milano: Garzanti.
- Devoto, Fernando J. (2015). «Prólogo». Cetrangolo, E. Aníbal, *Ópera, barcos y banderas. El melodrama y la migración en Argentina (1880-1920)*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Devoto, Fernando J.; Rosoli, Gianfranco (2000). *La inmigración italiana en la Argentina*. Buenos Aires: Ed. Biblio.
- Gambaro, Griselda (2001). *El mar que nos trajo*. Buenos Aires: La Otra orilla.
- García Canclini, Néstor (2001). *Culturas híbridas. Estrategias para entrar y salir de la modernidad*. Buenos Aires: Paidós.
- Glissant, Édouard (2002). *Introducción a una poética de lo diverso*. Barcelona: Ediciones del Bronce.
- González Martínez, Elda; Merino Hernando, Asunción (2006). *Las migraciones internacionales*. Madrid: Consejo de Investigaciones Científicas.
- Magnani, Ilaria (1999-2000). «Lo spazio impossibile. Emigrazione e ritorno al paese d'origine». *Letterature d'America*, 87-119.
- Malusardi, María (2001). «Un eco de la memoria. Historias con inmigrantes» [online]. URL <http://www.elarcaimpresa.com.ar/elarca.com.ar/elarca51/notas/inmigrantes.htm> (2016-11-11).

- Mistral, Gabriela (1945). «Discurso de Gabriela Mistral ante la Academia Sueca al recibir el Premio Nobel de Literatura» [online]. URL <http://www.uchile.cl/portal/presentacion/historia/grandes-figuras/premios-nobel/8962/discurso-de-gabriela-mistral-al-recibir-el-premio-nobel-de-literatura>. URL www.letras.s5.com/Mistral (2016-11-11).
- Moraña, Mabel (2004). «'Los pliegues del canon' y la deconstrucción culturalista». Moraña, M., *Crítica impura*. Madrid; Frankfurt am Main: Ibeoaericana; Vervuert.
- Navarrete González, Carolina Andrea (2004). «La metanarratividad en *Santo Oficio de la memoria* de Mempo Giardinelli» [online]. URL <http://www.margencero.es/articulos/metanarrativa/metanarrativa.htm> (2016-12-11).
- Onega, Gladys S. (1982). *La inmigración en la literatura argentina (1880-1910)*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina.
- Poletti, Syria (1967). *Gente conmigo*. Buenos Aires: Losada.
- Saraceni, Gina (2008). *Escribir hacia atrás. Herencia, lengua, memoria*. Rosario: Beatriz Viterbo.
- Regazzoni, Susanna (2004). «Escribir y vivir es lo mismo. Esperienza esistenziale / motivo letterario in Syria Poletti». Serafin, Silvana, *Immigrazione friulana in Argentina: Syria Poletti racconta*. Roma: Bulzoni, 63-74.
- Serafin, Silvana (ed.) (2010). *Historias de emigración. Italia Latinoamerica*. Venezia: Studio LT.

Mobilidade humana e circularidade de ideia

Diálogos entre a América Latina e a Europa

editado por Luis Fernando Beneduzi e Maria Cristina Dadalto

«Com tinta do meu sangue» Redes e mobilidades através das cartas de um imigrante italiano

Maíra Ines Vendrame

(Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil)

Abstract Seeks to reflect upon the shifting strategies and family reunification through the letters of the Italian immigrant Paul Rossato. Seeks to highlight the importance of these sources to grasp the complexity of the migration experience to Brazil and understand how they allow you to track the expectations and choices of actors before and after the migration experiences. The argument is that the overseas, immigrants, through the establishment of 'ink bridges', called the destination to the source, allowing, in the last decades of the nineteenth century, the movement of information, objects and people.

Sumário 1 Reflexões necessárias. – 2 Pontes de tinta e papel.

Keywords Letters. Networks. Immigration.

Caríssimo pai

«...as cartas que lhe mando escrevo-as de minha consciência, e com tinta de meu sangue...».¹

Seguindo o caminho aberto por muitos conterrâneos, nos últimos meses do ano de 1883, o italiano Paulo Rossato, 29 anos, decidiu abandonar a pátria e se transferir para o Brasil. Residente na comuna di Valdagno, Província de Vicenza, norte da Península Itálica, o referido partiu para o sul do Brasil acompanhado da esposa, Raquel Massignani, 23 anos, e outros conhecidos, certamente atraído pelas notícias que chegavam à comuna di Valdagno sobre as oportunidades e vantagens que podiam ser encontradas. Na pátria de origem permaneceram os pais, os irmãos e parte da ampla parentela.

Desde os primeiros anos Setenta do século XIX, a província mais meridional do território brasileiro, o Rio Grande do Sul, havia começado a receber grupos de imigrantes italianos para ocupar as áreas destinadas à

1 Trecho da carta de Paulo Rossato ao pai, de 22 de Junho de 1884 (De Boni 1977, 53).

colonização europeia. Em terras consideradas pelo Estado como devolutas, foram fundados os primeiros núcleos coloniais. Assim, a partir de 1875, o local passaria a receber os primeiros grupos de famílias camponesas originárias do norte do recém-unificado Estado Italiano. Rossato, a esposa e alguns que o acompanhavam chegaram ao lugar em Janeiro de 1884.

Não muitas semanas depois que se instalou na colônia Caxias, Rossato passou a escrever aos familiares distantes, informando-os sobre a transferência e a realidade encontrada no além-mar. Ao saudar e informar os parentes que haviam ficado na *comuna* de origem, o imigrante salientava que sua partida fazia parte de um projeto coletivo de transferência, sendo ele o primeiro da família a fazer isso. Entre os anos de 1883 a 1885, Paulo Rossato emitiu um total de dezassete cartas aos pais e irmãos que se encontravam na Itália.² Através de tais escritos, procurou construir uma ponte de tinta e papel³ por onde circulariam orientações e esclarecimentos aos parentes distantes. Nesse sentido, por meio da constituição e manutenção dos circuitos de comunicação, foi possível viabilizar tanto a transferência de objetos e produtos, como também dos parentes e conhecidos, conforme iremos destacar no presente trabalho.

Depois de um ano de preparação, em Janeiro de 1885, os pais de Paulo Rossato, acompanhados dos outros filhos, chegaram à região colonial. Além das encomendas, na mala trouxeram as cartas escritas pelo filho. Estas poderiam ser utilizadas como recurso de certificação, ou seja, ao serem mostradas às autoridades - italianas ou brasileiras - forneceriam comprovação de que havia parentes esperando por eles no local de destino.

Entende-se que as cartas emitidas pelos imigrantes, a exemplo das escritas por Paulo Rossato, possibilitam conhecer e indagar sobre os mais diversos aspectos das sociedades de origem e de destino. Além disso, são fontes importantes para compreender como foram sendo organizadas as transferências para o além-mar e as dinâmicas do movimento migratório. As correspondências escritas em ambos os lados do Atlântico permitem analisar, portanto, o desempenho ativo dos sujeitos que, nas últimas décadas do século XIX, optaram pelo caminho da imigração.

1 Reflexões necessárias

Apenas nas últimas décadas do século XX, as cartas passaram a ser utilizadas pelos historiadores para se estudar o fenômeno da imigração italia-

2 As dezassete cartas emitidas aos pais e irmãos que se encontravam na Itália estão publicadas na obra *La Mérica*, organizada pelo pesquisador Luis De Boni 1977.

3 A expressão *puentes de papel* foi utilizada por Verónica Sierra Blass 2004 em artigo em que analisa o papel das escrituras populares na emigração para além-mar desde os anos finais do século XVIII até os anos Sessenta do século XX.

na para a América. Diários, memórias e correspondências de imigrantes permitiram não apenas acompanhar as escolhas específicas, mas também interrogar sobre os anseios e projetos particulares das famílias imigrantes. Para além das experiências individuais, as trajetórias e escolhas de um ou mais imigrantes permitiam propor novas questões para se entender de que forma o movimento migratório foi se articulando e crescendo a partir do envolvimento espontâneo das pessoas que já haviam partido ou tencionavam partir. As mobilidades provocaram uma ampla e ativa troca de correspondências entre os imigrantes e seus parentes, as quais, sem dúvida, tiveram fundamental importância no impulso aos deslocamentos, desempenhando «papel decisivo na produção, reprodução e modificações que passaram a experimentar as correntes migratórias» (Blass 2004, 138).

Analisando as cartas trocadas entre membros de uma família do Piemonte e os conterrâneos que haviam imigrado para a América do Sul e do Norte, Franco Ramella (2001, 1988) e Samuel Baily (1988) se dedicaram a estudar os mecanismos de transferência e integração. Já pensando a imigração italiana na América Latina, Emilio Franzina (1979) apresentou no livro *Merica! Merica!* uma relação de cartas de camponeses vênéticos e friulanos escritas entre 1876 a 1902, período definido como da 'Grande Emigração'. Além dos referidos, destacam-se ainda os trabalhos de Antonio Gibelli e Fabio Caffarena (2001), voltados para a análise das escrituras populares. Tais estudos têm permitido compreender a variedade de usos e funções dos documentos atribuídos aos imigrantes, contribuindo para o esclarecimento de questões difíceis de serem percebidas e problematizadas através de outra tipologia documental.⁴

Em relação à imigração italiana para o Brasil, temos os trabalhos de Franzina (1979), Rech (1996), Perco (2006) e Croci (2010).⁵ Enquanto recurso para reunir as pessoas aparentadas que se encontravam em ambos os lados do Atlântico, as correspondências foram usadas como estratégias eficazes, propiciando a constituição de redes migratórias entre um ou diferentes locais na Península Itálica e um mesmo lugar de destino. Tanto a constituição quanto a eficácia de tais tramas sociais dependiam da proximidade parental, afinidades e vínculos de confiança existentes entre as pessoas (Vendrame 2016).

4 Outros estudiosos têm utilizado as correspondências para analisar as diferentes dinâmicas do processo migratório. Ver: Ciafardo 1991, Molinari 1999 e Franchini 2012. Além dos estudos voltados para a compreensão do fenômeno da imigração italiana, outros trabalhos, como os produzidos por pesquisadores espanhóis, têm oferecido contribuições significativas a partir das análises realizadas com correspondências. Sobre isso, ver: Blass 2004; Caffarena, Martín 2012.

5 Estudando os imigrantes portugueses no Brasil, Maria Izilda Santos de Matos (2013) tem-se dedicado a analisar, através das correspondências, os sentimentos e contatos entre os indivíduos separados pelos deslocamentos.

O presente trabalho está analisando as cartas emitidas por Paulo Rossato aos familiares na Itália. Considera-se esse material de singular importância, uma vez que, através dele, é possível perceber a eficácia das orientações transmitidas e o quanto essas poderiam ser utilizadas enquanto vantagens pelas famílias camponesas para organizar a transferência e a instalação nos locais de destino. O deslocamento de pessoas de um lado do Atlântico para o outro, nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do XX, ocasionou grande circulação de cartas, fotografias e objetos dos mais variados. Como salientou Antonio Gibelli (1989, 88), o fenômeno da emigração é considerado um dos mais potentes produtores de escritura de todos os tempos, tendo provocado grande busca por parte dos iletrados, que demandavam o recurso da escrita.⁶

2 Pontes de tinta e papel

O afastamento da terra natal, por parte dos imigrantes, não significou um total rompimento com a parentela. As transferências fizeram intensificar a escrita de cartas, o que auxiliou na manutenção dos contatos, revelando-se ainda como eficiente recurso para dar sequência às transferências. Apesar de termos apenas uma parte das correspondências, aqui no caso as remetidas pelo imigrante Paulo Rossato, é possível apreender as inquietações e demandas das famílias, pois tais documentos são produtos diretos das próprias experiências de deslocamento. As correspondências indicam que o processo migratório foi articulado por algumas famílias, o que reflete a existência de um projeto coletivo pensado e, conseqüentemente, rearticulado após a partida de um ou mais indivíduos.

Em Dezembro de 1883, assim que chegou ao Rio Grande do Sul, o imigrante Paulo Rossato, em carta aos pais, afirma que, «antes da partir para a América, parecia que partiríamos para o desespero». No entanto, ao chegar o local de destino, havia encontrado «cidades como na Itália». E, por ser verão, podiam comer «melancias, uvas, figos, laranjas».⁷ As semelhanças em relação aos locais de origem, somadas às vantagens percebidas na abundância de recursos naturais, como a terra, e principalmente na fartura de alguns alimentos, são apresentadas como aspectos positivos que deviam tanto justificar as escolhas pela transferência quanto atrair novos imigrantes.

Segundo Rossato, no momento em que havia chegado à região colonial, «havia 1.400 habitantes entre italianos e tirolezes, e pensavam formar uma

6 Sobre a relação entre o fenômeno migratório e a produção de cartas, consultar: Gibelli 1989, Molinaril 1999 e Blass 2004.

7 Carta de Paulo Rossato aos pais, em 23 de Dezembro de 1883 (De Boni 1977, 29-30).

nova Itália», tendo já constituído um povoado semelhante ao abandonado na península. Procurando convencer os que haviam ficado na *comuna* de origem a emigrar o mais rápido possível, Rossato afirma que «todas as festas da Itália são festas também aqui». Também podiam desfrutar de outras vantagens caras aos camponeses na península: a possibilidade de portarem armas na cintura e disporem de um ou mais cavalos como meio de locomoção.⁸ Tais benefícios eram destacados nas cartas como forma de atrair os familiares.

Nota-se que as descrições realizadas por Paulo Rossato tinham por objetivo garantir a transferência dos pais, parentes e conhecidos para a região colonial. Também estava empenhado em fortalecer as bases de apoio entre os conterrâneos no além-mar, permitindo a constituição de bases de agregação sólidas. Frente às mudanças e rupturas que o processo migratório ocasionava, fez-se presente a preservação de certos costumes que caracterizavam o universo camponês. Por conta disso, houve um empenho, por parte dos atores dos deslocamentos, em manter o contato com os indivíduos que haviam permanecido na terra de partida.

Inicialmente, além de informar como havia transcorrido a viagem, Rossato declara que por «800 mil réis compramos uma colônia, ficando uns próximos aos outros».⁹ O referido imigrante e outros conterrâneos optaram por comprar uma área de terra de proprietário particular, garantindo alguns privilégios, como, por exemplo, a possibilidade de escolher o local onde se instalar, ficando próximo aos vizinhos com os quais mantinha laços de afinidades. As escolhas tomadas por Rossato em relação à preparação do solo e cultivo são informadas de forma detalhada ao pai, procurando compartilhar com o grupo familiar distante as decisões que estava tomando. Ao fazer isso, busca aprovação dos pais ausentes, reforçando ao mesmo tempo o seu envolvimento no projeto coletivo de garantir oportunidades de trabalho e reprodução do grupo no território sul-rio-grandense. Nesse sentido, Rossato afirma: «estou ansioso que venham meus irmãos e toda a família. Lá éramos servos e aqui somos senhores. Se pudessem ter vindo todos comigo, seríamos afortunados, e teríamos ganho muito dinheiro em pouco tempo». As iniciativas tomadas nos locais de instalação se davam também em nome de um grupo que, no momento, se encontrava separado geograficamente. Esse é um dos valores morais que regiam as escolhas das famílias imigrantes.

Lamentando o fato de os pais e irmãos não estarem na região colonial, Rossato declara que esperava que no «próximo ano cheguem todos aqui. Tratem, porém, de vir o mais rápido possível. Se estivessem aqui no mês de Agosto, ajudariam a fazer a colheita do milho». Além disso, indica como

8 Carta de Paulo Rossato aos pais, em 17 de Fevereiro de 1884 (De Boni 1977, 32-4).

9 Carta de Paulo Rossato aos pais, em 17 de Fevereiro de 1884 (De Boni 1977, 32-4).

poderiam se organizar em relação ao trabalho: «meu pai e outro ficariam na colônia, para construir a casa e cuidar do trabalho na terra, e outros três iriam para o trabalho na estrada».¹⁰ Comunicar a existência de terras, local de instalação e trabalho para todos os membros do grupo era uma forma de estimular os deslocamentos familiares. Através das correspondências, Rossato também se comprometia em garantir benefícios aos conhecidos, incentivando-os a emigrar:

Se o tio Pedro quiser vir, que venha, pois há terra também para ele e creio que para ele seria o suficiente 1/4 de colônia. Escrevi ao Luciano e para Madalena. Se quiserem vir, então que se encaminhem para cá, pois vive-se aqui melhor que na Itália, sem patrões. E quando alguém quer mandar, deve também pagar para tanto. Digam ao meu locador, Antônio Massignani, que se quiser vir para a América, verá que pode viver melhor que em sua casa. Se vender o que tem aí, pode comprar e pagar aqui com pouco trabalho, e viveria como um senhor. A posição é boa, os ares melhores que na Itália e boa a água. Haveria uma colônia próxima à minha. Se pensa em vir, trate de escrever-me quanto antes, que lhe reservo a terra.¹¹

Os convites se espalham para além da parentela. O fornecimento de informações direcionadas para alguns conhecidos indica que, antes disso, houve a solicitação de esclarecimentos sobre os recursos e vantagens que poderiam encontrar junto aos compatriotas no além-mar. As cartas eram um canal de troca de notícias, fixação de acordos e comprometimentos privados entre os membros da família, mas percebe-se que a sua circulação ia além, atingindo vizinhos e outras pessoas. Certamente, a possibilidade de acionar tal recurso de comunicação propiciou o fortalecimento dos laços e a fundação de afinidades entre os indivíduos que se encontravam em ambos os lados do Atlântico. Com frequência Rossato procurava fazer com que seus escritos tivessem maior circulação entre a extensa parentela: «Façam ler esta minha carta junto aos parentes da família Lora e que A. Zanuso também a leia». Em outros momentos, contudo, solicitava que fossem as cartas guardadas e não mostradas a ninguém ou apenas entregues para alguns sujeitos indicados.¹²

Apesar de circular de forma desigual, eram as tramas de relações parentais e de afinidades dos indivíduos que conferiam maior credibilidade às notícias. Do Brasil partiam cartas que, às vezes, contradiziam as declara-

10 Carta de Paulo Rossato ao irmão, em 24 de Abril de 1884 (De Boni 1977, 35-6).

11 Carta de Paulo Rossato ao irmão, em 24 de Abril de 1884 (De Boni 1977, 35-6).

12 Carta de Paulo Rossato ao pai, em 07 de Maio e 30 de Maio de 1884; carta ao irmão, em 18 de Abril de 1885 (De Boni 1977, 39-42, 47-8, 67).

rações dadas por Paulo Rossato. Sabedor desse fato, o imigrante orientava a confiarem apenas nas correspondências emitidas por ele, uma vez que «são a pura verdade». Aos familiares alertava: «as cartas que lhes mando escrevo-as de minha consciência, e com a tinta de meu sangue. E se não é verdade aquilo que lhes digo, podem então tomar um revólver e matar-me».¹³

Os laços de sangue eram uma condição que conferia maior legitimidade às notícias, devendo as pessoas acreditarem apenas nas cartas que circulavam pelas redes de confiança familiar e parental. Para se certificar da veracidade das informações, os camponeses deveriam conhecer o autor das cartas e as vias de circulação das mesmas. Para evitar serem enganados em relação aos preparativos da viagem de transferência, Rossato alertava os parentes a não se deixarem levar por falsas orientações, pois, nos jornais provinciais ou comunais, eram publicadas correspondências que passavam uma imagem negativa sobre as terras no além-mar. Tais escritos foram usados enquanto recurso para barrar novas transferências e para garantir o retorno daqueles que queriam voltar para a Itália, haja vista não terem tido experiências positivas nas terras brasileiras.¹⁴

Em vários momentos, Rossato anunciou aos parentes que havia lotes coloniais disponíveis para serem adquiridos próximos ao dele. Buscando organizar a rápida transferência da parentela, bem como respondendo aos frequentes pedidos de explicação sobre as terras coloniais, escreveu: «Querido pai, o mapa anexo dá uma pequena ideia do que seja a Colônia Sartorina [...]. É aí que compramos nossa colônia». Adquiridas de um proprietário particular, parte das terras estava já ocupada por famílias italianas, sendo sinalizados no mapa os lotes ainda disponíveis, sua extensão, proximidade de rios e estradas, bem como valor cobrado. «Se meu locador, tio Pedro e irmã Teresa querem vir, mostrem-lhes este mapa», pois estão assinaladas as colônias que estão desocupadas. Além desses, solicitava que fosse comunicado «meu cunhado Luís, que para ele há um lugar aqui. Para Pedro também. Que olhem minhas cartas e partam que sou um irmão de sangue».¹⁵

Pelo teor dessas cartas pode-se concluir que muitas famílias chegavam à região colonial de Caxias – e de outras no Rio Grande do Sul – com algum recurso econômico, pelos menos nas últimas décadas do século XIX. Este parece ter sido o caso da família Rossato que se estabeleceu em terras adquiridas de proprietários particulares. A possibilidade de escolher o local de instalação era vista como algo positivo, pois garantia vantagens em relação à produção agrícola, adaptação e assistência dos parentes e

13 Carta de Paulo Rossato ao pai, em 22 de Junho e 7 de Julho de 1884 (De Boni 1977, 53, 59).

14 Para saber mais sobre essa questão, ver Vendrame 2016.

15 Carta de Paulo Rossato ao pai, em 22 de Junho de 1884 (De Boni 1977, 51-4).

antigos conhecidos. Além disso, também permitia rápida constituição das bases agregativas, tendo por referência os símbolos de identificação e afinidades pretéritas fundados nas comunidades de origem.

A presença de antigos conhecidos e conterrâneos de um mesmo local de partida também viabilizava a conexão entre agregados de famílias que se encontravam em ambos os lados do Atlântico, conforme se pode perceber nas seguintes notícias:

Caríssimo irmão

[...] A Teresa, nossa irmã, escreveu-me, perguntando se há lugar para ela. Diga-lhe que ela, que tem dinheiro, nós a podemos colocar bem. Mas, se for possível, que venha junto com você, porque, quanto mais rápido ela vier, melhor será. E você vá até a Quarienta, e procure o pai de Penacio ou que ele vá a Valdagno para dizer-lhe que o filho encontra-se bem, e que não vê hora que chegue sua família e sua mulher. [...] Todos estamos bem e contentes e enviamos saudações à parentela dos Lora.

Na sequência, um indivíduo do grupo parental de Rossato também dá um recado:

Rogo-lhe, prezado cunhado, de procurar meu irmão Vitório Pretto, que talvez pense que seu irmão Francisco Pretto esteja mal, porque são já 7 meses que lhe enviei uma carta, e depois, de 4 meses, enviei outras 7 cartas, e não tive nenhuma resposta. Mas peço-lhe, cunhado, de fazer ver estas duas linhas a meu irmão Vitório Crestani, e diga-lhe que estou esperando [...] 2 machados.¹⁶

Nem todas as cartas deviam chegar ao seu destino ou, se chegavam, não havia interesse em abandonar a terra natal, pois o caminho da emigração era visto, muitas vezes, como uma escolha para fugir de certas obrigações e compromissos. A existência de disputas anteriores à transferência para a América provavelmente foi um dos motivos da não vontade de manter contato com certos familiares e parentes distantes. Enquanto mudança e recomeço, o caminho da emigração também deve ter sido encarado como estratégia de rompimento total com as pessoas deixadas na aldeia de origem.

Ao enviar saudações para «toda minha família», Rossato encaminha pedidos de «desculpas pelos incômodos de antes da partida» causados à irmã, cunhado e tios. Para com estes, manifesta certo ressentimento, declarando: «Vi-os na praça e fugiram. Agora não preciso mais deles, pois espero, com um pouco de paciência, ter mais do que eles. Saúde-os, e verão

16 Carta de Paulo Rossato ao pai, em 14 de Junho de 1885 (De Boni 1977, 68-70).

que não os incomodarei mais».17 Essa mágoa deve ter sido resultante da falta de assistência financeira ou de palavras de incentivo no momento da partida de Rossato para a América, indicando ainda problemas anteriores de conflitos dentro de um mesmo grupo parental. Nesse sentido, a emissão de notícias positivas sobre as vantagens encontradas no sul do Brasil, bem como os auxílios encaminhados aos parentes, aqui no caso por parte do imigrante Rossato, serviram também para que o mesmo se mostrasse aos parentes distantes com os quais havia tido algum dissabor.

Enquanto recurso autônomo acionado pelos próprios imigrantes, percebe-se que as cartas viabilizaram a constituição de cadeias migratórias. Como mencionado acima, algumas orientações eram destinadas apenas aos membros da família. No caso do imigrante Rossato, isso ocorria nas cartas em que orientava o irmão a se colocar como agente da emigração, sugerindo que o mesmo formasse um grupo de famílias para emigrar e estabelecesse comunicação com as empresas de navegação no porto de Gênova, a fim de organizar a transferência. Ao atuar como agenciador, o irmão poderia obter algum lucro financeiro e também conseguir, junto à agência de navegação, passagem gratuita para os membros da própria família.

Logo, as cartas que continham determinados conselhos não deveriam circular livremente entre vizinhos ou conhecidos. Orientações aos pais, conforme as mencionadas abaixo, tinham que ser mantidas em sigilo:

Em Gênova, se pudessem, arrancariam também o coração. E vocês, quando chegarem em Gênova, vão fazer as refeições em São Pedro della Rena: é um pouco mais longe, mas compensa [...]. Este é o endereço que me deu o comissário do navio, para que não fossem atrás de tantos velhacos. O custo da viagem é de 140 a 150 francos livre de carregamento. Que Antônio [irmão] escreva logo à companhia, dizendo que são 20 ou 30 passageiros que vão para a América, e pergunte qual é o último prazo para o pagamento. Escreva 2 ou 3 cartas e apresente-se como condutor, procurando o maior número possível de pessoas, porque ganhará 10 francos por pessoa indicada ao dono. Depois não se preocupe com a viagem, contanto que seja astuto.

Além das orientações para que o irmão se colocasse como 'condutor' de um grupo de indivíduos, Rossato aponta outra possibilidade de obter recursos financeiros para investir na viagem de transferência da família: a solicitação de empréstimo junto a conhecidos. Essa alternativa aparece como uma escolha seguida por muitos emigrantes que não tinham meios para pagar os custos com o deslocamento, conforme indica o próprio Ros-

17 Carta de Paulo Rossato ao pai, em 22 de Junho de 1884 (De Boni 1977, 49-54).

sato.¹⁸ Durante a viagem para o Brasil, esse imigrante havia observado que algumas pessoas tinham obtido benefícios ao atuar como agenciadores. Informava que, para cada passageiro arrolado para embarcar para a América, o agente da empresa de navegação fornecia 10 francos.¹⁹ Antes da viagem, orientava os familiares para informarem que estavam indo para a Colônia Caxias: «Não digam nunca que vão para terras compradas do conde, porque senão eles não carregam as bagagens de vocês».²⁰

As situações observadas antes, durante e depois da viagem se tornaram informações preciosas que precisavam ser transmitidas aos parentes, para que assim aproveitassem da melhor forma possível as oportunidades, bem como evitassem imprevistos. Através das cartas emitidas por Paulo Rossato, percebeu-se o desempenho do mesmo enquanto mediador entre dois mundos. Atuando como articulador das transferências e instalação dos conterrâneos, ele ampliou seu prestígio entre familiares e vizinhos, o que deve ter-lhe permitido a obtenção de vantagens no campo material, pois era ele quem negociava a compra de lotes junto aos proprietários luso-brasileiros.

As cartas emitidas por Paulo Rossato sugerem que os laços parentais e as reciprocidades foram responsáveis por garantir uma série de vantagens, pois ele se colocou como um mediador entre os dois mundos; informou, orientou e assumiu responsabilidades com a parentela que almejava abandonar a pátria de origem, articulando as transferências de modo a torná-las mais seguras. Como muitos imigrantes, assim que chegou ao local de destino, Rossato passou a construir 'pontes de papel', com o objetivo de cumprir com o projeto de reunificação familiar e parental, firmados antes da partida para o Brasil.

As fontes analisadas no presente trabalho permitiram acessar as experiências dos atores que tomaram o caminho da emigração, indicando seus usos práticos. As cartas ativaram vínculos, compromissos e obrigações entre pessoas geograficamente afastadas, mesmo que, às vezes, passassem uma imagem negativa da realidade encontrada nas regiões coloniais. Independentemente das intenções dos autores das cartas e da potencialidade do conteúdo, elas são fontes indispensáveis para se analisarem as diferentes experiências migratórias a partir dos anseios e escolhas daqueles que optaram por tal caminho. Além disso, apresentam-se como documentação privilegiada para apreender o desempenho ativo dos indivíduos com baixo nível de instrução, como era a maioria dos camponeses italianos das últimas décadas do século XIX.

Finaliza-se chamando a atenção para o fato de que os estudos utilizando cartas ainda são poucos no Brasil, se comparados às pesquisas realizadas

18 Carta de Paulo Rossato ao pai, em 29 de Junho de 1884 (De Boni 1977, 43, 44, 55, 56).

19 Carta de Paulo Rossato ao pai, em 30 de Maio de 1884 (De Boni 1977, 47-8).

20 Carta de Paulo Rossato ao pai, em 24 de Outubro de 1884 (De Boni 1977, 61-2).

em outros locais, como os Estados Unidos e a Argentina. Nesse sentido, o presente trabalho pretendeu indicar a potencialidade das correspondências enquanto fontes privilegiadas para propor novos questionamentos e repensar os deslocamentos e mecanismos de integração dos camponeses italianos que vieram para a América nos séculos XIX e XX.

Bibliografia

- Bailey, Samuel; Ramella, Franco (1988). *One Family, Two Worlds: An Italian Family's Correspondence Across the Atlantic 1901-22*. New Brunswick: Rutgers University Press.
- Blas, Verónica Sierra (2004). «'Puentes de papel': apuntes sobre las esdras de la emigración». *Horizontes Antropológicos*, 10, 22, 93-119.
- Caffarena, Fabio. «Introduzione». Caffarena, Fabio; Martín, Laura Martínez (a cura di) (2012), *Scritture migranti: uno sguardo italo-spagnolo. Escrituras migrantes: una mirada italo-sepañola*. Milano: FrancoAngeli, 9-21.
- Ciafardo, Eduardo (1991). «Cadenasmigratorias e inmigración italiana. Reflexiones a partir de correspondencia dos inmigrantes italianos en Argentina 1921-38». *Studi Emigrazione*, 28, 102, 233-55.
- Croci, Federico (2010). «As cartas de chamada: vestígios das redes sociais e familiares transnacionais». Carneiro, Maria Luiz Tucci; Croci, Federico; Franzina, Emilio (eds.), *História do trabalho e histórias da imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX)*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 299-321.
- De Boni, Luis Alberto (ed.) (1977). *La Mérica: escritos dos primeiros imigrantes italianos*. Caxias do Sul; Porto Alegre: UCS; EST.
- Franchini, Giuliana di (2012). «Relazioni familiari e genere nelle corrispondenze d'emigrazione». Caffarena, Fabio; Martín, Laura Martínez (a cura di), *Scritture migranti: uno sguardo italo-spagnolo. Escrituras migrantes: una mirada italo-sepañola*. Milano: FrancoAngeli, 43-61.
- Franzina, Emilio (1979). *Merica! Merica! Emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini Veneti in America Latina 1876-1902*. Milano: Fertrinelli.
- Franzina, Emilio (1981). «Frammenti di cultura contadina nelle lettere degli emigranti». *Movimento Operario e Socialista*, 1(2), 49-75.
- Gibelli, Antonio (1989). «'Fatemi un po sapere...': scrittura e fotografia nella corrispondenza degli emigranti liguri». Gibelli, Antonio (a cura di), *La via delle Americhe: l' emigrazione ligure tra evento e racconto. = Catalogo della mostra*. Genova: Sagep Editrice.
- Gibelli, Antonio; Caffarena, Fabio (2001). «Le lettere degli emigranti». Bevilacqua, Piero; De Clemanti, Andreina; Franzina, Emilio (a cura di), *Storia dell'emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore.

- Matos, Maria Izilda Santos de (2013). *Portugueses: deslocamentos, experiências e cotidiano São Paulo séculos XIX e XX*. Bauru (SP): Edusc.
- Molinari, Augusta (1999). «L'emigrazione ligure: fonti autobiografiche/memorie dell'identità». *Cahiers de la Méditerranée: Mémoire et identité de la frontière: étude des migrations de proximité entre les Provinces Ligures et les Alpes-Maritimes = Actes des journées* (Nice, octobre 1998), 58, 1, 7-17. URL: http://www.persee.fr/doc/camed_0395-9317_1999_num_58_1_1243 (2016-11-15).
- Perco, Daniela (2005). «'Arrivederci nella Valle di Josafat'. Scrivere a fine secolo fra le Prealpi venete e il Rio Grande del Sud». Brezzi, Camilo; Iuso, Anna (a cura di), *Esuli Pensieri. Scritture Migranti. Número monográfico de Storia e Problemi Contemporanei*. Bologna: Clueb.
- Ramella, Franco (2001). «Reti sociali, famiglia e strategie migratorie». Bevilacqua, Piero; De Clementi, Andreina; Franzina, Emilio (a cura di), *Storia dell'emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore.
- Rech, Tamara; Rech, Marco (a cura di) (1996). *Scrivere per non dimenticare: l'emigrazione di fine '800 nelle lettere della famiglia Rech Checonét*. Quaderni nr. 13. Feltre: Libreria Pilotto; Editrice Feltre.
- Vendrame, Maíra Ines (2016). *O poder na aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália)*. São Leopoldo: OIKOS.
- Vendrame, Maíra Ines; Karsburg, Alexandre de Oliveira; Farinatti, Luis Augusto; Weber, Beatriz (eds.) (2015). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: OIKOS. URL: <http://editoraoikos.com.br/files/Micro-Hist%C3%B3ria%20-%20E-B00K.pdf> (2016-11-16).

Mobilidade humana e circularidade de ideia

Diálogos entre a América Latina e a Europa

editado por Luis Fernando Beneduzi e Maria Cristina Dadalto

O branqueamento da raça

A política imigratória imperial brasileira e a ‘qualidade’ dos imigrantes

Luiza Horn Iotti

(Universidade de Caxias do Sul, Brasil)

Abstract Discusses the positions taken and the policies adopted by the Brazilian government in relation to the type and the ‘quality’ of immigrants who would be accepted to enter the country, as well as the likely changes that they have undergone over time. Used as a source the Brazilian legislation on immigration and colonization, enacted between 1822 and 1889, assuming that the analysis of legislation allows, among other things, identify the different interests of social groups in the different stages through which it passed the migration process and colonization in Brazil.

Sumário 1 D. Pedro I e a colonização com brancos não-portugueses (1822-30). – 2 Os navios trazendo brancos e a isenção do imposto de ancoragem. – 3 Não bastava mais ser branco. – 4 Os agentes consulares brasileiros como ferramentas para a imigração. – 5 A iniciativa privada assume o protagonismo.

Keywords Immigration and colonization. Brazilian immigration policy. Brazilian legislation on immigration.

O objetivo deste trabalho é o de verificar as posições assumidas e as políticas adotadas pelo Estado brasileiro em relação ao tipo e à *qualidade* dos imigrantes que seriam aceitos para ingressar no país, bem como as prováveis alterações que as mesmas sofreram no decorrer do tempo. Para tal, utilizou-se como fonte a legislação brasileira sobre imigração¹ e colo-

1 O termo *imigração* será empregado referindo-se «à importação de trabalhadores livres para a lavoura, seja no sistema de parceria, seja sob as diversas formas de salariado» (Balhana et al. 1969, 379). Imigração subvencionada pode ser definida como «a entrada de estrangeiros para o suprimento de mão-de-obra da grande lavoura, principalmente da cafeeira, levada a efeito por interferência de particulares ou sob a responsabilidade e custeio do governo» (Lazzari 1980, 13). E imigração espontânea refere-se à «entrada de estrangeiros por suas próprias expensas e vontade, sem interferência qualquer» (Lazzari 1980, 13).

nização,² promulgada entre 1822 e 1889,³ partindo-se do pressuposto de que a análise da legislação permitiria, entre outras coisas, identificar os diversos interesses dos grupos sociais, nas diferentes fases pelas quais passou o processo migratório e de colonização no Brasil. Isso porque o ato de legislar «sempre traduz, nas mais diversas sociedades, a necessidade de tornar explícita a organização das relações sociais» (Quirino, Montes 1992, 12).

A legislação produzida no período imperial é vasta e, além de refletir as contradições existentes na sociedade brasileira em relação à política imigratória adotada pelo Império, permite perceber as ideias racistas e preconceituosas existentes à época. Ela até pode dividir-se em duas tendências, em relação a colonizar ou substituir a mão de obra escrava,⁴ mas é unânime na preferência pela introdução de imigrantes europeus, brancos, no sentido de que ela resolveria uma questão de ordem social e racial. Segundo Renato Ortiz, «a política imigratória, além de seu significado econômico, possui uma dimensão ideológica, que é o branqueamento da raça» (1986, 31).

1 D. Pedro I e a colonização com brancos não-portugueses (1822-30)

Pela Constituição de 1824, o Imperador reservou para si a questão da colonização, interessando-se, «pessoalmente, pelo povoamento e pela exploração de novas regiões do Brasil por brancos não-portugueses» (Roche 1969, 91). Foi responsável pela implantação de um projeto colonizatório destinado à ocupação e à defesa de parte do território nacional, em oposição aos interesses imediatistas dos grandes proprietários, preocupados em

2 No presente trabalho, optou-se por definir *colonização* como sendo «a entrada de estrangeiros para o desenvolvimento da agricultura explorada por homens livres, com base na pequena propriedade, sob a direção do governo ou de particulares e sempre com a intenção de valorizar terras incultas, visando seu povoamento» (Lazzari 1980, 13).

3 Essa legislação encontra-se publicada no livro *Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915*, editado pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em parceria com a Editora da Universidade de Caxias do Sul.

4 Em relação à política imigratória do período, de um lado existia a tendência de continuidade da adotada por D. João VI, ou seja, a entrada de imigrantes destinados a núcleos de pequena propriedade, com a finalidade de colonizar. De outro, a defesa do ingresso de estrangeiros para substituição do braço escravo, em especial nas lavouras de café. Segundo Maria Teresa Petrone (1987, 263), essa política flutuou, «dependendo de quem estava no poder e quem maior pressão exercia sobre o aparato político-administrativo». A autora ressalta que «os indicadores são os momentos de maior ou menor criação de núcleos coloniais em contraposição ao maior ou menor aproveitamento de imigrantes nas fazendas de café. A legislação reflete as duas tendências com muita clareza: imigrante colono em núcleo de pequena propriedade ou imigrante como braço na lavoura de café» (Petrone 1987, 263).

garantir para si os escassos recursos do Estado. Pode-se dizer, também, que esse projeto estava voltado ao branqueamento da população do território brasileiro, por se acreditar, à época, na superioridade das pessoas de proveniência europeia e, conseqüentemente, de pele clara.

Nesse período, foram estabelecidas, sob a tutela do Imperador, sete colônias oficiais e uma particular (Giron, Bergamaschi 1996, 19). Entre elas, destaca-se a colônia imperial de São Leopoldo, «marco inicial do processo colonizatório com imigrantes não-lusos no Rio Grande do Sul» (Roche 1969, 95). Criada através da Decisão n. 80, de 31 de Março de 1824, explicitava a crença de D. Pedro I na excelência dos trabalhadores europeus, ao afirmar que a colônia seria «de reconhecida utilidade para esse Império pela superior vantagem de se empregar gente branca, livre e industriosa, tanto nas Artes, como na Agricultura» (Decreto nr. 80, Iotti 2001, 79). No mesmo Ato, ele mandava medir o terreno, «avaliar os Escravos pertencentes a fazenda Pública, que ali se acharem remetendo a sua avaliação, e ficando na inteligência de que à chegada dos Colonos, deverão os referidos escravos virem para essa Corte» (Decreto nr. 80, Iotti 2001, 79). Fica evidente que a política colonizatória com brancos europeus e a escravidão não deveriam coexistir, segundo o pensamento existente à época e, mais tarde, explicitado em legislação própria. Em sendo assim, o governante realocava os escravos para a Corte, onde eram mais necessários e poderiam estar sob uma maior vigilância. E, como continuidade do plano, Sua Majestade, através da Portaria de 22 de Setembro de 1824, determinou que a antiga Feitoria do Linho Cânhamo passasse a se chamar «Colônia Alemã de São Leopoldo» (Iotti 2001, 84).

Apesar de a proposta inicial ser a de colonizar, o Imperador assinou vários documentos autorizando a permanência de imigrantes nas capitais, por exercerem atividades outras que não a de agricultores,⁵ desde que renunciassem às vantagens que receberiam como colonos, fato que mais tarde não ocorrerá com tanta facilidade, pelo menos na legislação, em função da necessidade da substituição da mão de obra escrava.

Na fala com que o Imperador abriu a Assembleia Geral, em 03 de Maio de 1829, mais uma vez reforçou sua posição, ao ressaltar a necessidade de auxiliar no desenvolvimento da agricultura no país, através do incentivo à imigração europeia, facilitando e promovendo

a aquisição de colonos prestadios, que aumentem o número de braços que tanto carecemos. Uma lei de naturalização acomodada às nossas circunstâncias, e de um bom regulamento para a distribuição das terras

5 Portaria de 18 de Junho de 1824: sobre um colono alemão que requer ficar no Rio de Janeiro, ao invés de seguir para a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (Iotti 2001, 80); Portaria de 19 de Janeiro de 1825: sobre o destino de colonos enviados para a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (Iotti 2001, 85).

incultas, cuja data se acha paralisada, seriam meios conducentes para aquele fim. (Iotti 2001, 87)

A questão da imigração sofre um arrefecimento, a partir da Lei de 15 de Dezembro de 1830, que determina a abolição das despesas com a colonização em todas as Províncias do país. A força dos latifundiários escravistas fazia valer o seu poder. Essa Lei decorreu de «uma manobra do Parlamento para acabar com a colonização», na medida em que tornou impossível qualquer nova tentativa e colocou em perigo as colônias já existentes (Lazzari 1980, 49). Em 7 de Abril de 1831, D. Pedro I abdicou ao trono brasileiro, e a política de colonização e até mesmo a de imigração subsidiada pelos cofres públicos foi abandonada.

2 Os navios trazendo brancos e a isenção do imposto de ancoragem

Durante o Período Regencial (1831-40), surgiram pequenas brechas na legislação, que permitiram algumas concessões ao ingresso de trabalhadores europeus no território brasileiro, reafirmando a crença numa política de importação de mão de obra, desde que não subsidiada pelo governo. Uma delas foi a isenção do imposto de ancoragem para navios que transportassem colonos, desde que fossem brancos, evidentemente. Por exemplo, o artigo 18 da Lei 99, de 31 de Outubro de 1835, regulamentado através do Decreto de 18 de Abril de 1836, isentava «as embarcações que conduzirem colonos para o Brasil do imposto de ancoragem», desde que esses colonos fossem brancos, em número superior a cem, «de um e outro sexo, de qualquer País e religião que sejam», independentemente se vindos à sua própria custa, ou à de um empresário ou estabelecimento, ou «para procurarem engajamento nos portos em que desembarcarem». Contudo, para aproveitar os favores da Lei, os Mestres dos navios deveriam apresentar ao Guarda-Mor da Alfândega uma relação nominal dos colonos, onde constasse sexo, idade, estado e profissão, para conferência e realização de observações por escrito, «declarando especialmente se são ou não brancos» (Iotti 2001, 95-6). Ou seja, fica evidente que a preocupação dos legisladores estava, nesse momento, centrada na cor da pele do indivíduo e, conseqüentemente, no branqueamento da população presente no território brasileiro.

3 Não bastava mais ser branco

A isenção do imposto de ancoragem permanecerá no início Segundo Reinado, mas incorporando novas exigências. Não bastava ser branco. Os

navios, para gozarem desse favor, deveriam observar o § 4 do art. 8 da Lei orçamentária nr. 317, de 21 de Outubro de 1843, que estabelecia as qualidades que deveriam apresentar os colonos trazidos a bordo.

Dessa forma, em 26 de Abril do ano seguinte, era publicado o Decreto nr. 356, que, em seu capítulo primeiro, destinava um texto específico à «qualidade dos imigrantes», a saber: deveriam ser robustos, saudáveis e diligentes no serviço em que tiverem se ocupado na sua pátria, de idade entre quatorze e vinte e um anos, em igual número de sexos; e terem sido escolhidos entre criados de servir, lavradores, ferreiros, carpinteiros e pedreiros (Iotti 2001, 103). Admitia-se aos colonos que trouxessem, entre cada três filhos, um menor de quatorze e maior de seis anos. Poderia «também ser descontada a ancoragem por passagem de Colonos até cinquenta anos, uma vez que tragam consigo filhos, ou filhas em número tal, que contando-se cada filho por quatro anos, principiando a conta pelos vinte e um anos, tenham pelo menos a idade de trinta e sete anos» (Iotti 2001, 103-4). A mesma sorte não tinham as mulheres solteiras desacompanhadas. Pior ainda se viajassem em camarotes. O governo imperial não queria confusão às suas custas, pois, segundo os padrões da época, mulheres viajando nessa situação, na maioria das vezes, era sinônimo de prostituição.

Outra preocupação que existia, de acordo com esse Decreto, era com a seleção dos colonos, que deveria ser realizada ainda nos países de origem. Não bastava ser europeu, para ser aceito em terras brasileiras; eles deveriam adequar-se a determinados critérios, que seriam atestados por Cônsules, Vice-cônsules, Ministros brasileiros ou quaisquer outros Agentes de Colonização. Entre esses critérios estavam: terem conhecimento do Regulamento; «saberem as obrigações que lhes impõe; sujeitarem-se a todas, e expressa, e nomeadamente a espécie de trabalho que vêm prestar»; «o nome, morada do amo com quem tiverem servido, e atestado deste sobre sua conduta»; «mostrarem-se em culpa os maiores de dezessete anos»; e, finalmente, «terem já tido bexigas,⁶ ou sido vacinados» (Iotti 2001, 104). Enfim, a lei estabelecia um controle de qualidade sobre quem poderia ou não imigrar para o Brasil. Como se isso não bastasse, os colonos deveriam assumir uma série de compromissos, o que os tornava uma mercadoria fácil ao alcance dos interessados em substituir a mão de obra escrava, na medida em que não poderiam, por um período de três anos:

1. Retirar-se para fora da Província para onde tivessem vindo.
2. Comprar, aforar, arrendar, ou adquirir o uso de terras por qualquer título que seja.
3. Estabelecer casa de negócio, ou administrá-la, ser caixeiro, ou vender de porta em porta. (Iotti 2001, 105)

6 Bexiga é o nome como popularmente é conhecida a varíola.

Dessa forma, o governo brasileiro pretendia exercer um duplo controle sobre os imigrantes: o de qualidade e o de impossibilitá-los de tornar-se proprietário ou um trabalhador autônomo.

4 Os agentes consulares brasileiros como ferramentas para a imigração

Através da análise da legislação, é possível perceber que o corpo consular do Império brasileiro em exercício na Europa parece ter exercido um papel de destaque na seleção e importação de imigrantes. O Decreto nr. 520, de 11 de Junho de 1847, que manda executar o novo Regulamento Consular do Império, no seu art. 227, evidenciava que, entre outras, a tarefa de um cônsul exigiria que ele se esmerasse «em indagar se no seu Distrito há homens robustos, trabalhadores e diligentes no serviço de que se encarregam, e que estejam dispostos a emigrar» (Iotti 2001, 108). De preferência, as autoridades brasileiras deveriam escolher «entre os criados de servir, lavradores, ferreiros, carpinteiros e pedreiros e mais ofícios mecânicos, preferindo os de idade entre 14 e 30 anos, em número igual de sexo e casados» (Iotti 2001, 108).

5 A iniciativa privada assume o protagonismo

A promulgação da Lei nr. 514, de 28 de Outubro de 1848 (art. 16),⁷ concedendo terras devolutas às províncias, representou uma nova tentativa de compartilhar com os governos provinciais a tarefa da colonização, a exemplo da ocorrida em 1834. A partir dessa data, as colônias oficiais se dividiram em imperiais e provinciais. Porém, a falta de recursos dos governos provinciais fez com que estes se associassem à iniciativa privada, estimulando a criação e a atuação de companhias de colonização. Dois outros importantes fatores estimularam a participação da iniciativa privada na introdução de imigrantes europeus: a Lei nr. 581, de 4 de Setembro de 1850, proibindo o tráfico e a entrada de escravos no território brasileiro, fazendo com que a busca de mão de obra livre se tornasse uma necessidade para a lavoura cafeeira e para a agricultura nacional. E o outro fator foi a Lei de Terras, promulgada nesses mesmos mês e ano,

7 Art. 16: «A cada uma das Províncias do Império ficam concedidas no mesmo, ou em diferentes lugares de seu território, seis léguas em quadra de terras devolutas, as quais serão exclusivamente destinadas à colonização, e não poderão ser roteadas por braços escravos. Estas terras não poderão ser transferidas pelos colonos enquanto não estiverem efetivamente roteadas e aproveitadas, e reverterão ao domínio Provincial se dentro de cinco anos os colonos respectivos não tiverem cumprido esta condição» (Iotti 2001, 108).

que, entre outras coisas, transformou a terra em mercadoria e criou a Repartição Geral das Terras Públicas. Regulamentada em 1854, através do Decreto nr. 1.318, de 30 de Janeiro, a Lei de Terras também definiu a significação de terras devolutas e aboliu a gratuidade de lotes aos colonos, estabelecendo como único título de posse a compra.

O término da distribuição gratuita da terra e sua transformação em mercadoria despertaram ainda mais o interesse da iniciativa privada, que, diante de um empreendimento potencialmente lucrativo, passou a concorrer com o Estado na implantação de núcleos coloniais. Assim, ao lado das colônias imperiais e provinciais, desenvolveram-se colônias particulares, entre as quais se destacam as colônias de parceria e os núcleos coloniais.

A partir desse período se multiplicaram os decretos aprovando a criação de colônias por particulares e a fundação de Associações e/ou Sociedades Auxiliadoras e/ou Promotoras da Colonização, em cujos estatutos ou contratos apareciam elementos comuns, tais como: a importação de emigrantes morigerados, agricultores e industriais, realizada preferencialmente por famílias, e a proibição do uso de trabalho escravo nas colônias. Mas foi a contar de 1872 que começou a se perceber um maior rigor nas exigências em relação à «qualidade» dos imigrantes que poderiam ser arregimentados na Europa. Em especial, a partir do Decreto nr. 5.128, de 30 de Outubro, autorizando a renovação do contrato celebrado entre o Governo Imperial e John Beaton, para a introdução e estabelecimento de imigrantes, na sua cláusula 2, onde estava posto que:

os imigrantes serão escolhidos dentre os agricultores e trabalhadores rurais do norte da Europa, que provarem moralidade, hábitos de trabalho, perfeito estado de saúde, e idade nunca superior a 45 anos, salvo se forem chefes de família, preferindo-se sempre os que possuírem algum capital. Cinco por cento desses imigrantes poderão ser artesãos. As condições de procedência, profissão, idoneidade, e moralidade dos emigrantes, serão provadas, onde for possível com documentos assinados pelas autoridades locais, autenticados pelos agentes consulares do Brasil, residentes nas mesmas localidades, ou nas cidades mais próximas. Se o Governo deliberar incumbir a agente especial da inspeção, e superintendência deste serviço, por ele, e por seus prepostos serão também autenticados estes documentos. (Iotti 2001, 315)

Essa cláusula foi repetida em todos os contratos assinados até o final do período imperial, sendo que em alguns mudava-se o local de procedência dos imigrantes e a percentagem de trabalhadores de outras profissões; e, em outros, foram acrescidas referências de forma bastante explícita quanto ao não pagamento das passagens para «menores de 4 anos e os maiores de 45, e bem assim as mulheres solteiras, que não forem filhas de família» (Iotti 2001, 421).

Com a análise dessa legislação, é possível concluir que o Império brasileiro tratou a imigração como um negócio de Estado e, para tanto, traçou uma política bem montada e estruturada. Essa política variou no decorrer dos anos, mas manteve o foco em alguns dos seus principais objetivos: introduzir imigrantes europeus na tentativa de atender à substituição da mão de obra escrava, à colonização de suas terras devolutas e ao branqueamento da população. Através da importação de brancos considerados «laboriosos e morigerados», o Império esperava livrar-se do estigma de se tornar um país de negros.

Bibliografia

- Balhana, Altiva Pilatti et al. (1969). «Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização». *Anais do IV Simpósio Nacional de Professores Universitários de História*. São Paulo: [s.n.], 37.
- Giron, Loraine S.; Bergamaschi, Heloisa (1996). *Colônia: um conceito controverso*. Caxias do Sul: EDUCS.
- Iotti, Luiza Horn (ed.) (2001). *Imigração e colonização: legislação de 1747-1915*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS; Caxias do Sul; EDUCS.
- Lazzari, Beatriz Maria (1980). *Imigração e ideologia: reação do parlamento brasileiro à política de colonização e imigração (1850-1875)*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Universidade de Caxias do Sul.
- Ortiz, Renato (1986). *Cultura brasileira e identidade nacional*. 2a ed. São Paulo: Brasiliense.
- Petrone, Maria Theresa (1987). «Política imigratória e interesses econômicos (1824-1930)». *Emigrazione europea e popolo brasiliano = Atti del Congresso euro-brasiliano sulle migrazione*. Roma: Centro Studi Emigrazione, 257-69.
- Quirino, Célia G; Montes, Maria Lúcia (1992). *Constituições*. 2a ed. São Paulo: Ática.
- Roche, Jean (1969). *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, vol. 2. Porto Alegre: Globo.

Mobilidade humana e circularidade de ideia

Diálogos entre a América Latina e a Europa

editado por Luis Fernando Beneduzi e Maria Cristina Dadalto

Brasileiros em Portugal e nos Estados Unidos

Semelhanças e diferenças nos dois destinos

Sueli Siqueira

(Universidade Vale do Rio Doce, Brasil)

Maria Lucinda Fonseca

(Universidade de Lisboa, Portugal)

Mauro Augusto Santos

(Universidade do Vale do Rio Doce, Brasil)

Patrícia Falco Genovez

(Universidade Vale do Rio Doce, Brasil)

Abstract Presents the migratory experience of Brazilians in Portugal and the United States putting in Brazilian narratives relief in post-crisis period 2008. In this period along with increased enforcement action by immigration agents in the United States there was an expansion in the sense of fear and insecurity undocumented. This situation had as an ingredient in both destinations, the economic crisis and with it the loss of jobs and, for many, the return to Brazil.

Sumário 1 Introdução. – 2 Estados Unidos e Portugal. O início do fluxo. – 3 Os emigrantes e seus destinos. Quem são eles e por que migram? – 4 A vida no destino. Trabalho e lazer. – 5 Retorno e permanência. – 6 Estados Unidos e Portugal. Semelhanças e diferenças. – 7 Considerações finais.

Keywords International migration. Economic crisis. Portugal. United States.

1 Introdução

Os dados do Censo (2010) apontam os Estados Unidos e Portugal como os principais destinos dos emigrantes brasileiros. É na década de 1960 que tem início o movimento dos primeiros emigrantes brasileiros, localizados na cidade de Governador Valadares, com destino aos Estados Unidos em busca de trabalho. Esses primeiros migrantes foram pontos iniciais de uma rede que deu sustentação ao um fluxo intenso nos anos de 1980.

Fonseca e McGarrigle (2014) destacam que, até os anos de 1980, imigrantes brasileiros em situação regular em Portugal estavam em torno

Diaspore 7

DOI 10.14277/6969-122-5/DSP-7-7

ISBN [ebook] 978-88-6969-122-5 | ISBN [print] 978-88-6969-123-2 | © 2017

de 10% do total de estrangeiros; no entanto, no final dos anos de 1990 e início do século XXI, esse percentual aumentou para 25%. Atualmente os brasileiros constituem o maior grupo de estrangeiros em Portugal.

Muitos emigram, fazem poupança, retornam e fazem investimentos produtivos em suas cidades de origem, conseguindo melhorar sua situação econômica. Outros retornam e investem; contudo, por várias razões, não conseguem permanecer e acabam por retornar à condição de emigrante (Siqueira 2009).

Em que se distingue e se assemelham esses dois fluxos? A partir de dados coletados nos Estados Unidos - Connecticut e Massachusetts - e Portugal,¹ com a aplicação de 120 entrevistas formais e 23 entrevistas em profundidade em cada um dos destinos, e 120 entrevistas formais e 23 em profundidade na origem (Região de Governador Valadares), buscou-se compreender, neste artigo, os fatores que definem o destino, as diferenças e semelhanças no que diz respeito ao projeto migratório, à inserção no mercado de trabalho e ao retorno ou à permanência.

Inicialmente apresentamos uma retrospectiva histórica do início do fluxo de brasileiros para os Estados Unidos e Portugal, seguida de uma discussão sobre o perfil desses migrantes, mostrando também como vivem e suas perspectivas e projetos, e o efeito da crise em seus projetos de retorno ou permanência, destacando as semelhanças e diferenças desses dois destinos.

2 Estados Unidos e Portugal. O início do fluxo

Os primeiros emigrantes laborais da região de Governador Valadares que partiram rumo aos Estados Unidos datam da década de 1960. Estudos realizados por Siqueira, Assis e Campos (2010) demonstram que um dos elementos que propiciaram o início do fluxo foi o intercâmbio de estudantes da Escola de Inglês fundada em 1960 pela esposa de Mister Simpson, Dona Geraldina Simpson.

Richard Simpson, conhecido na região como Mister Simpson, era um dos engenheiros americanos que chegaram a Governador Valadares em 1942, para trabalhar na ampliação da Estrada de Ferro Vitória a Minas. Findas as obras, todos os trabalhadores americanos deixaram a cidade; contudo, a família Simpson aqui permaneceu, tornando-se personagens importantes na vida social e política da cidade. Abriram uma escola de inglês e estabeleceram o intercâmbio cultural com os Estados Unidos. Ao retornarem, os primeiros intercambistas relataram as grandes possibilidades de trabalhar

1 Banco de dados da pesquisa «Ligações Migratórias entre a região de Governador Valadares e Portugal», financiada pelo programa CAPES/FCT, Edital 021/2012.

e ganhar dinheiro naquele país. Com base nessas informações, dezessete jovens emigram com visto de trabalho na década de 1960. Eram de classe média alta, tinham o segundo grau completo e estavam na faixa etária de 18 a 27 anos. Esses primeiros emigrantes davam o suporte necessário para os que desejavam emigrar e foram os primeiros pontos da rede que se espalhou por toda a região, configurando, ao longo das décadas seguintes, um fluxo migratório que marcou e ainda marca o território de origem e de destino (Siqueira, Assis, Campos 2010).

Podemos considerar que esse fato foi um elemento importante na configuração do fluxo; contudo, não podemos desconsiderar outros fatores, como o contexto histórico e econômico da região de origem e de destino. Na década de 1960, a cidade e a região estavam em plena decadência econômica. A pouca perspectiva de trabalho e renda na origem e a possibilidade de trabalho com ganhos superiores aos locais, no mercado de trabalho secundário, nos Estados Unidos, sustentaram e ampliaram esse fluxo, formando redes sociais que minimizavam os constrangimentos da emigração, tanto para os que emigravam com visto de trabalho quanto para os irregulares.

A crise econômica que se abateu sobre a economia brasileira na década de 1980 estimulou ainda mais a emigração. Segundo Soares (1995), a segunda metade dessa década configura-se, pela primeira vez, um fluxo de movimento de brasileiros para os Estados Unidos, que foi denominado de *boom emigratório*. Ao longo dos anos, esse fluxo tem sido contínuo, com algumas reduções e crescimentos em função das crises econômicas na origem e destino.

Até a década de 1980, a emigração do Brasil para Portugal era pouco expressiva, sendo que, em 1981, segundo dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), apenas 4.349 brasileiros dispunham de autorização de residência em Portugal. A partir de meados dessa década, teve início a chamada *primeira vaga* da migração brasileira para Portugal, constituída por profissionais na área do marketing, informática, saúde (especialmente dentistas) e outros trabalhadores altamente qualificados que acompanharam o aumento do investimento brasileiro em Portugal, verificado após a entrada de Portugal para a Comunidade Econômica Europeia, em 1986 (Malheiros 2007).

Nos anos de 1990, emergiu uma nova *vaga migratória*, com um crescimento muito rápido, constituída principalmente por trabalhadores com baixos níveis de qualificação, dos setores da hotelaria e alimentação, construção civil e trabalho doméstico, ou seja, no mercado de trabalho secundário.

3 Os emigrantes e seus destinos. Quem são eles e por que migram?

Segundo os dados do Censo 2010, os brasileiros emigraram para 193 países do mundo, sendo que os principais destinos foram: Estados Unidos (23,8%), Portugal (13,4%), Espanha (9,4%), Japão (7,4%), Itália (7%) e Inglaterra - Reino Unido - (6,2%). Diferentemente dos Estados Unidos, em Portugal os brasileiros são hoje a maior população estrangeira a residir legalmente.²

Os dados coletados nos permitem destacar que tanto nos Estados Unidos quanto em Portugal há um equilíbrio entre homens e mulheres, que, em sua maioria, emigraram jovens, na faixa etária de 18 a 40 anos. Em relação à escolaridade, as diferenças não são significativas, possuindo, em sua maioria, entre 8 e 12 anos de escolaridade.

A maioria dos entrevistados - EUA (82%) e Portugal (66,7%) - emigrou apenas uma vez. Destaca-se que, dentre os entrevistados que emigraram para Portugal, 33,3% emigrou mais de uma vez, sendo os Estados Unidos o destino anterior da maioria deles. Esses dados nos permitem considerar que as dificuldades de entrada nos Estados Unidos, dentre outros fatores, redirecionaram o destino desses emigrantes, como pode ser observado no relato de Mario,³ que, por não se adaptar ao seu território de origem, opta por uma nova emigração para Portugal:

depois que cheguei, não conseguia nada [...], trabalho pra ganhar merreca [ganhar pouco] eu não queria, voltar era difícil, pela fronteira é caro e não queria mais não, então tinha meus primos em Cascais aí resolvi tentar. [...] não é a mesma coisa, mas é melhor do que lá [Brasil, Mantena]. (Mário, 32 anos, Portugal)

A possibilidade de melhorar as condições econômicas foi a principal motivação para emigrar, tanto para os que seguiram o fluxo dos Estados Unidos (58%) quanto para Portugal (46,8%). Outros apontaram como principal motivo encontrar ou acompanhar familiares. Este é o motivo indicado por 20,7% dos que emigraram para Portugal e apenas 1,2% dos que emigraram para os Estados Unidos. Esses dados nos dão um indicativo de que a emigração para Portugal tem um caráter mais familiar, quando comparada com a que se destina aos Estados Unidos.

Nos dois destinos, as redes sociais, que envolvem amigos e parentes, foram fundamentais para a realização do projeto migratório. Entre os emi-

2 Serviço de Estrangeiros e Fronteiras 2008.

3 Para preservar a identidade dos informantes, todos os nomes utilizados no artigo são fictícios.

grantes, em Portugal, 66,7% declararam que conseguiram seu primeiro trabalho através de contato com conhecidos e, entre os emigrantes nos Estados Unidos, 68,2% fizeram a mesma declaração.

Apenas 4% do grupo de emigrantes analisado estava desempregado ou passando por situação de privação dos bens essenciais à vida. Mas a falta de perspectiva de melhorar suas condições econômicas e a percepção da possibilidade de realizar seus projetos de consumo em um tempo menor do que se permanecessem na origem, foram os principais motivadores do movimento migratório. As redes sociais são componentes importantes desse processo, pois, através delas, circulam as informações sobre o local de destino e a indicação de todos os passos para emigrar, além do acolhimento na chegada.

4 A vida no destino. Trabalho e lazer

Nos Estados Unidos, a maioria (43,7%) residia com conhecidos, amigos ou cônjuges de relacionamentos estabelecidos no destino. Em Portugal, 46,8% do grupo estudado residia com a família nuclear que emigrou junto ou com a qual se encontraram no destino, o que indica uma migração familiar. Apesar disso, é interessante destacar que 28,8% afirmaram ter deixado filhos no Brasil.

Tanto nos Estados Unidos como em Portugal, os emigrantes do grupo estudado trabalhavam no mercado secundário, em uma jornada diária de 10 a 12 horas em média. As principais atividades eram: serviços domésticos, construção civil e setor de alimentação.

O lazer é um aspecto que diferencia os dois grupos, como pode ser observado no relato de Margarida e de Elena.

É vergonhoso falar, mas eu nessa idade nunca tinha ido ao cinema (risos), verdade! Aqui que eu vou com as amigas [...] lá num tem, e nunca animei ir a Valadares. (Margarida, 45 anos, Portugal)

[...] nossa, aqui eu viajo muito. Já fui em Paris, Londres, Madri, Salamanca. Isso sem falar aqui em Portugal. Sintra, Cascais, conheço tudo [...], lá num tinha isso, nem pensava nisso. [...] É mais fácil, mais barato. (Elena, 38 anos, Portugal)

Margarida trabalha 10 horas por dia em um restaurante em Cascais, mora na periferia da cidade e considera que sua vida é bem melhor em relação à que vivia na sua cidade de origem. No Brasil, trabalhava como empregada doméstica e não conseguia ganhar o suficiente para o sustento da família, dependendo da ajuda de amigos e parentes. Como Margarida, muitos outros emigrantes brasileiros que saíram de uma condição econômica

precária, passaram a ter acesso a bens e serviços que não tinham em sua cidade de origem. A experiência de viverem em uma cidade com acesso, mesmo que esporádico, a bens que muitas vezes nem tinham conhecimento de que existiam, torna, na opinião dos entrevistados, a qualidade de vida superior que em seus locais de origem.

Em relação às dificuldades de viver no país de destino, destaca-se que 28% dentre os que emigraram para Portugal e 27% dos que emigraram para os Estados Unidos afirmaram que a saudade do país e das pessoas é a maior delas. Conseguir emprego, mais recentemente devido à crise na economia, foi considerado por 29% dos entrevistados que emigraram para Portugal e 23% para os EUA como empecilho para realizar seu projeto migratório. Destaca-se que a falta de documentação (35%) e o não domínio da língua inglesa (31%) foram as maiores dificuldades relatadas pela maioria dos entrevistados que se destinaram aos EUA.

Para 17% dos que emigraram para Portugal e 4% para os EUA, o preconceito do nativo em relação ao brasileiro foi apontado como um dos constrangimentos que dificultam a vida no destino. O não entendimento da língua pode ser uma das barreiras para perceber o preconceito. No relato de Ananda, que viveu a experiência migratória nos dois lugares, podemos constatar isso.

Lá [EUA] eu trabalhava muito, não saía, tinha medo da Imigração, era só ouvir uma sirene que já fica nervosa [...] não conseguia ler e fica, assim, tudo é difícil [...]. Aqui é tudo mais tranquilo, é como se estivesse no Brasil. [...] preconceito eu num lembro não [...] sempre fui tratada com educação. Os americanos, sabe, são muito educados [...], portugueses não, xinga e grita. [...] brasileira aqui tem fama ruim, umas vinheram e fizeram coisas erradas aí todas levam a fama [...]. (Ananda, 45 anos, Portugal)

As principais atividades de trabalho entre os homens nos dois destinos são na construção civil e em restaurantes; entre as mulheres, no serviço doméstico. Em Portugal, a maioria (88,3%) dos entrevistados trabalhava para portugueses. Já nos Estados Unidos, 68% trabalhavam para brasileiros. Em Portugal, a renda era de 400 a 800 euros mensais (50,5%). Já para os que se destinaram aos Estados Unidos, a renda mensal era entre 1.500 a 3.500 dólares mensais (49,7%).

A crise econômica e financeira reduziu não só o valor das horas de trabalho como também a disponibilização de postos de trabalho. Nesse sentido, a rotatividade aumentou, o trabalho fixo ficou mais escasso e as atividades esporádicas e com salários menores passaram a ser aceitas. O relato dos emigrantes Eliseu e Euler, nos dois destinos, demonstra essa consideração.

Quando cheguei estava bom, trabalhava em dois empregos e consegui guardar um pouco, mas agora estou só fazendo bicos [...] tá difícil, a sorte é a Madá ainda ter o trabalho dela, senão sei o que ia ser não. Num quero voltar ainda, mas tá difícil ficar. (Elizeu, 52 anos, EUA)

Tem dois anos e meio que tô sem contrato, só fazendo alguns serviços quando aparece. Viver da segurança social não é fácil, voltar pro Brasil num tem jeito, como? Vou viver do que lá? Minha vida tá toda aqui [...]. Tô conseguindo trabalho em Londres e vou pra lá agora, depois a Jaque vai com as crianças. (Euler, 38 anos, Portugal)

É interessante destacar que, para alguns, a crise afetou pouco o seu cotidiano. Alcides residia em Portugal e planejava retornar para o Brasil. Ele era proprietário de um salão de beleza masculino. Possuía uma casa, um sítio e um salão de beleza no Brasil. Esses bens foram adquiridos depois que emigrou. Com o fechamento de muitos salões e o retorno de cabeleireiros brasileiros, devido à crise, passou a ter mais clientes e propostas de trabalho para permanecer em Portugal. Jonatas, apesar das dificuldades enfrentadas com a crise nos EUA, considerava que retornar seria muito mais difícil:

estou ganhando mais do que ganhava antes e agora trabalho parte do dia no meu salão [...] e outra no salão do português. A proposta foi com muita vantagem, não deu pra recusar. [...] é assim, tá bem melhor agora [...]. Aí como volto? Tá tudo pronto, mas vou ficando por isso. (Alcides, 40 anos, Lisboa)

Não tá fácil [...].Tinha duas casa, perdi uma, a melhor, mas tenho essa, não consigo mais alugar o *basement* [...]. Muita gente foi embora [...], mas eu tô ficando, tô conseguindo manter meu negócio e minha mulher também. Diminuiu muito, mas tá dando pra levar. [...] pensei em voltar sim, mas a dificuldade lá vai ser maior que aqui, num tenho nada lá. (Jonatas, 54 anos, EUA)

5 Retorno e permanência

O desejo de retornar, como afirmam Sayad (2000), Hall (2003) e Margolis (2013), está circunscrito no projeto migratório. Porém, como no caso de Jonatas e Alcides, retornar ou permanecer depende de vários fatores. A conquista de bens, os contatos e relações mantidas e as possibilidades concretas de reinserção em atividades produtivas no local de origem são fatores que pesam na decisão de retornar. Por outro lado, as relações de amizade, a presença da família e principalmente de filhos que nasceram e

criaram no destino, e as condições de trabalho e renda são fatores que pesam na decisão de permanecer.

Entre os entrevistados que viviam em Portugal, 42,3% não pretendiam retornar para o Brasil. Entre os que viviam nos Estados Unidos, esse percentual era de 34%. As razões eram diversas e bem explicitadas nas entrevistas em profundidade, podendo ser destacadas: a conquista de qualidade de vida que não tinham na origem; o estabelecimento de laços afetivos no destino, através do casamento e constituição de família; e a impossibilidade de retornar em melhores condições econômicas.

Dentre os que tinham um projeto claro de retorno – 66% dos entrevistados que vivem nos Estados Unidos e 53,2% em Portugal⁴ – podemos observar que a maioria desejava entrar para o mercado de trabalho (35,2% EUA e 45,6% Portugal). Outros (28,7% EUA e 20,3% Portugal), montar um negócio na cidade de origem.

Esses dados nos levam a refletir sobre as condições de inserção desses retornados no mercado de trabalho. Durante os anos de emigração, eles não se qualificaram para as novas demandas do mercado brasileiro. As experiências adquiridas no exterior não são comprovadas e, assim, não integram o currículo, o que os deixam em desvantagem em relação a outros concorrentes. Como empreendedores, não possuem conhecimento nem experiência sobre administração, na maioria das vezes desconhecendo o mercado no qual desejam entrar ao abrirem seu próprio negócio (Siqueira, Santos 2012).

Dentre as principais dificuldades relacionadas pelos entrevistados ao retorno estão o receio de não encontrar trabalho com salário suficiente para manter seu padrão de vida (37,2% EUA e 28,9% Portugal) e a dificuldade de adaptação (25% EUA e 23,7% Portugal).

6 Estados Unidos e Portugal. Semelhanças e diferenças

Os fluxos migratórios para os Estados Unidos e Portugal, partindo especificamente da região de Governador Valadares, têm início em datas distintas, mas podemos considerar que as motivações são semelhantes, ou seja, a busca de melhores condições de renda. As redes são elementos fundamentais para a manutenção e intensificação do fluxo para ambos os destinos.

Observa-se uma diferença na utilização das redes. Enquanto que, para os Estados Unidos, a referência a amigos é mais frequente, para Portugal a referência é maior com relação a parentes. Outro aspecto que chama a atenção está relacionado à migração com a família nuclear. Dentre os

⁴ Responderam que ainda não tinham uma posição definida quanto ao retorno 4,5% dos entrevistados de Portugal e 5% dos entrevistados residentes nos EUA.

entrevistados para os Estados Unidos, a maioria (62%) emigrou só ou em companhia de amigos, enquanto que, para Portugal, 32% entraram no país nessas condições, e a maioria (63,5%) entrou com a família nuclear ou parte dela. As dificuldades e os perigos da passagem pela fronteira do México ou mesmo os constrangimentos na Imigração Americana provavelmente são fatores que inibem a viagem em grupo familiar.

Para o emigrante brasileiro, a língua é um dificultador nos Estados Unidos e um facilitador em Portugal. Apesar das diferenças e das situações cômicas ou constrangedoras vividas em função do sentido e do significado das palavras, a leitura e o entendimento do português facilitam as tarefas do cotidiano e a entrada no mercado de trabalho em Portugal. Essa é uma razão da possibilidade de ascensão, mesmo que no mercado de trabalho secundário. Ser vendedora em lojas do Shopping, garçom ou garçonete em restaurantes nas regiões nobres ou turísticas é uma experiência vivida por muitos emigrantes. Já nos Estados Unidos, poucos conseguem trabalhar nessas atividades. Dentre os entrevistados que se dirigiram aos Estados Unidos, apenas 12% declararam conseguir compreender, ler e falar fluentemente o inglês. Essa é uma condição que dificulta a inserção em atividades que exigem interação com o público de língua inglesa.

Lilian emigrou pela fronteira para os Estados Unidos e viveu por seis anos sem documentação. Em 2003, foi deportada; ficou por dois anos e meio no Brasil e emigrou para Portugal com seu filho, que, durante o tempo que viveu nos Estados Unidos, ficou com os avós maternos no Brasil. Em sua entrevista, destaca os constrangimentos vividos nos Estados Unidos, seu retorno e sua vida em Portugal. Atualmente possui documento de residência temporária em Portugal e está aguardando seu documento de residência permanente.

Lá [EUA] eu só conseguia trabalhar como *housecleaner*; aqui [Portugal] eu trabalho na Primax, no shopping. [...] aqui a grana é muito menos, mas dá para viver bem, mas não dá pra juntar dinheiro como lá [...], mas eu prefiro aqui pra viver. [...] eu viajo, passeio com a família, lá tinha medo de sair, num podia ir pra outro estado que era perigoso da Imigração pegar a gente [...], depois do *september eleven* tudo piorou [...]. [...] sim, aqui eu consigo ter mais lazer, posso viajar com meu filho, passear na cidade sem medo, eu tenho documentos, já fui em Salamanca, Madrid [...], aqui a gente passeia mais, tem os parques. [...], lá era mais casa de amigos, festinhas de aniversários e a igreja. (Lilian, 42 anos, EUA e Portugal)

Conforme relata Lilian, a possibilidade de lazer é maior em Portugal. Nesse país, 18,6% apontam viagens, 26,1% cinema e teatro e 19,8% museus como atividades de lazer. Dentre os entrevistados que migraram para os Estados Unidos, 2,3% destacam as viagens, 6,1% cinema e teatro e 2,8%

visita a museus como atividade de lazer. A falta de domínio da língua inglesa e de liberdade de mobilidade, em razão de não serem documentados nos Estados Unidos, são constrangimentos que reduzem as possibilidades de lazer dos emigrantes brasileiros nos EUA mais do que em Portugal.

Outro aspecto que realça as diferenças entre os Estados Unidos e Portugal é a percepção do preconceito. Dentre os entrevistados que emigraram para os Estados Unidos, 68,4% afirmaram não perceber nenhum tipo de preconceito e 72,3% afirmam nunca terem sido vítimas de preconceito por parte dos nativos. Diferentemente, em Portugal, 69,7% afirmaram perceber o preconceito e 52% descreveram situações em que foram vítimas de preconceito por parte dos nativos. O preconceito, muitas vezes, é sutil e exige compreensão da língua e da cultura para ser percebido. A falta de domínio da língua e a pouca integração no cotidiano das cidades, nos Estados Unidos - uma vez que a convivência maior é com a comunidade étnica - são provavelmente as razões da não percepção do preconceito.

Dentre os entrevistados que emigraram para Portugal, as mulheres são as que fazem os relatos mais evidentes relacionados ao preconceito, como podemos observar no depoimento de Lilian.

Eu vivia muito entre os brasileiros [nos Estados Unidos], só compreendia o necessário para o trabalho, muitas coisas eu ia pela lógica [...], assim, meio que adivinhava [risos], mas dava pra ver no jeito de olhar, mas igual aqui [Portugal] eu num vi lá não [...], aqui os homens e as mulheres acham que brasileira veio para cá fazer a vida [...], assim ser prostituta, garota de programa. [...] são muitos, já fui ameaçada por mulher de cliente que só por ser educada já achava que tava querendo roubar o marido. É difícil, a gente tem um jeito diferente, acho que é assim, mais carinhosa no jeito de falar que eles não entendem que é da gente e não que estamos dando em cima. (Lilian, 42 anos, EUA e Portugal)

Outro aspecto que diferencia os dois fluxos é a possibilidade de retorno temporário. Mesmo sem as documentações em dia, por exemplo, e sem um contrato de trabalho que possibilite requerer a residência temporária, entre os que residem em Portugal, muitos retornam para visitar parentes ou atender demandas e necessidades da família na origem, pois acreditam que podem retornar sem problemas. É evidente que existem riscos, mas nada comparado aos constrangimentos, dificuldades e custos de entrada nos Estados Unidos.

7 Considerações finais

Em relação aos grupos estudados, podemos considerar que existem muitas semelhanças e diferenças entre os dois fluxos. Dentre as semelhanças,

destacamos as motivações, o perfil do emigrante e os constrangimentos que vivencia no destino. A utilização da rede se diferencia: para os Estados Unidos, predominam as relações de amizade; para Portugal, de parentesco.

Nos dois destinos, os emigrantes se inserem no mercado de trabalho secundário. O idioma é um diferencial na possibilidade de se obter uma ascensão, mesmo que seja nesse mercado. Nos Estados Unidos, poucos são os que têm domínio da língua inglesa. Em Portugal, apesar de alguma diferença de significado de palavras e utilização dos pronomes, a compreensão é plena. Isso possibilita exercer atividades mais visíveis e que exigem a relação direta com o público. Possibilita, também, perceber o preconceito e a discriminação, pouco percebidos pelos que se destinam aos Estados Unidos. A língua, elemento facilitador para os emigrantes em Portugal, também possibilita maior integração no cotidiano da cidade e acesso a atividades de lazer, como teatro, cinema e museus.

A situação em relação à entrada e à documentação para permanência no país é um fator que marca a diferença desses dois destinos. As dificuldades e constrangimentos para conseguir permissão (visto) para entrada nos Estados Unidos e regularização para trabalho e permanência levaram a maioria dos emigrantes do grupo estudado a viver na irregularidade. Essa condição inviabiliza a possibilidade de exercerem atividades mais visíveis e de transitar livremente pelo território, sem correr riscos de deportação. Diferentemente, em Portugal, devido a acordos governamentais e ao idioma, as condições e possibilidades de regulamentação são maiores. Transitar livremente pelo país e até mesmo visitar outros países, ir ao cinema, teatro e museus são atividades de lazer acessíveis.

Os fatores que influenciam a decisão de retornar ou permanecer não se distinguem em relação aos dois fluxos. A crise econômica, as redes de relações estabelecidas no destino, a situação no mercado de trabalho e as possibilidades de renda no destino são definidores dessa decisão, independentemente do destino.

Seja qual for a origem ou o destino, o emigrante é antes de tudo um estrangeiro que se aventura em um território desconhecido, e que, por mais informações que receba antes de partir, sempre será surpreendido por situações inesperadas. A capacidade de se colocar nesse novo território, permanecer ou retornar depende de condições externas, mas também de como cada um vivencia essa experiência.

Bibliografia

- Fonseca, M.L.; McGarrigle, J. (2014). «Immigration and Policy: New Challenges After the Economic Crisis in Portugal». Levine, E.; Vereza, M. (eds.), *Impacts of the Recent Economic Crisis (2008-2009) on International Migration*. Mexico City: Universidad Nacional Autónoma de México, 51-75.
- Hall, Stuart (2003). *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG.
- Maleiros, J. (2007). *A Imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa: ACIDI/Observatório da Imigração.
- Margolis, Maxine L. (2013). *Goodbye, Brazil: Emigrantes brasileiros no mundo*. São Paulo: Contexto.
- Malheiros, J. (ed.) (2007). *Imigração brasileira em Portugal*. Lisboa: ACIDI, 87-111.
- Sayad, Abdelmalek (2000). «O retorno: elementos constitutivos da condição do imigrante». *Travessia*, número especial.
- Siqueira, Sueli; Assis, Gláucia de Oliveira; Campos, Emerson César de (2010). «As redes sociais e a configuração do primeiro fluxo emigratório brasileiro. Análise comparativa entre Criciúma e Governador Valadares». Abreu, Jean Luiz Neves; Espindoloal, Haruf Salmen (eds.), *Território sociedade e modernidade*. Governador Valadares: Univale.
- Siqueira, Sueli (2009). *Sonhos, sucesso e frustrações na emigração de retorno, Brasil; Estados Unidos*. Belo Horizonte: Argvmentvm.
- Siqueira, Sueli; Santos, Mauro Augusto (2012). «Crise econômica e retorno dos emigrantes da Microrregião de Governador Valadares». *Travessia - Revista do Migrante*, 25(1), 70, 27-47.
- Soares, Weber (1995). *Emigrantes e investidores: Redefinindo a dinâmica imobiliária na economia valadarense* [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Mobilidade humana e circularidade de ideia

Diálogos entre a América Latina e a Europa

editado por Luis Fernando Beneduzi e Maria Cristina Dadalto

Intelectuais no exílio: algumas notas sensíveis

Adelia Miglievich

(Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Abstract Darcy Ribeiro tried, in all, 12 years of exile after the military coup in 1964 in Brazil. From fragments scattered accounts of his travels and confessions on the proper exile, I propose the invention of a text capable of linking their statements, as if Darcy had written at once. Return so intellectual theme of exile under the inspiration of Theodor Adorno and Edward Said in order to conclude on the meaning of shifts in 'impaired' experience of exile. I find in Darcy Ribeiro and his openness to 'otherness', which was able to see how 'likeness', the conquest of his human quality that played for him the distance I-other and the historical distance between Brazil and neighboring countries in Ibero-America.

Sumário 1 Apresentação. – 2 Viajar é preciso. – 3 O intelectual e o exílio. – 4 Considerações Finais.

Keywords Intellectuals. Exile. Dictatorship. Darcy Ribeiro. Latin America.

1 Apresentação

Elejo, num amplo leque de intelectuais nalgum dia de sua vida exilados, a figura ímpar do brasileiro Darcy Ribeiro (1922-97). Cientista social, homem público e literato, Darcy ocupou cargos de poder no Governo João Goulart, deposto pelo golpe militar em 1 de Abril de 1964. Criador e reformador de universidades na América Latina, compõe, a partir de 1950, uma específica intelectualidade engajada na elaboração de projetos nacionais e na produção de um pensamento latino-americano crítico e autóctone.

Foram, ao todo, doze anos entre o Uruguai, Venezuela, Chile, Peru e México, com algumas vindas ao Brasil e viagens à Europa, sobretudo a trabalho. Pouco se sabe, ainda hoje, sobre a rica experiência do exílio de Darcy Ribeiro, e esta é a motivação de meu escrito.

Seu banimento do Brasil poderia tê-lo levado a assumir, nos duros anos afastado de suas raízes, a identidade do estrangeiro. Curiosamente, parece ter Darcy Ribeiro feito outra opção, do estranhamento das culturas alheias para a familiaridade; mais do que isso, 'irmandade' para com a espécie humana, onde existissem homens e mulheres mais que tudo amigos que aprenderia a fazer em sua itinerância com ênfase à América Latina.

Diaspore 7

DOI 10.14277/6969-122-5/DSP-7-8

ISBN [ebook] 978-88-6969-122-5 | ISBN [print] 978-88-6969-123-2 | © 2017

Noutras palavras, Darcy torna próxima a alteridade, *semelhante*, devido a ambas as convicções: humanista e latino-americanista. Acreditou na unidade latino-americana, na Pátria Grande de Simon Bolívar, desta vez a incluir o Brasil. Desejou ver *Nuestra América*, de José Martí.

Recusando-se a viver o exílio na Europa, fez questão de transformar em ‘casa’ cada nação latino-americana que o acolheu. Viveu amores, falou deles abertamente, sobretudo cativou amizades de toda a vida, responsáveis por tornar as paisagens estrangeiras menos inóspitas. Sentiu, contudo, intensamente saudades do Brasil e da língua portuguesa. É um dado revelador que jamais falou fluentemente qualquer outro idioma, embora tenha cultivado, como etnólogo, as línguas indígenas no subcontinente.

Voltou ao Brasil, antes da anistia, duas vezes. A primeira, no início de 1968, com a esperança de uma mudança no cenário de exceção, entusiasmado com os estudantes nas ruas enfrentando a repressão. Um ato explícito de ingenuidade, uma vez que, no Brasil, foi em pouco tempo preso. Na prisão militar, permaneceu por nove meses sem chegar a ser julgado, até que retorna ao exílio.

Quando volta ao Brasil pela segunda vez, pensava que fosse morrer. Estava na Europa, pois havia sido convidado para uma palestra em Lisboa. Passou mal e foi diagnosticado com câncer no pulmão. Implorou para que pudesse se submeter à delicada cirurgia de extração de um dos pulmões no Brasil. A negociação é difícil, até que os militares autorizam sua entrada no país. É operado e sobrevive. Sua convalescença se dá sob pesada segurança militar, até que é novamente expurgado.

Proponho aqui uma experiência de escritura. Com base em fragmentos de relatos esparsos sobre suas viagens e confissões do exílio propriamente, invento um texto que nada mais é do que uma tessitura de depoimentos, alguns dados em entrevistas, como se Darcy os tivesse escrito de uma só vez. Ouso misturar tempos. Tendo a pensar em Darcy bastante cômico de que suas palavras seriam ouvidas após sua morte e, admitindo seus ‘pecados’, mesmo assim deixava para a posterioridade uma mensagem coerente, como se o dito da juventude nunca tivesse sido totalmente desdito na maturidade, ou como se o Darcy velho não estivesse tão distante do jovem aventureiro, como se declarou.

Tecerei o texto na primeira pessoa, usando, pois, palavras do próprio Darcy, raras vezes por mim parafraseadas. O texto darcyniano me permitirá, num segundo momento, visitar a condição do intelectual no exílio, um ser inquieto, inconformado, deslocado, obrigado a refazer a si mesmo e sua compreensão do mundo na experiência ‘prejudicada’ (Adorno 2008) de estar longe de casa.

2 Viajar é preciso

Escrever confissão é se explicar, justificar. Na escala cósmica, é pura besteira. Vadiagem. Na escala humana, é vaidade. Mas existo, confesso, e quero que me vejam. Estas *Confissões* são como quem dá um grito parado: «Olhe, povo. Estou aqui. Já estou indo. Vou-m'embora. Enfrentei a vida com coragem, inocência e gozo. Ajudou-me muito a noção outra de que me viro, de tudo me safo. Ajudou também a compreensão de que aquilo que não tem solução, solucionado está. Ajudou, inclusive, minha ousadia aventureira, de lançar-me sempre em busca de novos caminhos, sem perder tempo e energia com lamentações».

Minhas primeiras viagens para fora do Brasil estão ligadas às atividades de etnólogo e de indigenista. A primeira dessas viagens se deu em 1951, ao altiplano andino. Fui de avião para Lima e lá passei dois dias olhando a beleza das casas antigas e a feiúra das novas que estavam sendo construídas.

Dali fui com o terninho que eu usava no Rio de Janeiro para o frio de 4 mil metros de altura de La Paz. Eu o senti primeiro como uma agressão, ainda dentro do avião, de que custei a sair. Saí correndo para o aeroporto e fiquei encolhido como um pinto molhado diante de uma enorme lareira, esperando que me procurassem. Como ninguém me procurou, tomei um táxi e pedi para ir para o melhor hotel. Lá perguntei se havia aposento reservado para o delegado do Brasil. Havia, mas ele não tinha chegado, me informaram. «Chegou sim, sou eu».

Fiquei uns dias mais na Bolívia para fazer observações por conta própria. Aceitei um convite de um dono de minas de estanho e fui a Oruro num carro Rolls-Royce, colocado sobre trilhos, em companhia de um assessor de relações públicas norte-americano. Fiquei hospedado com ele e, em sua companhia, vi com horror a saída de milhares de mineiros do fundo da mina, que é como se saíssem do fundo da terra. Cobertos de poeira, magros, esqueléticos. Pareciam mais bichos da terra que gente mesmo.

Na casa bem montada do tal assessor, fui bem atendido por suas duas criadas índias troncudas. O que me impressionou também foi o armazém que provia os engenheiros e o pessoal bem pago das minas. Nunca tinha visto tanta fartura de tanta coisa boa e cara. Eram conservas, queijos, bebidas, perfumes, tudo o que se imaginasse a bom preço, para quem ganhasse bom salário.

Na ida para Oruro, paramos no meio do caminho, a meu pedido, para ver o que havia ali. Era uma ruína de alguma construção colonial, onde se abrigava contra o vento feroz uma família índia. Ali, no meio daquele deserto, aquela gente fugindo da ventania gelada me deu o retrato da dureza que é a vida dos índios do altiplano.

O México deslumbrou-me como deslumbra a todos. O palácio presidencial, com seus enormes painéis de Rivera, me impressionou muito. Num deles, está escrito: 'Pobre México, tan lejos de Dios, tan cerca de América'. Visi-

tei também, detidamente, a UNAM, o mais belo campus universitário que conheci, de excelente arquitetura e de fidelidade fígadal à mexicanidade.

No México, fiz muitos amigos. Fui, depois, muitas vezes lá, que é para mim uma segunda pátria, onde me sinto em casa, e gosto muito de seu povo índio, de sua civilização em três dimensões: a asteca das pirâmides, a colonial das igrejas e a moderna da UNAM. Mas amo esse país, principalmente, pela amizade que os mexicanos sempre dedicaram a mim. A mim e aos exilados todos que lá caíram. Esse é um belo pendor mexicano, que vem dos tempos em que acolheram milhares de intelectuais espanhóis, que deram uma contribuição fundamental para a cultura mexicana, atitude que depois estenderam a todos nós, latino-americanos perseguidos.

Sofri, na minha primeira viagem ao México, meu primeiro terremoto. Mais tarde, fiquei doutor em terremotos e nos terrores que eles provocam. Vi o mundo ruir, porém, foi em Lima. Aprendi naquele terremoto uma coisa. É que a terra, ao *crujir*, como dizem os espanhóis, comprimida pelo terremoto, faz um barulho cem vezes maior e mais assombroso do que as trovoadas de tempestade. É a Terra mesma revolvendo-se.

Fui não sei quantas vezes à Europa; muitas. A primeira vez, em 1954, à Suíça, a convite da Organização Internacional do Trabalho. Uma boa experiência, naquela viagem, foi encontrar, em Berna, um garçom cearense que lá estava havia vinte anos. Saiu comigo na hora de folga para me mostrar a cidade. Era já bernabês, ou lá o nome que tenha.

Fui ter, afinal, em Paris. Fui depois ao Museu do Homem, que me horrozou. O museu todo me deu a impressão de que foi feito pela rainha Vitória para mostrar a grandeza do mundo dela. Exagerava a valer, exibindo tudo o que mostrasse os extraeuropeus como selvagens. Por exemplo, os Maori, gente tão bonita e que tem tatuagens tão lindas, eram apresentados como amostra de selvageria. Fui de selvagem em selvagem, muito danado com aquela forma de montar um museu.

Gosto muito de ir à Espanha. Não tanto de Madri. Gosto mesmo é de Barcelona, principalmente de seu mercado de Rambla, o melhor que vi na vida, pelos peixes frescos e coloridos frutos do mar, pelas verduras e frutas, entre elas um melão que cheira a um quarteirão de distância e ainda me cheira nas ventas. Mais ainda gostei de Granada, com sua presença árabe tão veemente. Mostra da grandeza e fineza do poderio sarraceno.

Em Abril de 1964, me vi no exílio junto com Jango no Uruguai. Saí de Brasília para o Rio Grande do Sul e dali, num pequeno avião, seria levado por amigos para Buenos Aires. O avião, porém, aterrissou em Salto, estado situado a 500 quilômetros de Montevideú, e, diante das tropas da polícia do Uruguai, num rompante, pedi asilo político.

Durante os primeiros anos, pensei sempre que aquele seria um exílio de seis meses. Na verdade, foi longuíssimo, alongando-se pela Venezuela, Chile e Peru e me levando também em viagens de trabalho a muitos países europeus. A opção de ficar na América Latina, recusando as oportunidades

de ir para Paris ou Roma, foi a decisão mais sábia que fiz na minha vida. Ela me possibilitou a reconstrução de mim mesmo como intelectual. Na Europa, teria continuado minha etnografia indígena como um mero etnólogo de gabinete e viveria sempre sob o risco de me converter num basbaque, como acontece com tanta gente. Em lugar disso, no Uruguai, me fiz um brasileiro mais consciente e aprendi a ser latino-americano.

Mario Cassinone, reitor da Universidade da República Oriental do Uruguai, nomeou-me imediatamente professor de Antropologia. Dava minhas aulas no maior silêncio que tive na vida. Sabia-se que, perdendo uma palavra que fosse do meu portunhol, a frase desabaria. Nunca tive alunos tão atentos.

O exílio é uma experiência terrível... Para todos, o exílio é sofrimento. Para mim, o exílio foi ruim, mas suportável. O exílio me foi mais leve do que para muitos companheiros de desterro. Prossegui também na militância política, tanto junto com meus companheiros brasileiros, especialmente Jango e Brizola, como junto aos governos latino-americanos que mais se esforçaram para romper com a dependência e com o atraso.

Mas os primeiros meses de exílio foram desesperantes, tanto que eu ocupava quase todo o meu tempo lendo livros de ficção científica para alimentar a fera de minhas frustrações. Li centenas deles. Também ia à casa de Brizola participar do circuito paranoico do exílio. Uns dez homens coexistiam ali, tensos, falando de um contragolpe que se tornava cada vez mais inverossímil. A notícia de uma placa que caíra, logo de manhã, de uma loja em Porto Alegre se tornava uma placa de Brasília que caíra na cabeça de um coronel, ao fim da tarde.

Em Montevideú, escrevi a parte maior das minhas teorias antropológicas. Lá também esbocei meus primeiros dois romances. Nunca tive anos tão tranquilos e tão fecundos. No discurso de despedida, eu agradei aos uruguaios o amparo e ajuda que me haviam dado.

Fui a Cuba, estive com Che e com Fidel. Viajei para Moscou e lá passei uns dias. Moscou me espantou principalmente pelo que espanta a todos: o Kremlin. Foi impossível não ver os milhares de quilômetros de prédios e apartamentos feitos pela mesma mão, feíssimos. O Kremlin, ao contrário, é obra única no universo. Indescritível.

Quando retornei ao Uruguai, recebi a ordem de não mais viajar nem para a Argentina, ao lado. Nenhum navio me levaria para lugar algum, com medo de não ter onde me deixar, um apátrida que não poderia descer em solo algum.

Em 1968, a saudade, porém, foi mais forte. Sabia dos estudantes nas ruas, correndo risco de vida, acreditei na força deles a desafiar a ditadura. Não aceitei ficar de fora, em segurança. Voltei para o Brasil e fui preso, para nove meses depois ser libertado, obrigado, novamente, a sair de meu país.

Fui recebido em Caracas, que parecia a Praça Mauá, um povo igualzinho ao brasileiro. Fui trabalhar na reforma da Universidade Central da

Venezuela. Os militares brasileiros pressionavam o governo venezuelano para não me deixar ficar. Uma corajosa venezuelana, porém, em seu programa de TV, denunciou a perseguição e então, depois de meses, recebi meu visto permanente.

Aceitei partir para o Chile e trabalhar como assessor de Salvador Allende. Nunca participei de um empreendimento tão radical e tão generoso. Ali repensávamos com ousadia o mundo que era e planejávamos, ainda mais ousadamente, os mundos que deveriam ser.

Antes de Allende cair, lançando-se sobre o Chile um tempo de escuridão, eu já havia partido para o Peru. Velasco Alvarado fazia, de um modo muito diferente de Allende, um governo em que eu enxergava uma via mais plausível de combate às oligarquias e ao poderio estrangeiro na América Latina. Trabalhei lá como representante da UNESCO. Numa das férias, fui à Europa e estava em Portugal quando passei mal. Internado, descobri que tinha câncer num dos pulmões. Desesperado, implorei para morrer no Brasil e deixei meus amigos loucos. Os militares também; acreditando que eu morreria, permitiram que eu viesse para a cirurgia que me arrancaria um dos pulmões. Cheguei ao Galeão e, desde o avião, fui escoltado. No carro dos 'milicos', pedi a um deles que, ao me levar para o hospital, passasse antes pela Avenida Atlântica, que me devolvia Copacabana, o Rio de Janeiro, o Brasil.

Ainda na convalescença, fui mandado embora novamente. Segundo os próprios militares, não poderiam mais me garantir a segurança física, e não eram poucos os irascíveis inimigos políticos inconformados de eu receber meu tratamento no Brasil. Voltei para o Peru, mas era outro país, então. Velasco já não tinha forças. Meu trabalho estava condenado. Parti, a convite, para o México. O presidente Echeverría já me dera prova de grande amizade. Ele enviara um professor da Universidade Autônoma do México para me localizar no Chile, depois da queda de Allende. O professor me procurou em vão nas prisões e nos depósitos de cadáveres, aos milhares. Mas eu estava a salvo em Lima. Emociono-me ao me lembrar disso.

Enquanto viajo e trabalho, sinto saudades do Brasil e penso sobre o que acontece por lá. Mas faço a cada dia, mesmo sentindo enorme falta do som anasalado de nossa língua portuguesa, meus os irmãos latino-americanos. Entendo que a ética é o motor que me move na ação política, e a única alternativa a ela é a indiferença. Não sou indiferente. Aos meus amigos, no Brasil, peço, por favor: cuidem-se bem e se tranquilizem, porque nossa munção principal, hoje, é a lucidez, o ardor e a paciência.

3 O intelectual e o exílio

Edward Said denominou o século XX de «era do refugiado, da pessoa deslocada, da imigração em massa» (2003, 47). Recorda que o exílio tem

sua origem na velha prática do banimento, que faz de uma pessoa um forasteiro. Para o termo *exilado*, há geralmente, como pano de fundo, o fenômeno histórico da ditadura, que encontra nas ordens de banimento o procedimento jurídico para expulsar aquele que ameaça a nova ordem instalada e cuja prisão poderia acarretar manifestações de repúdio ou atos de guerrilha que ameaçariam essa mesma ordem. O exilado sai sem saber se retorna à sua pátria. Seu projeto político e de vida foi derrotado e, a partir disso, poderá ou não se reinventar no exterior ou simplesmente desistir.

Fato é que o exílio impõe a ruptura com um mundo de referências basilares, obrigando o exilado à inescapável experiência do desenraizamento. Nalguns casos, tal experiência rouba da pessoa o ânimo para recomeçar, o que implica um esforço de alfabetização não apenas na língua, mas nas convenções do novo país, nos hábitos e modos de ser, dos mais banais aos mais estratégicos. Às vezes, paradoxalmente, o sucesso na adaptação dá ao exilado um sentimento de perda definitiva de sua identidade pregressa, o que causa em alguns desespero e automático recuo. Por mais que obtenham êxito, portanto, Said (2003) observa que os exilados são sempre excêntricos e sentem sua diferença (ao mesmo tempo que, com frequência, a exploram) como um tipo de orfandade. Obstinação, exagero, tintas carregadas são algumas características e métodos – eficazes ou não – para fazer o mundo aceitá-lo. Os artistas no exílio tornam-se decididamente ainda mais teimosos, enunciando isso em suas obras mais elevadas.

Theodor Adorno, o filósofo e teórico crítico judeu alemão da primeira geração frankfurtiana, em sua obra-prima *Mínima Moral* – também sua autobiografia escrita entre 1944 e 1947, no exílio nos Estados Unidos, cujo subtítulo é *Reflexões a partir da vida lesada* (Reflexionen aus dem beschädigten Leben) – propõe uma teoria do exílio moderno, atento à figura do *intelectual em trânsito* que expressa a movimentação da própria contemporaneidade. Com grave ironia, Adorno postula que faz parte da moralidade moderna *não se sentir em casa na própria casa*.

Experimentando a condição dilacerante de estar em terra estrangeira, Adorno considera as dificuldades a que se expõe aquele que perde a casa, vivendo num ambiente que lhe permanecerá incompreensível e, por mais que saiba, quer das organizações sindicais, quer do tráfego urbano, estará sempre desorientado. O exilado é, sem exceção, *prejudicado*, daí a terminologia. À experiência do isolamento soma-se a descaracterização de sua língua nativa e o sepultamento de suas raízes. A análise de Adorno indica, porém, o exílio como imperativo moral ao qual deve o intelectual moderno curvar-se; é sua condição de exilado que lhe faz, verdadeiramente, exercer seu ofício: o pensamento crítico.

Adorno revela assim uma paradoxal positividade na experiência do exilado: a conquista de uma perspectiva alternada, um modo novo de ver que somente o exílio possibilita. A consciência do infortúnio e da violência parece ser mais clara ao exilado, de modo que é seu *olhar deslocado*

potente para se opor a esta. Assim, para Adorno, *colocar-se fora de casa* é o imperativo moral para que se proceda à constatação de que «todas as avaliações são falsas» (Adorno 2008, 27), que jamais se daria senão no exílio, a *morada* por excelência do intelectual, ou melhor, sua *não-morada*, seu desabrigo, a frenética alternância do olhar e a conquista de um outro ponto de vista capaz de ver o que comumente não se via. O preço a se pagar é o de uma vida austera, sem facilidades. Seu olhar diferenciado é fruto unicamente de sua experiência de vida radicalmente prejudicada. Adorno usa a expressão *diagnose de si e dos outros*, a fim de referir-se à alteração de ótica do intelectual exilado, que dribla a *cegueira* que lhe parecia invencível pelos insistentes *deslocamentos da retina* e expande, ao contrário do esperado, seu escopo de visão.

Segundo Brancher e Souza (2009), Brecht dizia que não há nada mais dialético do que a cabeça de quem vive no exílio. O exilado é obrigado o tempo todo a pensar. Suas certezas são filtradas pela dúvida. Grande parte da vida de um exilado é ocupada em compensar a perda desorientadora mediante ocupações que valorizam a mobilidade e a perícia; suas experiências pregressas, por conseguinte. Em acordo com Said, o novo mundo do exilado parece-se sempre com uma ficção.

O medo derivado da instabilidade pode produzir no exilado um tipo de narcisismo que o protege de novos compromissos ou, ao contrário, levá-lo, no outro extremo, à sedução do engajamento ainda mais forte. Os exilados costumam receber, nas novas terras, a oferta de um novo conjunto de afiliações e a chance de estabelecimento de novas lealdades. No caso de Darcy Ribeiro, sabemos qual lealdade os deslocamentos entre Uruguai, Venezuela, Chile e Peru sempre despertaram.

Silva (2004), em «Podemos dispensar os intelectuais?», observou que «os lugares de onde faz sentido agir como intelectuais são lugares de confluências: entre o conhecimento científico, a criação literária e artística e o debate das ideias» (62). Darcy Ribeiro participou dessas interseções e sua vida, tal o historiador Giovanni Levi salienta acerca de sua biografia, tornou-se um fato histórico em tempos modernos, quando os processos históricos não mais se descolam da vida dos indivíduos e de seus projetos. A obra darcyniana, escrita em diversos países latino-americanos, circulou mundo afora, traduzida em diversas línguas. Foi por ter-se aberto à diferença e se identificado profundamente com ela que Darcy Ribeiro parece ter conquistado sua qualidade humana. A alteridade e a similitude somos todos.

4 Considerações Finais

Paul Ricoeur (2005 in Miglievich-Ribeiro 2010) propõe a narrativa como capaz de nos reconciliar, mesmo que nunca definitivamente, com nossa experiência humana, à medida que lhe damos sentido. Pela atitude reflexiva,

é possível modificar a direção do olhar e identificar ângulos inusitados da realidade. É na fusão entre subjetividade e objetividade, observador-observado, que o mundo se revela. Pela narrativa, aparecem as espessuras do tempo, os ritmos diferenciados, os tempos distintos e os entremeios que são cruciais para que eventos e acontecimentos ganhem distinção no enredo contado.

Os intelectuais-escritores no exílio são narradores privilegiados de experiências sob as quais muitos sucumbiram. Said, falando a partir da academia norte-americana, estabelece uma nova condição para o intelectual forasteiro, a do *outsider*, fora dos dogmas, partidos e autoridades sociais, sem afiliações. Sua função seria a de perturbar o *status quo*, a de questionar os privilégios de classes, raças, gêneros, a de atestar e universalizar as crises, associar sua experiência às de outros e dar maior escopo humano ao sofrimento, para que o que acontece em um lugar não se repita em outro. Desde que o exilado se recuse a ficar sentado à margem, afagando uma ferida, há coisas a aprender, mas, para tal, inspirado em *Mínima Moralía*, de Adorno, Said corrobora que «o intelectual exilado deve cultivar uma subjetividade escrupulosa, nem complacente nem intratável» (2003, 71).

Volpe (2005, 13) recorda Benedetti, marco na literatura do Uruguai e da América Latina, ao afirmar que o intelectual crítico latino-americano jamais se descola da problemática das nações de seu continente. Seu empenho, por via da escrita e da arte, é quebrar a hegemonia imperialista, negociar os espaços de enunciação e buscar *cartografar* geografias de resistência, reinventando a norma hegemônica e fazendo ressoar a voz dos vencidos no violento projeto de colonização então interpelado. Nos anos 1960-70, o sonho da América Latina unida e autônoma surgia como contraponto ao imperialismo do Norte.

Enquanto a maioria das pessoas tem consciência de uma cultura, de um país, os exilados têm consciência de, pelo menos, duas versões de cada ambiente. Os hábitos de vida e as atividades novas ocorrem inevitavelmente contra o pano de fundo da memória dessas coisas noutra lugar, aquele do qual se afastou e/ou foi afastado. Assim, ambos os contextos são vividos como reais, como no contraponto. Se o exilado está consciente de outras justaposições contrapontísticas, a simpatia compreensiva tende a se superpor às ortodoxias, ainda que isto exija um esforço intelectual, como nos falara Adorno.

Os exilados sabem sobretudo que, num mundo contingente, as pátrias são sempre provisórias, fronteiras e barreiras que, num momento, nos fecham na segurança de um território familiar; noutra, tornam-se prisões. O intelectual exilado atravessou fronteiras, rompeu barreiras - da experiência e do pensamento. A ele é facultada uma visão, se não mais verdadeira, mais original, a do mundo inteiro como uma *terra estrangeira* que pode levar, otimistamente, a se elaborarem novas oportunidades de convívio entre os humanos e, podemos acrescentar, entre os humanos e sua *casa*,

o planeta. Cabe então fazer repercutir as palavras de Said: «para o intelectual, o exílio neste sentido metafísico é o desassossego, o movimento, a condição de estar sempre irrequieto e causar inquietação nos outros» (2003, 60). Darcy Ribeiro esteve entre estes homens e mulheres.

Bibliografia

- Adorno, Theodor (2008). *Mínima Moralia. Reflexões a partir da vida lesada*. São Paulo: Azougue.
- Brancher, Ana; Souza, Fábio Francisco Feltrin (2009). «Políticas na exterioridade. Notas sobre o exílio de escritores latinoamericanos». *Revista Esboços*, PPGHST/UFSC, 20, 205-21.
- Levi, Giovanni. «Usos da biografia». Ferreira, Marietade Moraes; Amado, Janaína (eds.) (1996), *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 167-82.
- Miglievich-Ribeiro, Adelia Maria (2010). «Narrativa e reconciliação em O Povo Brasileiro de Darcy Ribeiro» [online]. *Naveg@mérica. Revista electrónica de la Asociación Española de Americanistas*, 5,1-14. URL <http://revistas.um.es/navegamerica> (2016-11-11).
- Ribeiro, Darcy (1970). *As Américas e a Civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento cultural desigual dos povos americanos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Ribeiro, Darcy (2010a). *Golpe e exílio*. Rio de Janeiro; Brasília: Fundação Darcy Ribeiro; Ed. UnB.
- Ribeiro, Darcy (1978). *O processo civilizatório. Etapas da evolução sócio-cultural*. Petrópolis: Vozes.
- Ribeiro, Darcy (2014). *Tempos de turbilhão*, vol. 9, *Relatos do Golpe de '64*. São Paulo: Global.
- Ribeiro, Darcy (2010b). *Vida, minha vida*, vol. 6. Rio de Janeiro; Brasília: Fundação Darcy Ribeiro; Ed. UnB.
- Said, Edward (2003). *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva, Augusto Santos (2004). «Podemos dispensar os intelectuais?». Mari gato, Izabel; Gomes, Renato Cordeiro (eds.), *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 39-67.
- Volpe, Miriam L. (2005). *Geografias de exílio*. Juiz de Fora: Editora UFJF.

Mobilidade humana e circularidade de ideia

Diálogos entre a América Latina e a Europa

editado por Luis Fernando Beneduzi e Maria Cristina Dadalto

Santos: múltiplas experiências, ações e olhares

Cidade-porto, febril, saneada e imaginada

Maria Izilda Santos de Matos

(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil)

Abstract Analyzes the changes and tensions in the port city of Santos in part of the nineteenth century and early decades of the twentieth, reflecting with various documents, including the travel accounts. Analysis is organized under three headings entitled: the feverish port: epidemics; port: sanitation and control and the port city: connections, travel and looks; Finally, some concluding remarks, called 'looks, reports and representations'.

Sumário 1 O porto febril: epidemias. – 2 O porto: saneamento e controle. – 3 A cidade-porto: conexões, viagens e olhares. – 3.1 A muralha: viagem pela serra. – 3.2 A cidade-porto: antes e depois. – 4 Olhares, relatos e representações.

Keywords Santos. Port. Epidemics. City. Representation.

Na segunda metade do século XIX, a expansão da produção cafeeira rumo ao oeste do estado de São Paulo encontrou, entre outras dificuldades, a do escoamento do produto, superada com a inauguração da ferrovia Santos-Jundiaí (1867), que possibilitou um transporte regular, eficiente e seguro, impulsionando ainda mais a cafeicultura. A partir de então, as exportações do café foram concentradas no porto de Santos, desencadeando um processo de crescimento urbano.

Esse momento coincide com o processo de mundialização, a expansão do capitalismo industrial, o aumento das conexões internacionais através da difusão dos transportes a vapor (trens e navios) e a intensificação da circulação de mercadorias, capitais, referências culturais e pessoas. Assim, os portos, para além de porta de saída dos produtos – notadamente, em Santos, o café – tornaram-se porta de entrada, recebendo um número maior de viajantes. Alguns desses deixaram seus relatos.

Este escrito tem como foco questionar as transformações e tensões na cidade-porto de Santos em parte do século XIX e décadas iniciais do XX, analisando, entre outros documentos, os relatos de viagem. O texto encontra-se organizado em três tópicos, intitulados: o porto febril: epidemias; o porto: saneamento e controle; e a cidade-porto: conexões, viagens

e olhares. Por fim, algumas considerações finais, denominadas «olhares, relatos e representações».

1 O porto febril: epidemias

Nas décadas finais do século XIX, os velhos problemas de Santos foram ampliados, com o crescimento desordenado das exportações de café e da população. A cidade enfrentava dificuldades devido ao porto desarranjado, às ruas estreitas com trânsito intenso de carroças carregadas de café, ao elevado número de cocheiras e cortiços, ao agravamento das condições ambientais e à precária vigilância sobre os navios vindos de portos infectados, fazendo com que fossem constantes e violentos os surtos de epidemias.

O porto não comportava adequadamente o intenso tráfego marítimo, e os trapiches eram velhos e mal conservados, gerando congestionamento e lentidão no embarque-desembarque, situação que se agravou na década de 1880, quando Santos se tornou a porta de entrada de intenso fluxo de imigrantes.

A população crescente enfrentava dificuldades, com a moradia se amontoando pelos becos e vielas nas áreas mais centrais da cidade, ocupando habitações precárias e cortiços erguidos nos pátios e nos quintais de qualquer jeito, quase todos em estado deplorável, sem água, esgoto e iluminação, sem condições sanitárias. Esses *cubículos* eram baixos, feitos de tábuas ou caixotes, cobertos com telhas de zinco, compostos de um só cômodo, ou eram sublocações de quartos e porões em péssimas condições, úmidos e sem circulação do ar, onde também faltavam latrinas e abastecimento de água.

Havia igualmente as cocheiras-cortiços, que, em sua maioria, eram habitações coletivas, onde viviam cocheiros e suas famílias em palanques construídos sobre as baías. O grande número de cocheiras facilitava a difusão de ratos e pulgas, transmissores da peste bubônica. Como os outros cortiços, não tinham água nem esgoto, eram abafados, insalubres, e as águas paradas nos pátios difundiam o mosquito transmissor da febre amarela, que, junto com outras epidemias, atingiam particularmente a população pobre e imigrante, grupo mais vulnerável talvez por causa das condições da viagem e da própria contaminação a bordo, e também pela falta de aclimação.

Richard Francis Burton, cônsul britânico em Santos (1865), cuja missão era acompanhar as relações comerciais do Brasil com a Inglaterra, pediu transferência para São Paulo, alegando que a cidade era um «pântano imundo e malcheiroso, um grande mangue cheio de mosquitos e cobras» (Burton 1941). Tripulantes de navios começaram a evitar o considerado «porto da morte» ou «the white man's grave» (Uckers 1931, 643-7), muitas

vezes por medo das doenças e frente às notícias que comentavam sobre a morte de toda a tripulação em certos navios. O temor era tão grande que, algumas vezes, os navios se recusavam a atracar no porto de Santos.

A somatória desses fatores precipitava as condições de insalubridade. As diversas doenças e epidemias geravam assustadoras taxas de mortalidade e afetavam o comércio exportador e a estabilidade econômica. Entre as moléstias, destacavam-se: tuberculose, tétano, cólera, coqueluche, impaludismo, varíola e febre amarela. As medidas sanitárias se mostravam insuficientes e, em 1889, uma epidemia de febre amarela foi maior do que todas as anteriores, iniciando um ciclo que se manteve pela década seguinte, difundindo o temor da contaminação, que se somava às resistências às internações, à superlotação, aos tratamentos ineficazes e à falta de pessoal competente.

Para o controle das epidemias, era necessária a adesão da população, aliada a ações preventivas de controle do porto, como a inspeção dos navios; quarentenas; estabelecimento dos lazaretos, visando à observação de passageiros e marinheiros provenientes de locais onde era conhecida a ocorrência de epidemias; e desinfecção das bagagens, mercadorias e dos próprios navios. Contudo, devido à falta de condições, essas determinações não foram implementadas adequadamente.

O porto era visto como lugar de contágio, sendo considerado doente e vulnerável a febres e epidemias. Havia, por isso, o medo de que, a qualquer momento, navios aportassem trazendo doenças. Tornava-se urgente, portanto, um controle da situação, das doenças e de sua transmissão (regras de entrada, inspeção e controle, quarentenas), mas também se buscavam *ações de cura*, no sentido de sanear o porto e a cidade.

2 O porto: saneamento e controle

Na década de 1890, a exportação de café pelo porto de Santos ultrapassou a do Rio de Janeiro, porém a situação sanitária causava prejuízos pelo afastamento dos navios. Intensificavam-se as preocupações na reorganização, higienização do espaço urbano e aparelhamento/modernização do porto, ainda com o sistema de trapiches.

A Companhia Docas de Santos (1892) investiu na remodelação do cais, construindo-o numa concessão muito lucrativa e monopolística de quase cem anos. Contudo, a situação sanitária continuava a preocupar autoridades, médicos, comerciantes e exportadores de café, que percebiam a necessidade de uma remodelação urbana, com uma atenção particular aos assuntos da saúde público-sanitária. Essas medidas encontravam-se vinculadas aos novos pressupostos de higienização e somavam-se aos desejos de tornar o porto moderno e planejado, visando à eficiência e à rapidez.

Tornava-se premente o saneamento; contudo, o município não possuía

recursos financeiros suficientes. As pressões cresceram, em particular do setor comercial-exportador de café, através da Associação Comercial de Santos, e, por fim, o governo do Estado assumiu a empreitada. Era imprescindível manter o fluxo do café e, para tanto, o funcionamento eficiente do porto. Depois do encaminhamento de várias propostas, enfrentando a burocracia e outros obstáculos políticos, o projeto do engenheiro Saturnino de Brito foi aceito. Duas comissões foram instituídas: uma sanitária, na sua maior parte coordenada pelo médico Guilherme Álvaro, e outra de saneamento, sob a liderança de Saturnino de Brito.

O sonho da cidade higienizada transparecia no projeto, o qual se propunha «reparador absoluto das dificuldades», apresentando toda uma complexidade: um sistema de separação do esgoto das águas pluviais; um moderno sistema de esgoto que projetava o esgotamento dos despejos pelo sistema de estações elevatórias acrescido da construção de uma grande ponte pênsil, para levar as tubulações de esgoto e lançá-los ao mar; e o enxugamento da planície e correção dos rios por meio da drenagem superficial, composta por oito canais (mais um), de mar a mar, que, aproveitando a força das marés, possibilitava a limpeza dos canais, evitando as águas estagnadas e as inundações.

Os canais foram construídos em cimento armado, geralmente a céu aberto. Gramados internamente, na parte superior, com pontes e passadiços, o sistema garantia a drenagem do solo e recebia dos emissários as águas pluviais, em tubos de cimento armado. Estes canais ocupavam o espaço central das avenidas, facilitando a circulação e o arejamento urbano. Árvores nas calçadas laterais formavam uma paisagem urbana amena, com espaços de circulação para pedestres e veículos, bem como a penetração das brisas marítimas no interior da ilha, refrescando-a.

Os trabalhos das Comissões foram iniciados em 1905 e em 1907. Grandes festividades marcaram a inauguração do primeiro e maior dos canais, o Canal 1. Havia motivos para comemorar: com as epidemias extintas, os canais garantiriam que elas não voltariam; o moderno sistema de esgoto tornou a cidade mais saudável, e as inundações foram evitadas; os negócios do café estavam revitalizados; e o porto funcionava a todo vapor. Em 1908, já eram 45.000 metros de canais, que, por sua utilidade e beleza, passaram a marcar as memórias afetivas de Santos.

A cidade higienizada diversificava suas funções: as chácaras da praia cederam lugar a mansões da elite. Já na primeira década do século, foi construído o luxuoso Hotel Parque Balneário, e a praia passou a ser sinônimo de lazer, atraindo moradores e visitantes. O espaço da praia rapidamente se distinguia de anos anteriores – um areal procurado pelos que buscavam bons ares ou defendiam os milagres curativos do banho de mar. No século XIX, este não era hábito social difuso, mas terapia recomendada para tratamento de saúde. Aos poucos ocorreu uma gradativa ampliação da ida à praia como forma de lazer e prática esportiva. A frequência às

praias se generalizou, sendo elas representadas enquanto espaço de beleza, sensualidade, sociabilidade e lazer.

3 A cidade-porto: conexões, viagens e olhares

Nesta pesquisa sobre a cidade-porto de Santos, foram investigados mais de 20 relatos de viagem, englobando autores de diferentes nacionalidades (norte-americanos, ingleses, franceses, italianos, uruguaios e alemães, entre outros), que visitaram a região nos séculos XIX e XX. Nos escritos emergem duas questões: uma primeira versa sobre as conexões entre o porto e o planalto paulista; e a outra focaliza a própria cidade-porto.

3.1 A muralha: viagem pela serra

A ligação entre o porto de Santos e a cidade de São Paulo foi percorrida por viajantes que deixaram seus relatos e descrições. Nas referências mais ancestrais, o percurso foi identificado pelos seus obstáculos e perigos, observando-se a Serra do Mar como uma verdadeira muralha. O jesuíta Simão de Vasconcelos registrou a descrição do denominado «caminho de Anchieta», sobre o qual apontava as dificuldades do acesso, mas também demonstrava o encantamento frente à paisagem. Esse relato se tornou uma matriz para outros viajantes, sendo referendado por eles e influenciando os seus enunciados: «O mais do espaço não é caminhar, diz ele, é trepar de pés e mãos, aferrados às raízes das árvores, e por entre quebradas tais e tais despenhadeiros, que confesso de mim que a primeira vez que passei por aqui me tremeram as carnes, olhando para baixo» (Vasconcelos 1865).

O intercâmbio entre o porto e o Planalto se intensificou nos finais do século XVIII e no XIX. Com a maior circulação de negociantes e produtos, as cargas eram transportadas por tropas de mulas. Frei Gaspar, que também experimentou as dificuldades da trilha, não poupou elogios à pavimentação do caminho, inaugurada em 1792, construída a mando do governador-geral da capitania, Bernardo José Maria de Lorena, e conhecida como Calçada do Lorena (Madre De Deus 1975).

Poucos anos após, D'Alincourt (1818), apesar de apontar os problemas do percurso, devido ao terreno escarpado e perigoso, também se referia às vantagens do calçamento, particularmente em tempos de chuva:

A subida da serra é assaz íngreme, e em ziguezague; o terreno é todo coberto de alto, e espesso arvoredo: em alguns pontos passa a estrada junto a medonhos precipícios que se abrem entre monte e monte, e horrorizam a vista: tem este caminho a grande vantagem de ser todo

calçado, obra utilíssima, e que saneou a dificuldade do trânsito principalmente em tempo chuvoso. (D'alincourt 1953, 32)

Saint-Hilaire, que, no mesmo período, descreveu o percurso partindo do porto, identificou três etapas do trajeto: uma primeira não acidentada, compreendida entre Santos e a base da montanha; a mais complexa, da Serra; e a parte final, também plana, já no Planalto (Saint-Hilaire 1976, 210). Assim como ele, outros viajantes da primeira metade do século XIX, impressionados, reiteraram as dificuldades do caminho íngreme e sinuoso, cheio de precipícios e atingido frequentemente pela cerração, o que tornavam a jornada arriscada e exaustiva. Observaram que a construção da calçada ajudava; entretanto, destacavam os problemas de conservação, devido ao intenso movimento das tropas (Pfeiffer 1861, 211).

Desde o início do século XIX, Edmundo Pink (2000), além de registrar as necessidades de melhorias na calçada, sugeria benfeitorias no percurso, para permitir a passagem de carroças, e, da mesma forma que seu contemporâneo Eschwege (2000), lamentava a falta de uma estrada carroçável. Anos mais tarde, Avé-Lallemant fazia referências à possibilidade de um caminho de ferro (Avé-Lallemant 1980, 195-6; 328) e Zaluar, além de destacar as dificuldades de acesso ao porto, prognosticava o impulso que seria dado depois da finalização da ferrovia, nesse período já em construção (Zaluar 1975).

Após a inauguração da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí (EFSJ/1867), o comandante francês Charles d'Ursel realçava os benefícios do novo acesso, as características técnicas e o primor construtivo da obra:

A estrada de ferro que sobe as encostas da Serra do Mar faz grande honra aos engenheiros ingleses que a construíram: a ascensão é composta por quatro rampas sucessivas de uma inclinação considerável, e cada trem é puxado para cima com um cabo, por um motor a vapor. (d'Ursel 1898, 54)

Depois da inauguração do eixo ferroviário, os relatos mudaram de tom, salientando a eficiência da estrada, sua tecnologia construtiva (túneis, viadutos, maquinário, etc.) e a agilidade e segurança do percurso, alguns até passando a considerar a viagem como um passeio – pelo qual se podiam observar os encantos das paisagens, as vistas panorâmicas e a beleza da natureza e da flora –, e também evidenciando a emoção de certas partes mais íngremes, desníveis, desfiladeiros e precipícios (Arca 1925).

A ferrovia dinamizou as possibilidades de conexão entre a zona cafeeira e o porto, possibilitando a expansão da cultura e implementando as exportações por Santos, desencadeando um intenso processo de transformações na cidade.

4 A cidade-porto: antes e depois

Os viajantes dos inícios do século XIX deixaram cuidadosas descrições da cidade-porto de Santos, sobre a sua localização, topografia, vegetação, informações climáticas, posição estratégica do ancoradouro e sua navegabilidade, bem como orientações para os cuidados a serem tomados, presença de rochedos, correntes e ventos.

Alguns também rememoram as origens da vila e outros aspectos históricos. Entre eles, o engenheiro-militar franco-lusitano Luís D'Alincourt, além de apontar a posição estratégica do ancoradouro, observava, com um olhar técnico, a vulnerabilidade da estrutura defensiva, com imperfeitas fortificações. Ele apontou a necessidade de providências frente à importância do porto, que mantinha comércio considerável, recebendo e escoando vários produtos (D'Alincourt 1953).

Na segunda metade do século XIX, aparecem referências mais frequentes às exportações de café, juntamente com anotações sobre as deficiências dos embarcadouros e condições de insalubridade urbanas, devido às quais a presença de viajantes foi pouco significativa, notando-se a ausência de relatos (d'Ursel 1898).

Depois do saneamento do porto (1907-8), os visitantes retornaram e, pelos seus relatos, observa-se que reiteravam as mesmas informações. Iniciavam por rememorar as dificuldades anteriores, particularmente as representações do porto como «maldito» e «febril», para depois pontuarem o saneamento e a construção do cais, que viabilizaram o crescimento do porto e, conseqüentemente, da economia.

Marie Robinson Wrigth (1907), inglesa que visitou a cidade em 1907, destacava os resultados positivos do novo sistema de drenagem e saneamento da cidade. As descrições das mudanças apareciam em viajantes de várias outras nacionalidades, como as do uruguaio Manuel Bernardez:

Vem-se do Prata com a vaga noção de um porto sujo, onde se carrega muito café, mas donde as tripulações, enquanto atracam os navios, têm de fugir para sanatórios especiais, para escapar à febre, deixando aos negros a tarefa de carga e descarga. Tudo isso era assim poucos anos atrás... Há até bem poucos anos, não havia cais, e a negrada, chapinhando em uma praia viscosa e malcheirosa, povoada por nuvens de mosquitos, fazia as operações de carga e descarga como Deus era servido... o telégrafo tinha que transmitir continuamente despachos sinistros: «Tripulação dizimada pela febre», «Fretes encarecidos pela febre»... Contudo, era tão excelente o porto natural e tão indispensável à rica zona cafeeira de São Paulo, que não podia deixar de progredir, ainda que fosse sobre cadáveres. E progrediu, e o progresso afastou o germe mórbido. (Bernardez 1908, 132)

Nesses registros observam-se as representações que circulavam sobre o porto, como «sujo», foco de contaminação da febre amarela e sem «cais, e a negrada, chapinhando em uma praia viscosa e malcheirosa, povoada por nuvens de mosquitos», além das referências sobre o estado lastimável do porto-cidade. No seu discurso, emergem referências claramente preconceituosas para com os negros, a quem denominava de «negrada», destacando que, com as benfeitorias, «os negros foram varridos com o mesmo escovão».

Bernardez (1908) manifestou sua surpresa frente aos progressos: o saneamento da cidade, a construção dos canais, as obras contínuas de ampliação do cais realizada pela Companhia Docas de Santos (destacando o empreendedorismo dos proprietários C. Gaffrée e Eduardo Guinle), o trabalho de inúmeros imigrantes (com a significativa valorização da presença de portugueses e espanhóis, em substituição aos negros) e a cuidadosa organização das atividades portuárias (com os carregadores transportando os sacos de café). Detalhando a superação das dificuldades e o crescimento do movimento portuário, projetava um futuro grandioso para porto:

Encontrou-se a cidade com o belo e inesperado bônus de sua saúde, assegurada junto com seu progresso. E a evolução fatal e benéfica se completou rapidamente: febre, mosquitos e negros foram varridos com o mesmo escovão. Hoje Santos é um porto limpo na acepção completa do vocábulo, e é um grande porto, em potência de ser dos primeiros, no Brasil, no continente e no mundo. (Bernardez 1908, 143)

As narrativas convergem nas informações e impressões. Cada visitante agregava à sua experiência as informações obtidas em outros relatos, veiculadas pela imprensa, divulgadas pelas instituições públicas e presentes em obras de propaganda da cidade de Santos, como no álbum *Panorama do porto e parte da cidade de Santos*. Todos esses escritos se interpenetravam, focalizando o cotidiano, o trabalho portuário, os negócios e a cidade, onde o «ouro verde» era o centro das atividades (Bernardez 1908).

Nos anos de 1920, o viajante francês Paul Walle também rememorava a má reputação da cidade e suas mazelas: as epidemias e as péssimas condições de salubridade. Na sequência, apontava as mudanças urbanas, as melhorias nas condições sanitárias e o embelezamento da cidade, com realce para o sistema de canalização e de infraestrutura (esgoto, água, iluminação), destacando as transformações como resultante dos esforços conjuntos do governo estadual, municipal e da Companhia Docas, o que possibilitou a prosperidade. Finalizando, projetava um desenvolvimento ainda maior para o futuro (Walle 1926).

O olhar do viajante se impactava frente ao frenesi dos negócios cafeeiros, com o cheiro do produto que impregnava a zona portuária. Descrevia a recepção, circulação e preparação do produto para a exportação, ati-

vidades que envolviam milhares de trabalhadores. Observava também o embarque dos sacos de café, com os estivadores carregando-os sobre os ombros, alguns com a proeza de suportar até seis sacas (cada uma com sessenta quilos). Destacava a presença dos imigrantes, o cotidiano do trabalho portuário (carga e descarga dos trens, carroças e navios), em substituição aos trabalhadores negros, mas se expressando de forma preconceituosa para com estes, considerando-os indolentes.

Ainda na década de 1920, os escritos do francês A. D'Atri convergem com os anteriores, destacando a beleza das praias, o cotidiano movimentado do porto e as mudanças na cidade, no seu traçado urbano, canais, edifícios, monumentos e equipamentos (hotéis, cafés, restaurantes) (D'Atri 1926).

O italiano Vittorio Buccelli, de passagem pela cidade no início do século XX, rememorava, nos seus escritos, as dificuldades de outrora e destacava os progressos após a construção do cais e a higienização da cidade:

La città non é oggi quello che era quindici e anche diece anni fa. Allora le navi dovevano fermarsi in mezzo al canale: la strade brutte, squallide, sudice spiravano una tristezza invincibile ai viaggiatori, che non avevano altro desiderio se non de gettarsi, come inseguiti da un fantasma di morte, dentro un carrozzone ferroviario, ed aspettare ansiosamente l'ora della partenza, per emettere un lungo sospiro di sollievo quando se sentissero trascinati per la salita.

E peggio ancora si presentavano le condizioni igieniche della città: la febbre gialla vi stazionava quasi tutto l'anno, e durante i mesi estivi faceva addirittura strage degli stranieri a degli abitanti dell'interno che vi capitavano pei loro affari.

Ma con la costruzione delle banchine (Docas), e con un lavoro costante di ripulimento e di drenaggio la città risorse a vita nuova.

I signori E. Guinle e Candido Gaffrée... che favorirono in grandioso diseno dell'opera del porto e che lo portarono a compimento con sacrifici inauditi e con una tenacità degna della nobile impresa, videro coronato il loro edificio molto piú di quanto avevano sperato e immaginato: oltre all'aumento colossale del movimento marittimo, e al compenso economico che ne deriva alla compagnia concessionaria, la costruzione delle banchine produsse la scomparsa della febbre gialla...

In centro della città, quello specialmente in cui si trattano gli affari, non offre nulla di rimarchevole al viaggiatore, ma nei dintorni di Santos ci sono due passeggiate attraentissime, quella alla spiaggia del Guarujá e quella all'albergo Zé Menino. (Buccelli 1910, 45)

Buccelli dirigia-se aos viajantes aconselhando itinerários. O centro da cidade possuía atrativos para os negócios; em paralelo, havia os encantos da orla, as praias, as novas avenidas arborizadas. Divertimentos diurnos e práticas esportivas somavam-se aos atrativos da noite: teatro, cassino,

concertos e outros espetáculos. Ainda visando informar outros viajantes, sugeria um passeio que considerava emocionante – a subida da serra pela ferrovia, através do sistema moderno de funicular. Buccelli buscava desconstruir as representações negativas do porto-cidade, marcado pelas epidemias e desorganização, veiculando imagens de prosperidade e possibilidades. Como propagandista, procurava construir pontes comerciais entre o Brasil e a Itália, tendo, entre outros objetivos, a captação e a atração de investimentos (Beneduzi 2014).

Outro viajante, cujo escrito assumiu o formato de um «manual de informações turísticas», denominado «Un paseo por la ciudad», foi Nuñez Arca, que observava a posição de primeiro porto do Brasil e a profusão de embarcações que chegavam. Apontava para o crescimento demográfico (a amabilidade dos moradores e a presença de imigrantes, preponderantemente de portugueses) e descrevia as ruas, casas, jardins e os encantos das praias, com seus chalés e mansões, além da existência de hotéis de «serviço irreprovável», das atividades de lazer diurnas e noturnas, de salões de baile, teatros e cassinos, constituindo «um ambiente cosmopolita y atrayentemente familiar» (Arca 1925).

5 Olhares, relatos e representações

Os viajantes que visitaram Santos nos inícios do século XIX, através de visões ditas como naturalistas (Pratt 1999), deram uma atenção à paisagem, demonstrando encantamento pela suntuosidade da natureza na serra, frente às dificuldades do percurso. Também demarcaram a posição estratégica do ancoradouro e sua navegabilidade, destacando o potencial do porto. Constituíram uma narrativa marcada pela alteridade, descrição do pitoresco e um discurso pedagógico da civilização.

Nos finais do século XIX, o porto consolidou-se como ponto de trânsito dos produtos de exportação-importação, transformando-se em centro econômico, passando por transformações sociais e demográficas num curto espaço de tempo e em ritmo acelerado, num contexto no qual se interpenetraram a desintegração da escravidão, a grande imigração, a emergência do governo republicano e a intensificação da circularidade, com a difusão dos transportes a vapor (trens e navios).

O porto, além das trocas de mercadoria, tornou-se palco de trocas culturais, um território de deslocamentos e circulação de pessoas. Algumas estavam apenas de passagem, para conhecer a área; outros vinham realizar negócios ou em busca de oportunidade de trabalho: marinheiros, comerciantes, homens de negócios, turistas, migrantes e imigrantes e também viajantes; múltiplas identidades em trânsito, circulando, entrando, saindo, atuando e deixando suas impressões, registros e narrativas.

A difusão das viagens ampliou a produção das escrituras e relatos, dinamizando a circularidade dessas publicações. Nos textos desse período, percebem-se certos elementos constantes e característicos que constituem um estilo – a literatura de viagem (com narrativa, formas de expressão, retórica e convenções específicas, incorporados por imitação e cópia, através de processos de aprendizagem e apropriação das normas), um empenho em relatar, instruir, guiar outros viajantes e, algumas vezes, propagandear as regiões visitadas (Leite 1996).

Assumindo o papel de mediadores e de testemunha ocular, os viajantes filtraram aspectos e usaram analogias, sedimentando diferenças plenas de hierarquias, num discurso que compreendia uma rede de significados intrincada, lacunar e fragmentada, mas que pretendia mostrar-se como coerente e íntegra. Nos registros sobre Santos, observam-se as referências constantes a um passado sombrio de mazelas – «porto maldito-porto febril»; na sequência, buscava-se reverter estas imagens negativas e valorizar o presente, descrevendo as mudanças efetuadas (saneamento e construção do cais); prognosticava-se sucesso e prosperidade no futuro, destacando-se as potencialidades econômicas. Assim, entre os sentidos da produção da narrativa, um instruía os visitantes e outro visava persuadi-los, através de uma narrativa apologética das potencialidades da cidade-porto, com interesses propagandísticos (como um território de possibilidades para os negócios e para os que queriam visitar, trabalhar e emigrar).

No encontro dos viajantes com a cidade de Santos, estes buscaram registrar sua visita e impressões, apesar das especificidades nas visões (dependendo do momento e da nacionalidade). As narrativas apresentam convergências e similaridades de informações, como que reproduzindo matrizes; contudo, esses textos não podem ser reconhecidos como cópias simples de outros escritos (apesar de que, ocasionalmente, isso pudesse até ter ocorrido). As experiências da visita se somaram a outras informações, pistas e indícios obtidos antes ou durante a estadia (adquiridos através de livros, artigos da imprensa, propaganda oficial, álbuns, imagens pictóricas, cartões postais), que foram acrescidos e comparados (explicitamente ou não) aos padrões já conhecidos e reconhecidos por esses escritores da cidade (da sua cidade de origem, de outras já visitadas – conhecidas e concebidas como padrões de cidades ideais). Todos esses fatores se somaram (se agregaram) num processo de apropriação e reapropriação que foram enunciados através da densa narrativa descritiva. O texto produzido encontra-se marcado pelo olhar hierarquizado e guiado desses narradores. Mais do que relatar a cidade real, construiu sua representação – uma cidade imaginada, síntese desse processo.

De outra forma, pode-se dizer que, apesar de se proporem fieis a suas experiências, as narrativas desses viajantes não retrataram a cidade real, e sim erigiram uma cidade assentada em padrões e informações, escritos anteriores, modelos (higienista, sanitarista, urbanista, utópicos), somados

às suas próprias memórias urbanas. Ao reforçar as transformações da cidade, reconheciam-na como objeto de intervenção política, tanto pelas atuações dos seus gestores, interventores (Saturnino de Brito) e empresários (Cia. Docas de Santos). Reproduziram o discurso da propaganda oficial e acabaram por camuflar as mazelas, produzir penumbras e silenciar outras experiências urbanas, como a dos populares, das mulheres, dos trabalhadores (negros¹ e imigrantes), que labutavam cotidianamente e reivindicavam seus direitos e ideais políticos, gerando cidades invisíveis (Calvino 1994).

Esses observadores estrangeiros depositaram um olhar analítico sobre Santos. Os sentidos das experiências narrativas desses viajantes encontram-se marcados pelos filtros da sua própria cultura. Através desses, empenharam-se num exercício de observar, diferenciar-comparar, decifrar e desvendar contextos, paisagens, pessoas e relações. Nesse processo, refletiram sobre o outro e sobre si mesmos, criando representações acerca de ambos. Assim, esses escritos encontram-se marcados pela alteridade, num movimento de mão dupla, constituindo a imagem do outro (hetero-representação) e em confronto com a sua auto-representação (DuarTE 2002, 267-88; Torrão 2011, 111-41).

Pesquisar sobre esses escritos (sua produção, circulação, leitura e recepção)² torna-se desafio a ser enfrentado, envolvendo muitas questões e inquietações para o investigador que tem como preocupação a história cultural das cidades. Cabe destacar o potencial dos relatos e também todos os cuidados na sua análise, já que, sob a cidade fisicamente tangível, descortinam-se cidades análogas invisíveis (Rama 1985), tecidos de memórias do passado, de impressões recolhidas ao longo das experiências urbanas, constituindo uma multiplicidade de histórias e memórias, muitas vezes em confronto.

1 Em alguns casos (Manuel Bernardez e Paul Walle), foram explícitas as manifestações de preconceito para com os negros. Esses viajantes consideravam que os negros tinham uma natureza inferior e bruta e, por isso, eram mais resistentes às epidemias e disponíveis para a realização de trabalhos considerados desprestigiados.

2 A intensificação das viagens e a maior circularidade cultural entre diferentes sociedades ampliaram a necessidade de orientações de viagem e de conhecimento anteriormente adquirido por outros; contudo, a possibilidade de recuperação do processo de *recepção/leitura* das narrativas de viagem envolve dificuldades, embora se identifique que alguns desses escritos tiveram várias edições e circularam em diferentes idiomas.

Documentos e Relatos de viagem

- Arca, Nuñez Santos (1925). «Primer puerto del Brasil, ciudad de simpatía y encanto Impresiones de una visita a Santos». *Jornal Santista a Tribuna*, 25 Março, 2.
- Avé-lallemant, Robert (1980). *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo*. Belo Horizonte; São Paulo: Editora Itatiaia; Editora da Universidade de São Paulo.
- Bernardez, Manuel (1908). *El Brasil, su vida su trabajo, su futuro: itinerario periodístico*. Buenos Aires: Ortega y Radaelli.
- Buccelli, Vittorio (1910). *Libro D'oro Dello Stato di S. Paolo*. Roma: Incisión e Stampa dello Stabilimento Fratelli Capaccini.
- Burton, Richard Francis (1941). «Explorations of the highlands of the Brazil, publicado em Londres 1869». *Viagens aos planaltos do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- D'alincourt, Luiz (1953). *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. São Paulo: Livraria Martins.
- D'orbigny, Alcide Dessalines (1976). *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte; São Paulo: Editora Itatiaia; Editora da Universidade de São Paulo.
- D'Atri, A. (1926). *L'État de São Paulo et le renouvellement économique de l'Europe*. Paris: Etienne Chiron.
- d'Ursel, Charles (1898). *Le Bresil*. Paris: Hachette.
- Eschwege, Wilhelm Ludwig Von (2000). *Brasil, novo mundo*, vol. 2. Belo Horizonte: Fund.
- Eschwege, Wilhelm Ludwig Von (1979). *Pluto brasiliensis*. 2 voll. Belo Horizonte; São Paulo: Editora Itatiaia; Editora da Universidade de São Paulo.
- Florence, Hércules (1977). *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829*. São Paulo: Editora Cultrix; EdUSP.
- Kidder, Daniel Parish (1980). *Reminiscências de viagens e permanência nas Províncias do Sul do Brasil: Rio de Janeiro e Província de São Paulo compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias*. Belo Horizonte; São Paulo: Editora Itatiaia; Editora da Universidade de São Paulo.
- Madre De Deus, Frei Gaspar (1975). *Memórias para a história da Capitania de São Vicente*. Belo Horizonte; São Paulo: Editora Itatiaia; Editora da Universidade de São Paulo.
- Mawe, John (1978). *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte; São Paulo: Editora Itatiaia; Editora da Universidade de São Paulo.
- May, William Henry (2006). *Diário de uma viagem da Baía de Botafogo à cidade de São Paulo (1810)*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Pfeiffer, Ida Laura (1861). *The Last Travels of Ida Pfeiffer*. New York: Harper & Brothers.

- Pink, Edmund (2000). *A São Paulo de Edmund Pink*. São Paulo: CBA Editora e Artes Gráficas.
- Saint-Hilaire, Auguste de (1976). *Viagem à província de São Paulo*. Belo Horizonte; São Paulo: Editora Itatiaia; Editora da Universidade de São Paulo.
- Uckers, William (1931). «Santos, the World's Greatest Coffee Port». *Tea and Coffee Trade Journal*, 643-7.
- Vasconcelos, Simão de (1865). *Crônicas da Companhia de Jesus do Estado do Brasil (1597-1671)*, vol. 1, 149. Lisboa: Editor J. Fernandes Lopes.
- Walle, Paul (1926). *Au pays de l'or rouge. L'état de São Paulo, Bresil*. Paris: Augustin Challamel, 83-90.
- WRIGHT, Marie Robinson. *The New Brazil: Its Resources and Attractions Historical, Descriptive, and Industrial*. Philadelphia: George Barrie & Sons; London: 1907, 274-6.
- ZALUAR, Augusto Emílio. *Peregrinação pela Província de S. Paulo: 1860-61*, BH/Editora: Itatiaia, SP/Edusp 1975.

Bibliografia

- Beneduzi, Luis F. (2016). «Emblema de modernidade: o relato de viagem de Vittorio Buccelli e o Rio de Janeiro como cartão de visita» [online]. *Revista Cordis*. URL [http://www4.pucsp.br/revistacordis/downloads/numero2/artigos/revista_cordis2_luis_fernando_\(2016-10-12\)](http://www4.pucsp.br/revistacordis/downloads/numero2/artigos/revista_cordis2_luis_fernando_(2016-10-12)).
- Calvino, Italo (1994). *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Duarte, Regina Horta (2002). «Olhares estrangeiros. Viajantes no vale do rio Mucuri». *Revista Brasileira de História*, 22, 44, 267-88.
- Gerboniv, Tathiane (2009). *O olhar do estrangeiro em São Paulo até meados dos oitocentos: relatos de viajantes ingleses e norte-americanos*. São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- Leite, Ilka Boaventura (1996). *Antropologia da viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Lisboa, Karen Macknow (1995). *Nova Atlântida ou o gabinete naturalista dos doutores Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- Pratt, Mary L. (1999). *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. São Paulo: EDUSC.
- Rama, Angel (1985). *Cidade das Letras*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Torrão, Amilcar (2011). «Biblioteca mundi: livros de viagem e a historiografia brasileira como espelho da nação». *Projeto história*, 42, 111-41.

Mobilidade humana e circularidade de ideia

Diálogos entre a América Latina e a Europa

editado por Luis Fernando Beneduzi e Maria Cristina Dadalto

Cidades brancas?

Fronteras urbanas en clave transatlántica

Enric Bou

(Università Ca' Foscari Venezia, Italia)

Abstract This article borrows from reflections by Joseph Roth, Walter Benjamin, Sigfried Kracauer and Claudio Guillén, about the concept of “white city”. It is linked to border and centrality and shows that the “white city” is unfocused and peripheral, invaded and rebellious, model (dream or project) and hell (nightmare or chaos). The concept is applied to the examination of four “white” cities in connection with significant sequences of four films by Luis Buñuel, Bruno Stagnaro and Israel Adrián Caetano, Alain Tanner and Alejandro González Iñárritu.

Sumario 1 Cidades brancas? – 2 Weissen Städte: ciudades blancas. – 3 Tres filmes. – 4 Descolonizar Europa. Fantasmas.

Keywords White Cities. Urban Literature. Cinema. Superdiversity. Borders.

1 Cidades brancas?

Mi reflexión arranca de una observación: la difusión de la expresión ‘cidade branca’ para referirse a Lisboa y crear una ‘marca’ de ciudad a partir del film de Alain Tanner, *Dans la ville blanche*. Este fenómeno se puede detectar en otras ciudades relativamente periféricas. Para sustentar mi tesis quiero examinar cuatro ciudades ‘blancas’ a partir de secuencias significativas de films que las representan: *Los olvidados* (1950) de Luis Buñuel, *Pizza, birra, faso* (1998) de Bruno Stagnaro e Israel Adrián Caetano, *Dans la ville blanche* (1983) de Alain Tanner y *Biutiful* (2010) de Alejandro González Iñárritu. Estos filmes se analizan desde una perspectiva transatlántica, transnacional, en un arco diacrónico, y con un énfasis sincrónico en la realidad de las Américas y de la Península Ibérica.

Pero procedamos por orden y antes de nada definamos qué es una ciudad blanca. La idea para esta cadena de asociaciones la provocó el título de un muy conocido filme de Alain Tanner que ha tenido un gran impacto en clave lisboeta. Lisboa es conocida como ‘a cidade branca’ a causa del título de un film de Alain Tanner. En *Dans la ville blanche* (1983) de Alain Tanner el blanco no se refiere al color supuestamente más característico

Diaspore 7

DOI 10.14277/6969-122-5/DSP-7-10

ISBN [ebook] 978-88-6969-122-5 | ISBN [print] 978-88-6969-123-2 | © 2017

de la ciudad sino a la sensación de exilio y distancia con la que percibe el espacio urbano, la ciudad de Lisboa, el marinero protagonista de la película. Paul (Bruno Ganz) es un marinero suizo que llega a Lisboa, donde él decide quedarse un tiempo. Se instala en una habitación con vistas al paseo marítimo, y durante los días se dedica a filmar breves películas sobre la ciudad con su máquina de super-8, que luego envía a su mujer, junto con las cartas que le escribes. Conoce a Rosa (Teresa Madruga), una camarera con la que vive una intensa relación. En la película Alain Tanner reflexiona sobre la soledad y la inconstancia. Nos encontramos también con una concepción del tiempo y del espacio un tanto diversas que nos viene indicado desde el momento cuando se conocen. Como ha indicado Fernando Rosa Dias en el film se presenta Lisboa como un lugar heterotópico, «*não há um continuum* lógica da montagem sequencial concatenando fragmentos adequados às características da cidade de Lisboa. Tanner filmará sempre Lisboa entre o trecho e o conjunto, entre estar dentro e a percorrê-la como que num labirinto, ou a estendê-la numa panorâmica de exteriorização» (Dias 2015, 190-1). El giro de las agujas del reloj colgado de la pared del bar-pensión donde trabaja Rosa se produce en sentido inverso. Como indica Paul sorprendido: «votre montre là marche à l'envers». Pero la escena que explica el sentido de la 'ciudad blanca' no se refiere en absoluto a la luz de Lisboa sino a la situación de depresión en que se encuentra:

Tuve un sueño. Soñé que había dejado el barco, que había ido a la ciudad, que había alquilado una habitación de hotel, sin saber por qué, y que había estado allí, inmóvil, esperando. Soñé que la ciudad era blanca, la habitación era blanca, y también que la soledad es blanca y que el silencio es blanco. Estoy cansado. Me gustaría poder hablar de cualquier cosa.

De aquí se deduce que la ciudad de Lisboa es presentada como lugar de soledad, silencio, depresión, cansancio. Estas palabras del personaje llegan durante un largo plano-secuencia que tiene una gran fuerza metafórica gracias a una cortina movida por el viento. Se concentra el viento como expresión del tiempo y la espera de Paul en esa ciudad. Una declaración de Alain Tanner aclara algo sobre los sentidos de la película: «*cherchant à déstabiliser le temps et l'espace, cherchant à se perdre, [en devenant] cet être qui n'est plus que l'observation du monde, mais sans raison apparente, sans but apparent, c'est le temps qui passe, devant soi*» (Tanner 2006, s.p.). La ciudad de Lisboa se parece menos a un lugar físico. Representa una serie de estados de ánimo. A medida que avanza la película Paul se aleja cada vez más de un mundo normal y se adentra en la marginalidad, transitando por la frontera.

2 Weissen Städte: ciudades blancas

Hemos visto que la película de Alain Tanner presenta la asociación entre ‘ville blanche’ y una ciudad, Lisboa. Pero también existe una atracción por las ciudades blancas en textos alemanes del período de entreguerras. Joseph Roth en su libro *Die weißen Städte* (1925) agrupa artículos dedicados a ciudades de la Provenza, en el sur de Francia. Joseph Roth era un autor alemán, de la Alemania profunda, nacido en Galitzia y que vivió una ‘fuga sin fin’ a causa de la derrota del imperio austrohúngaro al final de la Gran Guerra. Viajó al sol de la Provenza como también hicieron Walter Benjamin y Sigfried Kracauer. Roth escribe desde la pasión del que descubre un mundo soñado en la infancia. El viaje tuvo para él un sentido de liberación: a los treinta años descubrió los ‘pueblos blancos’ de la Provenza, que habían soñado durante una infancia gris en países menos soleados. La atracción por el lugar surgía de una atracción casi goethiana por la luz y al mismo tiempo se sentía lejos de una germanidad opresiva. El sentido fundamental era el de liberación: «gané la libertad de caminar, entre damas y caballeros, entre los músicos callejeros y mendigos, con las manos en los bolsillos del pantalón, prenda de vestuario fijada sombrero y un paraguas roto en la mano» (Roth 1987, 14). Despunta aquí una primera acepción de ‘ciudad blanca’, en contraste con el gris de las ciudades del norte de Europa. Ciudades soleadas, llenas de luz y alegría. Las ciudades blancas le sirven como sitios desde los que reflexionar sobre una vida perdida hecha de infancias truncadas, ilusiones frustradas, promesas incumplidas en las ciudades grises de los países de niebla. Joseph Roth insiste también en el carácter imposible objetivo de su periodismo y la presencia de un subjetivismo visceral. Como explica en las palabras de introducción:

A partir del momento en que he visitado países enemigos ya no hay ninguno en el que me sienta extranjero. Ya no voy al ‘extranjero’. Es un concepto este que parece llegar del tiempo de las carrozas! Como máximo, voy a lo ‘nuevo’. Y me doy cuenta de haberlo ya intuido. Y no puedo ‘contarlo’. Solo puedo contar lo que me ha sucedido a mí y cómo lo he vivido. (Roth 1987, 14)

El libro cuenta impresiones, paisajes, personas. Después de visitar la ciudad de Aviñón Roth escribe unas palabras que nos acercan al concepto de multiculturalidad o, mejor de superdiversidad:¹

1 Como Vertovec explica en su artículo sobre la ‘super-diversidad’, los migrantes no pueden ser fácilmente agrupados en diásporas perfectamente delimitadas porque la realidad de la dinámica cultural es mucho más compleja que lo que se prevé en los modelos simplistas del multiculturalismo, que erróneamente atribuyen homogeneidad y estaticidad cultural para grupos de personas de determinadas partes del mundo (Vertovec 2007, 1024).

¿Tendrá el mundo alguna vez el aspecto de Aviñón? ¡Qué ridículo es el temor de las naciones, incluso de las naciones con convicciones europeas, a que este o aquel 'rasgo diferencial' se pierda y a que la humanidad multicolor se convierta en una gris papilla! ¡A más mezcla, más rasgos diferenciales! No viviré ese bello mundo en que cada individuo representará el todo, pero ya percibo el futuro cuando me siento en la Plaza del Reloj y veo brillar todas las razas de la tierra en el rostro de un policía, un mendigo, un camarero. Es el grado supremo de la 'humanidad'. Y la 'humanidad' es la cultura de Provenza, cuyo gran poeta Mistral respondió asombrado a la pregunta de un erudito deseoso de saber qué razas vivían en esa parte del país: ¿Razas? ¡Pero si hay un solo sol! (Roth 1987, 64-5)

En esta segunda acepción, la ciudad blanca es además de la ciudad solar, de la luz, el espacio de la convivencia sin tensiones entre razas diversas, el espacio del *melting pot*.

El encuentro del escritor alemán con estos lugares del sur de Francia fue iluminador. Para él y otros escritores coetáneos fueron visitas sensuales y seductoras, iluminadas por el sol y sublimes; como oportunidad para alejarse de realidades tristes y sórdidas, escuálidas y sádicas. Aunque la experiencia de la Gran Guerra extiende un velo de melancolía y desencanto sobre estas páginas, en ellas se nos ofrece una visión utópica del futuro de Europa. Viajando hacia atrás en el tiempo, remontándose a los días de esplendor de estas ciudades, Roth encontró la inspiración para imaginar una convivencia integradora y pacífica entre los pueblos, las creencias y las personas:

He reencontrado las ciudades blancas tal como eran en mis sueños. Solo el que reencuentra sus sueños de la infancia, se convierte de nuevo en un niño. Era más de lo que me atreví a esperar. Porque de hecho mi infancia ya está irremediamente alejada de mí, separada por un incendio de dimensiones mundiales, un mundo en llamas. Mi infancia no fue más que un sueño. Fue borrado de mi vida; años que no habían simplemente desaparecido, sino que estaban muertos y enterrados. (Roth 1987, 14)

Unas palabras de Gilloch nos sirven para completar la definición de estas ciudades blancas: «the white cities are home to 'sunshine and noir'. 'Sunshine and noir': such a combination manifests itself in different ways: it involves the juxtaposition of opposites and contradictions, each serving to highlight and accentuate the other» (2010, 83). La suma de las reflexiones anteriores nos permite afirmar en un modo más general que las ciudades se caracterizan por la yuxtaposición de capas de la historia y el origen étnico, por lo tanto alentando las colisiones del tiempo y el espacio, y te-

niendo en cuenta el fenómeno de la hibridación y la mezcla dinámica de los discursos. Una ciudad es un lugar con muchas capas, que pueden leerse en términos de fronteras. Este enfoque ayuda a redefinir el concepto de frontera en sí. Una frontera es una franja de territorio situado entre las fronteras internacionales.

La frontera es, pues, de doble sentido: es física y simbólica, se relaciona con el espacio y con la identidad. El concepto más común de una frontera es una línea de puntos en un mapa, que separa dos estados soberanos o regiones. Pero las fronteras también juegan un papel crucial en la percepción simultánea de la identidad social y política, y de la alteridad. En la literatura argentina del siglo XIX, el espacio pampas era una separación mítica entre civilización y barbarie. En este espacio, se produjo un marcado contraste entre los gauchos y los habitantes nativos, que puede ser percibida como una oposición ontológica entre las ciudades y el desierto.

En las páginas siguientes quiero discutir varios ejemplos que ejemplifican la existencia de fronteras en zonas urbanas. Son zonas urbanas pertenecientes a ciudades que comparten el sentido de 'ciudad blanca' discutido más arriba. Están más cerca de la percepción y definición del espacio urbano en términos de una serie de oposiciones: centro-periferia, rural-urbano, alto-bajo, riqueza-pobreza. Nos serán útil para analizar las diversas situaciones el concepto de frontera desde la perspectiva de su sentido físico y espacial, simbólico e identitario.

3 Tres filmes

En enero de 1950 Luis Buñuel escribió a su amigo José Rubia Barcia sobre el nuevo proyecto de película en la que estaba trabajando. Este proyecto lo consideraba fundamental para el futuro de su carrera como director de cine (y de su destino personal) en México, a donde había llegado desde Hollywood en 1947. La nueva película, decía, será «una mezcla de *Tierra sin pan* y *L'Age d'Or*, pero con el añadido de elementos de los últimos quince años» (Sánchez Vidal 2004, 34).

Para realizar esta película Buñuel realizó una investigación para conocer las entrañas de México D.F. llegando a estudiar los archivos de un reformatorio. Rodó *Los olvidados* (1950), como un retrato terrible de la ciudad en sus aspectos más penosos y atroces. La primera proyección de la película en México - cuenta Agustín Sánchez Vidal en la biografía del director - provocó reacciones violentas, y la expulsión de Buñuel fue exigida por muchos: desde los periódicos, sindicatos, asociaciones (Buñuel 1991, 212). Las proyecciones se interrumpieron después de solo cuatro días, y hubo incluso intentos de agresión física contra el director (Sánchez Vidal 1991, 175). La voz en *off* de la secuencia inicial - que fue impuesta por los productores para evitar las iras del público mexica-

no – presenta un nivel de generalización que parece buscar una conexión con estas películas. De ahí la alusión al problema de los niños abandonados en las grandes ciudades (Nueva York, París, Londres) para después acercar la cámara a la capital de México en un barrido panóptico.

Los olvidados puede ser leída de tres modos diversos y complementarios (Bou 2009). La primera lectura es la que hicieron los nacionalistas mexicanos enojados con Buñuel, que sólo leyeron el nivel más superficial de la denuncia de una realidad desagradable. Una segunda posibilidad es la lectura social, acusándola de película burguesa, como hicieron los comunistas franceses. Hay, por último, una tercera posibilidad, que tiene en cuenta los otros dos, interpretarla en clave surrealista (Gutiérrez-Albilla 2007). La película, de hecho, está dispuesta en dos niveles, el ‘realista’ y el ‘subliminal’, cada uno de los cuales opera de modo independiente. Esto nos permite poner el énfasis en dos aspectos: la denuncia y la visión surrealista. Pero lo que es verdaderamente notable en la película es la capacidad de Buñuel en mezclar estos dos aspectos. El mundo subterráneo subliminal es evidente en las diferentes situaciones edípicas, y también en la repetición de movimientos tales como las armas que golpean sus cuerpos al ritmo obsesivo de la música.

El aspecto de *cidade branca* se pone de manifiesto en el tratamiento que hace Buñuel de la ciudad y en la importancia que tiene el contraste entre el centro y el margen. Este aspecto está hábilmente elaborado en una secuencia de *Los olvidados* que está rodada con una estética del cine mudo y con ecos muy evidentes de una famosa secuencia de *M* de Fritz Lang. A través de un fundido presenta las luces de la ciudad en la noche. Con cámara fija presenta a Pedro que está mirando los objetos que se exhiben en un escaparate. La perspectiva – la focalización – es desde el interior del escaparate. La banda sonora es una musiquilla inocente. El espectador ve como un hombre elegante se acerca a Pedro, se quita los guantes blancos y le habla. Pedro no le presta mucha atención. El hombre insiste, con la mano le gira la cara – obligándolo a mirarlo – le muestra dinero y le pide que lo acompañe. Pedro duda y decide seguirle. El hombre llama a un taxi. De pronto, aparece un policía. El niño, que sabía que la policía lo está buscando por el robo de un cuchillo, se va corriendo. El hombre se va. La secuencia concluye con el policía que pide a los transeúntes que circulen. El hombre viejo y poderoso intenta aprovecharse del muchacho joven y miserable, poniendo precio, sustituyendo las ‘joyas’ por el cuerpo de Pedro.

Otra secuencia destacable es la final, que también es de gran impacto. Vemos cómo un hombre lleva el cadáver de Pedro, que ha sido asesinado por Jaibo, a lomos de un burrito y lo lanza en un vertedero. Es la marginalidad del cementerio (lugar heterotópico para Foucault) dramatizada por el hecho de tratarse de un basurero. Esta ciudad ‘blanca’ de Buñuel es lugar de mezclas y fronteras, heretoropías y espacios cotidianos.

Pizza, Birra y Faso (1997) dirigida por los argentinos Adrián Caetano y Bruno Stagnaro es un film «que expresó el conflicto entre el mundo callejero y las instituciones ciudadanas» (León, Christian 2005, 41). Considerado como «una película emblema del Nuevo Cine Argentino» (Canedo 2009) es un referente ineludible del cine latinoamericano de los años Noventa la cual también se ha considerado como representación de una «estética de la miseria», el tener una visión ‘miserabilista’ o el practicar la ‘porno-miseria’. Según Silvia Díaz, a diferencia del cine de los años sesenta que se focalizaba en personajes que se autoexcluían de la sociedad, «en señal de descontento, el cine independiente de la década del 90 expone una ‘estética de la miseria’ y propone un nuevo tipo de marginalidad, más cruda e implacable, con desplazamientos y exclusiones propios de la Argentina actual, que conllevan la necesidad de idear nuevos modos de resistencia» (Díaz 2005, 117).

La película cuenta la historia de un joven, el Cordobés, que vive en una casa ocupada con un grupo de amigos (Frula, Megabom y Pablo), que vive en una situación difícil y se ve obligado a robar para obtener algún dinero con el que sobrevivir. Su novia Sandra está embarazada y le ha prometido conseguir un trabajo y dejar de robar. El título viene definido por una frase que los personajes repiten: «mientras no falten la pizza, cerveza y cigarrillos, todo es soportable». El final de la película es dramático porque el ‘Córdoba’ muere en un tiroteo, como resultado de un intento de atraco a una discoteca. En opinión de Ana Amado un elemento destacable del film es «un realismo inédito basado en la representación de la violencia lumpen, su declive material y desamparo social» (Amado 2009, 222). El espacio urbano tiene un protagonismo nada despreciable. Este espacio urbano no es presentado de modo aséptico sino que existe una opinión por parte de los directores sustanciado por el contraste entre la villa miseria de Retiro situada junto a lujosos edificios, el vertedero cerca del Río de la Plata a la altura de la Autopista Panamericana o el mismo río cerca del Aeroparque, la pizzería a dónde acuden los jóvenes en oposición al restaurante en el que entran a robar, o bien la zona de Retiro y sus puestos de comida rápida en clara discordancia con los anuncios luminosos de Libertador y Callao. Josefina Ludmer se ha referido en términos contundentes a esta particularidad de las grandes urbes latinoamericanas: «Territorios de extrañeza, miedo y vértigo, con cartografías y trayectos que marcan zonas y límites, entre fragmentos y ruinas» (Ludmer 2004, 104). Se relaciona con la aparición de «una literatura urbana cargada de droga, de sexo, de miseria y de violencia» (103). La ciudad ya no es el espacio de la civilización soñado por la Modernidad, sino que ha regresado a la barbarie. Los habitantes de la misma se organizan en ‘islas urbanas’. Las islas son lugares con «reglas, leyes y sujetos específicos», una suerte de ‘afuera de la sociedad’ pero que en realidad está dentro de ella, lo que permite a estos habitantes de la isla estar fuera de lo social y al mismo tiempo dentro del espacio socio-cultural

común que es la ciudad. Dentro de esta isla, las reglas son diferentes y los habitantes se asocian según los rasgos de sus cuerpos: «un fondo ‘natural como la sangre, el sexo, la edad, las enfermedades o la muerte [...]’. Los iguala por algo que todos tenemos en tanto animales humanos, por algo que está fuera de la sociedad, la historia, la política» (Ludmer 2004, 106). La isla urbana es un concepto del territorio dentro de la ciudad que subraya las dificultades en la (des)identificación o relación alternativa entre grupos de habitantes, que abren una lectura alternativa del relato de la ciudad. Es una ciudad despojada de tradiciones y sin referencias culturales fuertes con el pasado, en la que sus habitantes obtienen su sentido de identidad a partir del rechazo provocado por determinados elementos (raza, clase, lengua,² etc.) que los expulsan fuera de la seguridad de un territorio.

En esta película hay también dos secuencias destacables. En la primera, de ecos buñuelianos, la banda atraca a un cantante sin piernas que se arrastra en un carrito en la noche porteña. En la segunda secuencia, inmediatamente después de esta acción violenta y sin sentido, la banda se refugia en lo alto de unos de los símbolos de la nación argentina y de la ciudad de Buenos Aires, que es reducido a punto de observación de la ciudad y lugar para discusión sindical de los malhechores. El obelisco fue construido en 1936 con motivo del cuarto centenario de la fundación de la ciudad. Se encuentra en la Plaza de la República, en la intersección de las avenidas Corrientes y 9 de Julio. En estas dos secuencias notamos un modo especial que tiene la película de presentar el contraste entre la periferia y el centro. Los escenarios habituales de la banda son descampados adonde el taxista cómplice lleva a los desprevenidos viajeros para ser robados. Reconocemos una dicotomía espacial entre periferia y centro que resulta cuestionada por la representación de los espacios: en el mismo centro detectamos situaciones marginales, modificando la noción de frontera como un ejemplo claro de la opinión de Balibar citada más arriba. En *Pizza, birra, faso* se plantea una dialéctica según la cual la propia marginalidad pasa a ocupar una centralidad. A su vez, a causa de la nocturnidad y del vacío físico de un espacio lleno de valor simbólico, lugar de la memoria como pocos en la ciudad de Buenos Aires, adquiere una marginalidad que se construye a partir de la oposición entre el día-centro y la noche-margen.

La condición de ciudad ‘blanca’ se percibe en su carácter doble, desfocalizada y periférica, en la que se producen invasiones de *aliens* (en el

2 Según Verardi: «El discurso de los jóvenes, una jerga propia que mezcla palabras del lunfardo con insultos y modismos adolescentes (que aparece en primer término en el título del filme), es otro de los factores que permite pensar la tensión adentro-afuera en relación al conjunto más amplio de la sociedad. El lenguaje los vincula y unifica entre sí, a la vez que los separa de los Otros, que son, entre otras cosas, los que hablan de manera ‘diferente’» (Verardi 2009, s.p.).

sentido de forastero o extranjero). No admitido en un orden, que deciden romper mediante la invasión de un lugar casi sacro mediante un acto de rebelión. Es una ciudad modelo (sueño o proyecto) que parece reflejar la propuesta de un gran documentalista como Haskel Wexler, quien en *The Living City* (1953) (*The Living City*) presentó una visión crítica y alternativa de los problemas de las grandes urbes norteamericanas. Puede ser leída como una apología para explicar el fenómeno de la fuga de blancos del centro de las ciudades, explicando los problemas de los barrios del centro en las ciudades de los Estados Unidos y con una visión claramente positiva de la expansión suburbana. La película enfatiza la solución de los complejos de vivienda pública (los denostados *Housing Projects*), edificios de gran altura que en aquel momento se veían como una solución para los problemas de los pobres en las grandes ciudades. Pronto se iban a convertir en infierno (pesadilla o caos).

Verardi ha afirmado que la secuencia de la toma del Obelisco presenta una importante afinidad entre exterior (reglamentado) e interior (invisible y simbólico):

El interior de uno de los principales monumentos de la ciudad, al que se sitúa como su centro, revela la misma sordidez que el afuera: un cartón de vino, recortes de diario pegados en las paredes, suciedad. Es como si el símbolo de la ciudad expresara, acorde con ella, su misma dicotomía: un costado luminoso, atractivo a los ojos, y un costado oscuro, miserable. (Verardi 2009, s.p.)

Sandra, la compañera del Cordobés decide no saltar la reja y se separa de ellos. La cámara enfoca a Sandra hablando con el Cordobés a través de la reja, plano que enfatiza el aspecto carcelario del monumento e incluso de la situación de los protagonistas. Prefigura también la detención que se producirá poco después. La secuencia rodada dentro del Obelisco, está caracterizada por el uso de la cámara a mano, recurso que sirve para provocar un efecto de filmación documental, de inestabilidad, como si se tratara de una secuencia bélica o de un reportaje televisivo filmado en directo. Dentro del Obelisco encuentran lo mismo que se puede encontrar afuera de él. El contraste entre luz de la ciudad iluminada y la oscuridad del recinto parece evocar el que existe entre la centralidad y la marginalidad de los muchachos de la situación.

La película *Biutiful* (2009) que Alejandro González Iñárritu realizó en Barcelona tuvo una recepción controvertida. Curiosamente, despertó algunas comparaciones con la película (o *infomercial*) de Woody Allen, *Vicky Cristina Barcelona* (y en algunos casos con *Los olvidados* de Buñuel). Lola Clemente apuntó:

La Ciudad Condal de *Biutiful* se sitúa en las antípodas de la Barcelona de publlirreportaje que filmó Woody Allen en *Vicky Cristina Barcelo-na* (2008), sede de la cultura y de la modernidad a la vez que escenario exótico donde las turistas de la alta burguesía podían enamorarse de latinos glamourosos (casualmente, Javier Bardem). Iñárritu dinamita esa Barcelona de folleto de Gaudí haciendo trasegar a su protagonista por calles mucho más humildes, repletas de suciedad y de edificios ruinosos que contienen viviendas insalubres en las que se hacinan los inmigrantes sin papeles. (Clemente Fernández 2010, s.p.)

Lluís Bonet Mojica titulaba su crítica con palabras significativas, que se fijaban en los aspectos marginales de la película, *Biutiful: En las cloacas de la vida* y apuntaba:

Es una tragedia demoledora, habitada por tipos que llevan estampada en su cara la marca del perdedor. [...] *Biutiful* se sumerge en los lóbregos interiores de una gran ciudad mestiza, en este caso Barcelona, aquí alejada del estereotipo turístico mostrado por Woody Allen. (Bonet Mojica 2010, s.p.)

Cuando el film fue presentado en Cannes *La Vanguardia* publicó unas declaraciones del director que denotaban alguno de los motivos del film: «Es una ciudad hermosa, pero un día caminando por Barcelona, después de no haberla visitado por muchos años, me sorprendí de la comunidad vibrante, compleja, diversa, que está formándose en los suburbios de Barcelona, que poca gente ve o no quiere ver o no quiere integrar» (González Iñárritu). En realidad se refería a Barcelona, como caso típico de lo que se puede reconocer en todas las grandes ciudades europeas, donde se está reedificando la sociedad.

Lo más destacable de la película es que presenta una Barcelona despersonalizada, sin ninguna atención al maquillaje forzado por la maniobra de transformación (y prostitución) generada por los atractivos turísticos. El foco, a través del trágico protagonista, son los inmigrantes. Dos secuencias son destacables. La primera es la brutal carga policial contra los vendedores africanos que han ocupado el centro de la ciudad con sus mercancías. La segunda es la llegada a la playa junto al *Port Olímpic* de grandes bolsas negras que contienen los cadáveres de inmigrantes ilegales chinos. Lo que seguramente no sabía González Iñárritu es que esa playa fue antes conocida como el Somorrostro o Pekín y era el centro del chabolismo urbano barcelonés hasta los años cincuenta. La secuencia evoca la secuencia final de *Los olvidados*. Los cadáveres llegan en grandes bolsas de basura, a esa playa, centro de la actividad turística barcelonesa, denunciando o poniendo en evidencia de manera inconsciente su pasada marginalidad.

En una entrevista de Jorge Volpi, González Iñárritu reconoció parcial-

mente esta asociación. Destacando la importancia de la tragedia personal del protagonista, Uxbal, la definía como una «tragedia clásica en tiempos modernos, la lucha de un individuo contra el destino. *Biutiful* es la historia de un hombre que descubre el amor y el sentido de la vida en los momentos más difíciles, de un hombre que lucha contra la corrupción social y su propia corrupción interna» (Volpi 2010, s.p.). A la pregunta de Volpi «¿Por qué esa Barcelona oscura, de la inmigración ilegal?», el director afirmó que después de construir al personaje y su conflicto íntimo, encontró dónde ubicar su historia y se decidió por la ciudad de Barcelona destacando la contradicción entre la belleza del lugar y la situación límite de muchos de sus habitantes.

Para el director era un modo de hacer visibles a los invisibles. Añadía: «Decía yo, en broma, que no es una película sobre el bicentenario de la independencia, sino de la conquista, pero de la conquista de España por parte de los inmigrantes». Volpi destacaba el hecho de que hay un intercambio fílmico e histórico fascinante, «porque tu película remite de inmediato a *Los olvidados*, de Buñuel, solo que ahora es un mexicano quien retrata la miseria social española, tal como un español retrató la mexicana» (Volpi 2010).

Irónicamente, esta contradictoria centralidad de la marginalidad ya era destacada en un artículo en *La Vanguardia* sobre el Somorrostro de 1935:

[E]s curioso eso de que unos cuantos centenares de ciudadanos no tengan existencia oficial. [...] La barriada de Somorrostro - a cuatro pasos de la Ciudadela, a unos metros de la Barceloneta - tiene un vivir puramente fantasmático. Es decir, vive como de matute o contrabando. (Ruiz de Larios 1935, s.p.)

De hecho el Somorrostro todavía existe. Son los son los CIES, los Centros de Internamiento de Extranjeros. Y como el de los años treinta, continúa siendo invisible, demasiado incómodo para la mirada del visitante-turista que llega para relajarse y desconectar durante unos días, o para el habitante que tienen que esconder a todo precio esta realidad incómoda y que le hace perder brillo y atractivo a su fuente de ingresos. Barcelona es también una ciudad blanca, que como en las anteriores domina un carácter doble, desfocalizado y periférico, en la que se producen invasiones, donde hay islas en el centro urbano, habitadas por ciudadanos sin estatuto reconocido, invisibles para el resto de los habitantes.

4 Descolonizar Europa. Fantasmas

Las ‘ciudades blancas’ que he analizado aquí son *ciudades brancas*, es decir desfocalizadas y periférica, invadidas y rebeldes, modelo (sueño o proyecto) e infierno (pesadilla o caos). Situadas en los extremos respecto a unos centros. En el caso de Lisboa domina una visión panóptica, se alude a los

peligros de la gran ciudad, se utiliza la Estação do Rossio como puerta de entrada (frontera), para acceder a las dificultades. Lo que se expresa en clave cómica, con estética de cine musical en la película de José Cottinelli Telmo, *A Canção de Lisboa*, llega a un extremo que ha marcado estilo en la contundente trilogía de Fontainhas de Pedro Costa. En el film de Buñuel, Mexico D.F. es presentado también desde una visión panóptica inicial (en amplio contraste con el final tan fuerte). Vemos el contraste entre la ciudad espectáculo, *playground* para los pudientes y lugar de peligro para los más débiles, los 'olvidados'. La ciudad blanca es escaparate, que marca la distancia y frontera entre lo social: la riqueza y la pobreza. El abuso sexual de los menores, más desprotegidos. En la secuencia final el énfasis pasa a un lugar heterotópico: el cementerio convertido en vertedero. En Buenos Aires destaca un centro abandonado de noche, la ciudad de los *squatters* y de la marginalidad. El obelisco, que es símbolo de la fundación de la ciudad de Buenos Aires, cerca del centro del poder, resulta 'ocupado' y sirve como punto de observación de la ciudad. Por otra parte, Barcelona, que ha sido víctima del éxito como destino turístico después de los Juegos Olímpico de 1992, de la que se ha inventado la 'marca Barcelona'. La imagen estereotipada propiciada por el *infomercial* de Woody Allen contrasta con la ciudad policial, de la represión, del comercio ilegal, con inmigrantes en situaciones inhumanas. La playa no es lugar de asueto, sino como en el pasado cementerio o vertedero.

Las *ciudades brancas* son ciudades tópicas, idealizadas, que corresponden al tiempo de la infancia, decían los escritores alemanes, idealizando un paisaje urbano que identifican con un clima agradable y una situación de *melting pot* que es insoportable en sus países de origen.

Nos encontramos en un momento de transformaciones y encrucijadas. Como ha dicho Eduardo Lourenço solo promoviendo la descolonización de Europa podremos percibir lo que está sucediendo actualmente. Porque lo que nos está sucediendo es algo radical: nuestro tiempo ya no es universal; Europa ya no es el centro del mundo; ni tampoco es sinónimo de cultura (Lourenço 2001, 4). cada día la gente que hace 150 años Hegel había considerado como 'fuera de la historia' nos desafían, nos juzgan y cuestionan nuestra historia pasada, volviendo a contarla a partir de múltiples voces y desde muchos lugares alternativos. En cierto modo nos restituyen la «*nossa particularidade de ocidentais*» (Lourenço 2001, 45) consiguiendo que Europa sea cada vez más provinciana. Estas películas son garantía de la existencia de la memoria de un tiempo en unas ciudades y nos ayudan e entender las realidades complejas, *brancas*, de las mismas.

Bibliografía

- Amado, Ana (2009). *La imagen justa. Cine argentino y política (1980-2007)*. Buenos Aires: Colihue.
- Barnes, John; Wexler, Haskel (1953). *The Living City*. URL <http://www.travelfilmarchive.com/item.php?id=12951> (2016-12-10).
- Biutiful* (2010). Dirigido por Alejandro González Iñárritu. España; México: Televisió de Catalunya, Televisión Española, Cha Cha Cha Films, Focus Features International.
- Bonet Mojica, Luis (2010). «'Biutiful': En las cloacas de la vida». *La Vanguardia*. URL <http://www.lavanguardia.com/cine/20101203/54079707330/biutiful-en-las-cloacas-de-la-vida.html> (2016-12-10).
- Bou, Enric (2009). «Crudeltà e violenza. *Los olvidados (I figli della violenza)* de Luis Buñuel». *Solo i giovani hanno di questi momenti. Racconti di cinema*. A cura di Bisutti F., Borin F.. Venezia: Libreria Editrice Cafoscarina, 19-34.
- Buñuel, Luis (1991). *Dei miei sospiri estremi*. Milano: SE SRL.
- Canedo, Nicolás (2009). «El realismo y la tónica de la marginalidad. El caso de dos ficciones televisivas: *Okupas* y *Tumberos*» [online]. URL <https://docs.google.com/viewer?url=http%3A%2F%2Fsemiotica2a.sociales.uba.ar%2Ffiles%2F2014%2F04%2FEl-realismo.doc> (2016-12-11).
- Clemente Fernández, Lola (2010). «Crítica de la película 'Biutiful' de Iñárritu, con Javier Bardem» [online]. *The Cult*. URL <http://www.thecult.es/critica-de-cine/critica-de-la-pelicula-biutiful-de-inarritu-con-javier-bardem.html> (2016-12-11).
- Dans la ville blanche* (1983). Dirigido por Alain Tanner. Suiza; Reino Unido; Portugal: Channel Four Films, Filmograph S.A., Metro Filmes, Télévision suisse romande.
- Dias, Fernando P.R. (2015). «As cores da cidade branca - Lisboa no ecrã: olhares do cinema estrangeiro sobre a cidade de Lisboa». *O Chiado e o cinema. Do cinematógrafo ao videomapping*. Artes na esfera pública. Ed. Quaresma, José. Lisboa: Instituto Camões, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 177-201.
- Díaz, Silvia (2005). «La construcción de la marginalidad en el cine argentino: la generación del 60 y el cine de los 90». *Civilización y barbarie en el cine latinoamericano y argentino*. Ed. Lusnich, Ana Laura. Buenos Aires: Biblos, 105-20.
- Gilloch, Graeme (2010). «Sunshine and Noir: Benjamin, Kracauer and Roth visit the White Cities». Anca, Pusca, *Walter Benjamin and the Aesthetics of Change*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 82-95.
- «González Iñárritu utiliza Barcelona en 'Biutiful' como laboratorio de la globalización» (2010). *La Vanguardia*. URL <http://www.lavanguardia.com/cultura/20100517/53928392539/gonzalez-inarritu-utiliza-bar>

- celona-en-biutiful-como-laboratorio-de-la-globalizacion.html (2016-12-11).
- Gutiérrez-Albilla, Julián Daniel (2007). «Fictions of Reality/Documents of the Real Encounter: Mise-en-abîme and the Irruption of the Real in Luis Buñuel's *Los olvidados* (1950)». *Hispanic Research Journal*, 8(4), 347-57.
- León, Christian (2005). *El cine de la marginalidad: realismo sucio y violencia urbana*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, Sede Ecuador Ediciones Abya-Yala, Corporación Editora Nacional.
- Los olvidados* (1950). Dirigido por Luis Buñuel. México: Ultramar Films.
- Lourenço, Eduardo (2001). *A Europa Desencantada. Para Uma Mitologia Europeia*. Lisboa: Gradiva.
- Ludmer, Josefina (2004). «Territorios del presente. En la isla urbana». *Confines*, 15, 103-10.
- Pizza, birra, faso* (1998). Dirigido por Bruno Stagnaro y Israel Adrián Caetano. Argentina: Palo y a la Bolsa Cine.
- Roth, Joseph (1987). *Le città bianche*. Milano: Adelphi.
- Ruiz de Larios, J. (1935). «Las barracas del Somorrostro: una playa barcelonesa». *La Vanguardia*, 6 Julio.
- Sánchez Vidal, Agustín (1991). *Luis Buñuel*. Madrid: Cátedra.
- Sánchez Vidal, Agustín (2004). «El largo camino hacia *Los olvidados*». *Los olvidados: una película de Luis Buñuel*. México: Fundación Televisa, 11-93.
- Tanner, Alain (2006). «'Interview' et 'Spécial cinéma'». *Dans la Ville blanche* [DVD]. Küsnacht, Pelican films.
- Verardi, Malena (2009). «Pizza Birra Faso: Ciudad y margen» [online]. *Bifurcaciones*. URL <http://www.bifurcaciones.cl/009/pizzabirrafaso.htm> (2016-12-11).
- Vertovec, Steve (2007). «Super-diversity and Its Implications». *Ethnic and Racial Studies*, 30(6), 1024-54.
- Volpi, J. (2010). «'Biutiful' habla de la conquista de España por los inmigrantes» [online]. *El país*, 3 diciembre. URL http://elpais.com/diario/2010/12/03/cine/1291330801_850215.html (2016-12-11).

Mobilidade humana e circularidade de ideia

Diálogos entre a América Latina e a Europa

editado por Luis Fernando Beneduzi e Maria Cristina Dadalto

Livros, leituras e circulação de saberes nas teses médicas sobre a epidemia de cólera da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (C. 1855): notas preliminares de pesquisa

Sebastião Pimentel Franco, André Nogueira
(Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Abstract It proposes a discussion on the production of medical theses submitted to the Faculty of Medicine of Rio de Janeiro (FMRJ) who lectured about the cholera-morbus at the time the epidemic arrived in Brazil (ca. 1855). The goal is to understand the influence of certain foreign authors, lenses of faculty, medical paradigms, besides the canons imposed for making the final course work of 'doctoral students'. These looks bring together some questions as to the 'history of reading and the book' which, only recently, have been thought by historians that focus on the 'medical book'. This particularly for forms of 'circulation' of medical knowledge for the production of the final course of the doctoral FMRJ work in the context of the arrival of the cholera epidemic to the Empire.

Sumário 1 Introdução. – 2 Teses médicas: textos, contextos e circulação de saberes.

Keywords Medical thesis. Books and readings. Circulation of knowledge. Cholera-morbus.

Na sua marcha enigmática e caprichosa zombou de todas as previsões, de todos os cálculos. Ilhas, continentes, lugares elevados e profundos, secos ou úmidos, cidades e campos, estações e climas quentes ou frios, e, toda parte se tem mostrado o cólera-morbus, sem poupar idade, sexo, nem profissão.

(Chernoviz 1890, 578)

1 Introdução

Pretendemos, neste artigo, discutir como a medicina oficial no Brasil do Império produziu explicações e ações contra uma das epidemias mais temidas e emblemáticas do século XIX: o cólera (Beltrão 1999, Franco 2013, Evans 1987, Rosemberg 1992). Para tal abordagem, e tendo em conta as limitações físicas de um artigo, propomos analisar o conteúdo de três teses médicas ofertadas à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (doravante,

Diaspore 7

DOI 10.14277/6969-122-5/DSP-7-11

ISBN [ebook] 978-88-6969-122-5 | ISBN [print] 978-88-6969-123-2 | © 2017

FMRJ) e defendidas à época em que o cólera adquiriu lugar de relevo nas preocupações dos representantes da medicina douta e das autoridades imperiais, entre os anos de 1855 e 1856.¹

Debruçando sobre as teses médicas produzidas pelos doutorandos, que, com a sua redação e defesa, almejavam o término do curso e a inserção profissional – e social – como ‘médicos formados’, deparamo-nos com questões cruciais para o saber médico da época, a exemplo das controvérsias entre o ‘contagionismo’ e ‘infeccionismo’; a atribuição multifatorial para a ocorrência das enfermidades, como o acúmulo de ‘miasmas’ pútridos, variações climáticas, condições telúricas, moradas, estilos de vida, ‘usos e abusos’ das pessoas no que versa sobre trabalho, práticas sexuais, consumo de alimentos e álcool; e a influência do discurso higienista no saber médico estudado, entre outros vetores.

Aqui se pretende empreender uma primeira incursão no conteúdo das teses médicas que tiveram como principal temática a epidemia de cólera. Pensamos os trabalhos de final de curso oferecidos pelos doutorandos como um dos produtos da Medicina douta do Brasil Imperial (ou um gênero textual, como nos parece mais adequado). Assim, procuramos interpretar as teses médicas como um gênero do ‘livro médico’, partindo inicialmente dos olhares de Pécora (2001) e Moisés (2004). Moisés chama a atenção, em seu verbete *Gênero*, a despeito das controvérsias históricas, estéticas e de classificação/estratificação que remontam à Antiguidade e da polissemia do conceito, que o «gênero designaria os aspectos primários, amplos e reiterados de uma série de obras», além de servir «para designar categorias literárias em diversos níveis» (Moisés 2004, 119), em vista da variedade e polivalência das produções textuais. De modo análogo, Alcir Pécora, em seu *Máquina de Gêneros*, chama atenção para a importância de se observar os cânones, estruturas textuais e formais – a produzirem,

1 As teses em análise foram escritas pelos doutorandos Henrique de Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, procedente de Niterói, Rio de Janeiro, e filho legítimo do Visconde de Albuquerque; João Antônio de Godoy Botelho, procedente do Rio de Janeiro e filho do Tenente de Artilharia a Pé, Manoel Antônio Botelho, e A.J. Soeiro de Faria, da província do Rio Grande do Sul e filho de Alexandre José Soeiro de Faria. Consultando os classificados do *Almanack Laemmert* num arco de vinte anos após a defesa de suas teses – ou seja, entre os anos de 1756-76 – conseguimos acompanhar parte da inserção profissional e social dos nossos ‘novos doutores’. João Antônio de G. Botelho aparece em quatorze classificados, oferecendo seus serviços em endereços variados, como a Rua da Quitanda, o Beco do Cotovelo e a Rua da Candelária. No ano de 1876, Botelho acrescenta em seu classificado: «especialidade: moléstias das crianças». Já o Dr. Soeiro de Faria – com nove classificados entre 1865-76 – não deve ter querido voltar em definitivo para o Sul e, a partir de 1865, poderia ser encontrado na Rua do Sabão. No ano de 1870, instalou-se à Rua das Flores, oferecendo, no novo endereço, também serviços de farmácia e, a partir de 1871, acrescenta a distinção de ‘capitão honorário’. Em 1874, Soeiro de Faria passa a atender à R. do Riachuelo, acrescentando a suas insígnias uma «Medalha concedida ao exército, à armada e aos empregados civis em operações na Guerra do Paraguai, por decretos nr. 4.560 e 4.573 de 6 e 20 de Agosto de 1870» (Almanak Laemmert 1857-76).

especialmente, determinadas convenções e condicionalismos no produto dos textos – próprias de determinados gêneros literários, a exemplo da epístola e dos tratados, em diversos momentos tomados como fonte de interpretação história.

Nessa perspectiva, ao analisarmos os textos produzidos pelos doutorandos, deparamo-nos com os cânones, enquadramentos e determinações dos estatutos produzidos pela FMRJ; as influências dos paradigmas médicos oitocentistas, dos autores em voga e dos lentes que formavam os futuros doutores – parte deles, aliás, inseridos na burocracia imperial – entre outros elementos condicionantes e convencionais, a moldar um tipo específico de texto médico. Esse tipo de olhar converge ainda para algumas questões debatidas e caras à ‘história do livro e da leitura’, que apenas mais recentemente têm sido pensadas pelos historiadores que se debruçam sobre o ‘livro médico’ (Costa, Cardoso 2011; Gondra 2004; Gonçalves 2013; Nogueira 2012).

A elaboração das teses para a obtenção do grau de doutor dos estudantes de Medicina do Império, com suas regras e influências intelectuais, igualmente nos aproxima – como será mais bem discutido adiante – do conceito desenvolvido por L. Fleck de ‘coletivo de pensamento’ (Fleck [1935] 2010, 81-95).

2 Teses médicas: textos, contextos e circulação de saberes

«Esta tese está conforme aos Estatutos». Tal assertiva pode ser lida, com ligeiras variações textuais, na última página das teses oferecidas pelos doutorandos à FMRJ, antes dos nomes de seus três avaliadores. Assim, a observância dos ‘Estatutos’ serviria como um dos principais vetores de enquadramento e normalização de tais textos médicos (Gondra 2004, 12, 109). Mas, afinal, o que diziam os Estatutos, no que tange à produção dos trabalhos de final de curso?

Tomando como base os nove artigos que compõem o capítulo 6 (da defesa de teses) do título 2 (Do *Regimen* das Faculdades) dos Estatutos... aprovados no ano de 1854, por reger a escrita das teses dos nossos doutorandos, é possível perceber, primeiramente, que a própria composição do trabalho reproduzia a divisão do saber médico – e, obviamente, de sua transmissão – proposta pela FMRJ. Nesse sentido, aqueles que terminavam o curso de Medicina precisavam escrever sobre temas que abarcassem as ‘ciências acessórias’ (a exemplo da Física, Química e Mineralogia, Botânica e Zoologia, entre outras), ‘ciências médicas’ e ‘ciências cirúrgicas’. Assim, seriam propostas dez questões previamente definidas pelos lentes em exercício na Faculdade no início do ano letivo, para serem objeto da escolha dos alunos. Cada doutorando tomaria para si três dessas questões, uma de cada segmento do curso, sendo uma delas objeto de sua dissertação, con-

figurando o conteúdo mais substancial e sistematizado das teses (Coleção das Leis do Império - CLI). Aliás, não raramente as questões formuladas pelos mestres apareceriam reproduzidas nas teses sob a forma de 'título' das seções, como supõe acertadamente Gondra (Gondra 2004, 151). Por isso, nas três teses médicas aqui tomadas como fontes, encontramos um mesmo título a ser dissertado: «Da Cólera-Morbus, sua sede, natureza, e tratamento. Será contagiosa?».

Em vista da produção canônica das teses; da influência da Faculdade e de seus lentes, ao elencarem temas e caminhos de abordagens; e da importância de determinados paradigmas médicos, na afirmação e institucionalização da Medicina do Império, nos parece plausível a percepção de tais textos e da dinâmica da sua autoria, a partir do conceito de 'coletivo de pensamento', cunhado por Fleck ([1935] 2010, 81-2).

Aliás, um olhar mais específico sobre o conteúdo da seção 'dissertação' das teses aqui analisadas revela um verdadeiro *desfile* de menções a dezenas de autores - além de algumas citações mais diretas de suas respectivas obras - para conferir legitimidade aos textos redigidos por nossos doutorandos e inseri-los no circuito da literatura médica produzida e consumida nas «instituições médicas das Nações mais adiantadas».

Para esta análise, concentramo-nos deliberadamente em considerar de modo mais detido apenas os autores citados três ou mais vezes pelos doutorandos em suas teses. Nesse contexto, entre os autores mais referidos pelos futuros médicos, percebemos significativas proximidades e repetições: dos dezoito nomes mais encontrados nas teses, apenas quatro deles não aparecem em pelo menos um dos três trabalhos de final de curso aqui analisados; percepção que confirma que as escolhas desses autores seriam, presumivelmente, condicionadas por fatores como a ressonância dos autores citados entre os lentes da FMRJ; o acesso a determinados livros importados e ao idioma original dessas obras; à maior aceitação de certos paradigmas médicos pela medicina douta do Império.

Em algumas passagens dessas teses, para além do uso de um mesmo 'rol de autores' para corroborar uma dada exposição de conteúdo, é possível perceber ainda significativas similitudes na própria construção dos textos dos doutorandos. Ao argumentar sobre a 'antiguidade' de registros acerca do cólera, por exemplo, lemos na tese de Henrique de Albuquerque:

Quanto à sua antiguidade, também grandes questões tem havido: tendo mesmo chegado a se fazerem dois partidos entre os médicos; uns, entre esses o Sr. Littré, querem que esta enfermidade seja mui recente, sendo a literatura que lhe diz respeito sua contemporânea; pelo contrário outros, como os Srs. Gendri, Double e Ozanam, estabelecem que ela data de longos séculos.

Pensamos como o Sr. Littré, quanto a antiguidade da cólera-morbus na Europa, pelos escritos gregos e romanos, onde não encontramos vestígio

algum preciso de cólera epidêmica, mas sim descrições da esporádica. (Albuquerque 1856, 16-7)

Já João A. de Godoy Botelho, sobre o mesmo ponto, escreve em sua tese um texto em tudo próximo ao de seu 'colega', valendo-se, inclusive, praticamente do mesmo conjunto de autores. Entretanto, é interessante notar que a mesma bibliografia seria acionada pelos formandos para sustentarem posicionamentos aparentemente opostos quanto à 'antiguidade' da epidemia – pelo menos no que versa sobre sua ocorrência na Europa (Botelho 1863, 15).

Em consonância com as considerações de Monique Gonçalves, que interpretou as teses médicas que trataram da epilepsia e demais 'nevroses', percebemos também, entre as referências citadas sobre a epidemia de cólera, a importância dos autores franceses, embora esses estivessem longe de ser exclusivamente lidos pelos formandos da FMRJ (Gonçalves 2013, 75-6).

Há que se notar, nessas referências, a preponderância do paradigma anátomo-clínico – embora este coexistisse com outros paradigmas médicos, como a nosologia e o ecletismo – presentes na formação dos doutorandos e, obviamente, acionados pelos demais representantes da Medicina douta do Império em âmbito mais geral, sobretudo em suas primeiras décadas.² Mesmo correndo o risco de sermos esquemáticos, podemos caracterizar essa percepção do corpo enfermo a partir da valorização das 'observações' e da experiência, marcada fundamentalmente pela aproximação entre a Medicina e a cirurgia; da afirmação de uma patologia médica de matizes mecanicistas, no que diz respeito às relações entre os fatores ambientais e os seres vivos; de uma percepção pontual das 'lesões' existentes no corpo doente, que passaram progressivamente das 'fibras' e órgãos aos tecidos, numa escala de observação cada vez mais 'micro' (Edler 2011, 27-48; Foucault 2004; Ferreira 1994, 58-61). Para sancionar esse tipo de olhar sobre as doenças e os corpos doentes, era preciso esquadrihá-los copiosas vezes. Daí o desenvolvimento da observação clínica e das ações pedagógicas se fazerem, por excelência, num espaço hospitalar que passaria progressivamente a ser dominado e regrado pelos representantes da Medicina oficial. Somava-se a essa realidade a sofisticação e a frequência das 'anatomias' (dissecações) (Foucault 2004, 138; Weiner, Sauter 2003, 27-8).

Além disso, a anátomo-clínica, como outros vetores do saber médico oitocentista, atribuía tipicamente explicações multicausais para a ocorrên-

² Para uma abordagem mais consistente sobre os componentes da doxa médica do Império (nas palavras do próprio autor), além das controvérsias e alterações (ancoradas em 'pontes' e 'redes' com os saberes e as instituições médicas 'tradicionais') nesse campo científico, conferir Edler 2011.

cia das doenças, em que se faziam presentes ‘miasmas’ e demais ‘vapores pútridos’, aspectos climáticos e telúricos, balizadas pelas leituras neo-hipocráticas, além da estatística e topografia médicas, somando-se a questões mais ligadas à higiene e aos ‘modos de viver’ dos indivíduos acometidos pelos mais variados achaques (Edler 2011, 27-38; Jordanova, Porter 1997, 138; Hannaway 1997, 292-308; Corbin 1987; Kury 1990, 88 sgg.). Rol de explicações que, obviamente, habita as teses médicas aqui interpretadas em suas explicações acerca da aquisição e difusão da epidemia de cólera.

Assim, dentre os autores mais citados pelos nossos doutorandos, encontramos nomes como o de François Magendie (1783-1885), Pierre Rayer (1793-1867) e Jean Bouillaud (1796-1881), referidos copiosas vezes nas páginas das três teses aqui analisadas. Tais autores estão dentre aqueles que representavam e construíram a anátomo-clínica. Magendie, por exemplo, seguiu de perto o legado de Bichat (1771-1802), embora igualmente tenha postulado uma série de críticas ao seu ‘sistema’. Valorizava a observação cuidadosa e repetida dos fenômenos mórbidos para sua categorização. Entretanto, para o autor, a experimentação, sobretudo do funcionamento anatômico, deveria ser empreendida com maior assiduidade, para tratar dos principais fenômenos da vida, pensados por ele tanto em nível ‘micro’ – como no crescimento e na nutrição – como ‘macro’ – processo resultante das ‘ações funcionais’ (Bynun, Bynun 2007, 829-31).

Outro nome frequentemente visto entre os autores mais usados pelos doutorandos é o do polêmico François-Joseph-Victor Broussais (1772-1838). Broussais forjou uma doutrina própria que, a um só tempo, insurgia-se contra a nosologia, a anátomo-clínica – com críticas especialmente dirigidas a Pinel e Bichat – e o ecletismo, ao defender que as doenças seriam provenientes de ‘irritações’ – sobretudo sediadas no aparelho digestivo, ou ‘gastroenterites’ – provocadas por estímulos internos ou externos – a exemplo do ‘clima’ e dos ‘usos’ dos indivíduos, o que incluiria o comportamento moral – que percorriam diferentes órgãos – e, principalmente, tecidos – do corpo enfermo, filiando-se assim às teorias médicas de vertentes fisiológicas e localistas (Ferreira 1994, 61; Bynun, Bynun 2007, 266-8; Kury 1990, 83 sgg.). Além disso, o médico francês é responsável pela criação de uma ‘teoria das febres’, na qual propôs uma interpretação sistêmica da ocorrência dessa controvertida doença – como era vista à sua época – especialmente a partir de sua experiência médica ‘nas tropas’ (Foucault 2004, 203).

Em vista dos principais sintomas que caracterizavam o cólera, podemos presumir a consonância da doutrina das ‘irritações’, proposta por Broussais – especialmente de sua noção de ‘gastroenterite’ – nas iniciativas de definir as causas e evolução da enfermidade. Além disso, não seria difícil imaginar que a ressonância do localismo de Broussais no Brasil fosse influenciada pela própria formação dos lentes da FMRJ. Cruz Jobim, diretor da Faculdade à época da produção das teses aqui analisadas, por exem-

plo, doutorou-se na Faculdade de Paris e fora aluno do próprio Broussais, embora, como será visto adiante, a despeito da autoridade e ressonância das ideias do médico francês, havia igualmente espaço para controvérsias em torno da ‘gastroenterite’ como explicação para a natureza e a sede da epidemia. A presença das obras de Broussais também nos serve como evidência para atestarmos as variações nas orientações teóricas de que lançavam mão os médicos formados e, decerto, aqueles que os formavam na FMRJ, a despeito, como dito, da preponderância do paradigma anátomo-clínico.³

Entretanto, nenhum dos autores cujos nomes podem ser lidos nas teses médicas aqui analisadas fora mais citado que o ‘ilustrado professor’ Francisco de Paula Cândido. O médico, além de lente de «Física em geral, e particularmente em suas aplicações à Medicina», disciplina do primeiro ano do curso, foi comissionado pelo governo imperial para estudar a epidemia de febre amarela. Presidiu a Junta de Higiene Pública, chegando a membro do Conselho do Imperador, sendo ainda Comendador da Ordem da Rosa, Cavaleiro da Ordem de Cristo e médico da Câmara Imperial, além de membro titular da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, instituição que presidiu em três ocasiões, dentre outros títulos, comendas e distinções. O Dr. Paula Cândido produziu, entre outras obras, *Relatórios...* acerca das epidemias que grassavam na Corte – com destaque para o cólera e a febre amarela – que seriam os escritos de sua lavra mais citados nas teses aqui estudadas, entre outros textos médicos.

Assim, consideramos aqui que os juízos tecidos pelo Dr. Paula Cândido sobre alguns aspectos específicos da epidemia de cólera, a exemplo de sua sintomatologia e seu posicionamento acerca da natureza ‘contagiosa’ ou ‘infecciosa’ do acaque, influenciaram decisivamente os doutorandos nos textos de suas teses e, igualmente, exprimiam o olhar ‘oficial’ sobre a epidemia.⁴

Outra faceta que nos chamou atenção diz respeito à forma com que os doutorandos aqui analisados registraram o contato que travaram com os vários autores que nomeiam no curso das páginas por eles escritas. Como observaram Gondra e Gonçalves, nas fontes aqui compulsadas igualmente constatamos que a maioria das menções à literatura médica lida aparecia estrategicamente como ‘argumentos de autoridade’, a corroborar e legi-

3 Os estudos de Monique Gonçalves e Luiz Otávio Ferreira apontam realidades análogas às aqui encontradas acerca das percepções sobre a epidemia de cólera e a utilização de diferentes referenciais teóricos na FMRJ. Cf. Gonçalves 2013, 60-2; Ferreira 1994, 58-64.

4 Valendo-se do conceito de ‘etiqueta científica’, de Shapin 1994, Flávio Edler tece interessantes considerações sobre o *status* e a preponderância de determinados médicos e/ou grupos no Império e os mecanismos de validação, institucionalização e afirmação de certos posicionamentos acerca das doenças e das explicações para suas causas, sinais e sintomas, e ações de Estado, cf. Edler 2011, 18.

timar suas assertivas e aproximar os estudantes da FMRJ dos autores e textos médicos que circulavam nas ‘nações mais adiantadas’.⁵

Contudo, é perceptível, para além da atualização do que era lido pelos doutorandos e do uso dessa mesma literatura como ‘argumento de autoridade’ – ou, se preferirmos, ‘citações tributárias’ dos tratados médicos produzidos na Europa – que havia, igualmente, nos textos das teses que produziram, espaços para a exposição de controvérsias e discordâncias entre os autores de que se valiam. Ou, dito em outras palavras, os formandos em Medicina da FMRJ dialogavam e se apropriavam ativamente dos textos que citavam, sublinhando, em diversos trechos de seus trabalhos de final de curso, seu protagonismo como estudantes e médicos.

Assim, Soeiro de Faria, por exemplo, problematiza em sua tese o olhar de Broussais acerca da ‘natureza e sede’ da epidemia, desmontando a percepção do médico francês do cólera como uma ‘gastroenterite’:

A cólera-epidêmica (dizem eles) [‘os sectários de Broussais’] é uma irritação da mucosa gastrointestinal, uma gastroenterite de natureza particular. Analisando as lesões funcionais e anatômicas desta enfermidade, temos observado duas séries delas.

[...] Como pois conceber-se que a ação de um órgão possa exagerar-se sem que ao mesmo tempo sua atividade vital não seja? (Faria 1856, 36-7)

Ao tratar dos diagnósticos do cólera, Godoy Botelho dedica alguns parágrafos de seu trabalho para mapear críticas e controvérsias entre os autores que cita. O doutorando, ao mencionar as feições dos cadáveres dos coléricos, discorda de Gardner sobre o fato de que determinados ‘líquidos’ existentes no tubo intestinal, como «uma matéria cremosa muito aderente à mucosa, cujo epitélio pode estar inteiramente desprendido dela, de modo a representar cilindros que nadam no meio desses líquidos», poderiam servir como diferencial das pessoas acometidas pela «epidemia reinante». Para Botelho, tal argumento «está bem longe de ser verdade» (Botelho 1863, 25).

5 Gondra 2004, 157; Gonçalves 2013, 77-81. Ainda que provas documentais nesse sentido sejam muito difíceis de serem encontradas, é presumível – em virtude da supracitada repetição de autores e composições de textos que denotam consideráveis proximidades, usos de paráfrases para a repetição de determinados argumentos, etc. – que muitos dos futuros médicos podem ter lançado mão de citações acessadas de modo indireto (‘citação da citação’); faziam eco aos comentários de tradutores de textos médicos que, não raro, faziam acréscimos, escreviam notas não existentes nos textos originais, cotejavam argumentos de autores. Acerca desse assunto, conferir: Kury 2007, 145; Gavroglu et al. 2008, 153-75; Luna, Kury 2012, 218-40. Contudo, para o melhor posicionamento em torno dessas questões, outra agenda de pesquisa, que abarcasse a análise de inventários, ofertas de livros médicos na Corte, estudos de trajetórias desses médicos, deveria ser considerada. Aliás, tais perspectivas abrem interessantes possibilidades para trabalhos vindouros.

Aliás, como já se torna possível perceber nos fragmentos supracitados, nossos doutorandos igualmente buscavam, na construção do discurso de suas teses, afirmar seu protagonismo como médicos, enfatizando – também como estratégia retórica, a nosso ver – suas ‘observações’ e experiência clínica. Nesse aspecto, seria estrategicamente lembrada e valorizada a realização de ‘anatomias’, que, como mencionado acima, configura uma das principais facetas do paradigma anátomo-clínico.

Nesse contexto, Godoy Botelho narra, em diversos trechos de sua tese, sua experiência como ‘interno’ na enfermaria de coléricos na Rua de Bragança, descrevendo a realização de ‘anatomias patológicas’ nos pacientes que perdia, a confrontar as características dos cadáveres que abria na capital do Império com aquelas presentes nos livros dos diversos médicos europeus que também lera para sua formação acadêmica.⁶

Resumindo, seria equivocado, em nossa opinião, imaginar que essas teses não passariam de monótonas repetições de conteúdos e autores. Aqui percebemos, igualmente, diferentes escolhas, diálogos ativos e explícita de controvérsias travadas com a vanguarda da produção médica europeia, incrementados pelas descrições da própria experiência dos futuros doutores, ao protagonizarem a abertura dos cadáveres e o tratamento dos coléricos, matizando assim o acima referido caráter ‘coletivo’ – este também inegável – na redação dessas teses médicas.

Outra hipótese bastante plausível que cremos poder considerar, embora esta seja de confirmação empírica bastante difícil, é que uma parte das críticas, controvérsias e ‘revisões’ encontradas nas teses escritas pelos futuros médicos também pudesse ser reproduzida a partir do discurso e ensinamento de seus mestres ao longo do curso, além da já mencionada construção de recursos retóricos na escrita desses textos médicos que valorizavam as ‘observações’ e a ‘experiência’, para efeitos de afirmação e legitimação de seus autores, seus (supostos) feitos e ideias.

6 Para outras referências desse tipo de construção de texto nas teses médicas, conferir Botelho (1863, 19, 24, 28, 35) e Faria (1856, 17 e 19).

Bibliografia

Fontes

- Albuquerque, Henrique de Hollanda Cavalcanti de (1856). *These apresentada a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e sustentada no dia 28 de Novembro de 1856*. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert.
- Almanak administrativo, mercantil e industrial*. Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert 1857-1876. URL: <http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak> (2016-11-11).
- Botelho, João Antonio de Godoy (1863). *These apresentada a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e publicamente sustentada em 31 de Novembro de 1856*. Rio de Janeiro: Typographia do Commercio de Pereira Braga.
- Brasil. Leis, decretos, etc. Decreto nr. 1.387, 28/04/1854. *Coleção das Leis do Império*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional 1872. URL <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio> (2016-11-11).
- Chernoviz, Pedro L.N. (1890). *Dicionário de medicina popular...* Paris: A. Roger e F. Chernoviz.
- Faria, A.J. Soeiro de (1856). *These apresentada a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e publicamente sustentada em 28 de Novembro de 1856*. Rio de Janeiro: Typographia de M. Barreto.

Livros, artigos e teses

- Beltrão, Jane Felipe (1999). *Cólera, o flagelo da Belém do Grão Pará* [Tese de Doutorado]. Universidade Estadual de Campinas.
- Bynun, W.F; Bynun, Helen (eds.) (2007). *Dictionary of Medical Biography*. Westport (CT); Londres: Greenwood Press, 829-31.
- Corbin, Alain (1987). *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Costa, Palmira Fontes de; Cardoso, Adelino (ed.) (2011). *Percursos na história do livro médico (1450-1800)*. Lisboa: Forum de Ideias.
- Edler, Flávio C. (2011). *Medicina no Brasil imperial: clima, parasitas e patologia tropical*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Evans, Richard (1987). *Death in Hamburg. Society and Politics in Cholera Years 1830-1910*. Londres: Penguin Books.
- Ferreira, Luiz O. (1994). «João Vicente Torres Homem: descrição da carreira médica no século XIX». *Phisys - Revista de Saúde Coletiva*, 5(4), 58-61.
- Figueiredo, Betânia (2005). «Os manuais de medicina e a circulação do saber no século XIX no Brasil: mediação entre o saber acadêmico e o saber popular». *Educar*, 25, 59-73.

- Fleck, Ludwik [1935] (2010). *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum.
- Foucault, Michel (2004). *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Franco, Sebastião P. (2013). «Cólera e surtos epidêmicos no oitocentos, na provincial do Espírito Santo». Nascimento, Dilene et al., *Uma História Brasileira das Doenças*, 4. Belo Horizonte: Fino Traço, 69-89.
- Gondra, José (2004). *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: Eduerj.
- Gonçalves, Monique da S. Livros (2013). *Teses e periódicos médicos na construção do conhecimento médico sobre as doenças nervosas na Corte Imperial (1850-1880)*. Ferreira, Tânia Bessone da C. et al., *O Oitocentos entre livros, livreiros, impressos, missivas e bibliotecas*. São Paulo: Alameda, 59-87.
- Gavroglu, Kostas et al. (2008). «Science and Technology in the European Periphery: Some Historiographical Reflections». *History of Science*, 46, 153-75.
- Hannaway, Caroline (1997). «Environment and Miasmata». Bynun, William F.; Porter, Roy, *Companion Encyclopedia of the History of Medicine*. Londres: Routledge, 292-308.
- Jordanova, Ludmilla; Porter, Roy (1997). *Images of the Earth: Essays in the History of the Environmental Sciences*. Oxford: Alden Press.
- Kodama, Kaori et al. (2012). «Mortalidade escrava durante a epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855-1856): uma análise preliminar». *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*, 19, 59-79.
- Kury, Lorelai B. (1990). *O império dos miasmas: a Academia Imperial de Medicina (1830-1850)* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- Kury, Lorelai B. (2007). *Illuminismo e império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Luna, Fernando J.; Kury, Lorelai (2012). «Enlightenment Chemistry Translated by a Brazilian Man of Science in Lisbon». *Ambix*, 59(3), 218-40.
- Moisés, Massaud (2004). *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Pensamento-Cultrix.
- Nogueira, André (2012). «Universos coloniais e 'enfermidades dos negros' pelos cirurgiões régios Dazille e Vieira de Carvalho». *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 19. Rio de Janeiro, 179-96.
- Nutton, Vivian (1997). «Humoralism». Bynun, William F.; Porter, Roy (eds.), *Companion Encyclopedia of the History of Medicine*. Londres: Routledge.
- Pécora, Alcir (2001). *Máquina de Gêneros*. São Paulo: EDUSP.
- Pimenta, Tânia S. (2004). «Doses infinitesimais contra a epidemia de cólera no Rio de Janeiro em 1855». Nascimento, Dilene Raimundo do;

- Carvalho, Diana Maul de (ed.), *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 31-51.
- Porter, Roy (2004). *Das tripas coração. Uma breve história da medicina*. Rio de Janeiro: Record.
- Rosemberg, Charles (1992). «Framing disease: Illness, society and history». Rosemberg, Charles (ed.), *Explaining Epidemics and Others Studies in the History of Medicine*. Cambridge: Cambridge University Press, 305-18.
- Weiner, Doara B.; Sauter, Michael J. (2003). «The City of Paris and the Rise of Clinical Medicine». *Osiris*, 18, 23-42.

Mobilidade humana e circularidade de ideia

Diálogos entre a América Latina e a Europa

editado por Luis Fernando Beneduzi e Maria Cristina Dadalto

As águas da capitania de Minas Gerais no relato dos estrangeiros: século XVIII e XIX

Rita de Cássia Marques

(Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil)

Abstract Discusses how the first foreign accounts in Brazil, specifically in the mining region of Minas Gerais, exploiting the mineral wealth always relating to water, to health and disease. In Minas Gerais, the state with many mineral springs since the eighteenth century there are records of miraculous healings as a result of consumption and bath. The reports of these studies were written by Europeans in Brazil, in the eighteenth and nineteenth centuries, including the Danish doctor Theodore Langgaard, who worried about the indiscriminate use, describes the properties and prescribes mineral waters for different situations and diseases. In the nineteenth century there were cities that have developed as therapeutic centers based on the exploitation of mineral waters awakening the government's economic interest and a German chemist.

Sumário 1 As águas que curam. – 2 Novos relatos sobre as virtudes das águas de Minas Gerais.

Keywords Mineral waters. Brazil. Health.

Nos primeiros relatos feitos sobre o Brasil, era comum encontrar referências às suas belezas naturais que tanto fomentaram a ideia de paraíso tropical, iniciando-se pela carta de Pero Vaz de Caminha, que afirmava serem 'muito bons' os ares da terra encontrada, onde as árvores eram 'muito numerosas e grandes' e as águas 'muitas e infindas'. Era um verdadeiro paraíso, de tal maneira graciosa que, «querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por causa das águas que tem». Em busca da cura das doenças conhecidas na metrópole, os portugueses e outros estrangeiros que aqui chegavam se encantavam com a terra. Baseados em uma medicina hipocrática, atribuíam às condições climáticas, principalmente, e à qualidade dos ares e das águas, a razão da boa saúde da população.

Com poucos médicos e raros hospitais, os recursos para a cura vinham da natureza, que, muitas vezes, estava presente nos quintais ou arredores da casa. Com esse cenário, médicos e cirurgiões, validavam princípios difundidos pela medicina popular. O português Luis Gomes Ferreira aponta, no II Tratado de seu *Erario Mineral*, publicado em Lisboa no ano de 1735, uma advertência aos viajantes sobre as águas encontradas nos matos: elas deveriam ser evitadas. Para matar a sede, os viajantes deveriam levar co-

Diaspore 7

DOI 10.14277/6969-122-5/DSP-7-12

ISBN [ebook] 978-88-6969-122-5 | ISBN [print] 978-88-6969-123-2 | © 2017

cos. Uma outra opção era tomar água sob a forma de tisanas, as chamadas ‘água de tanchagem’. Consistia em água fervida em raiz de capeba, ou raiz de periparoba e poderia também ser fervida rapidamente com salsa, de modo a quase não mudar de cor. Para ilustrar as vantagens dessa água, apresenta-se um relato de cura a partir de uma ‘água’ proposta por um licenciado húngaro que percorria Minas Gerais no início do século XVIII:

Eu conheci um homem, morador no Sabará, por nome Manuel Gomes Soares, e por apelido o Paciência, que, indo eu a sua casa, pedi água para beber; e, trazendo o portador um copo dela alambreada, lhe disse seu senhor fosse buscar outra, que aquela era particularmente sua; e disse então que aquela água era cozida com raízes de capeba e que a ela devia grandes obrigações, porque, curando-o o licenciado João da Rosa, húngaro, de uma obstrução e de uma oftalmia mui grande em ambos os olhos, lhe aconselhara, por fim, que fosse bebendo daquela água o mais tempo que pudesse, para ficar de todo são; e que havia já dois anos que a bebia, pela grande afeição com que lhe ficara e que nunca bebera de outra, e por isto o vi disposto, gordo e bem rosado. (Ferreira 2002, 303)

Esse episódio ilustra bem o dilema de um cirurgião que se vê diante da necessidade de curar e percebe que só com a razão médica não terá como fazê-lo. Para ele, a razão e a experiência sustentavam a medicina e a cirurgia, mas, considerando as estupendas e maravilhosas obras da natureza, tinha maior fé na experiência. Diante de tantos fatos ‘maravilhosos’, o cirurgião se rende à experiência que cura – ou à cura que a razão médica não explica.

No *Erário Mineral* existe uma sessão exclusiva sobre as águas – Das águas particulares – onde são descritos os remédios feitos, muitos deles inventados e experimentados pelo próprio autor. As curas aconteciam independentemente da medicina. Deve-se ressaltar também que a narrativa desses casos extraordinários tinham grande ressonância no período.

1 As águas que curam

Nos primeiros relatos que os estrangeiros fizeram sobre o Brasil, era comum encontrar referências aos banhos frequentes e ao aspecto limpo dos indígenas (Teixeira, Papavero 2009), fato que chamava atenção dos europeus, que não estavam acostumados com os banhos diários. É conhecido o pouco apreço que eles tinham por tomar banho e como estranharam a frequência com que os índios se banhavam, na América, mesmo no século XVIII e XIX, quando ainda era comum encontrar oposição dos europeus a essa prática, como, por exemplo, na advertência contida no manual *La Medicina curativa e la purgación*, escrito pelo médico francês Le Roy e

traduzido para diversas línguas. Segundo o autor, «Os banhos são quase sempre prejudiciais. [...] É um erro crer que podemos sem perigo deixar o corpo humano em infusão, seja ele quente ou frio. [...] O homem não está classificado entre as especiais de animais anfíbios» (Le Roy 1829, 44). Em relação aos banhos quentes, este autor afirmava também que eles prejudicavam a circulação sanguínea, uma vez que havia a dilatação dos vasos através do calor da água.

Se dilatam os vasos pelo calor da água, e depois esta dilatação os dispõe a conter maior quantidade de fluido. O desmaio que muitas pessoas experimentam no banho, provém da afluência do fluido humoral, vindo do interior, o que prejudica a circulação e ameaça interceptá-la. (Le Roy 1829, 44)

Contudo, no *Erário Mineral* (2002), existem relatos do uso terapêutico do banho sendo o tratamento mais viável, como no caso das sufocações convulsivas, que deveria ser tratada colocando os pés em água bem quente, por uma hora, acrescentando sempre água bem quente. Com esses banhos, livrava-se da doença, pois «água bem quente desencorrea as fibras do bofe e diafragma, que por estarem encorreadas e convulsas, ou espasmadas por causa de algum tumor maligno, nem o diafragma e bofe podem fazer o seu ofício, que é ventilar e abanar o coração» (Ferreira 2002, 371-2).

Com a adoção de um simples procedimento de banho, Ferreira garante que observou várias pessoas se livrarem da agonia da morte sem precisar de médico nem de remédio. Melhor ainda, sem precisar sair de casa. Os relatos sobre as ‘maravilhas’ de um banho, contudo, não são generalizados para atribuir propriedades terapêuticas às águas. Considerando esse cenário é que se deve analisar o impacto do fenômeno da Lagoa Santa, no século XVIII.

A lagoa e suas propriedades curativas foram apresentadas aos portugueses numa publicação de 1749, anônima, mas atribuída ao cirurgião português João Cardoso de Miranda: *A Prodigiosa Lagoa descoberta nas Congonhas das Minas de Sabará*. Formado em cirurgia, Miranda aperfeiçoou seus conhecimentos na Espanha e na França, estabelecendo-se no Brasil, em 1726. Vítima do escorbuto e quase cego, chegou a Minas Gerais em busca de um tratamento nas águas milagrosas da lagoa, em 1749 (Furtado 2014, Nogueira 2011). Sentindo-se muito melhor depois dos banhos, resolveu redigir um livro sobre as águas prodigiosas da Lagoa Santa, conforme ficou conhecido o lugar. Estabelecido nas proximidades, no arraial de Sabará, escreveu um pequeno texto onde reuniu 107 casos, sem contar o seu, de curas comprovadas dos mais diversos males. Mas não ficou muito tempo na capitania e logo voltou para a Bahia. Se a doença dos olhos dificultou-lhe a prática cotidiana da Medicina, a publicação de seus dois textos sobre o tema permitiu sua reaproximação com o ofício em

que fora formado (Furtado 2011, 100-1). Sobre as propriedades da Lagoa, diz Cardoso de Miranda, em documento de 1752, acrescido ao impresso original e reimpresso em 1925:

Por não ter encontrado na medicina remédio para o contumaz defluxo dos olhos, fui a Lagoa das Minas, com cujos banhos, pela bondade de Deus, recebi grande alívio, ou todo aquele que se pode esperar [...]. E vendo a desordem, com que naquela lagoa se tomavam ditos banhos, e bebiam suas águas, fiz uma relação, em que faço algumas insinuações para se poderem usar com utilidade dos enfermos, notícias de suas virtudes, e vias por onde expõem a causa das enfermidades: o que não só é útil para os enfermos, mas muito necessário e conveniente, para os professores saberem retamente aplica-las aos doentes. (Machline, Beltran 1995, 207)

Porém, o texto não se contentava com a explicação mágica e religiosa, como também relata os estudos químicos ali realizados pelo médico italiano Antônio Cialli, residente em Sabará: «depois de haver feito o mesmo doutor as experiências químicas que manda a arte, e recomendam os autores, assentou que aquelas águas continham em si os dois mais utilíssimos minerais que costumam impregnar as águas, como eram o vitríolo e o aço». Cialli foi o primeiro a fazer estudos químicos e terapêuticos daquelas águas, tendo demonstrado suas virtudes curativas, principalmente para as doenças de pele, e registrado seus estudos no *Breve transumpto das notícias da Lagoa Grande, virtudes experimentadas em diversos achaques, cautelas necessárias para o uso dos seus banhos*. Para o exame da lagoa, trouxe consigo um livro e também «pós em uns papelzinhos», necessários para a experiência feita em um copo de água. Com os pós colocados na água da lagoa, a água foi tornando-se parda e por fim a água ficou vermelha cor de vinho, e continuando mais vezes sempre sortiu o mesmo efeito. Para comprovar a excepcionalidade das águas da lagoa mandou buscar um copo de água em um córrego fora da lagoa, colocou os mesmos pós sem que sortisse nem um efeito, permanecendo a água no mesmo estado como se tinha tirado do córrego, clara e sem o efeito dos ditos pós (Machline, Beltran 1995, 217).

Mas, apesar da explicação química para o fenômeno, no manuscrito está anotado que os fiéis logo se juntariam, cerca de três mil pessoas, em busca dos banhos milagrosos, e trataram de edificar uma capela, consagrada a Nossa Senhora da Saúde, sob o olhar atento do bispo e dos padres locais (*A Prodigiosa Lagoa* 1749, 9-10).

2 Novos relatos sobre as virtudes das águas de Minas Gerais

No século XIX, as águas minerais ganharam destaque no mundo inteiro. O hábito antigo dos romanos de frequentar estâncias termais esteve em baixa por toda a Idade Média, mas renasceu com força nos séculos XVII e XVIII, em estâncias como Bourbom e Vichy, na França, e Bath, na Inglaterra. As estâncias eram redutos da nobreza e foram valorizadas por sua grande salubridade. No século XIX, a fama das boas águas era tanta que extrapolava os salões da nobreza: a classe média e até operários passavam a almejar uma passagem por elas.

A cura de doenças diversas pelas águas tornava-se motivo de viagens, e pessoas de todas as classes se deslocaram em busca das águas milagrosas. Um dos maiores centros de peregrinação europeia no século XIX era Lourdes, na França, onde, em 1858, aconteceram aparições da Virgem Maria a uma jovem chamada Bernadete. No local das aparições começaram a brotar, misteriosamente, uma fonte cujas águas tinham a fama de curar doentes. Terapêutica e milagre se confundiam.

Nesse contexto, em Minas Gerais, quando começaram a ser descobertas fontes com propriedades curativas, logo surgiram pessoas interessadas em experimentar tais águas, e o sucesso do tratamento transformou lugarejos em centros urbanos povoados de médicos, charlatões, clínicas, hotéis/casas de repouso, empresas de exploração das águas, etc. Cidades inteiras foram edificadas com a promessa da cura milagrosa, especialmente na forma de banhos. Inicialmente, como nas estâncias europeias, foram atraídos os indivíduos com maior poder aquisitivo, que poderiam se deslocar para esses lugares ermos levando toda a estrutura de conforto possível.

À medida que aumentava o afluxo de pessoas às novas fontes que eram descobertas, crescia a preocupação dos médicos. Em Minas Gerais, como era comum no interior do Brasil, os manuais de medicina eram populares, e um deles continha longa explanação sobre as águas. No século XIX, dava-se o nome de águas minerais àquelas que vertiam da terra, «carregadas mais ou menos de substâncias minerais, e que por causa da sua composição química e temperatura mais ou menos elevada, eram empregadas como um importante meio terapêutico» (Langgaard 1865, 50).

Theodore Langgaard (1865), médico dinamarquês que morou no Brasil e escreveu um famoso manual de medicina, acreditava que a composição química era responsável por uma grande variedade de águas minerais, encontrando-se dissolvidas todas as matérias que se acham na crosta da terra, tais como vários metais combinados e diversos elementos, principalmente o cloro, o bromo, o iodo, o enxofre e o oxigênio, e diversos ácidos formando sais, bem como matérias orgânicas em pequena proporção. Um destaque era o ácido carbônico, que se encontra em quase todas as águas minerais e, juntamente com a grande compressão a que estas águas eram expostas antes de vir à superfície da terra, tem uma parte importante na

dissolução dos diferentes sais. Sendo assim, Langgaard divide as águas minerais em três classes principais, fundadas não só na quantidade relativa das substâncias que compõem as águas, como também baseadas naquelas matérias que imprimiam a elas a sua qualidade característica e que é, segundo o autor, justamente a mais importante para a Medicina. Eram elas: águas salinas e alcalinas, sulfurosas e férreas.

Uma das preocupações de Langgaard, ao escrever sobre o tema, era advertir que, assim como em qualquer outro remédio para uso das águas, era necessária a escolha da qualidade da água e a natureza da moléstia. Para o autor, nessa escolha não se deve considerar apenas os diferentes incômodos e sofrimentos, mas também a constituição, sensibilidade e resistência do doente, e a disposição dos órgãos importantes para a caracterização da moléstia, como, por exemplo, as congestões, hemorragias, estado erético, etc.

Segundo ele, alguns procedimentos deveriam ser tomados para o uso correto das águas, como realizar um tratamento preparatório, a fim de afastar certos incômodos ou disposições nocivas, preparando os diferentes órgãos ou funções para que os efeitos da água pudessem manifestar-se com mais segurança e rapidez. Recomendava administrar, por exemplo, segundo as circunstâncias, algum laxante, vomitório, ordenar algumas emissões de sangue, etc., além de serem acompanhados com uma dieta e regime apropriados. Finalmente, «não se deve perder de vista, na escolha das diferentes águas, o clima do lugar da fonte, a distância, sua frequência, comodidades, costumes e usos sociais, assim como o caráter e estado moral do doente» (1865, 52).

Langgaard estava afinado com o pensamento médico da época. Em 1833, foi publicada a memória do médico português Manoel da Silveira Rodrigues, que acreditava, com sua medicina, que o enxofre gasoso emanado das águas fosse venenoso e por isso necessitava sempre do aval de um médico para seu uso correto. Silveira Rodrigues, provavelmente influenciado pela estrutura de Caldas da Rainha – a mais famosa estância portuguesa (Quintela 2004) – apresentava planos para casas de banhos, arruamento, hospedarias, separação das águas e modificação do curso dos ribeirões que cortavam o vale (Marras 2004, 25-30).

Um bom exemplo é o que acontece em Campos de Caldas, que já tinha relatos sobre os poderes de suas águas hidrossulfurosas desde 1772. A cidade era um lugar perdido entre as capitânicas de Minas Gerais e São Paulo, que se transformou com a descoberta de olhos d'água, tornando-se um local de disputa entre as duas capitânicas. Como em Campos de Caldas, que mais tarde passou a se chamar Poços de Caldas, as águas minerais foram muito importantes para a formação e desenvolvimento de muitas cidades mineiras. Para atender à demanda dos frequentadores das estâncias hidrominerais, como Poços de Caldas, Araxá, Caxambu, Cambuquira, São Lourenço e Leopoldina tiveram que adequar a sua infraestrutura,

além de terem suas economias impulsionadas pela comercialização das águas minerais.

Em Poços de Caldas, no dia 11 de Novembro de 1870, tiveram início as obras para a construção do Balneário, que atenderia às necessidades dos usuários das águas termais. Essa obra proporcionou o desenvolvimento da cidade, com a vinda de profissionais engenheiros para a construção, médicos e enfermos e seus acompanhantes. Essa demanda permitiu o crescimento da economia, com o surgimento de pousadas e do Grande Hotel, o engarrafamento de água para exportação para outros estados e a cobrança de taxas sobre os banhos, auferindo lucros com a cobrança de «mil réis por banhos desde 23 de Novembro de 1882» (Lemos 1904).

A cidade de Leopoldina, anteriormente denominada 'Feijão Branco', foi fundada em 1831 pelos primeiros exploradores da região. Em 1854, seu nome passou a ser oficialmente 'Leopoldina', nome que a Assembleia Provincial conferiu em homenagem à princesa brasileira. A cidade de Leopoldina também teve sua economia acelerada com a venda e exportação das águas minerais ali existentes. «O clima é temperado, existindo no município fonte de água mineral, que além de ser vendida na sede, é exportada para outros centros mais adiantados do País» (Silveira 1926, 805).

Uma das mais importantes estâncias hidrominerais de Minas Gerais é a cidade de Araxá, que, durante muitos anos, foi alvo de diversas disputas entre os governos de Goiás e Minas Gerais, pois inicialmente o município localizava-se dentro dos limites estaduais de Goiás. Em 4 de Abril de 1816, a cidade passou definitivamente para o estado de Minas Gerais. Um dos motivos de disputa entre goianos e mineiros era o direito de posse das fontes de águas minerais, que eram usadas inicialmente como simples bebedouro para os animais.

O sucesso das fontes de águas minerais que curam, contudo, não atraíram os olhares dos muitos viajantes europeus que percorreram o estado, embora a pesquisa sobre os recursos naturais do Brasil fosse interesse fundamental dos viajantes europeus que cruzavam o país, no século XIX. Vale ressaltar que poucos fizeram referência ao fenômeno das águas que curavam. Os franceses, que, durante o século XVIII, dominaram o cenário da química na Europa, não são frequentes no Brasil para investigar as águas minerais (Alfonso-Goldfarb 1995), à exceção de Saint Hilaire, que percorreu Minas Gerais fazendo alguns relatos que dão pouca importância às propriedades curativas das águas, como no caso narrado sobre umas águas nas cercanias da cidade de Itabira:

Durante minha estadia em Itabira percorri os arredores dessa povoação, e mencionarei sucessivamente o que encontrei mais digno de nota. O capitão Pires falara-me a respeito de uma fonte à qual se dava o nome de *Água Santa*, devido à propriedade que lhe atribuíam de curar o reumatismo. Fui visitá-la com meu hospedeiro. Tendo ladeado o morro fron-

teiro à povoação, chegamos a uma grota que se enfurna obliquamente pela terra. Sua entrada está quase fechada por cipós; fetos e outros criptógamos crescem à volta. É do fundo dessa grota que sai a fonte de água santa que tomba sobre rochedos formando uma pequenina cascata. Próximo a essa cascata há uma segunda que mistura suas águas às da primeira. Não achei o menor sabor em qualquer delas, e não me pareceram diferentes das águas comuns senão por uma elevação de temperatura, que, aliás, não é a mesma nas duas fontes; a da água santa é mais quente que a cascata que a ela se reúne. (1938, 240-1)

A análise de Saint-Hilaire é desprovida dos critérios de cientificidade já conhecidos. Fala sobre sabor, temperatura e nada mais. Quando passa por Araxá, umas das mais afamadas cidades que se desenvolveram por causa das fontes de águas minerais, relata:

As águas são límpidas e de cor avermelhada, com gosto amargo que lembra ao mesmo tempo o de ovos podres. A menção dessas simples características é suficiente para mostrar que elas são sulfurosas e, em consequência, poderiam ser empregadas na cura de todas as doenças para as quais são aconselhadas águas desse tipo, e em particular das moléstias de pele, tão comuns no Brasil. [...] Os animais bebem dessas águas. Aves, bois pisoteiam o tempo todo nela. (1975, 131)

Saint-Hilaire realiza poucos testes, baseando-se no «cheirinho de ovo podre», «saborzinho desagradável» e «corzinha avermelhada». Esses termos chamam a atenção de Alfonso-Goldfarb (1995), por serem muito diferentes daqueles que a química e a farmácia vinham aplicando nas águas minerais, inclusive inferiores aos testes realizados por Cialli, na Lagoa Santa, do século anterior. Saint-Hilaire tinha conhecimentos modernos de mineralogia, mas não fazia uso; as águas minerais não chamaram a atenção do francês. É intrigante o desinteresse demonstrado por parte dos viajantes europeus (Alfonso-Goldfarb 1995).

A despeito do pouco destaque nos relatos dos viajantes, as águas minerais atraíram não só doentes, mas a atenção dos governos, que passaram a ver nelas uma grande oportunidade política e econômica. Em vários documentos da Secretaria do Governo da Província de Minas Gerais, datados do ano de 1874, são apresentadas declarações de usuários de balneários, que foram curados de diferentes moléstias, espalhando-se assim a fama da eficácia das águas no combate das seguintes doenças: hemorragia nasal, feridas crônicas, epilepsia, incômodos sifilíticos, cegueira e dificuldade de locomoção. Segundo os relatos, as águas eram usadas tanto externa quanto internamente, sem, até então, nenhuma comprovação científica que explicasse a eficiência de tais métodos:

Ilmo. e Exmo. Senhor Presidente da Província de Minas, Cumprindo o recomendado no ofício de Vossa Excelência, datado de 2 do corrente mês, cumpre-me prestar as informações exigidas a cerca das águas virtuosas descobertas a duas léguas de distância desta cidade, e informando a respeito passo a declarar que é exacto e verídico o que se diz sobre a sua descoberta e sobre os prodígios experimentados por vários indivíduos que fizeram uso das mesmas em diferentes enfermidades, e que se acham perfeitamente sãos e estabelecidos [...]. Cidade de Tamanduá, 21 de Julho de 1874, Vice Presidente da Camara. (Arquivo Público Mineiro, SG 529, doc. 201)

Para Langgaard, as águas minerais podiam ser empregadas como bebidas, emborcações - derramamento de um líquido medicamentoso na parte enferma de um corpo - banhos e vapores, e às vezes todas as diferentes maneiras ao mesmo tempo. Deve-se seguir um certo método no seu uso: bebe-se pela manhã e em jejum, e só por exceção de regra depois do almoço, por exemplo, quando os doentes são muito débeis e delicados, e têm um estômago fraco.

A água bebe-se ao pé da fonte, apanhando-se no momento que sai da terra, faz-se logo depois um exercício moderado, seguindo-se então o almoço, mais tarde toma-se o banho, e de noite bebe-se uma nova porção de água. Tudo isto deve, porém ser acompanhado de uma alimentação simples e frugal, e de um regimen conveniente. Progressivamente, vai-se aumentando a porção d'água, até beber-se 10 ou 20 copos por dia, evitando sempre de sobrecarregar o estômago, e em consequência disso mais tarde a pele, rins e pulmões. Depois vai-se diminuindo gradualmente a quantidade de água, terminando com poucos copos por dia. (Langgaard 1865, 52)

Não foram encontrados relatos que detalhem os tratamentos, não sendo possível saber se as recomendações de Langgaard eram seguidas. No século XX, era frequente a presença de médicos nas estâncias hidrominerais, mas, no século XIX, provavelmente eles eram escassos, e a ação de charlatões era maior, ou mesmo - o que era mais frequente - as pessoas se dirigiam ao local sem acompanhamento e faziam uso indiscriminado das águas, fruto das poucas contra-indicações da época. A falta de estudos mais específicos dificultava a indicação correta das águas, mas já se sabia de alguns casos para os quais elas não tinham eficácia alguma.

A respeito das contra-indicações das águas minerais pouco se pode dizer em regra geral. Raras vezes se prestam nas moléstias agudas e de uma marcha rápida, tão pouco nos doentes fracos e exauridos de forças, em um estado hectico e próximo à morte, são também contra-indicadas na

idade muito avançada, e enfim na velhice. Nos tísicos, e nas afecções tuberculosas, e cancro em partes importantes, e muito principalmente nos períodos mais adiantados, nenhum benefício se pode esperar das águas minerais. Em todas as afecções orgânicas do coração e vasos grandes, nos aneurismas, havendo disposição para as chamadas hemorragias ativas, muito principalmente dos pulmões, e para apoplexia (afecção cerebral que surge inesperadamente, acompanhada de privação do uso dos sentidos e ou de suspensão do movimento), ou tendo já havido algum destes ataques, não se deve usar as águas termais, férreas ou acídulas, que contêm muito ácido carbônico, enquanto que as águas simplesmente salinas ou purgativas podem ser de alguma utilidade naqueles incômodos. (Langgaard 1865, 53)

Segundo o autor, frequentemente torna-se necessário continuar com um tratamento diferente depois de acabado o uso das águas minerais, e muitos doentes deixam as águas esperando que o seu efeito salutar se manifeste mais tarde. Essa esperança de cura definia o retorno e consolidou uma prática de viagens periódicas a essas estâncias, buscando alívio e cura de seus males. Esse fluxo até hoje é percebido, pois todas essas cidades são consideradas turísticas e conta com grande afluxo de pessoas que retornam sempre para continuar seus tratamentos.

A procura crescente pelas águas minerais e o impulso dado à economia de Minas Gerais levaram preocupação ao governo estadual com o assunto. Assim, no início do século XX, um concurso internacional para contratação de um químico foi aberto.

A química teve grande expansão no final do século XIX, com progressos na pesquisa dos derivados do carbono e do hidrogênio. O desenvolvimento dessa ciência acirrou a competição franco-germânica, fazendo crescer o número de profissionais especialmente na Alemanha, que tinha, na virada do século, cerca de quatro mil químicos trabalhando fora das universidades. Dessa forma, mesmo com tantos profissionais disponíveis no mercado, quando o governo de Minas Gerais pensou em contratar um bom profissional para estruturar o Laboratório Químico para analisar as suas principais riquezas, como leite, águas minerais e minérios, não teve dúvidas em anunciar nos jornais alemães.

Em 1907, o alemão Alfred Schaeffer (Bramitz 1879-Rio de Janeiro 1957), então secretário-geral da Associação das Fábricas de Laticínios, foi escolhido. A imagem do Brasil como uma espécie de 'terra prometida' incitou muitos químicos, inclusive Schaeffer. O sonho do 'paraíso americano' seduzia, principalmente numa Alemanha que tinha químicos em demasia.

A partir de Schaeffer, as análises das águas ganham em qualidade, pois ele padroniza os critérios de classificação das diversas águas disponíveis no território mineiro (Marques, Carvalho, Diniz 1998). A História de Schaeffer merece um capítulo à parte, mas o que interessa é que, nos

séculos XIX e XX, o governo começou a se interessar economicamente pelas águas que brotavam das entranhas de Minas Gerais e rapidamente geravam riquezas e desenvolvimento da região.

Bibliografia

- A Prodigiosa Lagoa descoberta nas Congonhas das Minas do Sabará que tem curado a varias pessoas dos achaques, que nesta Relação se expõem* (1749). Lisboa. Officina de Miguel Manescal da Costa. URL: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=livrosmp&pagfis=17230> (2016-11-11).
- Alfonso-Goldfarb, Ana Maria (1995). *Caminhos d'água, Caminhos d'ouro: a leitura das fontes de águas minerais pela ciência moderna e a visão francesa das fontes brasileiras. Palestra proferida no seminário = Relações Brasil-França: Homem e História, Ciências e Técnicas*. URL: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/alfonsogoldfarbaguamineral.pdf> (2016-11-11).
- Arquivo Público Mineiro (1874). *Fundo Secretaria do Governo da Província de Minas Gerais*. SG 529, doc. 201.
- Ferreira, Jurandyr Pires (1958). *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros - Minas Gerais*, vol. 24. Rio de Janeiro: Publicação comemorativa do 2º aniversário do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.
- Ferreira, Luis Gomes (2002). *Erario Mineral*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Fundação Joao Pinheiro; Fundação Oswaldo Cruz.
- Furtado, Júnia Ferreira (2011). «A medicina no império marítimo português». Starling, Heloisa Maria M.; Germano, Ligia Beatriz P.; Marques, Rita de Cássia (eds.), *Medicina: Historia em exame*. Belo Horizonte: UFMG, 83-119.
- Furtado, Júnia Ferreira (2014). «Água útil, águas milagrosas de la Capitania de Minas Gerais (siglo XVIII)». *Água y Territorio*, 3, 41-54.
- Langgaard, Theodoro João Henrique (1865). *Dicionário de Medicina Doméstica e Popular*. Rio de Janeiro: Editora Laemmert.
- Le Roy (1829). *La medicina curativa, o la purgacion*. Valencia: Imprenta Ildefonso Monpié.
- Lemos, Pedro Sanches de (1896). «Chorografia Mineira». *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1(2). Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 196-223.
- Lemos, Pedro Sanches de (1904). *Águas Termiais de Poços de Caldas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial.
- Machlini, Vera Cecília; Beltran, Maria Helena Roxo (1995). «Un relato del siglo XVIII sobre águas minerais». Pastrana, Patrícia Aceves (ed.), *Las Ciencias Químicas y Biológicas en la Formación de um Mundo Nuevo*.

- Estudios de historia social de las ciencias químicas y biológicas*, vol. 2. Mexico: Universidade Autônoma Metropolitana.
- Marques, Rita de Cássia; Carvalho, Roberto Barros de; Diniz, Carlos Ribeiro (1998). «Os primórdios da Bioquímica em Minas Gerais». V *Seminário Nacional de História da Ciência/ II Reunião da rede de intercâmbios para a História e a epistemologia das ciencias químicas e biológicas*. São Paulo: Sociedade Brasileira de História da Ciência, 263-7.
- Marras, Stelio (2004). *A propósito das águas virtuosas: formação e ocorrência de uma estação balneária no Brasil*. Belo Horizonte: Belo Horizonte; Editora UFMG.
- Nogueira, Andre (2011). «A 'Prodigiosa lagoa' de Sabará e as doenças das Minas do século XVIII». *Fronteiras*, 13(23), 33-57.
- Porter, Roy (2001). «Os ingleses e o lazer». Corbin, Alain, *A História dos tempos livres*. Lisboa: Teorema, 19-57.
- Quintela, Maria (2004). «Saber e práticas termais: uma perspectiva comparada em Portugal (Termas de S. Pedro do Sul) e no Brasil (Caldas da Imperatriz)». *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, 11. Rio de Janeiro, 239-60.
- Saint-Hilaire, Auguste de (1975). *Viagem às Nascentes do Rio São Francisco*. Tradução de Regina Regis Junqueira. Prefácio de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte; São Paulo: Ed. Itatiaia; Ed. Universidade de São Paulo.
- Saint-Hilaire, Auguste de (1938). *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais*. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional. URL: <http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/82/Viagem-pelas-provincias-do-Rio-de-Janeiro-e-Minas-Gerais-t-1> (2016-11-11).
- Silveira, Victor (org.) (1926). *Minas Gerais - 1925*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial.
- Teixeira, Dante M.; Papavero, Nelson (2009). *Os primeiros documentos sobre a História Natural do Brasil (1500-1511)*. 2a ed. Belem: Museu Emilio Goeldi.

Mobilidade humana e circularidade de ideia

Diálogos entre a América Latina e a Europa

editado por Luis Fernando Beneduzi e Maria Cristina Dadalto

A arte da sangria

Circularidade de ideias e práticas (Rio de Janeiro, I metade do século XIX)

Tânia Salgado Pimenta

(Fundação Oswaldo Cruz, Brasil)

Abstract Describes how the sangria was widely used and understood as fundamental by the academic medical and Western European population to achieve the balance in cases of disease. Analyzes as in Portugal and its dominions, from the thirteenth century, tried to regulating and monitoring medical practices at first turned to the army. In this way, from 1808, with the transfer of the Court and the institutions of bureaucracy to Brazil, such supervision has become more effective in the larger cities of Brazil. And since that year, the Fisicatura chancel was rebuilt with headquarters in Rio de Janeiro and all questions about regulation and supervision related to the healing arts would be decided there.

Sumário 1 Introdução. – 2 Perfil dos sangradores. – 3 Circularidade e Significados. – 4 Redes de sangradores. – 5 Rota Atlântica. – 6 Considerações finais.

Keywords Bloodletters. Slave health. Arts of healing. Brazil.

1 Introdução

Quando um historiador começa a investigar sobre medicina no Brasil no século XIX, depara-se com referências a sangrias, sanguessugas, ventosas e sangradores, o que nos induz a perguntar o que era e para que isso servia? Ao nos aproximarmos desse universo, percebemos que lidamos com intensos e permanentes encontros e trocas relacionados a práticas, praticantes e significados, que circulavam entre os diferentes grupos sociais.

Para a medicina acadêmica da primeira metade do século XIX, baseada no paradigma hipocrático-galênico, o corpo humano era composto por humores, cujo equilíbrio em termos de quantidade e localização contribuía para a saúde individual (Legibre 1985). Dessa forma, a sangria era bastante usada e entendida como fundamental, por parte dos médicos acadêmicos e da população da Europa Ocidental, para se atingir o equilíbrio em casos de doença.

Diaspore 7

DOI 10.14277/6969-122-5/DSP-7-13

ISBN [ebook] 978-88-6969-122-5 | ISBN [print] 978-88-6969-123-2 | © 2017

Apesar disso, considerava-se a sangria um ramo da arte da cirurgia que, por sua vez, sendo uma atividade manual e que lidava diretamente com sangue, era desvalorizada em relação à medicina, uma ‘arte liberal’, que eximia o médico de tocar no doente, senão para verificar o pulso (Barradas 1999). Em Portugal, durante o Antigo Regime, as pessoas que desempenhavam a sangria associavam-se em confrarias e pertenciam a camadas sociais inferiores (Santos 2005). Apesar da desvalorização de sua prática, era prescrita frequentemente por médicos, assim como por cirurgiões, que a executavam também, pois, para se exercer o ofício de cirurgião legalmente, era necessário ter também a carta que autorizava o indivíduo a atuar como sangrador. Entre o arsenal de objetos para essa prática, havia lancetas, sarjadores, ventosas de vidro e sanguessugas.

Desde o século XIII, em Portugal e seus domínios, havia uma tentativa de regulamentar e fiscalizar as práticas médicas, a princípio voltada para o exército. Nos séculos XV e XVI, houve a elaboração de regimentos que buscavam controlar o exercício terapêutico na sociedade de forma mais ampla (Abreu 1901). Essa fiscalização se dava mais efetivamente na metrópole. A partir de 1808, com a transferência da Corte e instituições da burocracia para o Brasil, essa fiscalização passou a ser mais efetiva nas cidades maiores do território brasileiro. Nesse mesmo ano, a Fisicatura-mor foi recriada com sede no Rio de Janeiro e todas as questões sobre regulamentação e fiscalização relacionadas às artes de curar seriam decididas ali. Portanto, quem quisesse atuar como médico, cirurgião, sangrador, boticário, parteira, curandeiro ou curador de moléstias específicas deveria solicitar autorização aos juízos do físico-mor ou do cirurgião-mor, até 1828, quando o órgão foi extinto.

2 Perfil dos sangradores

Além da documentação oficial, os registros de alguns estrangeiros que viveram no Rio de Janeiro, na década de 1820, como Jean-Baptiste Debret (s.d.) e Robert Walsh (1985), nos permitem perceber que era bastante comum encontrarmos sangradores atuando pelas ruas da cidade, sobretudo em largos e praças, oferecendo os seus serviços em lojas de barbeiros ou de forma ambulante. Seus relatos reforçam a ideia de que a sangria era um recurso terapêutico bastante utilizado e que sua prática não se limitava a um ambiente com maior controle médico, como em hospitais e enfermarias.

Segundo Debret, as lojas normalmente pertenciam a negros libertos (s.d., 151), que empregavam escravos, instruindo-os como aprendizes (Cunha 1985, 32). Além disso, ocorria que sangrar era apenas uma das habilidades de quem costumava se dedicar a essa tarefa. Conforme notaram os viajantes estrangeiros, geralmente os sangradores, além de apli-

carem sanguessugas e sangrarem, eram barbeiros e cortavam cabelo e barba. Também eram músicos, preparavam e vendiam casco de tartaruga para fazer pente e remendavam meias de seda (Walsh 1985, 200; Ewbank 1973, 189).

O reverendo Walsh, que esteve no Brasil entre 1828 e 1829, reitera essa observação sobre as pessoas que praticavam a sangria e nos brinda com uma rara descrição dessa atividade:

Para as dores reumáticas eles usam de maneira singular as ventosas, que geralmente são aplicadas por um negro. Um dia, ao passar pela rua detrás do Palácio, vi um médico negro aplicando esse tratamento em alguns pacientes sentados na escadaria de uma igreja. Ele amarra o braço e o ombro de uma mulher que parecia sentir dores terríveis, e fazendo pequenas escarificações em vários pontos com um pedaço de lâmina de navalha, começou a bater levemente nesses locais com a parte plana da lâmina até que o sangue surgisse. Em seguida colocou pequenas ventosas feitas de chifres sobre elas e aplicando sua boca numa abertura situada na extremidade, habilmente extraiu o ar de seu interior e fechou a abertura com argila, deixando-a firmemente presa à pele. Fazendo a mesma coisa, ele fixou mais sete ventosas do cotovelo ao ombro, onde elas tinham uma aparência muito estranha. Quando foram removidas, o braço estava coberto de sangue e a mulher disse que sentia um grande alívio. (Walsh 1985, 177-8)

Walsh e Debret afirmam que negros e mulatos constituíam a maior parte dos sangradores (Debret, s.d., 151; Karasch 1987, 202). As hierarquias sociais e das artes de curar (sendo a sangria uma arte menor da cirurgia, que era menos considerada do que a medicina) convergem no Brasil do oitocentos, construindo um quadro bastante peculiar. Naquele contexto, não havia ninguém mais apropriado para desempenhar as atividades de ‘sarjar, sangrar e aplicar sanguessugas e ventosas’ do que os escravos e os forros.

Contudo, a prática da sangria não era – ou não deveria ser – exclusiva de negros. Na verdade, era vista como uma concessão, como se fosse relegada, pois o próprio cirurgião-mor José Correia Picanço explicava aos vereadores da Câmara da Corte, em 1820, que aceitava que escravos prestassem exame de sangrador, primeiro, porque isso não era proibido e, segundo, porque, em geral, os homens livres se recusavam a exercer determinados ofícios que tinham mais de artes «mecânicas, do que de liberais», como a sangria (Pimenta 1998, 257).

Os argumentos do cirurgião-mor são bastante claros sobre os membros mais bem posicionados da sociedade relegarem as atividades de sangrador a escravos. De fato, de acordo com a análise dos processos da Fisi-catura, encontramos o seguinte perfil, embora não seja possível saber o

quão significativo era o número de sangradores oficializados em relação ao total que atuava no período (1808-28): tratava-se de uma ocupação masculina e concentrada entre forros e escravos (84%), entre as solicitações de autorização para atuar como sangrador no Brasil (Pimenta 2010). Indivíduos livres podiam ser sangradores, sendo que, na maior parte das vezes, obtinham essa habilitação antes ou junto com a de cirurgiões. No entanto, escravos e forros eram praticamente sempre sangradores, não podendo aspirar a um nível hierárquico mais alto dentro dos princípios estabelecidos pela Fisicatura-mor.

Entre os 173 sangradores com 'origem' definida, 61,3% (106 em 173) haviam nascido na África. Verificamos, assim, que os africanos ocupavam predominantemente este ofício. E, entre os nascidos no Brasil, a maior parte era de escravos e forros; portanto, descendentes dos primeiros. A procedência dos africanos pôde ser identificada em 101 processos que apontaram para uma ligeira predominância de oriundos do Centro-Oeste da África (52%), seguidos por pessoas vindas do Oeste (46%) e do Leste (2%) (Pimenta 2010).

3 Circularidade e Significados

Juntando os relatos de estrangeiros como Walsh e Debret aos dados analisados da Fisicatura-mor, além de depoimentos de médicos acadêmicos que, ao longo do século XIX, passam a reclamar - e, portanto, a indicar - que o exercício da sangria fosse feito por africanos e escravos em geral, percebemos que, de fato, no Brasil, quem praticamente monopolizava essa arte eram os africanos e seus descendentes.

Importa atentar para o fato de que os estrangeiros também relatavam a prática da sangria entre alguns grupos étnicos, na África. Segundo Karasch, a técnica de sangrar com ventosas pode ser identificada entre os bakongo, no oeste do continente africano (1987, 264-5). No século XVII, o missionário Cavazzi já descrevia como a sangria era feita com chifres em regiões de Congo e Angola: «os pretos [...] toscamente aplicam um chifre pequeno e vazio ou uma pequena cabaça, comprimindo-a fortemente sobre a ferida que previamente fizeram e pondo a boca sobre um pequeno furo feito no dito instrumento, chupam com força e extraem assim o sangue até o recipiente ficar cheio» (1965, 145). E, em meados do século XIX, Joachim Monteiro, falando sobre as mesmas regiões, afirmava que os nativos de língua Bunda eram muito hábeis no uso da lanceta, muitas vezes com instrumentos terrivelmente sem corte (1875, 262-3).

E foram pessoas dessas regiões que constituíram a maior parte dos africanos escravizados na região do Centro-Sul do Brasil. Podemos dizer que compartilhavam partes de seu complexo cultural como pressuposições básicas sobre o parentesco e visões cosmológicas (Slenes 1991-92). Entre

elas, a ideia de que o desequilíbrio, o infortúnio e a doença seriam causados pela ação malévola de espíritos ou de pessoas, frequentemente através da bruxaria ou da feitiçaria. Ewbank (1973), por exemplo, relata a prática de sangria realizada pelos africanos como uma tentativa de sugar os espíritos malignos, no lugar dos humores em excesso da medicina oficial.

Como a própria documentação da Físicatura dá pistas, os sangradores faziam as vezes de curadores. Diagnosticavam e prescreviam o tratamento que podia incluir medicamentos, além da sangria. Considerando essas questões, podemos inferir que não deve ter sido incomum que sangradores também indicassem remédios, o que seria prerrogativa dos médicos, baseados em ervas medicinais, como fazia o preto forro Adão dos Santos Chagas, que trabalhou no hospital da Santa Casa como sangrador. Em 1815, Adão apresentou à Físicatura um abaixo-assinado em que os moradores de Cachoeiras de Macacu pediam permissão para que ele pudesse «livremente sangrar nossas famílias e em algumas doenças leves ensinar-nos alguns remédios e também tirar dentes» (Pimenta 1998, 366). Observamos, então, que o forro Adão era um sangrador dentista, sabia algumas mezinhas e praticava na Santa Casa, mostrando que muitos sangradores também podem ter sido dentistas e, mais ainda, curandeiros, apesar de a autorização concedida pela Físicatura-mor limitar as suas atividades a sangrar, sarjar e aplicar ventosas e sanguessugas.

De todo modo, não perdemos de vista que a sangria era também prescrita por médicos e cirurgiões com formação acadêmica. Havia uma relação de subordinação social e entre as artes de curar. Os sangradores poderiam se limitar a fazer o que e como os médicos e cirurgiões recomendassem. Interessa sublinhar que, mesmo assim, provavelmente, estariam dando significados diferentes à mesma prática. Era interpretada de acordo com seus códigos culturais, com sua cosmologia e suas concepções de saúde e de doença. Ao considerar a prática da sangria na África, não se trata de buscar a sua origem, mas sim reconhecer a circularidade, o compartilhamento de saberes e práticas no mundo Atlântico. Alguns estudos sobre o cristianismo na África, no século XVI, apontam nesse sentido (Souza 2009). Acreditamos que a forma como a sangria era praticada na Europa tenha influenciado a maneira de os africanos a praticarem, havendo influência no sentido oposto. No Rio de Janeiro da primeira metade do oitocentos, essa influência era sempre renovada através do tráfico Atlântico, no processo chamado de crioulização e de africanização (Parés 2005).

4 Redes de sangradores

Se, por um lado, o caráter mecânico da arte de sangrar e a sua limitação a atos cirúrgicos menores ajudam a explicar o porquê de grupos mais abastados da sociedade relegarem o exercício de sangrador, havia, por outro

lado, interesse de escravos e libertos, incluindo-se muitos africanos, por esse ofício. Esse grupo, provavelmente, via em tal atividade, pelo menos nos centros urbanos, uma oportunidade de acumular pecúlio, ou seja, enxergava o aumento da possibilidade de comprar a liberdade e de melhorar suas condições de vida. Esse conhecimento foi, então, sendo transmitido entre as pessoas que constituíam essa camada social, e suas atividades foram sendo reinterpretadas segundo suas concepções de doença e de cura. Os africanos e seus descendentes praticamente *monopolizaram* a arte de sangrar. A documentação da Fisicatura-mor não explica o porquê da sangria, nem do ponto de vista da medicina acadêmica, nem, muito menos, do ponto de vista de quem a praticava, sendo bem objetiva quanto à prática: tratava-se de sangrar, sarjar, aplicar bichas, ventosas e sanguessugas (Pimenta 2003).

Esse era o caso de Vicente. Trazido de Angola, aqui acabou sendo escravo de Anacleto José Coelho, que era sangrador aprovado e ensinou a seu escravo as artes de «sangrar, sarjar, deitar ventosas, sanguessugas, e tirar dentes», conforme o atestado de Junho de 1820 apresentado à Fisicatura. Tendo isso em vista, foi admitido a exame para sangrador e dentista em Agosto, na Corte, durante o qual respondeu a perguntas práticas e teóricas, saindo aprovado e apto para receber a carta. Contudo, em 1824, achando-se «forro e liberto» e considerando «indecoroso conservar uma Carta do tempo de escravo», recorreu ao cirurgião-mor para que lhe passasse uma nova, ao que foi atendido em Novembro do mesmo ano. Para isso, Vicente apresentou a carta de liberdade que lhe foi dada, em Junho de 1824, por Anacleto (Pimenta 1998).

Em certo momento de sua vida, Vicente, sendo dentista e sangrador aprovado, passou a ensinar esse ofício a outros. Assim, em 1827, era Vicente quem passava o atestado (apenas assinado por ele) de que o também liberto Manoel José Coelho, vindo de Cabinda (talvez um antigo companheiro de cativo, em função do mesmo sobrenome adotado), havia «praticado comigo a arte de sangria e tenho visto praticar com inteligência a dita arte aplicando ventosas e sanguessugas no espaço de mais de oito anos» (Pimenta 1998, 363), ou seja, enquanto ainda era escravo. E, em 1828, jurava aos santos evangelhos, «por ser verdade», que via o liberto Afonso Manoel Garcia, de nação Congo, «praticar com inteligência» a arte de sangria, aplicar ventosas e sanguessugas (Pimenta 1998).

Embora a Fisicatura-mor tenha sido extinta em 1828, alguns registros da Câmara Municipal nos fornecem pistas sobre a continuidade do trabalho de Vicente. Em 1834, ele constava na relação de quatro sangradores oficializados apresentada pelos fiscais municipais (Pimenta 2003). Se considerarmos que, à época da Fisicatura-mor, foram concedidas cerca de 125 autorizações para a província do Rio de Janeiro, constatamos que a relação da Câmara estava extremamente incompleta.

Em 1841, em vez de esperar os terapeutas se registrarem, a Câmara pediu aos seus fiscais e aos juizes de paz que levantassem moradias, no-

mes e profissões destes em seus respectivos distritos ou freguesias. Foram identificados cinco, entre os quais continuava figurando Vicente José Coelho. Quatro anos depois, Vicente aparece nas folhas que anunciavam barbeiros do Almanak Laemmert, indicando o seu endereço: Largo da Praia, nr. 7. Trabalhando como seu vizinho, no nr. 24, Alexandre José Coelho, cujo sobrenome sugere alguma ligação com Vicente, também constava no Almanak (Pimenta 2003).

Vicente José Coelho foi um sangrador como poucos. Fez questão de exercer as suas atividades de barbeiro-sangrador dentro da lei, registrando-se como tal sempre que convocado pela municipalidade, ao longo da década de 1830 e 1840.

Assumindo que a maior parte dos barbeiros-sangradores era escrava, forra ou descendente, podemos acompanhar a construção de redes em torno do ofício de sangrador - especialidade da arte de curar que, tanto em terra quanto nos navios negreiros, foi percebida por muitos escravos e forros como uma interessante opção em sua luta cotidiana para sobreviver e melhorar as suas condições de vida (Jeha 2007).

Em 1846, depois de 14 anos sem se conceder um diploma de sangrador (desde a lei de 3 de Outubro de 1832), a Câmara decidiu que não deveria mais aceitar registros de sangradores. Em 14 de Maio de 1856, o governo publicou o Decreto 1764, aprovando o regulamento complementar da Faculdade de Medicina, de 1854, no qual se instituía novamente exames para sangradores.

No dia a dia da cidade, essas mudanças legislativas não provocaram alterações. Antes de 1856, a presença dessas pessoas nas ruas e em lojas de barbeiros era amplamente tolerada pelas autoridades e reconhecida pela sociedade, até porque era comum que, além da sangria, os sangradores oferecessem suas habilidades em corte de cabelo e de barba, e com instrumentos musicais.

Assim, independentemente da legislação em vigor e da vontade dos médicos, as atividades dos sangradores, exercida por escravos e forros, africanos e seus descendentes, continuavam. Os anúncios de seus serviços não deixaram de ser publicados nos periódicos, assim como os de venda e de aluguel de escravos sangradores/barbeiros e de sanguessugas, como os exemplos abaixo, veiculados no Jornal do Commercio:

Vende-se um perfeito barbeiro sangrador e dentista de 22 anos de idade, e bom pajem [...] rua do Cano nr. 227. (1855-07-13)

Bichas. Aplicam-se a 280 réis, das mais superiores que há, no largo do Palacete nr. 4, em São Domingos de Niterói, pegado à casa de sapateiro do canto da rua de Cima, e tem tudo quanto pertence ao ofício de barbeiro. (1855-09-22)

5 Rota Atlântica

A circularidade entre saberes e práticas sobre sangria de diferentes grupos sociais no mundo Atlântico deve ter-se dado de forma muito mais intensa. Esse processo deve ter sido muito mais vivo entre aqueles que cruzaram o Atlântico diversas vezes, exercendo a função de barbeiro-sangrador em navios negreiros. Eles podem ter constituído um importante apoio para os africanos que vinham nos navios negreiros; portanto, a comunicação entre os africanos não acontecia apenas no nível linguístico (Slenes 1991-92).

Entre os sangradores que viajavam para a África oficialmente autorizados, a maioria era constituída de escravos (40 dos 75 que solicitaram licença para sangrar em navios), dentre os quais alguns tinham vindo da própria Costa de Leste (27). Mas havia forros que também se empregavam nesse trabalho (22), forros africanos, inclusive (13). Na maioria das vezes, o destino era genericamente apontado como Costa de Leste ou África, raramente especificando se iriam a Angola, Benguela, Cabinda, Moçambique ou Quilimane.

Em 1809, por exemplo, Antônio Manoel da Assumpção, preto forro natural de Angola, havia acertado com o capitão do «bergantim Esperança que segue viagem para Angola ocupando o lugar de sangrador, que aprendeu, e exercita há muitos anos» (Pimenta 1997, 106). Também o liberto Manoel, de nação Cabinda, em 1827, pedia licença por um ano para viajar à Costa Leste, assim como Afonso, de nação Congo, em 1828.

Em meio a esses processos, identificamos alguns fragmentos da história desses homens que se acostumaram a fazer a travessia América-África. São informações que apontam para a construção de laços sociais, como no caso de Joaquim da Silva Senna, um homem pardo, que fez exame para sangrador em Dezembro de 1811 e viajou à África nesse mesmo ano, exercendo o ofício. Dez anos depois, o nome de Joaquim aparece dando um atestado a Luís João Caldas, preto forro da cidade de Luanda, de que havia praticado com ele a 'Arte de sangrador'. Luís recebeu uma licença para trabalhar no bergantim Ligeiro para Cabinda, com escala por Benguela. Depois disso, pediu mais duas licenças para voltar à África como sangrador.

A essa altura, Joaquim já possuía uma loja na Corte e nela continuava a ensinar a outros discípulos, como João Ribeiro da Silva (licenciado em Maio de 1827), preto forro de nação Mina; Gaspar, preto de nação, isto é, de origem africana (licenciado em Dezembro de 1827), escravo de Antônio José de Castro; e Januário, preto de nação Angola (licenciado em Janeiro de 1828), escravo de Francisco José dos Santos. Todos apresentaram um atestado assinado por Joaquim como garantia de que estavam aptos a exercerem o ofício de sangrador - especialidade da arte de curar que, tanto em terra quanto nos navios negreiros, foi percebida por muitos escravos e forros como uma interessante opção em sua luta cotidiana para sobreviver e melhorar suas condições de vida.

Sublinho, assim, o processo de aprendizado e reconhecimento desses saberes e práticas de africanos e crioulos. Os atestados eram passados e assinados por outros sangradores africanos ou descendentes, cuja competência era reconhecida durante as primeiras décadas do século XIX.

6 Considerações finais

Este estudo sobre o exercício da sangria nos permite sublinhar aspectos caros para a análise histórica. Como afirma E.P. Thompson, «a história é uma disciplina do contexto e do processo: todo significado é um significado-dentro-de-um-contexto e, enquanto as estruturas mudam, velhas formas podem expressar funções novas, e funções velhas podem achar sua expressão em novas formas» (2001, 243). Como alerta Gabriela Sampaio, o historiador deve sempre estar atento a essas mudanças (Sampaio 2010, 154).

Assim, ao considerar a permanência da sangria ao longo de séculos, percebemos que objetos e significados eram específicos em sociedades tão diferentes, como nas europeias e africanas, cujos contatos indicam como a prática da sangria estaria imersa num processo de circularidade, apresentando-se de determinada forma no contexto brasileiro. Essa peculiaridade no Brasil refere-se ao fato de que os indivíduos que exerceram esse ofício foram aqueles que tiveram suas vidas atravessadas pela experiência da escravidão. Além do processo e do contexto, outro aspecto a ser mencionado diz respeito à compreensão de que os sujeitos eram agentes históricos. Dentro das possibilidades colocadas, os indivíduos fizeram escolhas. No caso apresentado, escravos e forros optaram por aprender e/ou por permanecer exercendo o ofício de sangrador. Praticavam a sangria, que era disseminada por toda a sociedade brasileira, provavelmente com significados próprios a seus grupos sociais e étnicos.

Bibliografia

- Abreu, Eduardo de (1901). «A PhysicaturaMór e o Cirurgião Mór dos Exércitos no Reino de Portugal e Estados do Brazil». *Revista do IHGB*, 63, 1, 154-306.
- Barradas, Joaquim (1999). *A arte de sangrar de cirurgiões e barbeiros*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Cavazzi, Giovanni Antonio (1965). *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Cunha, Manuela C. (1985). *Negros, estrangeiros - os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense.
- Debret, Jean-Baptiste (s.d.). *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro.
- Ewbank, Thomas (1973). *A vida no Brasil ou diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras*. Rio de Janeiro: Conquista.
- Jeha, Silvana (2007). «Ganhar a vida: uma história do barbeiro africano e sua família. Rio de Janeiro, século XIX». Porto, Ângela (ed.), *Doenças e escravidão: Sistema de saúde e práticas terapêuticas*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz; Fiocruz.
- Karasch, Mary (1987). *Slave life in Rio de Janeiro 1808-1850*. Princeton: Princeton University Press.
- Legibre, Arlette (1985). «Sangrar e purgar!». Le Goff, Jacques (ed.), *As doenças têm história*. Lisboa: Terramar, 289-98.
- Monteiro, Joachim John (1875). *Angola and the river Congo*. 2 voll. Londres: Macmillan and Co.
- Parés, Luis Nicolau (2005). «O processo de crioulização no Recôncavo Baiano (1750-1800)». *Afro-Ásia*, 33, 87-132.
- Pimenta, Tânia Salgado (2010). «As artes de curar e a Fisicatura-mor na época de d.João VI». Kury, Lorelai; Gesteira, Heloísa (eds.) *Ensaio de História das Ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Eduerj, 53-64.
- Pimenta, Tânia Salgado (2003). *O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828-1855)* [Tese de doutorado]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- Pimenta, Tânia Salgado (1998). «Barbeiros-sangradores e curandeiros no Brasil (1808-28)». *História Ciências Saúde-Manguinhos*, 5(2), 349-72.
- Pimenta, Tânia Salgado (1997). *Artes de curar - um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-mor no Brasil do começo do século XIX* [Dissertação de mestrado]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- Sampaio, Gabriela (2010). «História e Cultura». Alves, Paulo Cesar (ed.) *Cultura- múltiplas leituras*. Bauru; Salvador: Edusc; Edufba, 141-64.
- Santos, Georgina Silva dos (2005). «A arte de sangrar na Lisboa do Antigo Regime». *Tempo*, 10(19), 43-60.
- Slenes, Robert (1991-92). «Malungu, ngoma vem: África coberta e descoberta no Brasil». *Revista USP*, 12, 48-67.

- Souza, Marina de Mello e (2009). «Crucifixos centro-africanos: um estudo sobre traduções simbólicas». Algranti, Leila; Megiani, Ana Paula (eds.), *O império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico, séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 333-54.
- Thompson, Edward P. (2001). «Folclore, antropologia e história social». Negro, A.L.; Silva, S. (eds.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Edunicamp.
- Walsh, Robert (1985). *Notícias do Brasil (1828-1829)*. Belo Horizonte: Itatiaia.

Este livro é fruto da colaboração acadêmico-científica entre a Universidade Ca' Foscari de Veneza (Itália) e a Universidade Federal do Espírito Santo (Brasil), sendo parte dos trabalhos conjuntos de um grupo de pesquisadores que busca refletir e analisar os processos de mobilidade humana e de circularidade de ideias entre América Latina e Europa. A questão central aqui apresentada está relacionada diretamente à dinâmica fortemente dialética que envolve o deslocamento de pessoas, a representação de imagens sobre os lugares de onde se chega e daqueles de onde se parte, e as ideias-imagens produtoras de mobilidade, na medida em que alimentam imaginários que funcionam como propulsores do agir humano.



Università
Ca'Foscari
Venezia